



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

CONTRIBUTO DO TURISMO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O CASO DE MBANZA KONGO

Departamento de Turismo e Gastronomia, mestrado em Turismo de Interior: Educação
para Sustentabilidade

Helder Correia Domingos Pascoal

2025

Helder Correia Domingos Pascoal

CONTRIBUTO DO TURISMO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O CASO DE MBANZA KONGO

Dissertação de mestrado em Turismo de Interior: Educação para Sustentabilidade,
apresentada ao Departamento de Turismo e Gastronomia da Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico de Coimbra, para obtenção do grau de Mestre.

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Nuno Carvalho

outubro/2025

Parte dos resultados desta dissertação foram apresentados nos seguintes eventos:

1. Aula Aberta no doutoramento de Turismo, Património e Território, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tema: Antropologia e turismo: uma interdisciplinaridade de ódio e amor. 17/03/2025.
2. Preletor na conferência da Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Metodista. Tema: Contributo dos recursos endógenos no desenvolvimento local e sustentável nas zonas do interior de Angola. 08/04/2025.
3. Roda Formativa da associação dos estudantes Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades (ESCSAH) de Mbanza Kongo. Tema: Antropologia e sua contribuição na preservação dos sítios classificados da UNESCO, estudo de Mbanza Kongo. 15/04/2025.
4. Aula no Magistério Daniel Vemba de Mbanza Kongo. Tema: Turismo e desenvolvimento local em Mbanza Kongo. 22/04/2025.
5. Preletor no Simpósio Afro-europeu, em Rotterdam, Holanda. A convite da ONG Pensar Juntos e Consulado Geral de Angola para o Reino dos Países Baixos. Tema: O legado de Kimpa Vita e Nzinga Mbande na cultural de Angola. 26/07/2025.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha querida e amada família, minha esposa Luísa e aos meus filhos Maria Hosana, Esanju e Tuzolana. A eles, que com coragem, paciência e amor suportaram o prolongado período da minha ausência durante o percurso formativo, enfrentando a falta diária de um esposo e de um pai. Esta obra é, em grande parte, fruto do seu apoio silencioso e da força que me transmitiram mesmo à distância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus Todo-Poderoso, pela Sua infinita sabedoria e pela orientação constante ao longo deste percurso académico. Foi pela Sua graça que encontrei força, discernimento e perseverança para concluir esta etapa. Esta investigação só foi possível graças ao apoio incondicional de várias pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a sua realização. À minha esposa, Luísa Pascoal e meus filhos pela paciência, compreensão e presença constante, mesmo nos momentos de ausência prolongada. Aos meus pais, Pedro Pascoal e Anabela Pascoal (em memória), e aos meus irmãos, pela motivação incansável e pelo incentivo contínuo que me impulsionaram a prosseguir até ao fim.

Expresso também o meu profundo reconhecimento aos meus estimados professores e professoras, que foram pilares fundamentais nesta jornada de aprendizagem: Nuno Carvalho, meu dedicado e incansável orientador, Suzana Lima, Maria do Rosário Mira, Eugénia Devile, Andreia Moura, Maria do Rosário Campos, Ricardo Melo, João Morais, Adriano Ramos, Dina Ramos e João Ramos. A todos, o meu sincero agradecimento pela partilha de saberes, pela orientação académica e pelo estímulo intelectual.

Aos meus colegas da ESEC, Alfredo, Ramiro, Rosa, Paulo, Micaela, Beatriz, Mafalda e Inês, agradeço-vos pela camaradagem, pelas trocas de experiências e pelo apoio mútuo que tornaram este percurso mais brando e enriquecedor. Ao Fernando e José pelo apoio a dissertação. Por fim, deixo uma palavra de gratidão a todos aqueles que, de longe ou de perto, contribuíram para a concretização desta formação.

A todos, o meu muito obrigado... e, como dizem os Bakongo: ***Tutondele!***

EPÍGRAFE

Se o passado é um país estrangeiro, a nostalgia tornou-o “o país estrangeiro” com a indústria mais saudável de todas: turística!

Lowenthal (1985) citado por Urry (2001, p. 5).

RESUMO

A presente dissertação analisa o contributo do turismo cultural para o desenvolvimento local sustentável da cidade de Mbanza Kongo, no norte de Angola. O estudo parte da constatação de que o turismo cultural, impulsionado pela valorização crescente do património e pelo fenómeno do turismo de massas, tem se afirmado como uma estratégia de desenvolvimento em diversos contextos globais. No entanto, apesar de Mbanza Kongo ter sido classificada como Património Mundial pela UNESCO em 2017, a cidade ainda não alcançou uma procura turística significativa, quer a nível local e internacional. A investigação, centra-se no contexto angolano, com especial atenção a Mbanza Kongo, cidade detentora de um património cultural vasto e diversificado, tanto material como imaterial, profundamente ligado à história do antigo Reino do Kongo. O principal objetivo é compreender de que forma este recurso patrimonial pode ser transformado em produto turístico estratégico para promover o desenvolvimento sustentável da região, tendo em conta os desafios económicos, sociais e ambientais vigentes. A metodologia adotada é de natureza mista, combinam-se a abordagem qualitativa e quantitativa. A componente quantitativa, baseou-se num inquérito *online* aplicado a 412 participantes, com análise estatística realizada com auxílio do *software* SPSS. Esta abordagem permitiu identificar padrões de perceção sobre os impactos do turismo cultural em cinco dimensões: económica, social, cultural, ambiental e UNESCO. A componente qualitativa recorreu ao método etnográfico, com observação participante *in loco*, o que permitiu uma leitura mais profunda e holística do papel do turismo no desenvolvimento sustentável da localidade. Portanto, os resultados. A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos confirmam que a população de Mbanza Kongo reconhece o turismo cultural como uma via legítima e desejável para o desenvolvimento local sustentável. Verifica-se uma interligação estatisticamente significativa entre os domínios económico, social, cultural, ambiental e institucional/UNESCO, reforçando a natureza multissetorial da política turística local. O nível de escolaridade revela-se um fator determinante na perceção dos impactos do turismo cultural. Por fim, a classificação de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO é amplamente valorizada pela população, sendo vista como catalisadora da promoção turística e do reconhecimento internacional do território.

Palavras-chave: Turismo cultural, património, classificação UNESCO, Desenvolvimento local sustentável, Angola.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the contribution of cultural tourism to the sustainable local development of the city of Mbanza Kongo, in northern Angola. The study starts from the observation that cultural tourism, driven by the growing appreciation of heritage and the phenomenon of mass tourism, has established itself as a development strategy in various global contexts. However, despite Mbanza Kongo being classified as a World Heritage Site by UNESCO in 2017, the city has not yet achieved significant tourist demand, either locally or internationally. The research, focused on the Angolan context, with special attention to Mbanza Kongo, a city possessing a vast and diverse cultural heritage, both tangible and intangible, deeply linked to the history of the ancient Kingdom of Kongo. The main objective is to understand how this heritage resource can be transformed into a strategic tourism product to promote the sustainable development of the region, taking into account the current economic, social, and environmental challenges. The methodology adopted is of a mixed nature, combining a qualitative and quantitative approach. The quantitative component was based on an online survey applied to 412 participants, with statistical analysis performed using SPSS software. This approach allowed for the identification of patterns of perception regarding the impacts of cultural tourism in five dimensions: economic, social, cultural, environmental, and UNESCO. The qualitative component used the ethnographic method, with on-site participant observation, which allowed for a deeper and more holistic understanding of the role of tourism in the sustainable development of the locality. Therefore, the results show that an integrated analysis of quantitative and qualitative data confirms that the population of Mbanza Kongo recognizes cultural tourism as a legitimate and preferred path for sustainable local development. There is a statistically significant interconnection between the economic, social, cultural, environmental, and institutional/UNESCO domains, reinforcing the multi-sectoral nature of local tourism policy. The level of education proves to be a determining factor in the perception of the impacts of cultural tourism. Finally, the classification of Mbanza Kongo as a UNESCO World Heritage Site is widely valued by the population, being seen as a breakthrough in tourism promotion and international recognition of the territory.

Keywords: Cultural tourism, heritage, UNESCO classification, sustainable local development, Angola.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	6
1.1. Cultura: uma perspetiva antropológica	7
1.2. Turismo, globalização e identidade.....	10
1.2.1. Turismo cultural	30
1.3. Desenvolvimento na literatura.....	39
1.3.1. Um desenvolvimento alternativo: o local	42
1.3.2. Desenvolvimento sustentável	48
1.4. Desenvolvimento Local Sustentável e turismo	52
CAPÍTULO 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	60
2.1. Objetivos, variáveis, perguntas da investigação e hipóteses	61
2.2. Abordagem mista	64
2.2.1. O método.....	64
2.2.2. As técnicas de recolha e tratamento de dados e amostra	67
CAPÍTULO 3. MBANZA KONGO: CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO	72
3.1. Enquadramento geográfico.....	73
3.2. Legado histórico	74
3.3. Caraterização demográfica	79
3.4. Caraterização socioeconómica.....	81
3.5. Classificação UNESCO e VUE de Mbanza Kongo	85
CAPÍTULO 4. TURISMO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM MBANZA KONGO.....	93
4.1. Turismo na agenda política de Angola	95
4.2. Turismo cultural como vetor de desenvolvimento económico	107
4.3. Turismo e identidade local	114

Escola Superior de Educação Politécnico de Coimbra	
4.3.1. Valorização e promoção dos recursos endógenos.....	119
4.4. Preservação do património cultural como alicerce para o turismo sustentável	124
4.5. O contributo da UNESCO na classificação do património	129
4.6. Turismo cultural: um turismo participativo e promotor do DLS	137
CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	146
5.1. Apresentação do perfil sociodemográfico dos inquiridos.....	147
5.2. Análise e discussão dos resultados.....	153
5.2.1. Análise quantitativa	154
5.2.2. Análise qualitativa	155
5.3. Interpretação e triangulação dos dados	165
5.4. Análise e discussão dos resultados mistos	180
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	185
RECOMENDAÇÕES	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	191
ANEXOS.....	202
Anexo 1 – Inquérito por questionário	203

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Tipologia de atração cultural. ECTARC.	33
Figura 2 Categoria de atração cultural	34
Figura 3 Etimologia da palavra desenvolvimento.	41
Figura 4 Rede parceiros de desenvolvimento com participação do Ensino Superior	45
Figura 5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	51
Figura 6 Cluster das palavras-chave e quadro teórico	71
Figura 7 Os 11 municípios da província do Zaire.....	74
Figura 8 Recursos da província do Zaire.....	85
Figura 9 Grupos étnicos de Angola.....	98
Figura 10. Representação dos recursos de Angola	99
Figura 11. Fatores e condicionantes do sistema turístico 1997	102
Figura 12 Contribuição do turismo para o PIB e empenho	104
Figura 13 Turismo internacional versus turismo doméstico	109
Figura 14 Destino turístico mundial 2023-2025	110
Figura 15 Top 10 melhores destinos em África e Médio Oriente.	110
Figura 16 Modelo de oferta da CST.....	112
Figura 17 triângulo patrimonial.....	135
Figura 18 Dimensões do DLS	145
Figura 19 Dimensões de impacto turístico	169
Figura 20 Placa UNESCO	212
Figura 21 Corte Real do Reino do Kongo.....	213
Figura 22 Kangi Kidito: crucifixo Kongo	213
Figura 23 Tráfico de Escravo internacional	214
Figura 24 Tráfico de Escravo no século XVIII e XIX	214
Figura 25 Zona Tampão UNESCO 1	215
Figura 26 Zona Tampão UNESCO 2	216
Figura 27 Símbolo da união do Reino do Kongo Ngwizako	217
Figura 28 visita ao Kulumbimbi do Presidente Américo Tomás em 1963.....	217
Figura 29 Visita do Papa João Paulo II à Mbanza Kongo em 1992	218
Figura 30 Papa João Paulo II interage com a população local de Mbanza Kongo.....	218
Figura 31 Catedral Nossa Senhora da Conceição e Igreja Evangélica Baptista	219

Escola Superior de Educação Politécnico de Coimbra	
Figura 32 Igreja Kimbanguista Central Mbanza Kongo	219
Figura 33 Catedral Kulumbimbi	220
Figura 34 Museu dos Reis do Kongo	220
Figura 35 Cemitério dos Reis do Kongo.....	221
Figura 36 Túmulo dos Reis.....	221
Figura 37 árvore mística Yala Nkuwu	222
Figura 38 António M. Ne Vunda: Pioneiro da Diplomacia Africana na Santa Sé.....	222
Figura 39 Largo Dr. Agostinho Neto.	223
Figura 40 Fonte de água do Largo Dr. Agostinho Neto.	223
Figura 41 Rua do Kasuta	224
Figura 42 Coro da Igreja Evangélica Baptista	224
Figura 43 Comunidade periférica	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Definições e designações do TC.....	39
Tabela 2 População projetada por municípios, segundo o sexo, 2023-2024.....	80
Tabela 3 Indicadores demográficos, 2014-2031	81
Tabela 4 Subdivisão dos grupos etnolinguísticos de Angola.....	97
Tabela 5 Macroeconómico 2023-2027.....	106
Tabela 6 Crescimento real do PIB por setor 2023-2027.....	107
Tabela 7, 7 dimensões do património natural e cultural	126
Tabela 8 perfil dos entrevistados	156
Tabela 9 Matriz de Correlação de Pearson entre os blocos.....	171
Tabela 10 Mapa de calor das correlações entre os blocos temáticos	172
Tabela 11 Estatísticas descritivas por nível de escolaridade.....	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Taxa de fecundidade do Zaire 2014-2050	80
Gráfico 2 Idades.....	148
Gráfico 3 Género	149
Gráfico 4 Habilitações literárias	150
Gráfico 5 Ocupação profissional.....	151
Gráfico 6 Frequência das respostas sobre o turismo cultural como estratégia de DLS....	167
Gráfico 7 Frequência das respostas sobre o turismo cultural como estratégia de DLS 2 .	167
Gráfico 8 Médias por bloco temático.....	170
Gráfico 9 Médias comparativas por bloco e escolaridade	176
Gráfico 10 Comparação da média do Bloco Institucional	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

CI: Confidence interval

CST: Contas Satélites do Turismo.

DINATUR: Direção Nacional do Turismo.

DL: Desenvolvimento local.

DLS: Desenvolvimento Local Sustentável.

ECTARC: European Centre for Traditional and Regional Cultures.

EUA: Estados Unidos da América.

IC: Intervalo de confiança.

ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

INE: Instituto Nacional de Estatista.

INFOTUR: Instituto de Fomento Turístico.

INPC: Instituto Nacional do Património Cultural.

MED: Ministério da Educação.

MINHOTUR: Ministério da Hotelaria e Turismo.

OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OMT: Organização Mundial do Turismo.

ONU: Organização Mundial das Nações Unidas.

PDN: Plano de Desenvolvimento Nacional.

PDTA: Plano Diretor do Turismo em Angola.

PIB: Produto Interno Bruto.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RDC: República Democrática do Kongo.

SPSS: Statistical Package for the Social Sciences.

TTW: Travel & Tourism World.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

VUE: Valor Universal Excecional.

WEF: World Economic Forum.

WTTC: World Travel & Tourism Council.

INTRODUÇÃO

A transformação do turismo nas últimas décadas do século XX marcou uma viragem paradigmática à escala global, com implicações profundas nos domínios económico, cultural e ambiental (Cravidão, 2006). O turismo cultural, impulsionado pelo fenómeno das massas, tornou-se um instrumento estratégico de desenvolvimento, integrando as agendas políticas de países desenvolvidos e em desenvolvimento (Richards, 2007; Silva, 2013). Porém, mais do que um motor económico, o turismo cultural promove o encontro entre pessoas e patrimónios, valoriza tanto os elementos materiais como os imateriais da cultura. Esta forma de turismo, motivada pela curiosidade e pela vontade de conhecer outras realidades, constitui uma via privilegiada para o intercâmbio de saberes e práticas culturais (Boniface, 1995; Pereiro, 2009).

Angola, país em desenvolvimento situado na costa ocidental africana, possui uma rica diversidade de recursos naturais e culturais, de que sobressaem petróleo, diamantes, monumentos, sítios arqueológicos-históricos e um folclore autêntico. Destaca-se Mbanza Kongo, classificada como Património Mundial pela UNESCO em 2017. Antiga capital do Reino do Kongo, esta cidade histórica representa um ponto de convergência entre África e o Ocidente, com um legado que transcende fronteiras e séculos (Gonçalves, 2005; Batsikama, 2010)

Neste contexto, Mbanza Kongo emerge como um território com elevado potencial para o turismo cultural, capaz de contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável, ao valorizar a memória coletiva, promover a identidade local e estimular dinâmicas económicas e sociais inclusivas. Logo, o legado histórico do reino constitui um elemento-chave para a consolidação do turismo cultural na região por duas razões: a primeira, trata-se de uma razão interna, foi antiga capital do Reino do Kongo, hoje dividido em quatro países, a noroeste Angola, a sudoeste e oeste a República do Congo, e a oeste a República Democrática do Congo e a parte centro-sul o Gabão (C. A. Gonçalves, 2005). A segundo, uma razão externa, Mbanza Kongo é um território de intercessão entre África e o mundo Ocidental, as superpotências do século XV, Portugal, França e Bélgica, trocaram traços socioculturais por longos séculos, grande parte dos escravos desta região não ficou na Europa, foi vendida nas Américas do Sul e do Norte

(Batsikama, 2010). Por conseguinte, se África é vista como o continente Berço da Humanidade, devido aos vestígios arqueológicos, assim Mbanza Kongo, particularmente, pode considerar-se o Berço da cultura afro mundial (Teye et al., 2011).

Embora o turismo cultural lide com a herança patrimonial das localidades, esta não se resume como atividade cultural do passado, é também sinónimo da cultura contemporânea e um fator estimulante das economias mundiais (Richards, 2007). O turismo cultural pode contribuir para a recuperação e conservação através da educação dos seus residentes e visitantes e também das diferentes políticas de planificação do desenvolvimento local (Antoni & Jaume, 2009). Assim sendo, o turismo cultural pode ser um turismo sustentável, um forte aliado para a diversificação económica e desenvolvimento local de Mbanza Kongo. Conquanto, o desenvolvimento local corresponde ao processo de desenvolvimento económico e social, ecológico, em que a política radica nos atores locais e coabita harmoniosamente com o turismo sustentável na medida que trocam sinergias na promoção dos produtos endógenos de forma responsável (Mergulhão & Rita, 1997; Carvalho, 2018).

O modelo de desenvolvimento adotado pelo governo angolano assenta numa lógica funcionalista, caracterizada pela centralização das decisões políticas e pela ausência de autarquias locais. Face às previsões demográficas e administrativas do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023–2027, o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) afigura-se como uma alternativa estratégica, sobretudo para as regiões do interior, ao promover a valorização dos recursos endógenos e a participação das comunidades no planeamento territorial (Carvalho, 2020).

Neste enquadramento, o turismo cultural assume um papel relevante na melhoria das condições de vida das populações, ao potenciar o património material e imaterial como fonte de identidade, inclusão e dinamização económica (ICOMOS, 1999). Mbanza Kongo, apesar da sua reduzida população e da escassa atenção política, detém um legado histórico singular enquanto antiga capital do Reino do Kongo e único sítio angolano classificado como Património Mundial pela UNESCO.

O reconhecimento internacional conferido pela UNESCO, desde a Convenção de Paris (1972), tem permitido a valorização de territórios até então marginalizados, reforçando o papel do turismo cultural como motor de desenvolvimento. Embora em Angola o impacto socioeconómico do turismo permaneça limitado, Mbanza Kongo apresenta-se como um caso paradigmático, cuja riqueza patrimonial pode ser mobilizada para promover o DLS.

A presente investigação propõe-se, assim, compreender o contributo do turismo cultural para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo. Recorre-se a uma abordagem metodológica mista, de natureza quantitativa e qualitativa, na medida em que foram considerados a análise procedimental de estatísticas provenientes de inquéritos, bem como a visão holística e direta dos dados no ambiente natural da pesquisa com base no método etnográfico, sem escapar das técnicas de investigação, como a observação participante no terreno da investigação.

Portanto, a presente dissertação está organizada como exposto a seguir:

No primeiro capítulo, denominado **“Enquadramento teórico e conceptual”**, proporciona o enquadramento teórico e conceptual da investigação, através de uma recorrência epistemológica ao estado da arte de alguns conceitos relevantes como a cultura, que constitui um paradigma polissémico do engenho humano (Geertz, 2008; Martinez, 2014; Tylor, 1903). No turismo analisou-se a sua evolução e distintas formas em que é concebido o conceito, como atividade transversal, que, aliado às transformações do fenómeno globalização e identidade, chega ao turismo cultural, responsável pelo consumo dos bens patrimoniais da comunidade (Bauman, 1999; Giddens, 2000; Lickorish & Jenkins, 2000; Santos, 2001; Urry, 2001; Hall, 2006; Richards, 2007; Du Cros & McKercher, 2015). Culmina em torno do conceito de desenvolvimento, como aquele que teve vários ângulos no passado, com destaque para o desenvolvimento local, diferente do crescimento económico, promove os recursos endógenos, melhora as condições de vida das comunidades e garante um turismo sustentável (Mergulhão, 1997; Swarbrooke, 2000; Amaro, 2003; Körössy, 2008; Carvalho, 2018, 2020).

O segundo, **“Objetivos e Metodologia”**, apresenta o método e as técnicas que conduziram a investigação, segundo uma abordagem científica que articula objetivos, variáveis definidas e perguntas orientadoras centradas na compreensão do impacto do turismo cultural no desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo (Bervian, 1983; Demo, 1995; Angrosino, 2009; Alvarenga, 2012; Mira, 2018).

O terceiro capítulo **“Mbanza Kongo: caracterização do património histórico”**, dedica-se à caracterização espacial da área de estudo, decorre através de uma abordagem multidisciplinar que integra elementos da geografia, da história regional, bem como dados demográficos e socioeconómicos relevantes para a compreensão do território em análise. Esta delimitação permite contextualizar Mbanza Kongo enquanto espaço de significância cultural e histórica, evidenciando os fatores que sustentam a sua singularidade no panorama angolano e africano. O capítulo aprofunda ainda o processo de candidatura e subsequente reconhecimento de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO, destaca-se os critérios de valorização patrimonial, os desafios enfrentados e os impactos decorrentes dessa classificação na preservação e promoção do legado histórico do território.

O capítulo quarto, **“Turismo cultural como estratégia de desenvolvimento local sustentável em Mbanza Kongo”**, começa por refletir o papel estratégico do turismo nas políticas públicas angolanas. Enfatiza o seu potencial como motor económico, especialmente em territórios no interior. A identidade local é valorizada como eixo central, sendo o turismo cultural um meio de afirmação comunitária e construção de uma marca territorial autêntica. A mobilização dos recursos endógenos e a participação ativa da população são apontadas como fundamentais para a preservação e promoção do património. A classificação de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO é apresentada como um marco relevante, reforça a importância da conservação sustentável e da visibilidade internacional. O capítulo conclui que o turismo cultural, quando orientado por princípios inclusivos, constitui uma ferramenta eficaz para promover o DLS e fortalecer o envolvimento das comunidades locais (Baptista, 1990; Boniface, 1995; Cunha, 1997; Santana, 1997; Swarbrooke, 2000; Castells, 2004;

Fernandes, 2006; Richards, 2007; Silva, 2013; Scótolto & Netto, 2015; Fernando, 2015; Carvalho, 2020) e tantos outros.

O 5.º capítulo **“Apresentação e discussão dos resultados** O quinto capítulo, intitulado “Apresentação e Discussão dos Resultados”, estrutura-se a partir dos objetivos, das perguntas de investigação e das hipóteses formuladas. A análise dos dados é conduzida através de uma triangulação metodológica que articula abordagens quantitativas, qualitativas e referenciais teóricos. No plano quantitativo, são apresentados dados estatísticos provenientes dos inquéritos aplicados, tratados com recurso ao software SPSS e ilustrados por gráficos. A dimensão qualitativa assenta-se numa abordagem etnográfica, integrando observação participante e entrevistas realizadas junto de atores institucionais ligados ao sector do turismo. Esta combinação metodológica permite uma leitura aprofundada dos resultados, evidenciando a complexidade das perceções e práticas locais em torno do turismo cultural. (Marconi & Lakatos, 1991; Perez, 2001; Dancey & Reidy, 2006; Alvarenga, 2012; Pereira & Patrício, 2016).

Finalmente, apresenta-se uma síntese conclusiva, confirma que o turismo cultural é amplamente reconhecido pela população de Mbanza Kongo como uma alternativa viável para o desenvolvimento local sustentável. A análise dos dados, estruturada em cinco dimensões económica, social, cultural, ambiental e institucional/UNESCO revelou correlações significativas e perceções interdependentes, validando uma abordagem sistémica e multissetorial. O nível de escolaridade mostrou-se determinante na forma como os impactos do turismo são avaliados, destacando a importância de políticas segmentadas. O reconhecimento de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO reforça a identidade local, atrai investimentos e promove o envolvimento comunitário. Os resultados sustentam a construção de uma política turística integrada, inclusiva e orientada para a valorização patrimonial do território.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1. Cultura: uma perspectiva antropológica

Até ao momento não existe um entendimento convencional sobre o conceito de cultura, nem mesmo dentro da particularidade das ciências sociais, onde a cultura recebe o papel intrínseco ao objeto de estudo, como na antropologia e na sociologia. Por esta razão, consolida-se a ideia de que cultura é um termo polissémico e de difícil discernimento (Tylor, 1903; Mello, 2004; Geertz, 2008). A primeira noção conceptual de cultura que marcou os primórdios da antropologia foi que ela expressava em linha geral um termo complexo, essa conceção é muito devedora a Edward Tylor. Embora Geertz (2008) substituísse a perspectiva complexa pelos mecanismos de controlo, não deixou de reconhecer a infinitude do sentido de cultura. Citando o clássico “*Mirror for Man*” do antropólogo Clyde Kluckhohn, onde o autor se dedicou a conceptualizar a cultura num dos capítulos, esgotando, assim, cerca de vinte e sete páginas, nem por isso chegou a padronizar ou à finitude do conceito de cultura na altura (Geertz, 2008).

O vocábulo cultura, etimologicamente, segundo Martinez (2014), provém do participio passado do verbo latino *Colo*, com outras flexões tais como: *colis*, *colere*, *colui* e *cultum*, que em português significa: cultivar, cuidar, ter cuidado, prestar atenção. O termo cultura expressa a relação dinâmica e estável de um lugar. Dela ainda derivam outros termos: *agri-cola*, que corresponde ao cultivador da terra; *agri-cultura*, que corresponde ao cultivo do campo; *in-cola* corresponde ao morador; *colonus*, que corresponde à pessoa que cultiva e por última colónia que corresponde ao local cultivado.

As duas últimas correspondências são observáveis no processo da colonização das potências marítimas dos séculos XV e XVI que viam as terras exóticas como lugar fértil para cultivar e dominar, daí a origem do nome colonos “*colonus*” (Correia, 2019). Todavia, Pascoal (2017) contextualiza a etimologia de cultura dentro da realidade angolana, ilustrando a sua correspondência de ocupação, no caso o território de Angola, que se tornou numa colónia de Portugal, ou seja, um local cultivado por Portugal.

Um outro debate clássico que marcou a emancipação de cultura na antropologia foi a dimensão física. Se a cultura é uma propriedade exclusiva do ser humano que o distingue da classe dos primatas, logo não faltaram tendências que passaram a encarar a

cultura como uma propriedade humana inata (Rivière, 2011). Essa realidade contou com uma certa manipulação derivada do evolucionismo, que mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, foi rompida pela Escola Cultural da América de Franz Boas e os seus discípulos.

Kroeber (1993), que formulou o conceito superorgânico da cultura, defendeu a tese da evolução dos órgãos a partir das faculdades existentes, ligadas aos processos hereditários da evolução social e nunca aos agentes hereditários, ou seja, aos progenitores. Dessa maneira, cultura pode ser compreendida como todo o engenho humano, exceto a dimensão biológico-físico. No limite, Boas encerra esse quadro elegendo a cultura como o elemento explicativo da diversidade humana, determinante e muito mais importante do que a constituição física, que expõe elementos não biológicos (Boas, 2004). Porém, o nexos entre a cultura e a biologia pode não ser tão clara, mas é inegável a sua relação com a natureza.

A relação entre natureza e cultura constitui um dos pilares fundamentais da existência humana, remontando aos primeiros homínídeos, como o *Australopitecos*. Desde então, o ser humano tem-se afirmado como agente transformador do meio, estabelecendo uma ligação complexa e dinâmica entre o mundo natural e as expressões culturais que dele emergem. A cultura, enquanto construção humana, assenta inevitavelmente sobre a natureza, sendo esta o substrato físico e simbólico que sustenta a vida em sociedade. (Bernardi, 1992; Carvalho, 2021). Contudo, a cultura transcende os aspetos materiais da existência, abrangendo também dimensões simbólicas, espirituais e identitárias. O ser humano não é apenas produtor de ferramentas ou organizador de espaços físicos; é também criador de significados, de rituais, de crenças e de narrativas que moldam a sua relação com o mundo. Esta dualidade revela-se na forma como o homem habita o seu "*Oikos*", ou seja, o lar comum, promotor de diversidade cultural.

O *oikos* é o meio ambiente no qual a espécie humana desenvolve a sua atividade e cria cultura e, é esse meio ambiente que vai influenciar a cultura de cada povo, de cada

local, na medida que pode dizer-se que a cultura é uma resposta da espécie humana à natureza, e aos desafios

que esta lhe coloca, para satisfazer as suas necessidades, físicas e espirituais. É deste desafio-resposta que resulta a diversidade cultural, na medida em que consoante o oikos, assim são os desafios e respetivas respostas. É assim que, por exemplo, os desafios e as respostas são muito diferentes, logo culturas diferentes, em oikos tão diversos como, por exemplo, a floresta tropical e o deserto. Ou seja, a espécie humana apresenta uma grande diversidade cultural, que está intimamente relacionada com o seu meio. (Carvalho, 2021, p. 126).

A cultura também deve apelar à consciencialização ecológica, ao invés de sufocar constantemente o lar comum, levando a extinção dos recursos naturais. Segundo Carvalho (2021) defende que o homo sapiens-sapiens deve ser responsável com o *oikos*, contrário faz do homem atual um “cretino”, ou melhor um “homo cretinensis” (Carvalho, 2021). Assim, torna-se imperativa para garantir a sustentabilidade da vida humana e a preservação dos ecossistemas que a sustentam. Reconhecer que a cultura é inseparável da natureza é reconhecer que a responsabilidade humana é tanto ética como existencial. A harmonia entre homem e natureza não é apenas desejável, trata-se da condição para a continuidade da própria humanidade.

A cultura é um fenómeno humano e social, não é obra de Deus nem da natureza e muito menos do acaso, é claramente obra do ser humano, é fruto do seu génio, da sua fantasia, da sua criatividade, da sua inteligência e vontade. Cultura, portanto, é tudo aquilo que o homem cria, graças às faculdades privilegiadas que possui. De facto, para Imbamba, (2010), entre a cultura e o ser humano existe um nexa tão profundo que não é só a cultura que se define como obra do ser humano, mas também vale o contrário. Limitar-nos-emos a compreender o sentido de cultura num ângulo mais cosmológico, tal como defendeu Geertz (2008), como “um padrão de significados transmitido

historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as suas atividades em relação à vida” (p. 66).

Em suma, a etimologia de “cultura” proveniente do latim tem seis sentidos diferenciados: material; espiritual; humanista; social; ético; universalístico (Martinez, 2014; Mello, 2004). Assim, cultura tem recebido significados diferentes de acordo com a cronologia e os espaços, no âmbito antropológico o debate foi e tem sido transcendido, atualmente há cada vez mais antropólogos a empregar a análise cultural no processo de globalização, as tecnologias digitais, imigração e por sua vez a identidade (Appadurai, 2004; Ramos, 2007). Assim, a cultura é uma invenção humana, utilizada de diferentes formas de acordo com o lugar e o tempo, aberta e quase nunca fechada, dinâmica na medida em que se reinventa, ainda que seja de forma lenta no processo de refuncionalização. Contudo, a interpretação sobre turismo está longe de ser universal, embora grande parte da literatura radique no Ocidente, cada cultura tem a peculiaridade dos seus bens patrimoniais que determinam o tipo de turismo (Boniface, 1995; Nuria et al., 2016).

1.2. Turismo, globalização e identidade

O turismo, tal como a cultura, enquanto fenómeno social, económico e cultural, tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante nas dinâmicas contemporâneas de mobilidade, lazer e desenvolvimento territorial (Fratucci, 2000; Lopes & Rego, 2017; Carvalho, 2020). No entanto, apesar da sua crescente importância, persiste uma ausência de consenso entre investigadores, autores e instituições especializadas quanto à definição única e universal do conceito. Esta indefinição revela não apenas a complexidade intrínseca do turismo, mas também a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que procuram compreendê-lo. Scótolto e Netto (2015), preocupados também com a indefinição do turismo, expressam:

Não há um consenso entre os autores, pesquisadores e instituições ligadas ao setor sobre uma definição única do

turismo. A epistemologia do turismo tem sido tema de pesquisa de alguns autores e as definições dadas por eles, ainda que bastante esclarecedoras, trazem limitações quanto à abrangência e à realidade do fenómeno (p. 39).

A epistemologia do turismo, enquanto campo de reflexão crítica, tem sido objeto de estudo por diversos autores, cujas contribuições, embora esclarecedoras, evidenciam limitações no que respeita à abrangência e à capacidade de representar a multiplicidade de realidades que o turismo encerra (Netto, 2011). Assim, torna-se necessário reconhecer o carácter plural e interdisciplinar deste fenómeno, valorizando modelos interpretativos que considerem as suas dimensões económicas, ambientais, socioculturais e políticas, numa perspetiva integrada e contextualizada. Porém para alcançá-la urge a necessidade de refletir numa possível periodização do fenómeno turístico.

A periodização do turismo não obedece a um padrão universal, varia de acordo com o pensamento de diferentes autores. Grande parte dos autores defende que o turismo, apesar de ter a sua maturação na segunda metade do século XX, é resultado de um longo processo da história da humanidade (Urry, 2001; Pérez, 2009; Netto et al., 2011). Assim, o interesse do ser humano pelas viagens é anterior ao conceito de turismo, trata-se de uma curiosidade humana vital praticada desde os primórdios, uma atividade marcada por muitas variáveis, por vezes ligada ao profissional, aventura, guerra, descoberta e outras (Lickorish & Jenkins, 2000; Barretto, 2003).

O turismo geralmente tem sido abordado através de duas grandes vertentes, a económica e a cultural. A última lida com a experiência e as sensações dos viajantes (Pereiro, 2009), desta forma, o historiador grego Heródoto, que no século V a. C. realizou diversas viagens entre Egito, Mar Mediterrâneo e Oriente Médio, e o naturalista romano Plínio no século I d. C e tantos outros que se dedicaram a viagens semelhantes podem ser distinguidos como pioneiros do prototurismo. (Barretto, 2003; Pereiro, 2009).

Entretanto, a periodização histórica do turismo está longe de convenção, para alguns autores, como é o caso de Lickorish e Jenkins (2000), dividem em quatro estágios

a história e o desenvolvimento do turismo: turismo pré-histórico; era dos transportes; período entre guerras; e a descolagem do turismo. Recorreu-se a esses quatro estágios devido à marca temporal holística que alcançam, embora se reconheça a insuficiência de alcance geográfico que os autores não evidenciam, resumindo de forma genérica a história do turismo apenas como resultado do desenvolvimento europeu, como se noutras partes do mundo o interesse pela viagem não estivesse presente (Netto et al., 2011; Pereiro & Fernandes, 2018). Em breve trecho analisa-se a periodização de Lickorish e Jenkins (2000).

1º Turismo medieval

O turismo é uma realidade humana, refletir em torno da história do turismo remete-nos, necessariamente, à posição do turista, um ser humano que presenciou constantes transformações no decorrer da história da humanidade, conforme Netto (2011) expõe: “O turista é também um ser histórico. Não um ser acabado, mas um ser em contínua construção, em contínua formação. O turismo, por sua vez, é experiência” (p. 35). Desta forma, o turismo é dinâmico, não se isola do percurso histórico do ser humano, com um longo legado que nem sempre foi conhecido.

O turismo medieval ou “pré-histórico” representa o período mais longo, teve início no período medieval, no século V, e termina no começo do século XVII, período marcado por pequenas reformas (Lickorish & Jenkins, 2000). Nesta época o turismo estava reservado à exclusividade elitista, as grandes viagens estavam quase sempre ligadas à educação dos jovens da burguesia, ao cuidado da saúde nos spas, maioritariamente frequentados pela família real e pelas classes mais altas da realidade europeia, particularmente na Grã-Bretanha.

Diante de uma análise mais crítica, neste período não se podia falar de turismo como sistematizado atualmente, refere-se aos seus primórdios. Um dos principais fracassos para o desenvolvimento das viagens na altura residia na principal forma de transporte, que era à base de cavalo e carroça. Tal realidade limitava as grandes viagens devido à capacidade dos veículos e também a limitação da velocidade. Lickorish e Jenkins (2000) revelam alguns sinais do período em questão:

O transporte a cavalo era limitado às viagens individuais ou veículos com pouquíssima capacidade, precário e sazonal, tal movimento era muito lento, com uma velocidade pouco maior que 4 a 6 km/h. Houve, de facto, pouco progresso até ao século XVIII, quando engenheiros como Telford, MacAdam e Metcalf promoveram excelentes melhorias no sistema rodoviário britânico (pp. 24-25).

Apesar do insucesso dos transportes, foi na era medieval que as viagens passaram a ganhar de forma gradual impulso devido à guerra e às peregrinações de carácter religioso. Neste período observou-se um grande interesse pelas viagens ao estilo de peregrinação em célebres eventos religiosos e santuários católicos em Roma e Espanha. De acordo ainda com Lickorish e Jenkins (2000), a grande reviravolta do primeiro período ocorreu com a reforma e consequentemente a secularização no ensino. Quando o ensino deixou a exclusividade teológica romana, abriu-se um novo olhar democrático na partilha do conhecimento, os jovens recorriam, cada vez mais, às viagens como parte da sua educação de cavalheiro e em letras (Lickorish & Jenkins, 2000; Pereiro, 2009).

Posto isto, os jovens valentes intelectuais deviam passar por uma longa viagem, marcada por formação e experiências múltiplas. Logo, pouco a pouco viajar passou a fazer parte da educação dos jovens burgueses e fonte de riqueza para os países com diversos benefícios que as viagens proporcionavam. Kershaw e Lickorish (1958), citados por Lickorish e Jenkins (2000), mencionam a visão política de Lord Shaftesbury naquele período:

Sobre conhecimento do mundo, eu me refiro àquele que resulta da observação dos homens e das coisas a partir das relações com os hábitos e usos de outras nações; de *insights* nas suas políticas, governos, religião; em suma, do estudo e contemplação dos homens, como eles se apresentam no maior palco do mundo em diversas formas e sob diferentes aspetos. Essa é a maior ciência que um cavalheiro deve compreender e

da qual nossas escolas e faculdades nunca ouviram falar (p. 25).

No entanto, pode-se referir que este período foi crucial para a existência da *Grand Tour*, sendo que ele delimitou as linhas fundamentais daquilo que mais tarde se consolidaria no século XVIII como “Grand tour”. Não obstante a isto, também foi marcado por outros fatores da época, como a industrialização económica, com destaque para o setor dos transportes, que pouco a pouco abandonava o seu paradigma de mobilidade demorado. Por conseguinte, foram os meios de transporte modernos que fizeram do turismo um fenómeno além-fronteiras, como se análise de seguida.

2º Transportes

A relação entre o turismo e os transportes não é de hoje, particularmente o ferroviário, foi um dos principais fatores para o desenvolvimento do turismo, por essa razão, grande parte da literatura que analisa os primórdios do turismo enaltece o contributo da ferrovia no advento do turismo moderno. (Lickorish & Jenkins, 2000; Urry, 2001; Barretto, 2003). É fatual que os transportes revolucionaram o mundo moderno nos mais variados setores, mas transportes ferroviários são inseparáveis da descolagem do turismo. Lickorish e Jenkins (2000) fazem menção da referida relação: “a era das ferrovias testemunhou a primeira grande explosão da demanda pelas viagens, provocando grandes efeitos na economia e nos hábitos sociais”. (pp.28-29).

A invenção do comboio no decurso do século XIX transcendeu o setor económico, reformulou também o comportamento social. Desta feita, novos hábitos sociais começaram a surgir nas grandes cidades de conexão ferroviária. O comboio trouxe várias revoluções, como a redução do tempo de viagem, maior conforto e viagens coletivas, conquanto as ferrovias abrissem o retrato de um novo mundo da paisagem cultural e do lazer que podia ser apreciado pela janela de um comboio em movimento.

No século XIX a revolução industrial e burguesa provocara uma mudança sociocultural muito importante, por um lado, os transportes, como por exemplo o comboio, facilitaram as

viagens, e por outro, a burguesia imitou os costumes da aristocracia. O comboio, não só permitiu que os indivíduos viajassem mais rápido e mais longe, como também provocou uma nova visão do mundo. (Pereiro & Fernandes, 2018, p. 184).

Assim, é inegável o contributo do comboio no turismo moderno, particularmente no contexto europeu, Yamashita (2003), citado por Pereiro e Fernandes (2018), anotou o momento: “O mundo começa a ser observado como paisagem, como panorâmica, deste modo, o turismo converte-se numa forma de ver, segmentar e apresentar o mundo”. (p. 184). Tão logo abriram-se as portas dos primeiros segmentos de investimento no setor turístico aliado ao comboio, um dos pioneiros foi Thomas Cook, que alcançou o reconhecimento de percussor no turismo moderno. Tal não se deve apenas à promoção dos pacotes integrados de excursão, mas também ao sucesso da locomoção e acomodação que o comboio lhes proporcionava. No entanto, podem-se destacar três pontos cruciais do segmento ferroviário ligados ao turismo moderno:

1. William Cody (Búfalo Bill). Explorador, guia e caçador, trabalhou para a “*Union Pacific Railroad*” (1867-1868), animando a caça de búfalos nas viagens de comboio pelo Oeste dos EUA. Em 1883 organizou a primeira exposição sobre o “Selvagem Oeste”;
2. Thomas Cook and Son (cf. Brendon, 1991). Uma das primeiras agências de viagens, criadora, em 1874, dos “*Traveller’s checks*”. Promoveu excursões de comboio por Inglaterra (1841, de Leicester a Loughborough), para logo em 1855 dar o salto ao continente europeu. Em 1872 organizou uma volta ao mundo em 222 dias. Um dos *slogans* atribuídos a Thomas Cook condensa o novo ar dos tempos do turismo: “Permanecer imóvel nestes tempos de mudança, quanto todo o mundo está em movimento, seria um crime. Um hurra pela viagem, o barato, viagem”;
3. Fred Harvey Company. Foi uma agência que, nos finais do século XIX, levou turistas para o sudeste dos EUA com o objetivo de observar os indígenas Hopi e Navajo. (Pereiro & Fernandes, 2018, pp. 182-183).

Na viragem do século XIX com o desenvolvimento dos automóveis, as viagens predominantes ainda eram feitas pelo meio de transporte ferroviário (Lickorish & Jenkins, 2000). Assim sendo, a industrialização ligada aos transportes teve impacto significativo na ideologia socioeconómica no Ocidente e transformou as viagens não laborais em fonte de riqueza, graças ao comboio que propulsionou os referidos lucros e uma marca forte no desencadeamento do turismo moderno.

3º O entre guerras

O entre guerras foi o período mais curto da história do turismo, marcado pelas consequências causadas pelas duas grandes guerras. Como se observou, o turismo no último quartel do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, encontrava-se ainda em estado de sistematização e consolidação, o que permitiu a delimitação do seu campo de atuação. A deflagração das guerras retrocedeu os avanços que o turismo já havia alcançado. De acordo com Lickorish e Jenkins (2000), nesta época o turismo moderno já havia realmente firmado os seus princípios básicos de atuação, porém com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, quase todos os avanços retrocederam.

As pistas deixadas pelos autores em referência estabelecem um pequeno corte entre a Primeira e a Segunda Grandes Guerras, assim após a Primeira Guerra grande parte das fronteiras europeias reabriu, o que permitiu a recuperação das viagens e consequentemente da afirmação turística. As consequências das guerras desencadearam uma nova maneira de encarar o mundo, aumentou os padrões da vida, reforçou o interesse pelo entendimento de paz, houve menos burocracia social, maior participação das mulheres, bem como avanço técnico da aviação e informação sem precedentes para suprir as necessidades da guerra. Sendo assim, tais consequências tiveram um impacto positivo no desenvolvimento do turismo, que rapidamente deixou as características de minoria para viagem de massas, conforme Lickorish e Jenkins (2000) elucidam: “os anos entre guerras foram quase um ensaio para descolagem do turismo após Segunda Guerra Mundial”. (p. 36).

4º A descolagem do turismo

Último período, também conhecido por “turismo de massa”, reflete os benefícios da paz do pós 2ª guerra, tem a marca inicial de 1945 à atualidade. Esta marca caracteriza-o como um período dinâmico e aberto. Trata-se da continuidade próspera do turismo que havia paralisado no decurso da Segunda Grande Guerra. Conquanto, o *boom* turístico ou turificação, termos aliados ao turismo de massas, é resultado de diversos fatores que ocorreram no mundo, deste modo a generalização do sistema de produção em massa do fordismo, a eficácia do transporte aéreo e as agências à sua volta contribuíram para o panorama atual do turismo, que rompeu as barreiras sociais e económicas, convertendo-se numa atividade para todos (Barretto, 2003; Lickorish & Jenkins, 2000). Deste modo, o espírito elitista que animava o turismo foi-se perdendo e nasceu uma nova realidade de consumismo holístico.

O turismo converteu-se a partir da segunda guerra mundial num turismo de massas, estandardizado, planificado para todos por igual, de grande escala e um tipo de turista básico e homogéneo, pouco diversificado. Este tipo de modelo de desenvolvimento turístico converteu-se num padrão fordista de produção do turismo, que industrializou o turismo e promoveu o consumo massivo de experiência turística, geralmente com base no sol e praia, e abaratou os preços dos serviços. (Pereiro & Fernandes, 2018, p. 193).

Ainda de acordo com Pereiro e Fernandes (2018), o turismo nas últimas décadas do século XX acendeu o conceito de fordismo e modernidade, tornando-se, preferencialmente pós-fordista, a base da nova sociedade pós-moderna. Levando isto em conta, atesta-se que o turismo é parte inseparável da presente sociedade, um estilo de vida de grande parte das pessoas. Por seu turno, consuma-se que os diferentes meios de transportes, a comunicação e a revolução tecnológica estimularam o processo de turificação, ou seja, o turismo massivo. A literatura do turismo em massa não apresenta uma única perspetiva sobre a sua origem (Barretto, 2003; Pereiro, 2009; Pereiro &

Fernandes, 2018). Conquanto, duas perspetivas conhecem maior destaque: causa e condições.

O antropólogo Jafari Jafari (1987), citado por Pereiro (2009), defende que o surgimento do turismo de massas deve-se a causas psicológicas como:

- O desejo de quebra na rotina diária e a liberdade de escolha de uma vida distinta (temporariamente limitada);
- O sistema socioeconómico dominante prepara subsistemas recreativos para o descanso curativo do esgotamento dos trabalhadores, logo após a recreação o trabalhador volta a estar preparado para desempenhar os seus trabalhos no sistema. (p. 21).

Ao contrário das causas, outros autores como Barreto (2003) e Mário Gaviria (1974), citados por Pereiro e Fernandes (2018), preferem adotar as condições da infraestrutura na origem do turismo de massas, pelo que se destacam as seguintes:

- a) Infraestruturas urbanísticas e turísticas;
- b) Mão-de-obra abundante, educada ou educável para acompanhar e responder às necessidades do turista;
- c) Ter um exotismo diferencial suficiente sem cair no estranho ou no não familiar: o turista procura o mesmo que no seu país, mas com uma diferença aparente;
- d) Espaço urbano. (p. 186).

Por seu turno, de acordo com Matias (2007), numa perspetiva económica, a necessidade de consumo turístico em grande escala deveu-se a três fatores fundamentais que permitiram o desenvolvimento da indústria turística tal como a conhecemos hoje, nomeadamente:

1. As **necessidades fundamentais** à existência humana estão largamente satisfeitas;
 2. Existe **tempo livre** para a generalidade da população;
 3. Existe um razoável **excedente no rendimento disponível** das famílias.
- (Matias, 2007, p. 22).

Portanto, foi a partir da segunda metade do século XX que o turismo deixou de ser um privilégio das elites e passou a integrar-se nas dinâmicas económicas globais como um fenómeno de massas. Esta democratização do acesso ao turismo traduziu-se num impacto económico significativo, transformando-o num dos pilares fundamentais da geração de riqueza nacional e internacional. O setor evoluiu de uma atividade solitária de lazer para um motor estratégico de desenvolvimento, contribuindo para a diversificação das economias, a criação de emprego e a valorização dos territórios. Esta viragem histórica marca o início de uma nova era em que o turismo assume um papel central na competitividade e sustentabilidade dos países.

A globalização é dos conceitos mais discutidos na atualidade, não se sabe ao certo a origem do termo, de acordo com Giddens (2000) existem várias derivações do termo em diferentes realidades, muitas vezes com o mesmo significado. Assim, para os franceses o termo apresenta-se como *mondialisation*, para os espanhóis e parte da América Latina *globalización* e na Alemanha chamam-lhe *globalisierung*. Da mesma forma, Santos (2001) também enumera algumas designações de globalização na vasta literatura da ciência interdisciplinar a partir da visão de diferentes autores, derivam-se as seguintes: formação global, cultura global, sistema global, modernidades globais, processo global e cultura da globalização ou cidades globais. Entretanto, O certo é que o conceito de globalização tem sido definido por autores de formas diferentes, há aqueles que menosprezam e outros que admitem literalmente, a estes dois Giddens (2000) denominou-os de céticos e radicais.

Para os céticos, a globalização não passa de um simples discurso, os seus ganhos ou perdas relativas à economia global não diferem dos tempos anteriores, o mundo não mudou, é o mesmo dos tempos passados. Os céticos são apologistas de que o comércio externo representa a mesma percentagem do rendimento nacional de grande parte dos

países, apesar de existirem trocas económicas de escala global, não pressupõe um comércio mundial, uma vez que tais trocas são feitas entre regiões e blocos, como acontece com a União Europeia, América do Norte e Ásia-pacífico. Portanto, para os céticos a globalização é uma perspetiva introduzida pelos seguidores da liberalização do comércio para destruir os sistemas de segurança social e reduzir os gastos públicos.

Os opositores deste movimento cético são os radicais. A globalização é defendida por eles como um facto concreto e não uma utopia, uma realidade em que o mercado global está muito mais desenvolvido que nas décadas anteriores, porém não significa apenas a delimitação das fronteiras nacionais, tem a ver com a perda e o desaparecimento da soberania das nações, os políticos perderam o poder de influenciar e liderar os acontecimentos, assim terminou a época deste Estado-nação. Todavia, os radicais encaram as transformações económicas e o comércio mundial transnacional como fruto da globalização, uma fatalidade universal (Giddens, 2000; Santos, 2001; Appadurai, 2004).

A contradição entre os céticos e os radicais faz da globalização um conceito não somente complexo, mas também em desenvolvimento. Existe um ponto em que ambos concordam: “natureza económica”. A globalização é um fenómeno multidimensional, é um erro reduzi-la apenas do ponto de vista económico, conforme exorta Giddens (2000), “a globalização é política, tecnológica e cultural, além de económica”. (p. 22). De grosso modo, trata-se de um fenómeno multidimensional e transversal que influencia o íntimo das pessoas e não corresponde somente às grandes potências mundiais, tal como o prossegue o autor:

É um erro pensar que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não é apenas mais uma coisa que “anda por aí”, remota e afastada do indivíduo, é também um fenómeno “interior” que influencia aspetos íntimos e pessoas das nossas vidas. Por exemplo: o debate que decorre em muitos países acerca dos valores da família parece ter muito pouco a ver com

as influências da globalização. Mas tem. (Giddens, 2000, pp. 23-24).

Desta feita, consuma-se que a globalização está presente em todas as partes do mundo e não é linear, como se pensava ser um produto exclusivo da realidade Ocidental (Beck, 2000; Giddens, 2000; Ramos, 2007). A globalização é um conceito que cai na hasta pública e tem sido abordado de diferentes formas, dependendo do contexto e da visão de autores. É importante destacar que nem tudo de moderno, ou melhor, “pós-moderno” é resultado da globalização, há muita areia que se tem colocado neste camião. Ulrich Beck, sociólogo alemão, na sua famosa obra “*was ist glabalisierung?*”, traduzido em inglês “*What is globalization?*”, enumera dez erros básico do globalismo:

1. Metafísica do mercado mundial;
2. O chamado livre comércio mundial;
3. Internacionalização económica, não globalização;
4. A encenação do risco;
5. Ausência da política como revolução;
6. O mito da linearidade;
7. Crítica ao pensamento catastrofista;
8. Protecionismo conservador;
9. Protecionismo verde;
10. Protecionismo vermelho. (Beck, 2000, p. 118).

Passado alguns anos, desde a publicação de Ulrich Beck, ainda existem algumas abordagens de nível académico que vão de acordo com as dez armadilhas da globalização, tal realidade é visível ainda nas rádios, televisão, jornais e outros meios. Como não se pode criticar sem indicar soluções, Beck (2000) confronta os dez erros com dez respostas sobre o que é globalização:

1. Cooperação internacional;

2. Estado transnacional ou "soberania inclusiva";
3. Propriedade conjunta do capital;
4. Reorientação da política educacional;
5. As corporações transnacionais são antidemocráticas ou antidemocráticas?;
6. Uma aliança para o trabalho civil;
7. Culturas experimentais, nichos de mercado e a autorrenovação da sociedade;
9. Empreendedores públicos, pessoas que trabalham por conta própria;
10. Um contrato social contra a exclusão? (Beck, 2000, p. 130).

O ponto fulcral das respostas de Beck é que não limita a globalização apenas como um fenómeno de natureza económica, reforça o social, a cooperação e o cultural. Entretanto, após descortinar os erros básicos e revelar o ser da matriz de globalização, pode-se estar em condições de defini-la. Para Giddens (1991) a globalização é inerente à modernidade, não representa na sociedade um incidente, trata-se de uma mudança natural dos dias atuais, relativo quase sempre a tempo e espaço. O autor concebe uma definição solidária de globalização, ao afirmar:

A globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção *anversa* às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. (Giddens, 1991, p. 60).

O turismo não escapa aos efeitos do motor único “globalização”, aliás nota-se que não existe nenhum conhecimento científico que no presente momento se aliene da força deste motor. Dito isto, ressalta-se que diferentes áreas do saber se têm dedicado a compreender as implicações positivas e negativas que a globalização pode causar (Giddens, 1991; B. Santos, 2001). De entre elas o turismo é das áreas que mais se dilui no processo da globalização, resultando no modelo atual “turismo de massas”. A relação entre ambos é destacada por Soares (2007) “o turismo é comumente associado à globalização, a intensificação dos fluxos turísticos internacionais e a queda das fronteiras culturais promovidas pelo encontro entre visitante e o visitando”. (p. 64).

A globalização derrubou as fronteiras internacionais e aproximou sociedades, isto traduz-se num dos seus objetivos: “fazer do mundo uma aldeia global” (Giddens, 2000; Hans, 2009). Os efeitos da globalização são bem visíveis no turismo, vão desde os meios de comunicação aos transportes e ao mais recente segmento de turismo em redes. Tulik (1994) já previa os efeitos entre os dois, destacando a partilha e competição das empresas aéreas. “No turismo, os efeitos da globalização podem ser percebidos, até mesmo nas áreas fragmentadas, à margem deste processo e nas generalidades resultantes de conceitos hoje amplamente admitidos em administração como a qualidade e a competitividade” (p. 8). O autor conclui que tal competição seria mais observável nas empresas aéreas transnacionais e nas diferentes modalidades de hospedagem.

O turismo atual certamente é um paradigma da pós-modernidade, neste âmbito tem derivado novos segmentos que em largos passos se separam do tradicional. Exemplo disto é a tendência atual de viajar por sítios mais distantes, sem a necessidade de aderir ao pacote das agências turísticas, substituindo-as por uma pesquisa grátis, rápida e cómoda pela internet. (Urry, 2001). Essa perspetiva corresponde àquilo que Castells (2004) denominou no final do século passado por “sociedade em rede”, que consiste numa cultura de comunicação síncrona, flexível e temporal que reduz os custos de viagem. Sendo assim, o turismo é parte considerável da sociedade em rede, e, por sua vez, da modernidade. *“El turismo ha sido considerado una experiencia fuera de lo ordinario, una versión de la globalización (económica y también cultural), un*

mecanismo de alienación, una versión moderna de la transgresión carnavalesca” (José, 2012, p. 17).

Portanto, é irrefutável a perspetiva que aponta o turismo moderno como uma atividade de massas global (Richards, 2007). Tal conquista faz do turismo não apenas uma atividade global como também resultado da própria globalização, por esse motivo Bauman (1999) denominou a personalidade do turista como o modelo ideal de sujeito do presente século, alegando inclusivamente que os globais são os turistas, aqueles que estão em casa em qualquer parte do mundo detêm o direito de escolha e liberdade. Logo, as abordagens e os dilemas que a globalização enfrenta recaem sem filtro para o turismo. Desafios ambientais, crises económicas e distintos problemas sociais necessitam agora de uma intervenção político-sustentável de cariz turística. (Azevedo et al., 2005; Torres-Delgado & Palomeque, 2012; Carvalho & Borges, 2017). Não obstante, um dos grandes dilemas da globalização é a identidade face à diversidade cultural. A mundialização económica não apaga a imagem do local, ambas devem estar próximas trocando sinergias. (Ramos, 2007; Carvalho, 2020).

A identidade é um dos temas mais controversos que a globalização retrouxe (Bauman, 1999; Appadurai, 2004). Dentro das ciências sociais a identidade refere-se a um tema multifacetado, alcança as interações sociais, o género, a cultura, a migração e, consequentemente, as fronteiras. Analisar a (s) identidade (s) remete-nos sempre para uma perspetiva comparativa e exclusiva. Conforme Ramos (2007) sugere, “refletir sobre identidades é sempre situarmo-nos em confronto pacífico ou violento, como o “outro”, estranho, exótico, diferente, distante, adversário, inimigo e aliado” (62). Atualmente, vivencia-se um pouco por toda a parte tal realidade com o fenómeno migratório.

O interesse sociológico está presente na globalização e também no tema identidade. No parecer do sociólogo Stuart Hall, existem três conceções diferentes do sujeito: iluminismo, sociológico e pós-moderno (Hall, 2006, p. 10).

- Primeiro, o sujeito no iluminismo é baseado na pessoa como um indivíduo totalmente centralizado, unificado e dotado de conceções conscientes. O centro era o núcleo interior, que ocorria no nascimento do sujeito e se

desenvolvia ao longo do tempo, sendo o mesmo contínuo ou idêntico, ou seja, a identidade do sujeito era autónoma “individualista”.

- Segundo, o sujeito sociológico, diferente do primeiro, trata-se de um sujeito “interativo”. Reflete a imagem complexa da modernidade, a conceção da consciência do núcleo interior do sujeito não é autónoma, mas construída com os valores simbólicos, culturais de outras pessoas do seu meio. Tendo em conta esta ideia, a identidade é construída ou formada na base da interação entre o sujeito e a sociedade, através do diálogo contínuo com outras realidades culturais.
- Por último, o sujeito pós-moderno. Até aqui entre a identidade do sujeito iluminista e sociológico existe uma simbiose “interna-externa”, o que Hall chamou de mundo pessoal e mundo público. Tal simbiose progrediu e resultou em sujeito pós-moderno, onde a identidade se tornou fragmentada, o sujeito agora é dotado de várias identidades, e não mais de uma única, como aconteceu anteriormente. Entretanto, neste processo a identidade tornou-se mais provisória, variável e complexa, é disto que é formado o sujeito pós-moderno, um indivíduo sem uma única identidade fixa ou permanente, agora é móvel, reproduzido pelos distintos sistemas culturais.

Diferente da perspectiva diacrónica de Stuart Hall, a identidade concebida por Castells (2001) constitui um processo dinâmico e relacional que se constrói e reconstrói continuamente no quadro das interações sociais. Contrariando a noção essencialista de identidade como uma característica fixa e imutável, Manuel Castells propõe uma abordagem sociocultural que reconhece a identidade como multidimensional, instável e profundamente relacionada nas redes de poder que permeiam as sociedades contemporâneas. Dito isso, a identidade estabelece-se no reconhecimento do outro, nunca de forma separada, tal como revela Spencer (1996) citado por (Castells, 2001, p. 28): “No conocemos gente sin nombre, ni lenguas o culturas en las que no se establezcan de alguna manera distinciones entre yo y el otro, nosotros y ellos [...] El conocimiento de uno mismo siempre una construcción pese a que se considere un

descubrimiento nunca es completamente separable de las exigencias de ser conocido por los otros de modos específicos”.

Segundo o autor, a mera diferença cultural não é suficiente para produzir diferenciação identitária. Em vez disso, a identidade diferenciada emerge da ativação das distinções entre grupos, resultando de processos sociais e históricos que configuram os sujeitos em relação aos outros. É nesse contexto que a identidade se manifesta como um mecanismo de construção de sentido, atribuída e resinificada à medida que os indivíduos se posicionam diante das estruturas de poder e dos discursos culturais disponíveis. Entretanto, Castells propõem diferença entre identidade e papel social, sendo que a última se organiza através de funções, enquanto a identidade corresponde a fontes de significados, porém mais forte que os papéis sociais.

A identidade, portanto, não é um atributo original que acompanha o sujeito desde o nascimento, mas sim uma construção intersubjetiva que surge do contacto com o outro, da experiência vivida e da identificação compartilhada. Este carácter relacional implica a constante demarcação dos limites entre o "nós" e os "outros", conferindo à identidade um papel fundamental na articulação das pertenças sociais e dos processos de exclusão. Esta perspetiva é bem conhecida entre os antropólogos como “alteridade”, o reconhecimento de diferença entre si mesmo e o outro, afinal a definição do ser humano é feita partir do outro (Bernardi, 1992; Burns, 2002).

Entretanto, Castells (2001), no seu texto “O poder da identidade”, destaca três formas distintas de construção identitária que ocorrem em diferentes contextos de poder na sociedade:

- **Identidade legitimadora:** Criada pelas instituições dominantes, esta forma de identidade busca estabilizar e racionalizar a dominação ao integrar os sujeitos dentro de uma lógica institucional que sustenta o *status quo*;
- **Identidade de resistência:** Desenvolvida por grupos marginalizados ou estigmatizados, esta identidade constitui uma reação defensiva contra a opressão, criando fronteiras e formas próprias de organização que desafiam a hegemonia dominante;

- **Identidade projeto:** Uma forma proativa de construção identitária, na qual os atores sociais, a partir dos seus próprios recursos culturais, formulam novos significados e modelos de pertença que podem reconfigurar tanto as suas posições sociais quanto as próprias estruturas da sociedade.

Em suma, a concepção de identidade em Castells enfatiza não apenas a multiplicidade e a fluidez das identificações individuais e coletivas, mas também o papel central das relações de poder no processo identitário. Trata-se de uma visão que desafia abordagens simplistas e essencialistas de papéis ou funções sociais, propõe uma leitura crítica e situada da identidade como um fenómeno profundamente político e cultural. Em linhas gerais, o conteúdo simbólico da identidade coletiva e o significado que ela assume para os que dela participam posicionam-se à margem, estão profundamente condicionados por quem a constrói e os interesses que orientam essa construção. A identidade coletiva para (Castells, 2001) não emerge espontaneamente, antes é moldada intencionalmente, refletindo as motivações dos seus agentes articuladores e as suas projeções sobre pertencimento, exclusão e reconhecimento.

O turismo de massas é a prova da identidade fragmentada, ou seja, do sujeito pós-moderno (Bauman, 1999; Urry, 2001). A pós-modernidade reformulou a perspectiva que se tinha de turismo. Urry (2001) defende a referida tese ao argumentar: “a era da comunicação de massas transformou o olhar do turista, e muitas características da pós-modernidade já estavam prefiguradas nas práticas turísticas existentes” (p.118). A tese levantada por John Urry faz revelações surpreendentes, indicando que não apenas a visão do turista foi afetada pela pós-modernidade, como também o sujeito turista já tinha predisposição para assumir as práticas resultantes de tal período. Contudo, pode-se aferir que o sujeito pós-moderno se identifica como “indivíduo turista”. “As pessoas são turistas boa parte do tempo, quer gostem ou não” (Urry, 2001, p. 118).

Não muito diferente, Bauman (1999), na sua obra “Globalização: As consequências humanas”, faz uma viagem sobre a transformação ou mudanças da identidade do sujeito na pós-modernidade. Para o autor, atualmente os indivíduos estão em constantes movimentos, é comum a mudança de lugares, viagem por vários locais que não sejam o de residência de forma física ou virtual, logo não se pode ficar parado.

De acordo com Bauman (1999), as transformações ocorridas na pós-modernidade desencadearam uma sociedade de consumo distinta das anteriores. “a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso, precisa de engajar os seus membros pela condição de consumidores” (p. 88). Contudo, Zygmunt Bauman conclui que a atual sociedade de consumo é representada por dois atores: o turista – a experiência do sujeito é vivida como liberdade pós-moderna; vagabundo – uma versão de escravidão na pós-modernidade.

No contexto de Angola, o fim do velho sistema colonial e das batalhas pela descolonização e a independência nacional reacenderam a necessidade da formação de uma identidade nacional¹, isso em virtude de os novos Estados-nação, criados depois da colonização, para além de serem multiétnicos e multiculturais, refletirem ainda condições anteriores de existência do colonialismo. Mesmo possuindo uma sociedade civil relativamente autónoma e soberana ainda não há uma identidade socialmente genérica e que reflète uma imagem histórica de Angola de Cabinda ao Cunene, entende-se aqui a identidade no seu sentido holístico de construção, conforme é ressaltado por (Binja, 2010):

Identidade é uma imagem de como a pessoa percebe o seu ambiente social, que não é normalmente expresso por teorias explícitas, mas por lendas, histórias, fábulas, e assim por adiante, essa imagem é a possessão de uma ampla maioria de pessoas ou mesmo por toda sociedade (...) dessa forma, o imaginário social torna-se o amplo entendimento que viabiliza e possibilita práticas comuns. (p. 78).

Já este autor acima, deixa claro que a identidade não se aborda vagamente, ela tem traços como o meio e a memória coletiva. A forma como nos caracterizamos com uma identidade nacional resulta de uma construção, não está inscrita nos nossos genes,

¹ A respeito disso o primeiro presidente da República de Angola, António Agostinho Neto, já usava o *slogan* “Um só Povo, uma só Nação e um só País”.

mesmo que a maneira de pensar seja como se fosse parte de nossa natureza essencial. A educação tem um papel peculiar na luta pela nacionalização em angolana, devido ao modo como Angola passou a ser representada, enquanto conjunto de povos e significados, pela cultura nacional, tudo isso nos leva a reconhecer que quando se fala em nação não há apenas uma entidade política, mas também um sistema de representação cultural, algo que produz sentido, sentido este que é forjado dentro de um currículo de ensino na disciplina de história.

De acordo com alguns pedagogos e historiadores angolanos (Paxe, 2014; Kebanguilako, 2016), a educação é condição *sine qua non* na construção do Estado-nação. Ela permite ter uma noção do território angolano e temáticas gerais, mas não se deve ignorar as abordagens particulares de “indução” em localidades distintas. É uma utopia acreditar que um dia em Angola exista um só povo e uma só nação, com a mesma identidade. Kebanguilako (2016) pensou a respeito disso ao narrar que: “a necessidade de construir um Estado-nação exigia a criação de elementos de identidade, neste sentido sempre se pensou na formação de uma cultura homogênea que pudesse simbolizar a identidade da nação” (p. 55).

Não há possibilidade de uma identidade comum no território que hoje se chama Angola, porque no período pré-colonial o território foi composto por vários povos com traços culturais distintos. A educação serviu para escrever um legado histórico das distintas culturas e suas peculiaridades, a fim de este povo fragmentado começar a construir um património histórico-cultural memorial onde todos se revêm. A educação tem a missão de construir, transmitir e conservar todos os esforços da luta identitária em Angola, Isaac Paxe faz uma crítica em torno da discussão, ao declarar: “foi uma questão negligenciada porque não se prestou a devida atenção às populações dos contribuintes africanos à conferência sobre a necessidade de se adotar a educação como veículo para a preservação das normas da cultura, valores, as práticas tradicionais e as identidades históricas” (Paxe, 2014, p. 180).

1.2.1. Turismo cultural

A origem do turismo cultural está presente nos primórdios da *Grand Tour*, caracterizava-se com uma viagem reservada à formação e à descoberta, feita maioritariamente pela classe burguesa, quase sempre com o objetivo de conhecer novas culturas na diáspora, para que no regresso ao seu país fossem aceites na classe de grandes líderes para governar (Pereiro & Fernandes, 2018). Pereira e Peres (2010) partilham a mesma ideia de que o turismo cultural sempre existiu, estava vinculada à curiosidade, formação, estética e ao património cultural. O património material remete-nos aos grandes monumentos e templos sagrados, por esse motivo é que muitos autores não separam o turismo cultural do turismo religioso (Cravidão, 2006; V. Pereira & Peres, 2010).

Apesar da presença do turismo cultural na difusão do turismo, a relação entre a cultura e o turismo e, por sua vez, o conceito de turismo cultural é bem recente. Tanto mais é que os antropólogos passaram a banalizar a atividade turística, vista como superficial e “aculturadora” dos povos não ocidentais (Pereiro & Fernandes, 2018). Houve uma reviravolta considerável nas últimas décadas do século XX, quando os vários recursos culturais, materiais e imateriais, se converteram em produtos turísticos (V. Pereira, 2009). Os dados da OMT revelam que o turismo cultural é visto como o mercado que mais cresceu a nível global e cresce mais de 5% ao ano do que o turismo global (UNWTO, 2007). A mesma organização define o turismo cultural como uma espécie de deslocamento turístico praticado em localidades, sejam elas bairros, cidades, países, que possuem territórios detentores de elementos culturais, históricos, alguns deles inclusive constituindo um património histórico-cultural (UNWTO, 2007), contudo refere-se quase sempre a sítios preservados, monumentos, complexos arquitetónicos e qualquer outro símbolo de natureza histórica (Swarbrooke, 2000; Antoni & Jaume, 2009; Lopes & Rego, 2017).

Apesar de as marcas do turismo cultural estarem presentes desde a origem do turismo, ele foi-se firmando de forma gradual ao longo dos anos. Para du Cros e McKercher (2015), a década de 1970 e parte da 1980 são o período em que o turismo

cultural mudou radicalmente e passou a ser visto pelos profissionais do marketing e investigadores do turismo como uma categoria de produto distinto. A base desta categoria circunscreve que grande parte das viagens era motivada pela necessidade de compreender e conhecer de forma mais profunda a cultura e o património dos distintos turísticos. Assim, tradicionalmente as motivações de TC são classificadas em três comportamentos, (Grefe, 2003; Fernandes, 2006):

1. **Turistas de motivação cultural ou especializados:** Escolhem viagens com base nas ofertas culturais, planeiam as suas viagens com antecedência, permanecem por vários dias em um local ou área selecionada e fazem viagens curtas;
2. **Turistas motivados ou atraídos pela cultura:** Não viajam por motivos culturais; o seu destino geralmente é a praia ou as montanhas, mas estão dispostos a modificar o seu tempo de viagem para ter experiências culturais, como visitar monumentos, cidades ou participar em eventos;
3. **Turistas de inspiração cultural ou ocasionais:** Aqueles que escolhem um destino histórico famoso, visitando-o uma vez na vida e nunca mais retornando, geralmente viajam em grupos organizados e visitam locais ao longo do caminho, sem uma estadia prolongada; também incluem turistas que se envolvem em experiências culturais irregulares durante a sua estadia.

Antes do século XX, o TC aos poucos consolidou-se como uma categoria especializada, embora na altura num nicho, reservado a um público mais instruído e financeiramente abastado que procurava experiências longe do padrão convencional, praia, areia e sol (Richards, 2007; du Cros & McKercher, 2015). Logo, não é por acaso que a origem do turismo cultural é atribuída ao *Grand Tour*, devido à sua característica elitista e intelectual. Certamente, com a sua consolidação no último quartel do século XX, abriu um novo paradigma na forma de encarar os recursos e promover produtos turísticos com o alargamento de novos atores. Contudo, o turismo cultural passa a ser responsável por um vasto e distinto stakeholder, nomeadamente o turista, a

comunidade local recetora, os gestores culturais, as empresas de animação turística, as autoridades locais e outros. (Antoni & Jaume, 2009; Pereiro, 2009).

A relação entre turismo e cultura tem gerado até hoje muitas controversas, a realidade recai, conseqüentemente, na conceitualização da cultura. É factual que a cultura é um termo polissémico e complexo conforme já descrito atrás, por essa razão, a sua perplexidade também alcança a aglutinação dos termos “turismo+cultura”. Marujo (2015) descreve a controvérsia apresentando os mesmos motivos: “o turismo cultural pela sua multidisciplinaridade é difícil de conceitualizar porque é conhecimento, mas é também experiência, supõe a participação ativa do indivíduo e implica subjetividade no que se refere às percepções dos indivíduos que observam uma cultura através das suas próprias representações” (p. 9).

Nunca se falou tanto em turismo cultural como nos dias atuais, de grosso modo tal designação tem sido encarada como sinónimo de turismo (Pereiro, 2009; José, 2012; du Cros & McKercher, 2015). Apesar de alguns autores diferenciarem o turismo cultural como uma categoria, classe ou segmento do turismo, nem sempre tem sido visível a diferenciação, essa ideia não se resume somente ao público leigo, alcança também as fronteiras dos profissionais do turismo. A respeito disso “o turismo cultural apresenta-se como uma alternativa ao turismo de sol e praia, mas, num sentido genérico, o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em «turismo cultural» é uma reiteração” (Pereiro, 2009, p. 108).

É indiscutível que o turismo cultural está e continua na moda para os consumidores e para aqueles que o vendem. Segundo (Richards, 2001), o turismo cultural constitui o Santo Graal de um turismo de qualidade, ele é onipresente e onipotente. Não obstante a tais adjetivos, urge a necessidade de responder a algumas questões que até ao momento se encontram em formulação e reformulações no quadro conceitual, propriamente: o que é o turismo cultural? como distingui-lo de outras formas de turismo? quem são os turistas culturais?

Para evitar equívocos, pondera-se começar por distinguir o turismo cultural das outras formas de turismo. De acordo com Richards (2001), a melhor forma de identificar

e definir o turismo cultural é refletir antes em torno das tipologias de atrações culturais. O autor apresenta um quadro de tipologia cultural, elaborado num documento designado por *European Centre for Traditional and Regional Cultures* (ECTARC), em 1989. A partir desse documento foram extraídas as ideias basilares para a composição da Carta do Turismo Cultural. O turismo cultural descrito no ECTARC (1989) para ilustrar o consumo por parte dos turistas de produtos como arte, monumentos, tradições locais e outros. Ainda nesta senda, Richards (2001), que também refletiu sobre as atrações de turismo cultural no referido documento, apresenta oito pontos:

- Box 1.1.** ECTARC cultural attraction typology.
1. Archaeological sites and museums
 2. Architecture
 3. Art, sculpture, crafts, galleries, festivals, events
 4. Music and dance
 5. Drama
 6. Language and literature study
 7. Religious festivals, pilgrimages
 8. Complete culture and sub-cultures

Figura 1 Tipologia de atração cultural. ECTARC.

Fonte: (Richards, 2001, p. 23).

Os elementos que compõem as atrações culturais sugeridas pelo ECTARC são de natureza antropológica, tendo em conta que são representações do engenho humano “cultura”, um ofício exclusivo do ser humano (Geertz, 2008; Martinez, 2014). Richards (2001) defende que a base de uma atração cultural reside no recurso e compreende que deve existir uma sincronização entre o produto, um material da cultura, e as funções dos recursos culturais. Richards (2001) aponta que existem duas dimensões para analisar o turismo cultural, o primeiro representa o «continuum» da definição clássica antropológica de cultura, como um produto humano em processo; a segunda dimensão representa o uso ou propósito dos recursos culturais quiçá exibidos em ação.

Assim exposto, Richards (2001) conclui defendendo uma tipologia de atração turística cultural baseada no tempo (passado e presente) que representa as formas, o

tempo, a educação e entretenimento que representa as funções. Conforme se observa na figura 2:

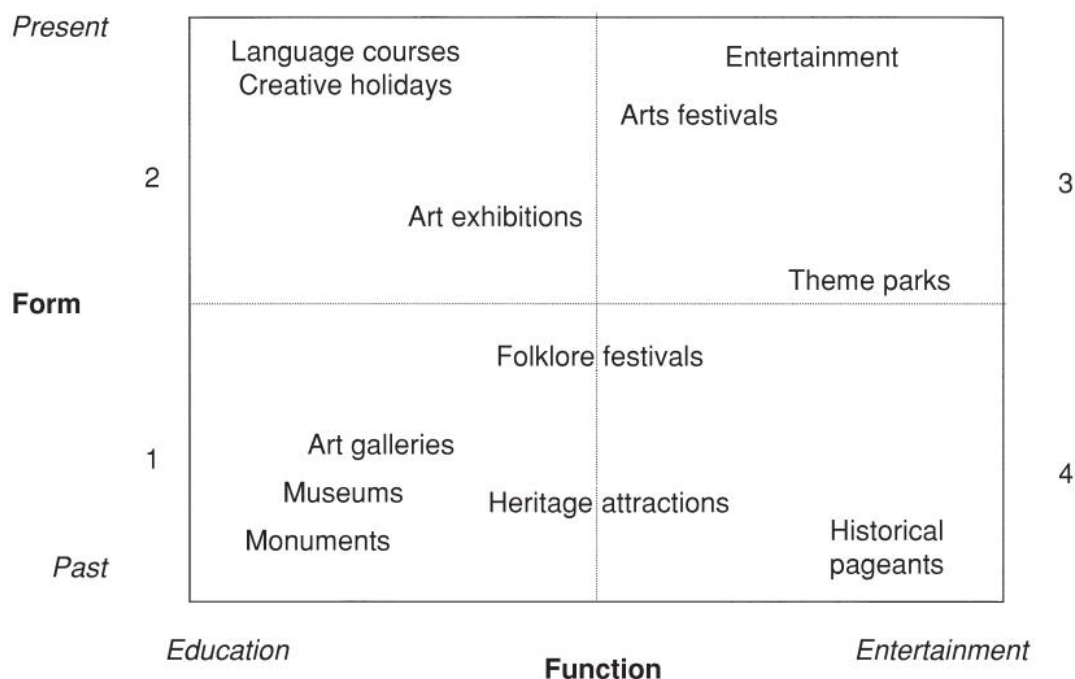


Figura 2 Categoria de atração cultural

Fonte: (Richards, 2001, p. 24)

Diante das cinco décadas que marcaram o advento do turismo cultural, o termo ainda tem sofrido muita agregação e desagregação, causando mesmo resignificação conceptual. No passado o turismo cultural representava turismo patrimonial, turismo das artes e o turismo étnico. Com o passar do tempo surgiram outros significados, atualmente representa uma tendência maior: turismo industrial, turismo literário, turismo militar, turismo urbano, turismo baseado em fazendas “*farm-based tourism*”, e agroturismo (Richards, 2001; Antoni & Jaume, 2009). Segundo du Cros e McKercher (2015), as desagregações que o turismo cultural tem sofrido são responsáveis pelo surgimento de muitos componentes que tendem a causar mais danos do que benefícios, uma vez que isolam questões comuns e causam complexidades desnecessárias. Por seu turno, Richards (2007) é apologistas de que as mudanças ocorridas em volta do turismo

cultural estão intimamente ligadas a questões da globalização, vista sob forma de integração crescente da economia e sistemas socioculturais.

A problemática da diferenciação do turismo cultural de outros segmentos ou tipologias é universal, sendo que países, blocos e continentes têm percepções diferentes. Na Europa permanece a visão clássica de turismo cultural ligado ao consumo passivo de monumentos, sítios históricos e museus. Por sua vez, em África, onde existe escassez do património construído, o turismo cultural é encarado como produto no âmbito da vida tradicional nas aldeias, atrações naturais e vida selvagem. Na Austrália e na Nova Zelândia, o turismo cultural transcende o património, é visto como política criativa, cujo objetivo é desenvolver e aprofundar a interação do povo, lugar e identidade cultural. Na América do Norte, o turismo cultural já não se trata de um segmento de mercado distinto, como aconteceu no passado. Agora é reconhecido como meio de apoio à cultura e gerador de rendimento; enquanto na América Latina o turismo cultural está ligado às culturas, características arqueológicas, ambientes rurais e naturais. Já no Médio Oriente foi afetado pelo atentado de 11 setembro de 2001. Aos poucos assiste-se a um turismo cultural baseado em viagens intrarregionais. Finalmente, na Ásia, face à globalização e modernização, o turismo cultural significa a vanguarda da identidade nacional e cultural (Richards, 2007).

O turismo cultural requer deslocação numa comunidade local, onde o turista é motivado a trocar sinergias na base da experiência e entretenimento com os hospiteiros, a partir do seu património sociocultural. Na literatura do turismo cultural a experiência, entretenimento e motivação correspondem ao ponto de partida da sua característica exclusiva, embora todo o tipo de turismo envolva consumo e experiência (Pereiro, 2009; Richards, 2007).

Para du Cros e McKercher (2015) numa perspetiva no marketing, o turismo cultural não é um produto, mas sim uma classe de produtos, de experiência e atividades que incorporam os ativos do património de um determinado destino turístico. Logo, a classe de produto passa a ser entendida pelos autores como um grupo de produto que partilha algumas características comuns que o distinguem de outras classes de produtos. Assim dito, os blocos de construção do recurso cultural da comunidade e a necessidade

de convertê-lo em produto cultural representam as principais características. Continuam, ao demonstrar que as categorias de produtos diferentes podem ser encontradas dentro de cada classe de produto, assim uma categoria de produto representa um grupo de produtos relacionados que se distinguem de outros produtos da mesma classe, por uma ou mais características significativas.

O turismo cultural passou a ser entendido pelo ECTARC para descrever o consumo de produtos de monumentos, artes locais, tradições populares e outros produtos culturais consumidos pelos turistas. O ECTARC elabora uma definição já transformada, uma vez que os produtos antecedem os recursos naturais e culturais que são partes indispensáveis e elementares do turismo cultural (Richards, 2001; du Cros & McKercher, 2015). Entretanto, são os recursos patrimoniais que constituem a identidade do turismo cultural, sendo um tipo de turismo para todos os membros da comunidade, tal realidade é mencionada na Carta Internacional do Turismo Cultural, no seu carácter fundamental, “De uma forma geral, o património natural e cultural pertence a todas as pessoas. Cada um de nós tem o direito e a responsabilidade de compreender, apreciar e conservar os seus valores universais” (ICOMOS, 1999, p. 2).

O turismo cultural processa-se através do legado vivo nas pessoas, ou seja, da cultura viva onde a comunidade é chamada a transmitir, conservar e ser parte desse par do seu património. A Carta Internacional do Turismo Cultural faz referência aos três elementos apontados, nos seus quatro objetivos:

- Facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do património a tornarem o significado desse património acessível à comunidade residente e aos visitantes;
- Facilitar e encorajar a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o património e as culturas vivas das comunidades residentes;
- Facilitar e encorajar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios

património, das colecções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável;

- Encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis, e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios património e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação.

Distintos autores, especialistas no tema do turismo, concordam em que é extremamente, difícil defini-la, devido à complexidade do termo cultura e também a associação ao conceito de globalização (Richards, 2001, 2007; du Cros & McKercher, 2015; Marujo, 2015; Pereiro, 2009). Tudo se tornou mais confuso com as mais recentes fragmentações e derivações do termo turismo cultural, como os mais usados: turismo industrial, agroturismo e até mesmo o mais recente turismo criativo proposto por Greg Richards.

Para além da experiência, entretenimento e motivação, du Cros e McKercher (2015) reconhecem a necessidade de envolver quatro elementos-chave para definir o turismo cultural de forma menos confusa:

1. Turismo;
2. Utilização de bens culturais;
3. Consumo de experiência e produto;
4. O turista.

Até aqui, portanto, verifica-se que o conceito de turismo cultural apresenta uma natureza polissémica, decorrente do conceito de cultura através da antropologia que lhe estão subjacentes. Após a análise das distintas perspetivas teóricas presentes na literatura explorada, considera-se estarem reunidas as condições para proceder a uma sistematização crítica das principais correntes interpretativas que moldam as definições desde as clássicas às mais contemporâneas deste fenómeno, conforme resumidas na tabela 2:

Autores	Definição/designação	Dimensão
(ECTARC, 1989)	Descrever o consumo pelos turistas de produtos de arte, monumentos e locais, tradições populares, bem como uma ampla gama de outros produtos culturais.	Consumo/ Experiencial
(Boniface, 1995)	Deve ser reconhecido como uma atividade positiva com potencial para beneficiar a comunidade local, bem como o visitante.	Experiencial
(ICOMOS, 1999)	Meio de trocas culturais e de conservação, deve proporcionar oportunidades responsáveis e bem geridas para os membros da comunidade residente e para os visitantes experimentarem e compreenderem em primeira mão o património e a cultura dessa comunidade.	Experiencial
(Richards, 2001)	A maneira como os turistas, aquelas pessoas que viajam fora dos seus locais de residência e consomem a cultura	Motivacional
(Pereiro, 2009)	Uma alternativa ao turismo de sol e praia, mas, num sentido genérico, o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em “turismo cultural” é uma reiteração.	Experiencial
(José, 2012)	O turismo cultural é o resultado da tensão entre experiência e ritual. Por um lado, os turistas se aproximam dos espaços culturais para viver experiências extraordinárias.	Experiencial
(Du Cros & McKercher,	Uma forma de turismo que depende dos bens do património cultural e transforma-os em produtos que	Marketing

2015)	podem ser consumidos pelos turistas.	
(Marujo, 2015)	Caracteriza-se pela motivação do turista em conhecer regiões ou localidades onde o seu alicerce está baseado nas manifestações culturais, religiosas e históricas de determinado povo.	Motivacional
(Nuria et al., 2016)	O consumo de produtos culturais pode ser o principal motivo para visitar um lugar ou fazê-lo para agregar valor à experiência dos visitantes, já que o seu consumo se complementa com o desfrute de outras atividades.	Marketing/experiencial
(Antoni & Jaume, 2009)	O turismo cultural pode ser diferente do turismo de massa, o seu objetivo é coletar património para atrair visitantes, ser uma boa fonte de recursos para lugares que sabem promover	Marketing

Tabela 1 Definições e designações do TC
 Fonte: elaboração própria do autor.

1.3. Desenvolvimento na literatura

A abordagem em torno do desenvolvimento local acarreta todos os postulados e indagações da complexidade do conceito de desenvolvimento. Sendo assim, é oportuno antes de descortinar o desenvolvimento local fazer uma recorrência diacrónica à literatura do desenvolvimento. Segundo Oliveira e Lima (2006), a génese do desenvolvimento é resultado da industrialização e do crescimento dos padrões de consumo económico, como modelo da vida das sociedades prósperas. O termo desenvolvimento encarado na perspetiva em epígrafe ganhou destaque no período pós Segunda Grande Guerra Mundial. No parecer de Amaro (2003), neste período o desenvolvimento visava aferir o progresso de prosperidade das antigas colónias, tidas como países subdesenvolvidos depois das respetivas independências.

O progresso do desenvolvimento não parou, Amaro (2003) prossegue, ilustrando que entidades, departamentos e instituições, como a ONU, estavam preocupados em propor um modelo estratégico de referência para desenvolver as antigas colónias, longe da ideologia socialista e comunista. Por seu turno, houve uma outra tendência, introduzida por Santos et al. (2012), de acordo com os quais o desenvolvimento não é produto da Segunda Grande Guerra, recuando até ao século XVII e defendendo que o conceito surgiu com Charles Darwin no campo da biologia, numa perspectiva de evolução dos seres vivos e das suas características genéticas. Porém, com a fragmentação da clássica teoria “evolucionismo”, o desenvolvimento teve origem na narrativa do darwinismo social, com este os termos progresso, expansão e crescimento passaram a diferenciar as sociedades, sendo que estas três representavam a peculiaridade de algumas sociedades ocidentais, que haviam alcançado o status de sociedades desenvolvidas aptas para produzir.

Um dos modelos mais antigo de divisão de desenvolvimento aparece em Souza (1993, citado por Santos et al., 2012). O autor propõe duas correntes, a primeira encara o crescimento como sinónimo de desenvolvimento, enquanto na segunda o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. Importa distinguir ambas: “o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinonimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades” (Sachs, 2014, p. 14). Assim, percebe-se que entre o crescimento económico e o desenvolvimento revela uma tensão conceptual. A primeira corrente, que equipara crescimento a desenvolvimento, falha por defender uma visão quantitativa e redutora, ignora os impactos sociais e distributivos do progresso económico. Já a segunda corrente, mais crítica e abrangente, reconhece que o crescimento é necessário, mas não garante por si só melhorias nas condições de vida. Esta abordagem exige uma leitura qualitativa dos indicadores económicos e uma política pública orientada para a equidade e a justiça social.

A ideia de que o desenvolvimento não é um conceito absoluto, conforme sublinha Amaro (2003), revela a sua natureza dinâmica e multifacetada no campo das ciências sociais. Ao longo do tempo, o desenvolvimento tem sido reinterpretado à luz

das transformações históricas, políticas e epistemológicas, oscilando entre noções de evolução, progresso, crescimento económico e, mais recentemente, modernização. Esta sucessiva reformulação evidencia não apenas a sua complexidade teórica, mas também a disputa ideológica que o envolve, tornando-o um campo fértil para o debate crítico e interdisciplinar. Assim, compreender o desenvolvimento exige uma abordagem plural, sensível às dimensões sociais, culturais e ambientais que o atravessam.

Contudo, uma análise mais profunda de desenvolvimento deve ser feita a partir da sua etimologia, seguindo as pistas de Santos et al. (2012), que apresenta a etimologia da palavra desenvolvimento de forma muito pedagógica que merece uma reflexão:

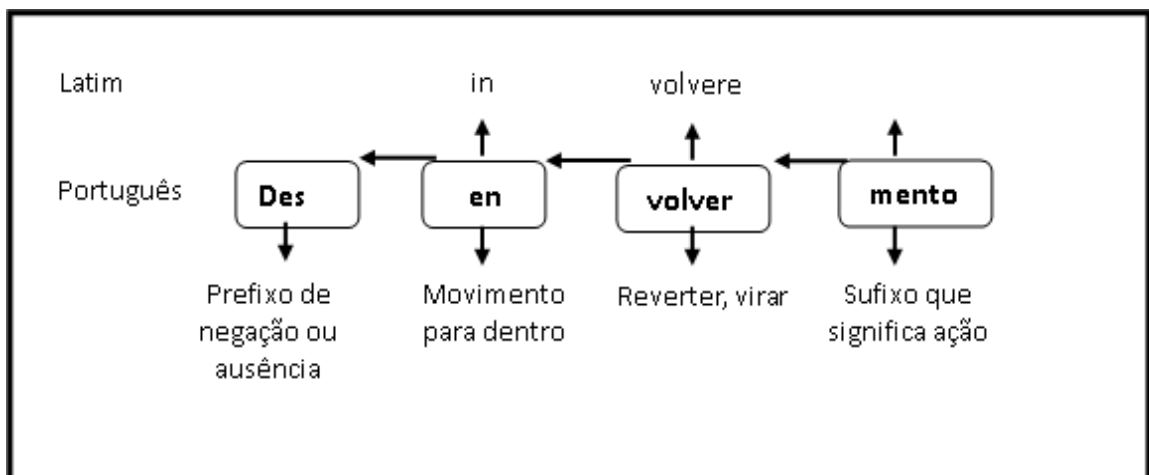


Figura 3 Etimologia da palavra desenvolvimento.
Fonte: (Santos et al., 2012, p. 46).

A interpretação de Santos et al. (2012) expressa um movimento para reverter a ação ou algo sem envolvimento. O fato é que o resultado da conjugação dos elementos que formam a palavra desenvolvimento é surpreendente à primeira vista e contraditório. Uma análise não muito fiel à ordem das palavras abre um universo de significados, logo pode também significar: “não tem ação para retomar o movimento” ou ainda “sem ação para voltar ao movimento”. Até aqui é notável que se trata de um conceito não apenas complexo, mas também dinâmico, aberto a distintos significados, foi diante de estratégias para solucionar os problemas pós Segunda Grande Guerra Mundial como paz, mudança, progresso, bem-estar e riqueza que o conceito de

desenvolvimento obteve autonomia científica (Mergulhão & Rita, 1997; Amaro, 2003; Oliveira & Lima, 2006).

1.3.1. Um desenvolvimento alternativo: o local

Como vimos até aqui o desenvolvimento é complexo, dinâmico e transversal, a despeito disso Amaro (2017) evidencia que nas décadas de 80 e 90 do século passado chegaram a existir dezenas de propostas sobre desenvolvimento por parte de autores pós-desenvolvimentistas. Conquanto, as propostas mais conhecidas foram: desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento integrado, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. O conjunto dessas designações passou a ser conhecido como desenvolvimento alternativo (Santos et al., 2012; Amaro, 2017).

A abordagem sobre o desenvolvimento corresponde a vários pressupostos e paradigmas, existem dois paradigmas antagónicos clássicos de desenvolvimento, o funcionalista e o territorialista (Mergulhão & Rita, 1997). De acordo com Veiga (2005) foram Pecqueur e Silva (1989) os precursores da reflexão dos modelos de desenvolvimento que dominaram a segunda metade do século XX. O primeiro modelo, tratou-se de desenvolvimento exógeno, que dominou os anos 1950 a 1960, defendia que o desenvolvimento do meio rural através de impulsos exógenos, de carácter económico e tecnológico, a este os autores apelidaram de “paradigma funcionalista”, onde há uma hierarquia dos espaços económico, uma oposição de setores urbanos-industrial (moderno) ao tradicional rural. Já o segundo modelo, o desenvolvimento endógeno, surgiu na década de 1980, como alternativa ao obsoleto modelo exógeno (funcionalista), defendia que o desenvolvimento parte necessariamente a partir dos recursos específicos do território, desde os humanos, naturais e culturais, esta conceção os autores chamaram de paradigma territorialista.

Ademais, o primeiro paradigma, denominado de funcionalista, encara o desenvolvimento numa perspetiva de crescimento económico, a partir da leitura normal da pirâmide, de cima para baixo. O segundo paradigma é o territorialista, defende uma

visão oposta à primeira, descreve que o crescimento económico não significa essencialmente desenvolvimento, corresponde à pirâmide invertida, de baixo para cima. Por seu turno, essa forma de dividir o desenvolvimento tem sido apresentada por muitos autores de distintas formas, mas sem perder o enfoque conceptual do que aqui chamamos de pirâmide.

Conquanto, o paradigma territorialista propõe uma leitura inversa, sustentando que o crescimento económico não é, por si só, garantia de desenvolvimento. Este modelo valoriza as dinâmicas locais, a participação comunitária e a valorização dos recursos endógenos, operando numa lógica ascendente da base para o topo. A pirâmide invertida simboliza, assim, uma abordagem centrada nos territórios, onde o desenvolvimento é construído a partir das necessidades, potencialidades e identidades locais, promovendo uma visão mais inclusiva e sustentável. Logo, afere-se que a primeira corrente ou paradigma se caracteriza com as mudanças quantitativas, ao passo que a segunda corrente corresponde às mudanças qualitativas. Entretanto, reside no segundo paradigma “territorialista” a derivação do desenvolvimento alternativo, alcunhado mais tarde de desenvolvimento local. (Amaro, 2003; E. Santos et al., 2012).

O crescimento económico constitui um elemento essencial para o desenvolvimento, embora também se reconheça que processos de desenvolvimento podem ocorrer independentemente de um crescimento imediato. Contudo, é fundamental destacar a importância dos papéis colaborativos entre os diversos atores envolvidos, como condição para promover um desenvolvimento local mais coeso, inclusivo e participativo (Baptista, 1990; Guerreiro, 2006). Neste sentido, o desenvolvimento local implica a articulação entre parceiros em múltiplas escalas local, regional, nacional e internacional, cuja cooperação é determinante para enfrentar os desafios contemporâneos e potenciar estratégias sustentáveis de transformação territorial.

Neste contexto, torna-se imperativo produzir mais e melhor com menos recursos, recorrendo à inovação, à circularidade e ao investimento coletivo. Mas também estratégias económicas que reforçam a autonomia dos territórios e diminuem a dependência de cadeias externas. A regulação dos fluxos de bens, pessoas e informação

é fundamental para evitar a delapidação dos stocks físicos e simbólicos que sustentam a vida comunitária. A das iniciativas, através de redes colaborativas e parcerias interterritoriais, aumenta a capilaridade das ações e permite que os benefícios da valorização endógena se distribuam de forma mais equitativa (Covas & Covas, 2008; Carvalho, 2020).

O desenvolvimento local não se restringe à participação exclusiva das comunidades residentes, sendo, acima de tudo, um processo que requer a articulação com diversos actores externos. Neste contexto, as instituições de ensino superior assumem um papel estratégico na produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para a construção de redes colaborativas e sistemas de parceria orientados para a resposta aos grandes desafios que se colocam às sociedades contemporâneas. Guerreiro (2026) propõem “o papel das universidades como instrumentos de disseminação de conhecimento, como animadores de redes de qualificação e como parceiros de programas de inovação tecnológica é colocado com maior no desafio da sociedade do conhecimento” (p. 79). Sendo que em Mbanza Kongo existem duas instituições de ensino superior sua intervenção é fundamental para promover soluções inovadoras, fomentar capacidades locais e reforçar a integração territorial em dinâmicas de desenvolvimento sustentável. Assim, o autor sugere cinco características indispensáveis a adotar numa rede de parceiros locais e regionais com a participação de instituições superiores com objetivo de desenvolvimento:

1. **Natureza:** (adequação da oferta e procura, articulação entre conhecimento tácito e conhecimento formal), o que leva que muitos dos complexos territoriais de produção sejam especializados, desenvolvendo as suas atividades em redor de um mesmo produto, serviço, território ou conglomerado, integrando elementos com fortes afinidades;
2. **Forma:** (forma organizativa e institucional, formal e informal), através da qual se encontram modelos organizativos inovadores, fomentadores de aproximação e de racionalidade na gestão de recursos, na promoção conjunta, na adopção de objetivos comuns e na convergência de atividades;

3. **Integridade:** (densidade de fluxos, multiplicidade de parceiros), referindo-se esta característica ao equilíbrio entre o número de parceiros e a densidade de relações, às rotinas geradas pelo crescimento das relações entre os diversos parceiros e á capacidade de gerar dinâmicas mobilizadoras capazes de arrastar as respetivas capacidades e competências;
4. **Liderança:** (estratégia, linha de rumo, etc.) característica que é muitas vezes desprezada, reconhecendo-se que a sua ausência impede a adopção de uma linha estratégica mobilizadora e gera mecanismos corrosivos nos laços de proximidade funcional existentes entre os parceiros;
5. **Eficiência:** (confiança, compromisso), característica que se baseia sobre tudo nas capacidades pessoais e institucionais dos parceiros, facilitando a adopção de posturas de compromisso, estimulando a convergência de percursos e fomentando a articulação entre agentes e instituições. (Guerreiro, 2006, pp. 80-81).

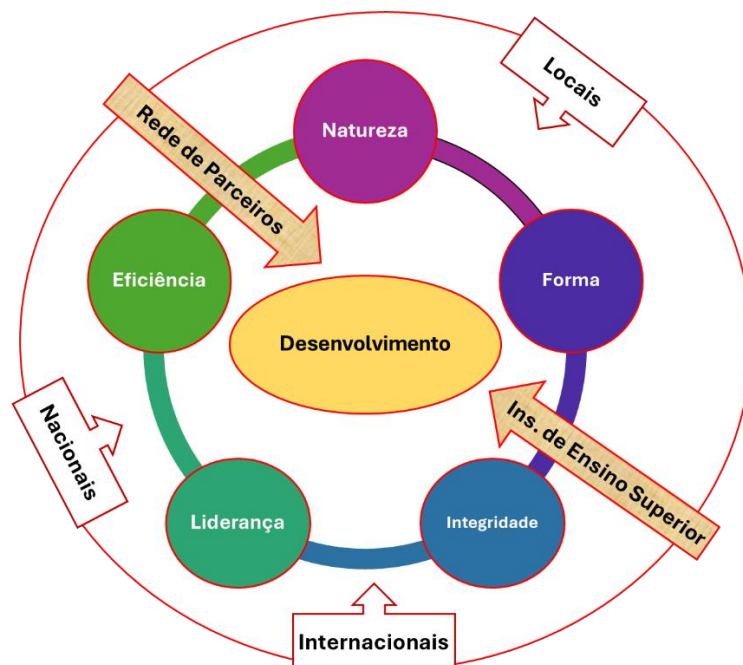


Figura 4 Rede parceiros de desenvolvimento com participação do Ensino Superior
Fonte: Própria do autor

O desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo são produto do paradigma territorialista, o último, de acordo com Amaro (2017), faz recurso a uma metodologia participativa nos processos de mudança e melhoria de vida da população, onde são concebidos e executados os projetos em plena afirmação da cidadania dos seus direitos e deveres. Por sua vez, o desenvolvimento local não se distancia muito da realidade posta, limita-se às comunidades locais ao invés da generalidade populacional, realça a produção e promoção dos recursos endógenos (Carvalho, 2018). Nesta mesma senda, Roque Amaro sugere que o desenvolvimento local “exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquele protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003, p. 17). Logo, a este processo existem princípios que o regem, propostos por Pecqueur e Silva (1989):

1. A inovação (dinâmica de mudança e inovação na esteira de Schumpeter);
2. A Capacidade de adaptação, reação à “pressão heterónoma”;
3. A capacidade de regulação local. (Veiga, 2005, p. 73).

A atratividade turística de uma localidade está intrinsecamente ligada às suas peculiaridades, isto é, às características únicas que a distinguem no panorama regional e internacional. Estas singularidades, muitas vezes enraizadas na história, na cultura e na identidade do território, constituem o principal motor da procura turística. Os visitantes não se deslocam apenas em busca de lazer, mas também de experiências autênticas que lhes permitam conhecer e compreender o património material e imaterial de um povo. Contudo, as infraestruturas culturais desempenham um papel determinante. Museus, monumentos históricos, centros interpretativos e manifestações da tradição local são elementos que não só enriquecem a oferta turística, como também reforçam a identidade do território. Estes espaços funcionam como guardiões da memória coletiva,

permitindo aos turistas um contacto direto com o legado histórico e cultural das comunidades que os acolhem.

Mbanza Kongo, é um exemplo paradigmático de um território com elevado potencial turístico. A sua riqueza histórica, associada à profundidade espiritual e cultural das suas tradições, confere-lhe uma posição privilegiada no mapa do turismo cultural africano. No entanto, para que este património se traduza efetivamente em atratividade turística sustentável, é necessário que se promova a inovação na forma como é apresentado e praticado pela experiência. Segundo Ferrão (2001) nem todos territórios têm as mesmas condições favoráveis para promover um desenvolvimento, mas é na inovação onde reside a fórmula secreta para o desenvolvimento.

A inovação é hoje por muitos considerada como factor principal que permite às sociedades e às economias tornarem-se solidamente mais desenvolvidas. A designada “new growth theory”, e as críticas por ela proporcionada, vieram de facto, colocar a inovação no centro de um modelo de crescimento económico e de desenvolvimento, em que a capacidade de produzir, disseminar, absorver e recombina conhecimentos ocupa um papel-chave. (Ferrão, 2001, p. 33).

Entretanto, a inovação, neste caso, não implica a descaracterização do legado histórico, mas antes a sua valorização através de estratégias contemporâneas de interpretação, comunicação e envolvimento comunitário. A criação de roteiros temáticos, a digitalização de acervos, a implementação de tecnologias interativas nos espaços museológicos e a promoção de eventos culturais que celebrem a identidade local são algumas das medidas que podem contribuir para revitalizar o interesse turístico por Mbanza Kongo.

De grosso modo, o desenvolvimento local de acordo ainda com Amaro (2003) é resultado da junção de duas contribuições, “territorialista académica” e a “via indutiva” de várias experiências de terreno que, por sua vez, ilustraram a sua importância no contexto da globalização. Os vários desenvolvimentos alternativos e os seus axiomas (educação, saúde e bem-estar) aperfeiçoaram-se lentamente, até que resultaram no

conceito de desenvolvimento local que conhecemos hoje. Teve anuência da União Europeia nos Conselhos de Corfu-1993, Essen-1994 e Dublin-1996, passou a lidar com grupos desfavorecidos, participação, cidadania, democracia igualdade de oportunidades.

1.3.2. Desenvolvimento sustentável

O marco histórico do turismo sustentável sucedeu no final dos anos 80, na altura pública discutia-se a necessidade do meio ambiente no campo turístico. Assim, em 1987, decorreu o primeiro sinal sobre ambiente e desenvolvimento num Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCDED), alcunhada mais tarde de Brundtland, (Azevedo, Marta, et al., 2005). Foi o primeiro órgão oficial a propor uma definição de desenvolvimento sustentável, no clássico Relatório de Brundtland foi definido como “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland et al., 1987, p. 54). Foi a partir do citado relatório que despoletou a reflexão das estruturas elementares teóricas do desenvolvimento sustentável a nível mundial. A perspectiva do Brundtland foi consolidada poucos anos depois na Agenda 21, aprovada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, amplamente conhecida como Rio-92 ou Eco-92 representou um marco decisivo na consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável. O seu principal legado foi a aprovação da Agenda 21, um plano de acção global que exorta governos, empresas e organizações não-governamentais a cooperarem na procura de soluções para os desafios socioambientais que afectam o planeta. Na mesma sequência, Lima (2003) destaca a Cimeira do Rio como um dos mais importantes encontros de consciencialização da educação ambiental. “A Cimeira da Terra, como é conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi um marco para a consciencialização mundial dos grandes dilemas ambientais que ameaçam o equilíbrio

da Terra, já anunciados 20 anos antes, embora sem o mesmo impacto, na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo sobre Desenvolvimento Humano e, em 1987, com a divulgação do Relatório de Brundtland” (p. 54).

Carvalho (2018) relata que após a Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995, em que, além das duas dimensões “económica e ambiental” integradas como um ecossistema, foi acrescentada a dimensão social. De acordo ainda com o autor, além das três dimensões “charneira” do desenvolvimento sustentável, recentemente foi integrada a quarta vertente, a “política/institucional”, que descreve as formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos, desde os sindicatos, sociedade civil “ONG” e outros.

A sustentabilidade, enquanto conceito orientador do desenvolvimento contemporâneo, tem sido amplamente aprofundada por diversos autores, entre os quais se destaca Ignacy Sachs (2014). Os seus estudos contribuíram decisivamente para a consolidação de uma abordagem multidimensional, ao estabelecer cinco pilares fundamentais que visam garantir uma gestão harmoniosa das várias dimensões do desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, a sustentabilidade não se limita à preservação ambiental, mas articula-se de forma equilibrada, assim propõe os cinco célebres pilares da sustentabilidade:²

² A sustentabilidade em Sachs tem sofrido algumas resignificações ao longo do tempo, há também 8 dimensões lei **1. Dimensão Ecológica:** Refere-se à gestão responsável dos recursos naturais, assegurando a sua conservação e regeneração, com vista à manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e à salvaguarda da biodiversidade para as gerações futuras. **2. Dimensão Económica:** Implica a promoção de um modelo de crescimento económico eficiente e sustentável, que valorize a inovação, reduza o desperdício e minimize os impactos ambientais, conciliando produtividade com responsabilidade ecológica. **3. Dimensão Social:** Visa a construção de uma sociedade equitativa, onde o acesso ao rendimento, ao emprego digno e aos serviços essenciais seja universal e justo, promovendo a inclusão, a coesão social e a redução das desigualdades. **4. Dimensão Cultural:** Envolve a valorização das identidades culturais, respeitando as tradições locais e incentivando a criatividade e a inovação, num processo de desenvolvimento que preserve a diversidade e fortaleça a autonomia cultural das comunidades. **5. Dimensão Territorial:** Diz respeito ao ordenamento equilibrado dos espaços urbanos e rurais, combatendo assimetrias regionais e promovendo ambientes habitáveis, resilientes e ambientalmente qualificados, com infraestruturas adequadas e planeamento sustentável. **6. Dimensão Psicológica:** Traduz-se na transformação dos padrões de pensamento e comportamento individual, incentivando uma consciência crítica sobre o consumo e fomentando práticas de autolimitação voluntária em prol do bem comum e da sustentabilidade. **7. Dimensão Política Nacional:** Consiste na formulação e implementação de políticas públicas que integrem princípios de sustentabilidade, assegurando mecanismos institucionais eficazes para a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento económico equilibrado. **8. Dimensão Política Internacional:** Requer a articulação entre Estados e organismos multilaterais para enfrentar desafios globais como as alterações climáticas, a escassez de recursos e a degradação ambiental, através de compromissos cooperativos e estratégias concertadas.

1. Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais por causa da perspetiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
2. Ambiental: com as suas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos);
3. Territorial: relacionado com a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
4. Económico: a viabilidade *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
5. Político: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem: liberdade faz toda diferença. (Sachs, 2024, pp. 15-16).

Por seu turno, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, constitui também um referencial estratégico para a construção de políticas públicas integradas e sustentáveis. No contexto do turismo, vários destes objetivos relacionam-se de forma direta com práticas e impactos do setor, evidenciando o seu potencial transformador quando articulado com princípios de equidade, inclusão e preservação ambiental (Fragelli et al., 2021). Nos 17 objetivos destacam-se, em particular:

- **ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico:** O turismo é reconhecido como motor de geração de emprego, estímulo ao empreendedorismo e dinamização das economias locais, sobretudo em territórios com elevado valor patrimonial e cultural;
- **ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis:** A valorização do património histórico, a requalificação urbana e a promoção do turismo cultural contribuem para tornar os espaços urbanos mais inclusivos, resilientes e sustentáveis;

- **ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis:** O turismo responsável implica práticas que minimizem o impacto ambiental, promovam o uso consciente dos recursos e incentivem o consumo ético e local;
- **ODS 13 - Ação climática:** O setor turístico deve alinhar-se com estratégias de mitigação das alterações climáticas, promovendo deslocações sustentáveis, infraestruturas verdes e educação ambiental;
- **ODS 14 e 15 - Proteger a vida marinha e terrestre:** O turismo de natureza e ecoturismo têm um papel crucial na conservação dos ecossistemas, desde que geridos com responsabilidade e envolvimento comunitário;
- **ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos:** O desenvolvimento turístico sustentável exige cooperação entre governos, setor privado, comunidades locais e organizações internacionais, como a UNESCO, para garantir uma abordagem multisetorial e eficaz. (Fragelli et al., 2021).



Figura 5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: (ONU-WEB, 2015)

A sustentabilidade, entretanto, constitui um eixo fundamental para o turismo. Isto implica um turismo que reconhece os impactos das suas práticas e assume a responsabilidade pela preservação dos territórios que visita. Mais do que uma

tendência, trata-se de uma exigência ética e estratégica para garantir que os lugares turísticos não sejam apenas explorados, mas também protegidos e valorizados (Baptista, 1997; Swarbrooke, 2000). Portanto, ao integrar princípios sustentáveis, o turismo contribui para a conservação dos recursos naturais, culturais e históricos, promovendo uma relação equilibrada entre visitantes, comunidades locais e património. Esta abordagem permite mitigar os efeitos negativos da massificação turística, favorecendo modelos de gestão que respeitam os limites ecológicos e reforçam a identidade dos destinos.

1.4. Desenvolvimento Local Sustentável e turismo

O paradigma atual do turismo é resultado de um conjunto de fenómenos sociais e económicos que se sucederam na segunda metade do século XX (Pereiro & Fernandes, 2018). Assim como a abordagem em torno da perspectiva do turismo é recente, a abordagem concetual do desenvolvimento sustentável também é nova na esteira académico-científica. De acordo com (Moniz, 2006), a abordagem em volta deste cruzamento tem como marco cronológico o final dos anos 80 do século passado. Lima (2003), não fugindo da mesma visão, embora recue um pouco mais o tempo, defende que o desenvolvimento da atividade turística e ambiente, bem como a sua evolução surgiram na segunda metade do século XX e se encontram em movimento até aos dias atuais. Segundo Torres-Delgado e Palomeque, (2012), qualquer abordagem à dimensão internacional do turismo sustentável deve necessariamente remeter para Cimeira do Rio 92, uma vez que nela se firmaram os fundamentos conceptuais do desenvolvimento sustentável e se abriram caminhos para múltiplas iniciativas orientadas para a sustentabilidade no sector turístico.

No início de 1990, não existiam ainda políticas concretas que assegurassem o desenvolvimento sustentável no turismo. Porém, apesar das linhas mestras deixadas na Declaração de Manila, na Agenda 21 e no Código de Ética do Turismo, a abordagem sobre a sustentabilidade era inevitável na altura face à emergência do novo mundo que pretendia acautelar os problemas do meio ambiente que se encontravam em declínio,

devido ao desenvolvimento da industrialização sem precedentes, o que chamamos hoje de globalização ou pós-modernidade. Um dos momentos mais marcantes do turismo sustentável, que Torres-Delgado e Palomeque (2012) chamam de chave do desenvolvimento sustentável do turismo, ocorreu em 1995, na 1.^a Conferência Mundial para o Turismo Sustentável, que se realizou em Espanha, nas Ilhas Canárias, em Lanzarote. A conferência culminou com a Carta para o Turismo Sustentável, que indica as diretrizes do turismo sustentável, no âmbito social, económico e ambiental. Podemos destacar apenas cinco princípios fundamentais nos artigos, não de forma sequencial (OMT, 1995):

- **Artigo 1.** O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, ou seja, deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais;
- **Artigo 2.** O turismo terá de contribuir ao desenvolvimento sustentável, integrando-se no entorno natural, cultural e humano, devendo respeitar os frágeis equilíbrios que caracterizam a muitos destinos turísticos, em particular as pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. A atividade turística deverá prever uma evolução aceitável a respeito de sua incidência sobre os recursos naturais, a biodiversidade e a capacidade de assimilação dos impactos e resíduos produzidos;
- **Artigo 4.** A contribuição ativa do turismo ao desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores envolvidos no processo, tanto público como privados. Este acordo deve basear-se em mecanismos eficazes de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional;
- **Artigo 11.** As zonas vulneráveis do ponto de vista ambiental e cultural, tanto as atuais como as futuras, deverão receber prioridade especial em matéria de ajuda financeira e cooperação técnica ao desenvolvimento turístico sustentável. Também deverão receber tratamento especial as zonas degradadas pelos modelos turísticos obsoletos e de alto impacto.

Assim sendo, o turismo entra no processo de ressignificação epistemológica, passa a ser vista como um saber interdisciplinar e multidisciplinar, onde a abordagem ambiental ganhou mais espaço no turismo. Cunha & Abrantes (2019) argumentam que a abordagem ambiental no turismo é cada vez mais indispensável, pois permite o estudo aprofundado e rigoroso das condições ambientais que podem favorecer o turismo e o modo como podem ser utilizados por eles e a avaliação dos impactos que o turismo provoca sobre o ambiente e as formas e os meios para minimizar.

Foi diante deste ambiente mundial que a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, criou o Comité para o Turismo Sustentável (CST), para promover diálogos com os governos e traçar políticas em torno do turismo sustentável. Os resultados do comité estão presentes no Código de Ética para o Turismo do mesmo ano. Alguns anos depois, realizou-se a cimeira Rio+10, sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, em setembro de 2002, na cidade de Joanesburgo. O objetivo foi avaliar o progresso do desenvolvimento sustentável e discutir os problemas sociais e ambientais uma década após a Cimeira Rio 92. Nesta conferência a Organização Mundial do Turismo (OMT), como uma agência da organização das Nações Unidas, teve um papel fundamental, os resultados são visíveis no relatório final, parágrafo n.º 43, relativos ao turismo (OMT, 2003, cit. por Lima, 2003), que apresentem seguintes as recomendações:

- Promover o desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente através do incentivo à prática do ecoturismo e a formas de turismo que não impliquem o consumo de recursos, tendo em consideração as orientações resultantes do “Ano Internacional do Ecoturismo 2002”; do “Ano do Património Cultural”, em 2002, das Nações Unidas; da Conferência do “Ecoturismo 2002” e da Declaração do Québec daí resultante; e o Código Mundial de Ética para o Turismo, adotado pela OMT;
- O desenvolvimento da atividade deve assim promover os recursos turísticos em proveito das comunidades locais de destino, enquanto preserva a sua integridade cultural e ambiental, bem como a proteção do património natural e das áreas ecológicas mais sensíveis. (p. 54).

As orientações citadas serviram de perspectivas basilares para as abordagens futuras sobre o desenvolvimento sustentável no turismo. Na primeira orientação é visível a relação entre o turismo e a ecologia, através de um paradigma de consciencialização do turismo sustentável ou economia limpa, como também é conhecida. Conquanto, é ativado um dos pilares da tríade do conceito de sustentabilidade, o ambiente, que deve andar de forma harmoniosa com os turistas, respeitando os locais de visita e preservando o ecossistema das comunidades recetoras. Já na segunda orientação, para além para além do pilar ambiental, destacam-se outros dois, o social e o económico. A atividade turística não se encontra separada da comunidade recetora, ela tem a responsabilidade de promover e desenvolver as comunidades locais, tendo em conta os seus respetivos recursos turísticos.

Por seu turno, o conceito de sustentabilidade deve ser encarado na perspectiva do turismo como um conceito dinâmico e interdisciplinar, dependente de vários fatores para a sua plenitude. Sendo a globalização um fenómeno dinâmico, instável e em desenvolvimento acelerado de grande escala, o turismo sustentável também acompanha de igual modo tal dinâmica, que sendo posto do lado material, alcança também o lado imaterial, que se refere à educação preventiva dos conflitos socioambientais. Nesta ordem de ideia, Azevedo, Marta, et al., (2005:3) são apologistas de que a sustentabilidade no turismo depende de uma conceção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, apoiada na noção de "espaço" material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contacto simbólico entre local e global.

Para Körössy, (2008), a origem do turismo sustentável está fortemente relacionada com o debate académico do impacto negativo do turismo, surgiu a partir da segunda metade do século XX. De acordo com alguns autores, o turismo não constituía uma ameaça eminente ao ambiente, tendo em conta a sua dimensão interventiva (Körössy, 2008; Moniz, 2006). Porém, esta opinião deve ser vista como uma perspectiva simplista da epistemologia do turismo. Se encararmos o turismo como um fenómeno económico-social, é indispensável o seu efeito no ambiente; assim, o turismo joga um

papel fundamental na prevenção e manutenção do ambiente, a partir de políticas de consciencialização do uso adequado dos recursos naturais, por parte dos turistas, a proteção de territórios vulneráveis, bem como a transformação dos recursos naturais dos destinos em ofertas turísticas sustentáveis, por parte das empresas do setor.

Muitos autores, como (Oliveira e Lima (2006) e Saarinen (2006), defendem que não existe uma definição exata de turismo sustentável convencional, apesar de várias tentativas, sendo assim, os autores em referência propõem uma ideologia e um ponto de vista sobre o assunto, ao invés de uma definição convencional. Atualmente, observa-se um maior interesse académico e institucional em torno das abordagens do turismo sustentável, com particular enfoque na análise crítica dos princípios da sustentabilidade e na sua articulação com as práticas e dinâmicas do sector turístico, um exemplo notável surge na definição de Percy (2002, cit. por Körössy, 2008, p. 64), onde o turismo sustentável é descrito como “a maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento económico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança com as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados”. Portanto, uma outra definição ampliada é proposta por Swarbrooke (1998, p.13): “turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos sobre os quais o futuro do turismo dependerá, depende nomeadamente do ambiente físico e do tecido social da comunidade anfitriã”.

Körössy (2008) adverte ao conceito de impacto do turismo, que na compreensão do autor, refere-se ao conjunto de carácter interventivo e modificações que acontecem no desenvolvimento do turismo nas comunidades recetoras. O autor prossegue o seu argumento, assinala que o turismo pode alterar o curso do ambiente através de dinâmicas locais, gerando, assim, a possibilidade de impactos negativos ou positivos. Todavia, o impacto do turismo é definido por Ruschmann (1997, cit. por Körössy 2008, p. 59) “como consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios recetores”. O turismo consciente ou sustentável não se resume apenas na interação cultural, tem o dever de respeitar o meio ambiente. Em conformidade com o Plano de Ação sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, a

UNESCO (1998, p. 17) garante que o “turismo respeite as culturas e o meio ambiente e que as receitas geradas pelo turismo sejam utilizadas para a conservação equitativa dos recursos patrimoniais e o fortalecimento do desenvolvimento cultural”.

Neste horizonte, o impacto do turismo passa a ser visto através de três elementos inseparáveis da atividade turística, o visitante, a comunidade recetora e o ambiente. De acordo ainda com Körössy (2008), entre os principais impactos positivos estão: geração de empregos, desenvolvimento local, construção de infraestruturas e dinamização da economia local. Já entre os efeitos negativos, segundo a OMT (2003), os mais relevantes são: pressões especulativas; ocupação desordenada do espaço; práticas incompatíveis com a utilização do solo; conflitos com valores tradicionais consolidados e uniformização dos padrões de consumo.

Azevedo, Marta et al. (2005) observam no Relatório da Comissão Europeia e no Plano de Ação correspondente ao quinto programa de política e intervenção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável, intitulado *Em Direcção a um Desenvolvimento Sustentável* (Comissão Europeia, 1997) uma referência de alcance global. Este documento estabelece como prioridades estratégicas a incorporação de preocupações ambientais no sector do turismo, a salvaguarda de zonas vulneráveis, a sensibilização dos turistas e a gestão equilibrada dos fluxos turísticos.

O turismo sustentável tem a marca de um segmento que garante bem-estar e qualidade para as comunidades locais (OMT, 1995). O turismo sustentável é suscetível ao ambiente sociocultural na medida em que lida com os valores, proibições e obrigações. Visto por essa perspetiva, chega-se à conclusão de que o referido conceito transcende os postulados da sustentabilidade, tornando-se também num segmento responsável e normativo. De acordo com (Moscardo & Murphy, 2014), o turismo sustentável passa a ser melhor servido quando reflete juntamente ao turismo responsável. Para os autores, esta última tem as seguintes valências:

- Envolve a comunidade anfitriã na governação do turismo;
- Procura ativamente minimizar todos os impactos negativos;

- Gera benefícios económicos para os habitantes locais, contribui para o património cultural e natural e melhora o bem-estar geral da comunidade anfitriã; e
- Oferece aos turistas experiências significativas que lhes proporcionam uma melhor compreensão das questões culturais, sociais e ambientais relevantes para os locais que visitam, bem como para o cenário global mais amplo. (Moscardo & Murphy, 2014, p. 2540).

A sustentabilidade admite a função da ética no planeamento de um turismo responsável, ainda não se esqueceu dos constrangimentos do turismo da segunda metade do século XX, marcado pelos efeitos negativos que os visitantes causavam à comunidade anfitriã (Pereiro, 2009), bem como a falta de observância ambiental e a ocupação exagerada do património material. Desta forma, o património pode ter uma relação conflituosa com o turismo, sendo que o turismo enquanto atividade se foca no fator económico e o património requer preservação e conservação, a falta de ética na harmonização gera conflitos, tal relação deve ser feita através de uma ética consonante.

Assim, a sustentabilidade não é apenas um complemento ao turismo, é a sua condição de possibilidade enquanto prática duradoura, inclusiva e regenerativa. Um turismo sustentável é, por definição, um turismo que cuida, que escuta e que permanece. Foi pensando em medidas de consciencialização no setor do turismo que a Organização Mundial do Turismo (OMT) reuniu em assembleia na cidade de Santiago, no Chile, em 1999, com a finalidade de traçar as metas do turismo para o novo milénio. A assembleia terminou com a constituição do Código Mundial de Ética do Turismo, tornou-se assim uma referência para a conscientização da atividade turística, conforme declarado num dos seus objetivos:

Respeitar um elevado número de princípios e observar um elevado número de regras, um turismo responsável e sustentável não incompatível com uma liberalização acrescida das condições que presidem ao comércio de serviços e ao abrigo das quais operam as empresas deste setor, e que é

possível, neste domínio, conciliar economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais (OMT, 1999).

Entretanto, o turismo sustentável de acordo com o objetivo exposto trata ao mesmo tempo de um turismo responsável que visa a liberalização e princípios deste setor. Ainda no referido código foram estabelecidas as regras do uso simultâneo da atividade económica, ambiental e sociocultural sem qualquer conflito, sendo essa perspectiva a chave ou regra de ouro do turismo para o novo milénio. Logo, a Carta do Turismo Sustentável e mais tarde o Código de Ética do setor são documentos normativos que propõem planeamento sustentável e responsável de turismo para as comunidades locais e impõem a inclusão ao ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza os diferentes destinos turísticos, particularmente das áreas sensíveis e protegidas (UNESCO, 1972; Carvalho, 2018).

CAPÍTULO 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

A metodologia é a via que estabelece distinção entre a ciência e o senso comum. Visa interrogar os instrumentos, os caminhos, os modos de se fazer ciência ou de produzir técnicas de procedimentos sistemáticos da realidade e refletir as abordagens teórico-práticas (Demo, 1995). A abordagem metodológica no campo das ciências não apresentava a mesma postura que na atualidade, nas ciências exatas e naturais, que sempre estiveram na linha da frente, com isso os métodos falseáveis que lhes proporcionavam o cunho de ciências. A primeira tentativa de alargamento do horizonte da ciência, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à revolução metodológica, ocorreu na segunda metade do século XIX, que derrubou a generalidade do positivismo (Angrosino, 2009; Rivière, 2011). Assim, no século XX, a ciência passou por uma profunda reformulação epistemológica e metodológica. A concepção atual de ciência não se limita à busca por verdades absolutas ou à aplicação fechada do método experimental. Pelo contrário, **inaugura-se uma ciência mais aberta à crítica, à incerteza e à diversidade de enfoques**, especialmente nas ciências sociais e humanas. (Bervian, 1983; Marconi & Lakatos, 1991).

Sendo o turismo um saber transversal, o seu procedimento metodológico corresponde ao mesmo paradigma das ciências sociais e humanas. Por envolver aspetos diversos da vivência humana, o turismo recorre a abordagens metodológicas típicas das ciências sociais e humanas, como a observação etnográfica, a investigação por estudos de caso e a interpretação das perceções dos participantes. Esta orientação metodológica evidencia uma transformação paradigmática, em que o foco deixa de ser exclusivamente a quantificação de efeitos económicos, passando a incluir a compreensão dos sentidos atribuídos, das expressões culturais e das interações sociais que emergem das práticas turísticas. (Perez, 2001).

2.1. Objetivos, variáveis, perguntas da investigação e hipóteses

A metodologia de investigação desta dissertação é de natureza mista, decorre de métodos que permitem o cruzamento de abordagem qualitativa e quantitativa (Alvarenga, 2012). Segundo Mira (2018), as metodologias mistas permitem o uso de técnicas mais sofisticadas na investigação, de análise de dados e interpretação de

estudo cujos objetos são mais complexos. Assim, os factos associados aos fenómenos a serem estudados, enquanto a qualitativa enriquece a investigação, devido à sua marca de uma interpretação muito mais profunda dos dados coletados.

O turismo cultural determina os efeitos na presente pesquisa, logo corresponde à causa que representa a variável independente, enquanto o desenvolvimento local, o fenómeno a ser estudado, traduz-se em variável dependente, ou seja, o efeito a ser explicado (Marconi & Lakatos, 1991). No parecer de alguns autores, Bervian (1983) e Macagno e Rapanta (2021), defende-se que o enfoque metodológico visa trilhar o caminho para alcançar o objetivo de uma determinada investigação, sendo assim, estamos em condições de dizer que os objetivos antecedem a abordagem metodológica que se ajusta ao tema da investigação em causa.

O objetivo geral do estudo: compreender a importância do turismo cultural para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo. Traçou-se os seguintes objetivos específicos:

1. Procurar no turismo cultural uma alternativa de desenvolvimento local sustentável para Mbanza Kongo;
2. Compreender como o turismo cultural contribui para o desenvolvimento local sustentável, através da sua influência nas dimensões económica, social, cultural, ambiental e institucional/UNESCO;
3. Analisar as variações na percepção dos impactos do turismo cultural nas diferentes dimensões, segundo o nível de escolaridade;
4. Examinar o impacto da classificação UNESCO no incremento da procura turística e fruição dos bens patrimoniais locais.

Tendo em conta a natureza da investigação que necessita interrogações pré-estabelecidas, formulou-se a seguinte pergunta de partida: como o turismo cultural pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo?

Logo, levantaram-se as seguintes perguntas de investigação:

1. De que forma o turismo cultural pode ser concebido como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo?

2. Como o turismo cultural influencia o setor económico, social, cultural, ambiental e institucional no contexto do desenvolvimento local?
3. Em que medida o nível de escolaridade condiciona a percepção da população relativamente aos impactos do turismo cultural no desenvolvimento local?
4. Como a classificação UNESCO pode promover a procura do turismo cultural em Mbanza Kongo?

No âmbito do delineamento metodológico da pesquisa, com base na pergunta de partida e, consequentemente, alinhado aos objetivos específicos do estudo, foram inferidas algumas hipóteses, concebidas como propostas de resposta às questões centrais do estudo a serem testadas empiricamente num momento posterior. Estas hipóteses estruturam as análises de dados estatísticos subsequentes, contribuindo para a validação do instrumento aplicado e dos domínios investigados. Deste modo, foi igualmente incorporado o método qualitativo, com o intuito de conferir maior profundidade à compreensão do fenómeno em análise. Esta abordagem permite aceder a dimensões mais complexas e subjetivas da realidade estudada, favorecendo uma interpretação contextualizada e reflexiva dos dados recolhidos, assim levantam-se as seguintes hipóteses:

H₁: A população de Mbanza Kongo percebe o turismo cultural como um fator alternativo de desenvolvimento local sustentável;

H₂: Os blocos temáticos (económico, social, ambiental, cultural e institucional) apresentam correlações significativas e percepções interdependentes;

H₃: O nível de escolaridade dos respondentes influencia significativamente a percepção do impacto do turismo cultural nas diferentes dimensões temáticas;

H₄: O reconhecimento UNESCO aumenta a valorização cultural e reforça a percepção positiva do turismo em Mbanza Kongo.

2.2. Abordagem mista

Cada ciência tem a sua própria natureza ou enfoque metodológico, tradicionalmente duas são as orientações, quantitativa e qualitativa, embora atualmente exista a tendência mista, que procura uni-las (Alvarenga, 2012). Com base na ideia fornecida, a pesquisa adotou uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Isso ocorre porque o objetivo é compreender e interpretar a complexidade dos fatores de desenvolvimento local sustentável do turismo, especificamente do turismo cultural em Mbanza Kongo.

A pesquisa qualitativa aqui foi adequada para investigar profundamente o contexto envolvente e analisar os aspetos subjetivos do desenvolvimento local sustentável em Mbanza Kongo. O ativo no processo de coleta de dados só foi possível pela natureza holística e direta dos dados, obtidos por meio de métodos etnográficos, das entrevistas, observação participante e análise documental. Por outro lado, ao cruzar com o quantitativo, permitiu alargar o horizonte da pesquisa para um público maior, e ao mesmo tempo quantificar e interpretar de forma mais rigorosa as informações.

2.2.1. O método

O método é visto como um procedimento de investigação que visa obter o alcance dos objetivos da pesquisa científica. Um método é um conjunto de princípios que orientam a seleção do objeto de estudo, a formação dos conceitos apropriados e as hipóteses (Marconi e Lakatos, 1991). Para que os objetivos desta investigação fossem alcançados, bem como para orientar o objeto de estudo, o método utilizado foi o etnográfico, uma vez que apresenta correspondência a natureza da investigação qualitativa e de estudos de casos (Alvarenga, 2012; Mira, 2018).

A etnografia neste trabalho foi concebida como um método de investigação sociocultural, um conjunto de procedimentos e regras para produzir, sistematizar e organizar os dados obtidos no campo (Geertz, 2008; Linda et al., 2011). A etnografia é um método antropológico emprestado às distintas ciências sociais e humanas, com a finalidade de coletar dados no ambiente natural da pesquisa (Mello, 2004). Todavia, a

etnografia corresponde a relações humanas, isto é, no contato intersubjetivo entre o pesquisador e o seu objeto. Geertz (2008) argumenta que "o objetivo da etnografia é tirar grandes conclusões a partir de factos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, empenhando-as exatamente em especificações complexas" (p. 19).

Não é de hoje que os caminhos entre a antropologia e o turismo se cruzam, no passado os etnógrafos eram chamados de turistas devido à semelhança de atuação e de indumentária (Pereiro & Fernandes, 2018). Segundo Mello (2004), a etnografia é um método de investigação sociocultural, um conjunto de procedimentos e regras para produzir e organizar conhecimento, que integra três situações: a) Uma situação metodológica que implica “estranhar-se, ter curiosidade, descrever densamente, traduzir e interpretar” a realidade sociocultural com a qual lidamos, nesta situação de encontro com outros conhecemos, os seus problemas, as suas percepções, o seu comportamento e os seus modos de vida nos seus próprios termos; b) Um processo de conhecimento com base numa estadia no terreno, através da qual estudam-se os significados socioculturais no seu contexto; c) Uma experiência de contato intercultural com o fim de conhecer a alteridade. Desenvolve-se essencialmente no trabalho de campo, uma análise de observação direta, participativa-ativa com o objeto em estudo.

O método etnográfico enquadra-se na abordagem qualitativa de investigação, que privilegia a imersão prolongada no contexto social e cultural do grupo estudado. A sua força reside na capacidade de captar os significados atribuídos pelos próprios atores sociais às suas práticas, discursos e formas de organização. Neste sentido, o trabalho de campo realizado em Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, entre os meses de maio e junho, ao longo de 32 dias consecutivos, através de observação participante e entrevista semiestruturada, constituiu uma oportunidade singular para aplicar este método em contexto urbano-administrativo angolano.

Após um primeiro dia dedicado à apresentação institucional e ao reconhecimento territorial, iniciou-se o processo sistemático de recolha de dados. Este decorreu através de visitas e entrevistas em diversas instituições e gabinetes provinciais e municipais, cuja ação incide diretamente sobre a gestão e promoção do território.

Entre os interlocutores e stakeholders destacaram-se o chefe do Gabinete de Turismo (provincial e municipal), o Instituto Geográfico e Cadastral, o Instituto de Desenvolvimento Local-FAS, o Gabinete Provincial de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, bem como o Departamento Municipal de Animação Turística.

A escolha destes organismos não foi arbitrária. Tratou-se de uma estratégia deliberada para compreender as dinâmicas de planeamento territorial, desenvolvimento local e valorização do património cultural e natural da cidade. A etnografia, neste contexto, revelou-se não apenas como técnica de observação participante, mas como ferramenta de diálogo interinstitucional, permitindo aceder a narrativas, documentos e práticas que configuram a paisagem administrativa de Mbanza Kongo.

Além destes departamentos, outras entidades foram progressivamente integradas no percurso etnográfico, à medida que se identificavam atores relevantes e se estabeleciam relações de confiança, como funcionários afetos aos gabinetes e departamentos visitados. Este alargamento espontâneo do campo é uma característica própria da etnografia, que se constrói em movimento, adaptando-se às contingências e revelações do terreno (Geertz, 2008).

Em suma, o método etnográfico aplicado em Mbanza Kongo permitiu não apenas mapear estruturas institucionais, mas também compreender os sentidos locais de forma mais profunda atribuídos ao território de classificação UNESCO, à memória e ao desenvolvimento. A experiência reforça a ideia de que a etnografia é, acima de tudo, uma prática de escuta, de presença e de negociação contínua entre o investigador e o mundo social que se propõe compreender. Assim sendo, mesmo após a retirada do investigador ainda no decurso da escrita foram feitos alguns contatos com informantes de Mbanza Kongo sempre que necessário.

2.2.2. As técnicas de recolha e tratamento de dados e amostra

As técnicas de investigação são os procedimentos operativos e os instrumentos para recolher e analisar dados. No que concerne às técnicas, têm a missão de “como” fazer o “que” do método (Angrosino, 2009; Marconi e Lakatos, 1991). A observação participante no trabalho de campo no âmbito da pesquisa qualitativa é indispensável, deste jeito pretende-se observar o conjunto de património cultural em Mbanza Kongo e traçar as perspetivas de desenvolvimento socioeconómico local.

A aplicação da observação participante como técnica principal de recolha de dados revelou-se particularmente eficaz no contexto do trabalho de campo realizado em Mbanza Kongo, cidade classificada como Património Mundial pela UNESCO. Esta abordagem permitiu ultrapassar os limites das entrevistas formais, proporcionando uma vivência direta e sensorial dos espaços históricos que compõem a zona tampão da cidade.

Ao longo da investigação, o investigador não se limitou a recolher testemunhos, mas envolveu-se ativamente na experiência dos lugares e no testemunho de alguns *stakeholders*, permitindo uma compreensão mais profunda dos significados culturais e simbólicos atribuídos aos monumentos e sítios históricos. Entre os espaços visitados destacam-se:

-  A Praça Dr. Agostinho Neto, espaço de memória política e social;
-  O Museu dos Reis do Kongo, guardião da história dinástica e da identidade local;
-  A igreja *Kulumbimbi*, considerada a primeira igreja católica da África Austral, símbolo da presença missionária e da transformação religiosa;
-  A árvore mística *Yala Nkuwu*, centenária e sagrada, situada junto ao antigo palácio dos *Ntotila*, evocando a ancestralidade e os rituais, é também considerado um totem onde decorria em sua volta o julgamento de réus no “tribunal tradicional” do Reino do Kongo;

-  A Igreja Baptista Centenária de Angola, testemunho da diversidade religiosa e da resistência espiritual;
-  O Cemitério dos Reis do Kongo, espaço de veneração e continuidade histórica;
-  A antiga prisão do tráfico de escravos, hoje transformada em Arquivo Provincial, que reconfigura a memória da dor em instrumento de preservação documental;
-  Três das doze fontes de água que circundam Mbanza Kongo, elementos naturais de forte carga simbólica e histórica, associados à fundação da cidade e à espiritualidade local;
-  *Tadi dya Bukikua*, antigo palácio real, centro político e cerimonial do Reino;
-  *Sungilu*, local de ritual onde se lavava e preparava o corpo dos reis antes da sua conservação;
-  *Mpindi a Tadi*, espaço reservado à conservação dos corpos reais, evocando práticas funerárias de elevada sofisticação;
-  Túmulo da Dona *Mpolo*, onde o rei *Mvemba Nzinga*, Dom Afonso I, terá enterrado viva a sua mãe, num gesto de profunda carga simbólica e política;
-  As Grutas de *Nzawevwa*, local de refúgio dos ancestrais, com vestígios de pinturas rupestres que testemunham a antiguidade e espiritualidade do território.

Entretanto, este percurso de descrição densa, vivido no terreno, permitiu aceder não apenas à materialidade dos espaços, mas também às narrativas locais, às práticas quotidianas e às emoções que atravessam o património. A observação participante, neste contexto, revelou-se uma ferramenta epistemológica poderosa, capaz de articular o olhar académico com a experiência encarnada do território.

No que se refere à tipologia de entrevistas, foram de natureza semiestruturada (Bervian, 1983). Nas entrevistas semiestruturada, fez-se um roteiro de questões

voltadas as dimensões do desenvolvimento sustentável “económica, social e ambiental”. Tais entrevistas não selecionaram os entrevistados de forma aleatória, contrariamente, foram selecionados grupos focais e stakeholders específicos para o efeito, nomeadamente: funcionários de gabinetes provinciais e municipais de Mbanza Kongo (referenciados acima), técnicos, guias e animadores turísticos do Museu dos Reis do Kongo e de monumentos (A igreja *Kulumbimbi*, Cemitério dos Reis do Kongo, Arquivo Provincial, *Tadi dya Bukikua*, *Mpindi a Tadi*), professores, estudantes e administrativos da Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades, Magistério Daniel Vemba e no Colégio Dr. António Agostinho Neto “Ciclo”.

As entrevistas foram acompanhadas dos instrumentos de trabalho, como o gravador portátil, câmara fotográfica, esferográficas, lápis, borrachas, *laptop* e, principalmente, o diário de campo. A pesquisa bibliográfica foi fundamental na redação teórica do estado da arte da dissertação, de forma tradicional, recorreu-se a diferentes bibliotecas afetas ao Politécnico de Coimbra (Escola Superior de Educação de Coimbra-ESEC e do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra-ISCAC) e à Universidade de Coimbra (Biblioteca Norte/Sul do CES e da Faculdade de Letras-FLUC) e da Universidade Agostinho Neto (Faculdade de Ciências Sociais), em Angola. De forma moderna, para compor a presente dissertação, trabalhou-se com a pesquisa bibliométrica, através das novas tecnologias neste âmbito, com o auxílio das bases de dados, nomeadamente o *Scopus*, *VOSviewer* e o *Mendeley* na organização das citações e referências bibliográficas.

A componente quantitativa da investigação realizada em Mbanza Kongo assentou na aplicação de inquéritos estruturados, concebidos e distribuídos através da plataforma *Google Forms*. Esta ferramenta digital revelou-se eficaz na gestão das entrevistas, permitindo a recolha organizada e segura dos dados, com especial atenção aos parâmetros demográficos da cidade, cuja população estimada é de 205 272 habitantes. Embora, com base nesta estimativa populacional, fosse calculada uma amostra representativa de 386 inquéritos, segundo critérios estatísticos de confiança e margem de erro, o processo de recolha superou as expectativas, alcançando 412 respostas válidas, o que reforçou a robustez da análise.

Após a fase de recolha, os dados foram sistematicamente organizados e filtrados com recurso ao Microsoft Excel, ferramenta que permitiu a limpeza, categorização e estruturação preliminar da informação. Posteriormente, os dados tratados foram introduzidos no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), que possibilitou uma análise estatística aprofundada e sistematizada.

O SPSS permitiu não apenas a interpretação dos resultados, mas também a geração de relatórios analíticos e gráficos ilustrativos, fundamentais para a visualização das tendências, correlações e padrões emergentes. Esta abordagem metodológica garantiu rigor científico e transparência na apresentação dos dados, contribuindo para uma leitura crítica e fundamentada da realidade social de Mbanza Kongo.

A revisão da literatura foi construída e sistematizada a partir da pesquisa bibliométrica. No banco de dados *scopus* a pesquisa orientou-se com as seguintes palavras-chave: Turismo cultural, desenvolvimento local sustentável, património, UNESCO e África. Não foi possível afunilar um pouco mais a delimitação espacial, uma vez que, ao cruzar a palavra Angola, não foi possível obter resultados, o mesmo aconteceu com Mbanza Kongo. Feito o filtro e busca foram disponibilizados 22 artigos e secções de livros, com um total de 18 artigos, em português 8, 6 em inglês e 4 em espanhol. Feito isso, efetuou-se um ligeiro filtro na língua, selecionado o inglês, português e espanhol. Tendo como recurso as fontes fornecidas pela *Scopus* foram guardadas no formato CSV e, mais tarde inseridas no programa *VOSviewer* que organizou a frequência de palavras da investigação representadas os conceitos do 1.º capítulo (enquadramento teórico e concetual), tal como justificadas no cluster abaixo:

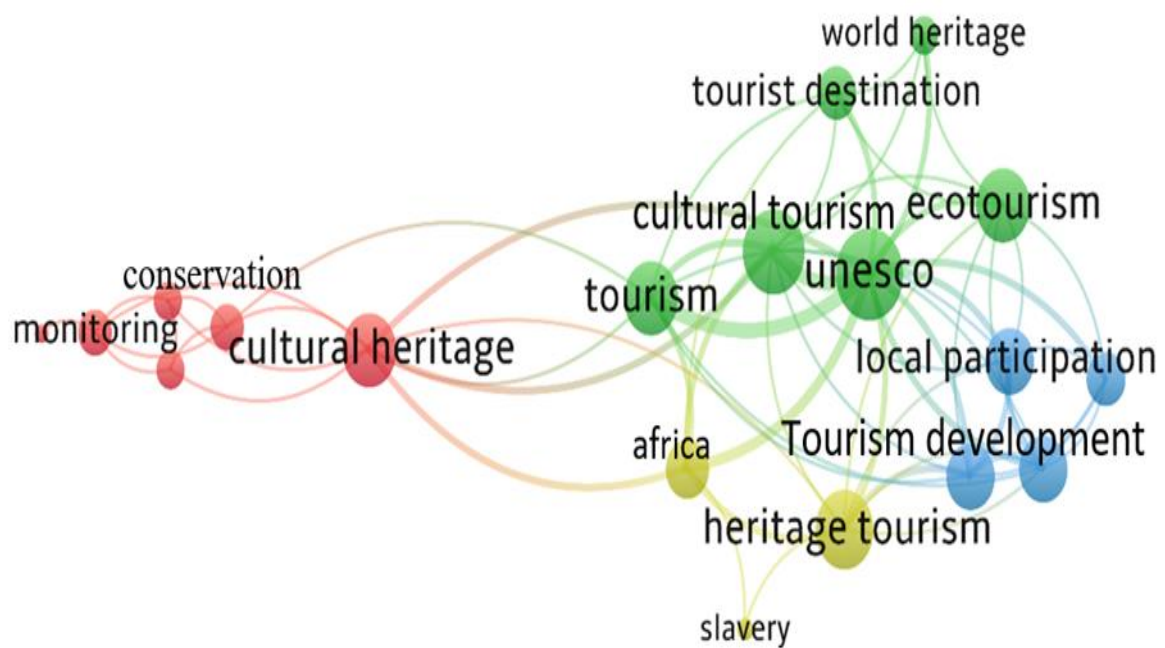


Figura 6 Cluster das palavras-chave e quadro teórico

Fonte: Elaboração própria com base no programa Vosviewer 1.6.20

CAPÍTULO 3. MBANZA KONGO: CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

3.1. Enquadramento geográfico

Mbanza Kongo, também conhecida como Mbanza Congo, na forma da grafia portuguesa, é uma cidade angolana situada no noroeste do país, sendo a capital da província do Zaire. A sua relevância geográfica transcende os limites administrativos contemporâneos, pois está profundamente enraizada na história política, cultural e espiritual da África Central. Antiga sede do poderoso Reino do Kongo, Mbanza Kongo representa hoje um espaço de convergência entre o património histórico e as dinâmicas territoriais modernas. O seu domínio territorial abrangia regiões que atualmente integram o noroeste de Angola, bem como zonas do território do atual Gabão, República do Congo e da faixa ocidental da República Democrática do Congo. Entretanto, convém ressaltar que a referida cidade é produto de uma delimitação geográfica externa, que ocorreu na Conferência de Berlim (1884-1885), que permitiu a fragmentação do glorioso reino em distintos Estados (C. A. Gonçalves, 2005; Wheeler & Péliissier, 2011).

Do ponto de vista geográfico, o município de Mbanza Kongo localiza-se no topo do planalto de Tôtila, caracterizado por encostas escarpadas e uma morfologia acidentada que condiciona tanto a ocupação urbana como a mobilidade regional. A sede municipal encontra-se numa elevação com cerca de 5 km, o que lhe confere uma posição dominante sobre a paisagem envolvente. Esta configuração topográfica foi historicamente estratégica, permitindo à cidade exercer funções de comando político e religioso sobre vastos territórios do antigo Reino do Kongo. Contudo, o seu clima é sobretudo tropical húmido, a época chuvosa vai de setembro a maio e o cacimbo de junho à primeira quinzena de setembro (Gonçalves, 2005; Batsikama, 2010).

Administrativamente, Mbanza Kongo é um dos 11 municípios da província do Zaire, fazendo fronteira a norte com a República Democrática do Congo, o que lhe confere uma posição geopolítica relevante no contexto da África Austral. Esta proximidade fronteiriça favorece trocas comerciais, fluxos migratórios e intercâmbios culturais, mas também impõe desafios em termos de controlo territorial e gestão transfronteiriça. No campo foi possível constatar que a cidade está ligada às principais localidades da província através das estradas EN-210 e EN-120, esta última integrada na

estrada de ligação internacional, que estabelece ligação direta com Lufo, e Matadi, na RDC.



Figura 7 Os 11 municípios da província do Zaire

Fonte: (Governo de Angola, 2025, p. 15).

Assim, a que também repensar o significado território pelos seus habitantes, logo a delimitação geográfica de Mbanza Kongo não pode ser dissociada da sua dimensão simbólica. A cidade é estimada pelos povos bakongo como o epicentro espiritual do seu universo cultural, sendo frequentemente referida como “cidade sagrada”. Esta perceção reforça a necessidade de uma abordagem territorial que respeite os significados atribuídos pelos atores locais aos espaços que habitam. A geografia de Mbanza Kongo é, portanto, simultaneamente física e simbólica, material e espiritual. (Batsíkama, 2011).

3.2. Legado histórico

O marco histórico da cidade de Mbanza Kongo é quase inseparável do Reino do Kongo, sendo que foi a capital do reino. Sendo assim, qualquer abordagem crítica ao estudo do Reino do Kongo confronta inevitavelmente o investigador com um

emaranhado de narrativas míticas, lendas e elementos de natureza supersticiosa, frequentemente perpetuados pela escassez de fontes primárias confiáveis. Esta realidade impõe, como ponto de partida, uma análise rigorosa dos autores que se debruçam sobre o tema, bem como das fontes que sustentam os seus discursos interpretativos (Gonçalves, 2005).

A historiografia do Reino do Kongo encontra-se, em larga medida, concentrado entre os séculos XV e XVII, período em que se intensificaram os contactos entre as elites locais e os representantes das potências europeias. Neste contexto, é fundamental reconhecer o papel desempenhado por diversos agentes que contribuíram para a produção e circulação de conhecimento sobre o reino, nomeadamente viajantes, missionários, comerciantes e administradores coloniais, vinculados a países como Portugal, França, Bélgica e Holanda, bem como aos enviados diplomáticos e religiosos do Vaticano (Batsikama, 2010; Gonçalves, 2005).

Estes atores, embora muitas vezes movidos por interesses políticos, religiosos ou económicos, foram responsáveis por registos que, apesar das limitações metodológicas e dos enviesamentos culturais, constituem hoje fontes indispensáveis para a reconstrução histórica do Reino do Kongo. A sua leitura, contudo, exige um exercício crítico constante, atento às omissões, às interpretações eurocêntricas e às dinâmicas de poder que moldaram a produção do saber colonial.

O Reino do Kongo, à semelhança de outros reinos e impérios africanos, antecede cronologicamente a expansão marítima europeia, nomeadamente a portuguesa. Por conseguinte, é metodologicamente questionável que os registos documentais sobre este reino apenas comecem a surgir com o advento da presença colonial, sobretudo a partir do último quartel do século XV e com maior intensidade ao longo do século XVI (Ki-Zerbo, 2010). Esta lacuna historiográfica evidencia a necessidade de ampliar o espectro das fontes utilizadas, incorporando não apenas os relatos escritos de autores europeus, mas também outras formas de testemunho, como a tradição oral, que constitui um património imaterial fundamental para a maioria dos grupos étnicos africanos (Vansina, 1967; Bâ, 2010).

A ausência de escrita entre os povos africanos, frequentemente rotulados como ágrafos, não deve ser interpretada como sinal de incapacidade ou atraso civilizacional. Trata-se, antes, de uma expressão cultural própria, enraizada em formas de transmissão de conhecimento que privilegiam a oralidade, a performance e a memória coletiva. Este legado ancestral, longe de ser marginal, representa uma fonte legítima e rica para a reconstrução histórica, exigindo abordagens metodológicas sensíveis à sua especificidade.

Para além das fontes orais, importa considerar também as chamadas fontes materiais ou arqueológicas frequentemente designadas como “fontes mudas” que oferecem pistas valiosas sobre a organização social, económica e simbólica das sociedades pré-coloniais. A sua análise, contudo, impõe desafios consideráveis à investigação antropológica, dada a natureza empírica e contextual do trabalho de campo. Neste sentido, a etnografia revela-se uma aliada estratégica, ao permitir o cruzamento entre vestígios materiais e narrativas locais, contribuindo para o despertar e interpretação de fontes até então adormecidas (Ki-zerbo, 2010).

O primeiro contacto oficial entre o Reino do Kongo e entidades europeias ocorreu em 1482, com a chegada do navegador português Diogo Cão à foz do rio Zaire. Este encontro diplomático traduziu-se numa troca de presentes entre o explorador e o Manikongo, culminando na deslocação de quatro congoleses à corte portuguesa em Lisboa (C. A. Gonçalves, 2005). Este episódio marca o início de uma relação complexa entre o reino africano e as potências europeias, que se intensificaria nas décadas seguintes com implicações profundas na estrutura política e cultural da região (Gonçalves, 1983; Florêncio, 2020).

Antes da imposição das fronteiras coloniais, o Reino do Kongo estendia-se por um vasto território que hoje corresponde a partes significativas da República Democrática do Congo (antigo Congo Belga), da República do Congo (Congo Brazzaville) e de Angola. Os povos bakongo, distribuídos por estas três nações, partilhavam uma matriz cultural comum, expressa na língua, nos costumes e nos laços familiares. Esta unidade foi profundamente afetada pela fragmentação territorial imposta pelas

potências coloniais, nomeadamente Bélgica, Portugal e França que desarticularam as redes sociais e identitárias existentes (Gonçalves, 1983; Hilton, 1985).

A estrutura social dos bakongo assentava numa organização de clã de base matrilinear, onde a linhagem materna desempenhava um papel central na transmissão de estatuto, património e autoridade. Este modelo de organização, descrito por diversos autores, entre os quais Gonçalves (2005), revela uma lógica de parentesco e poder que contrasta com os paradigmas patriarcais dominantes nas sociedades europeias da época. A compreensão desta estrutura é essencial para interpretar as dinâmicas internas do Reino do Kongo e os seus mecanismos de resistência face à colonização. Contudo, a reconstrução histórica do Reino do Kongo, particularmente de Mbanza Kongo exige uma abordagem plural e crítica, que valorize as fontes não escritas, reconheça a diversidade dos registos disponíveis e respeite os saberes locais. Só assim será possível ultrapassar os limites impostos pela historiografia colonial e restituir à África a complexidade e profundidade da sua trajetória civilizacional.

Importa destacar o lado mais sombrio da história da cidade, que funcionava como um entreposto de triagem, organização e comércio de tráfico humano “escravo”. Muitos foram vendidos, depositados em lugares de reserva e posteriormente encaminhados para os portos de embarque, como Soyo e Luanda. Estes, por sua vez, serviam como plataformas de exportação para destinos diversos, entre os quais se destacam o Brasil, os Estados Unidos da América, Portugal, França, Bélgica e outras regiões coloniais. (Wheeler & Pélissier, 2011).

A magnitude deste comércio humano, sustentado por interesses coloniais e elites locais, teve consequências devastadoras para as populações bakongo e para a estrutura social do Reino do Kongo. Milhares de indivíduos foram arrancados das suas comunidades, despojados da sua identidade e transportados para terras distantes, onde foram submetidos a regimes de escravização profundamente desumanos. Este processo não apenas fragmentou laços familiares e culturais, como também contribuiu para a dispersão da cultura Kongo pelo mundo, especialmente nas Américas. (Thornton, 2004; Ki-zerbo, 2010).

Paradoxalmente, é essa mesma dispersão que hoje confere a Mbanza Kongo um estatuto singular enquanto território de elevado valor turístico-cultural. A cidade pode assim ser reconhecida como um dos epicentros da cultura afrodescendente global, sendo considerada por muitos como o berço espiritual da diáspora africana. Os vestígios materiais e imateriais que subsistem desde a antiga Catedral de *Kulumbimbi*, considerada a primeira igreja católica da África Austral, até à árvore sagrada *Yala Nkuwu* e ao Museu dos Reis do Kongo, bem como os artefactos que foram encontrados no subsolo de grande valor paleontológico constituem património de interesse mundial, evocando uma história de resistência, espiritualidade e interculturalidade. (Domingos, 2013; Vita, 2021).

Por seu turno, em 2017, o centro histórico de Mbanza Kongo foi oficialmente inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO, reconhecimento que reforça a importância da cidade como espaço de memória e de valorização da herança africana. Este estatuto tem vindo a impulsionar iniciativas de turismo cultural, educativo e espiritual, atraindo visitantes nacionais e internacionais interessados em conhecer as raízes da cultura afrodescendente e os traços da civilização Kongo (ICOMOS, 2017a). Logo, o turismo em Mbanza Kongo, quando orientado por princípios de sustentabilidade e respeito pela memória histórica, pode desempenhar um papel fundamental na revalorização do território e na promoção do desenvolvimento local. A cidade oferece uma oportunidade única para a construção de narrativas contra-hegemónicas, que reconhecem o sofrimento causado pelo tráfico negreiro, mas também celebram a resiliência e a criatividade dos povos africanos e seus descendentes.

A bela e autêntica história de Mbanza Kongo é mais do que um marco histórico: é um território de profunda densidade simbólica, onde o passado e o presente se entrelaçam na construção de uma identidade afro-mundial. O seu papel no tráfico de escravos, embora doloroso, deve ser lembrado e estudado como parte integrante da história global. Simultaneamente, a cidade afirma-se como um espaço de reencontro, de celebração cultural e de afirmação da dignidade dos povos africanos e da sua diáspora. Portanto, a cidade permanece como um espaço de memória viva, onde os vestígios materiais e as narrativas orais continuam a desempenhar um papel fundamental na

reconstrução da história africana pré-colonial e na valorização do património imaterial e material do povo bakongo.

3.3. Caraterização demográfica

Mbanza Kongo, reconhecida como a primeira localidade fundada em território angolano e antiga capital do Reino do Kongo, apresenta atualmente uma configuração demográfica singular no contexto nacional. Apesar da sua relevância histórica e simbólica, figura entre os cinco municípios menos povoados de Angola. A configuração demográfica do município apresenta características singulares quando comparada com a tendência predominante noutras regiões do território nacional. Destaca-se, em particular, a prevalência da população masculina sobre a feminina, o que contraria o padrão demográfico mais comum em diversos municípios angolanos, onde se observa um equilíbrio relativo entre os sexos ou uma ligeira predominância feminina. Esta discrepância demográfica poderá refletir nas dinâmicas sociais, migratórias ou económicas específicas da região, merece-se uma análise profunda no âmbito dos estudos territoriais e de planeamento local (CENSO, 2014).

Acresce que, no âmbito da província do Zaire, Mbanza Kongo constitui uma exceção administrativa, sendo a única capital provincial que não concentra o maior número populacional, uma vez que o município do Soyo regista uma densidade demográfica significativamente superior, fruto da sua dinâmica económica petrolífera e portuária. A província do Zaire, cuja capital é Mbanza Kongo, apresenta uma trajetória demográfica que se diferencia do padrão nacional, as estimativas apresentam uma redução da taxa de fecundidade. Esta tendência contrasta com o comportamento observado na maioria das restantes províncias angolanas, onde se verifica um aumento progressivo deste indicador. Tal fenómeno, ilustrado no Gráfico 1, poderá estar associado a fatores específicos da região, como alterações nos padrões de educação e acesso a serviços de saúde de prevenção reprodutiva, particularmente no meio urbano.

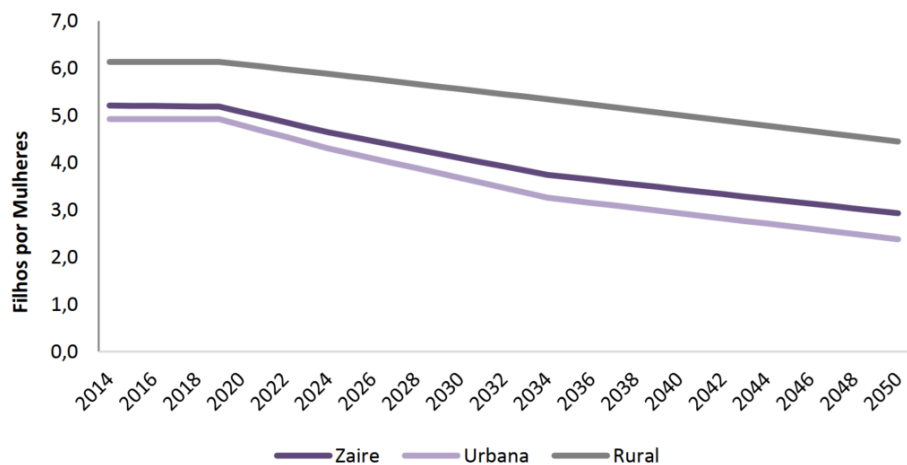


Gráfico 1 Taxa de fecundidade do Zaire 2014-2050

Fonte: (INE, 2016, p. 11).

Desse modo, segundo as projeções populacionais do INE (2016)³ para 2024, Mbanza Kongo conta com aproximadamente 246 625 habitantes, dos quais 123 452 são homens e 123 172 mulheres. Esta distribuição por sexo revela uma aproximação entre masculino e feminino significativa, o que pode ter implicações na definição de políticas sociais, nomeadamente nas áreas da saúde materna, educação e emprego. A faixa etária da população do Zaire, e em particular a de Mbanza Kongo, revela um perfil marcadamente jovem, com uma expressiva disparidade percentual entre os jovens e os idosos, destaca-se o número de jovens que é a maior percentagem no mosaico estatístico geral de Angola, particularmente de Mbanza Kongo.

Municípios	2023			2024		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Zaire	789 570	395 747	393 823	812 963	407 474	405 489
Mbanza Congo	239 528	119 899	119 629	246 625	123 452	123 172
Soyo	301 755	152 108	149 647	310 695	156 615	154 080
Nzetu	63 524	31 713	31 811	65 406	32 653	32 753
Tomboco	61 133	29 797	31 336	62 944	30 680	32 264
Nóqui	31 720	16 097	15 623	32 660	16 574	16 086
Cuímba	91 910	46 133	45 777	94 633	47 500	47 133

Tabela 2 População projetada por municípios, segundo o sexo, 2023-2024

Fonte: (INE, 2016, p. 57).

³ Os dados mais atualizados do Censo Populacional de Angola são os de 2014, embora já realizado o Censo 2024, os resultados definitivos estarão disponíveis apenas em janeiro de 2025. Mbanza Kongo nos dados oficiais do INE tem uma população de 205 272, foi este número que serviu de base para a pesquisa empírica.

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade

Anos	Esperança de vida ao nascer			Taxa de mortalidade infantil			Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de natalidade	Taxa de fecundidade global	Taxa de Dependência			Taxa de crescimento	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres				Total ¹	Jovens ²	Idosos ³	Exponencial	Natural
2014	65,1	63,6	66,6	39,9	44,5	35,2	5,0	36,4	5,2	92,3	86,2	6,1	NA	3,1
2015	65,4	63,9	66,9	38,9	43,5	34,4	5,0	36,4	5,2	91,5	85,6	5,9	3,1	3,1
2016	65,7	64,2	67,1	38,1	42,5	33,7	5,0	36,4	5,2	90,7	84,9	5,7	3,1	3,1
2017	66,0	64,5	67,4	37,2	41,5	32,9	4,9	36,4	5,2	89,9	84,3	5,6	3,2	3,2
2018	66,2	64,8	67,7	36,4	40,6	32,1	4,9	36,4	5,2	89,2	83,7	5,5	3,2	3,2
2019	66,5	65,1	67,9	35,7	39,8	31,5	4,9	36,4	5,2	88,5	83,1	5,4	3,2	3,2
2020	66,8	65,4	68,2	34,9	39,0	30,7	4,9	35,7	5,1	87,7	82,3	5,3	3,2	3,1
2021	67,0	65,6	68,5	34,1	38,2	30,0	4,9	35,0	5,0	86,7	81,4	5,3	3,1	3,1
2022	67,3	65,9	68,7	33,3	37,4	29,3	4,9	34,3	4,9	85,6	80,4	5,2	3,0	3,0
2023	67,5	66,1	69,0	32,7	36,6	28,8	4,9	33,7	4,8	84,3	79,1	5,2	3,0	2,9
2024	67,8	66,4	69,2	32,0	35,9	28,1	4,9	33,1	4,6	82,9	77,7	5,2	2,9	2,9
2025	68,0	66,6	69,5	31,3	35,1	27,5	4,9	32,6	4,6	81,3	76,1	5,2	2,9	2,9
2026	68,3	66,8	69,7	30,7	34,5	26,9	4,9	32,2	4,5	79,7	74,5	5,2	2,8	2,8
2027	68,5	67,1	70,0	30,2	33,9	26,4	4,9	31,8	4,4	77,9	72,7	5,2	2,8	2,8
2028	68,7	67,3	70,2	29,5	33,2	25,7	4,9	31,4	4,3	76,0	70,8	5,2	2,8	2,8
2029	69,0	67,5	70,4	28,8	32,4	25,2	5,0	31,1	4,2	74,2	68,9	5,2	2,7	2,7
2030	69,2	67,7	70,7	28,2	31,7	24,7	5,0	30,6	4,1	73,5	68,2	5,3	2,7	2,7
2031	69,4	67,9	70,9	27,5	31,0	24,1	6,5	30,1	4,0	72,7	67,3	5,4	2,7	2,6

Tabela 3 Indicadores demográficos, 2014-2031

Fonte: (INE, 2016, p. 61).

3.4. Caracterização socioeconómica

O município de Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, em Angola, apresenta uma configuração socioeconómica marcada por especificidades territoriais, históricas e estruturais que condicionam o seu desenvolvimento. Enquanto cidade transfronteiriça, situada nas proximidades da República Democrática do Congo (RDC), Mbanza Kongo beneficia de uma posição estratégica que favorece a circulação de bens e pessoas, sobretudo através da zona de trocas comerciais entre o Luvo e Lufu, considerada um dos principais pontos de articulação económica entre Angola e a RDC. (Sozinho, 2020).

A economia local depende fortemente da sinergia comercial estabelecida entre Luanda, capital do país, e os mercados fronteiriços, sendo o comércio informal a principal fonte de rendimento para grande parte da população. Segundo Sozinho (2020) descreve que a economia informal de Mbanza Kongo consiste em “pequenas unidades comerciais ou serviços independentes e de autoemprego que estão fora do sistema de governança ou de regulação, não fazem parte de nenhuma estrutura representativa e não contam com serviços financeiros ou de apoios” (p. 152). As atividades económicas predominantes incluem a venda em mercados abertos, pequenas bancadas

domiciliárias, cantinas domésticas e o comércio de produtos agrícolas em pequena escala, escoados do campo para os centros urbanos. Esta informalidade, embora resiliente, revela a ausência de estruturas económicas formais robustas e limita o acesso da população a mecanismos de proteção social e financiamento.

As pessoas que Trabalham na economia informal costumam ter pouco ou nenhum apoio da assistência pública E estão excluídas da legislação de trabalho e de saúde e segurança do trabalho e segurança do trabalho. Essa atividade da economia informal não costuma ser mensurada ou monitorada, recebe pouca atenção por parte das autoridades, exceto por algum controle efetuado sobre as atividades ilegais. São muitos os exemplos da economia informal, que incluem: engraxadores, mecânicos por conta própria, vendedores de sanduíches em lanchonetes, roboteiros, vendedores de produtos diversos em bancadas, trabalhadores de construção civil, empregadas domésticas, vendedores ambulantes, pescadores e agricultores. (Sozinho, 2020, p. 152).

No sector agrícola, observa-se que a produção local permanece embrionária, com níveis de produtividade reduzidos e técnicas de cultivo ainda rudimentares. A maioria dos produtos alimentares consumidos em Mbanza Kongo é importada de outras regiões, nomeadamente Luanda e Bengo. Entre os bens mais comercializados destacam-se o milho, amendoim, feijão, banana, mandioca, kizaca, safú, batata-doce, pimentos, gergelim, laranja, ananás e outros, dependente da estação climática do ano (MEP, 2018). Conquanto, esta dependência externa compromete a segurança alimentar e evidencia a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção agrícola local, através da capacitação técnica, do acesso a insumos e da melhoria das infraestruturas rurais.

Relativamente à pecuária e pesca, o município apresenta limitações significativas. A caça de animais como o veado, seixo, macaco, javali e rapaca (raposa)

constitui uma prática comum, com os espécimes vendidos nos mercados locais como fonte alternativa de proteína e rendimento. No entanto, a pesca é praticamente inexistente, devido à ausência de litoral e de cursos de água significativos nas proximidades da sede municipal. Esta limitação geográfica restringe o aproveitamento dos recursos hídricos e impede o desenvolvimento de uma economia piscatória sustentável. (SFCG, 2005; Sozinho, 2020).

No que diz respeito ao setor industrial, Mbanza Kongo não dispõe de unidades de grande dimensão que possam absorver mão-de-obra local de forma significativa. A ausência de um parque industrial estruturado limita as oportunidades de emprego e o crescimento económico. Como consequência, uma parte considerável da população depende do emprego público, nomeadamente nos sectores da administração pública, serviços de defesa e segura, educação e saúde. Esta dependência do Estado, embora uma realidade contextual de Angola, torna-se compreensível num contexto de fragilidade económica, torna o município vulnerável a flutuações orçamentais e à centralização das decisões políticas. (MEP, 2018; Sozinho, 2020).

Apesar da sua importância histórica e cultural, Mbanza Kongo ainda não despertou plenamente para o potencial económico que reside no seu vasto património sociocultural. A cidade, antiga capital do Reino do Kongo e reconhecida como Património Mundial pela UNESCO, possui um acervo imaterial e material de elevado valor, que inclui tradições ancestrais, sítios históricos, práticas religiosas e manifestações artísticas únicas. No entanto, a valorização e promoção deste património como produto turístico estruturado continua incipiente, sendo frequentemente ofuscada pela dependência de recursos naturais convencionais e pela ausência de políticas económicas orientadas para o turismo. No contexto das orientações estratégicas delineadas ao longo do último quadriénio (2018-2022), o Governo Provincial do Zaire estabeleceu um conjunto de sete eixos prioritários. Entre estes, o sector do turismo foi classificado como a penúltima prioridade, sendo referido exclusivamente no âmbito da valorização, sem que se verifique qualquer menção explícita à sua promoção ou ao investimento correspondente, conforme se evidencia na descrição subsequente:

1. Fileira do Petróleo, Gás Natural e indústrias conexas, em especial no município do Soyo, num quadro de redução dos impactes ambientais que afetam as zonas envolventes;
2. Produção à escala industrial das grandes culturas agrícolas: palmeira de dendém, banana, citrinos, abacaxi, amendoim, feijão, batata-doce e rena;
3. Relançamento da produção de café (Robusta);
4. Exploração florestal, respeitando princípios de sustentabilidade e de utilização racional dos recursos;
5. Valorização da pesca artesanal e desenvolvimento de indústrias transformadoras dos produtos do mar;
6. Valorização da riqueza natural e patrimonial da província para o desenvolvimento do Turismo, nas vertentes balnear, natureza e histórico-cultural, esta última com reconhecimento internacional (Património Cultural da Humanidade);
7. Reforço das funções urbanas (administrativas, sociais e de apoio às atividades económicas) e desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades e vilas. (MEP, 2018, p. 241).

Torna-se imperativo considerar o turismo como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento local sustentável, promovendo a transformação e valorização do distinto legado do património cultural, com vista à sua conversão em produto turístico. A transformação deste legado em experiências turísticas sustentáveis como roteiros históricos, festivais temáticos, turismo espiritual e oficinas de saberes tradicionais poderia não só gerar receita para o município, como também criar oportunidades de emprego para a juventude local, hoje maioritariamente dependente do sector informal ou do emprego público. (Sozinho, 2020) A promoção de Mbanza Kongo como um dos centros da cultura afrodescendente mundial exige, portanto, uma mudança de paradigma, que reconheça o valor económico da identidade e da memória como motores de desenvolvimento (UNESCO, 2006). Este desafio deve começar com os gestores locais, que até ao momento ainda não exploram o património cultural como fonte económica, como se observa nos principais recursos expostos no site da província:



Figura 8 Recursos da província do Zaire

Fonte: (Zaire, 2025).

A caracterização socioeconómica de Mbanza Kongo revela, portanto, um território com elevado potencial estratégico, mas ainda condicionado por fragilidades estruturais e limitações na diversificação económica. A valorização da sua posição transfronteiriça, aliada ao investimento em sectores produtivos como a agricultura e o comércio formal, poderá contribuir para a dinamização da economia local e para a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. A promoção de políticas inclusivas, orientadas para o desenvolvimento local sustentável e para a capacitação das comunidades, é essencial para transformar Mbanza Kongo num verdadeiro polo turístico de integração regional que visa a valorizar o património cultural como um setor de diversificação económica.

3.5. Classificação UNESCO e VUE de Mbanza Kongo

Após o fim do conflito armado em Angola, o país iniciou um processo de reconstrução nacional que incluiu a valorização do seu património histórico e cultural. Entre 2006 e 2008, o governo angolano tomou a iniciativa de propor a inscrição de três sítios na Lista do Património Mundial da UNESCO: a Cidade Histórico-Arqueológica de Mbanza Kongo, o Sítio Arqueológico de Tchitundu-Hulu e o Corredor do Kwanza (Domingos, 2013). Esta decisão refletiu um esforço estratégico para afirmar a identidade cultural angolana no panorama internacional e preservar locais de elevado significado histórico e simbólico. Porém, somente Mbanza Kongo prosseguiu. (Ministério da Cultura, 2016).

A inscrição de um sítio na Lista do Património Mundial da UNESCO exige o cumprimento de pelo menos um dos dez critérios estabelecidos pela organização, dos quais seis são de natureza cultural e quatro de natureza natural. Além disso, o sítio deve

demonstrar o seu Valor Universal Excecional (VUE), bem como garantir os princípios de integridade e autenticidade (UNESCO, 2012). Estes elementos são fundamentais para assegurar que o local possui uma relevância que transcende fronteiras nacionais e que a sua conservação é viável e sustentável.

No caso de Mbanza Kongo, Angola apresentou a candidatura no dia 30 de janeiro de 2016, com base nos critérios (iii), (v) e (vi):

Critério (iii): O sítio deve representar um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

Critério (v): ser um exemplo eminente de implantação humana tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível;

Critério (vi): estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros). (UNESCO, 2011, 2012).

Contudo, a avaliação técnica do ICOMOS no terreno decorreu de 21 a 26 de julho de 2016, que determinou a aprovação da candidatura, formalizada na 41.ª Sessão do Comité do Património Mundial realizada em Cracóvia, Polónia, em julho de 2017. A comissão determinou aprovação apenas de dois critérios: o **critério (iii)**, conforme proposto, e de forma inesperada o **critério (iv)**, que não constava na proposta inicial. Este último refere-se à representação um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónicos ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana. (ICOMOS, 2017a).

A decisão do Comité foi flexível, embora distinta da proposta original, confirma o Valor Universal Excecional de Mbanza Kongo, reconhecendo a sua importância histórica, espiritual e cultural no contexto africano e mundial. Este episódio revela, simultaneamente, a complexidade dos processos de avaliação da UNESCO e a

necessidade de maior clareza e coerência entre os critérios propostos e os critérios efetivamente adotados na aprovação das candidaturas. Entretanto, tendo em conta os dois critérios de aprovação de Mbanza Kongo, o ICOMOS após o trabalho de campo no contexto, confirma legitimidade da mesma.

- **Critério (iii):** A contribuição do Reino do Congo para a história do continente africano é atestada e inegável, graças à documentação disponível abrangendo cinco séculos (de 1483 até os dias atuais) e aos achados arqueológicos. Sua capital conservou os poderes rituais e simbólicos incorporados na irmandade da ONG Leopardo. Após a chegada dos portugueses, o Reino adotou o cristianismo, mantendo, no entanto, elementos dos costumes pré-existentes do Congo. Os vestígios de Mbanza Kongo evocam, assim, a importância política e simbólica do Reino no seu território e o seu papel como porta de entrada para o mundo cristão no continente africano;
- **Critério (iv):** O centro político e religioso de Mbanza Kongo é um exemplo notável de um conjunto arquitetónico que ilustra, como nenhum outro lugar na África Subsaariana, as profundas mudanças que emanaram da introdução do cristianismo e da chegada dos portugueses à África Central no século XV, eventos que influenciaram não apenas a religião, mas também o comércio, a aprendizagem e o contacto entre a África Central e a Europa, particularmente a Itália e Portugal. A Catedral estava de pé quando, em 1608, o Papa credenciou em Roma o primeiro embaixador de um estado da África Subsaariana no Vaticano. O Colégio Jesuíta reflete o status dado a Mbanza Kongo como sede da aprendizagem e é o local onde, em 1624, o primeiro catecismo foi escrito na língua kikongo, para ser usado na disseminação do cristianismo por todo o Reino. A cidade estava no coração do vasto Reino do Congo, que por sua vez estava ligado a uma vasta rede intercontinental. (ICOMOS, 2017a, p. 43).

Ademais, foi igualmente necessário demonstrar o cumprimento de dois requisitos essenciais exigidos pela organização: **integridade** e **autenticidade**. Estes elementos são considerados indispensáveis para validar o Valor Universal Excecional (VUE) de qualquer sítio proposto, de acordo com os princípios do ICOMOS. No contexto específico de Mbanza Kongo, os dois elementos são descritos nos seguintes moldes:

- **Integridade:** todos os atributos que expressam o Valor Universal Excecional do imóvel estão incluídos dentro dos limites do imóvel. O imóvel ilustra as funções políticas e religiosas exercidas no coração do antigo Reino do Congo. O imóvel inclui um conjunto de vestígios que evocam a sociedade pré-colonial e a sobrevivência do Reino ao longo de vários séculos, além das inúmeras igrejas e edifícios militares e civis deixados pelos portugueses. O estado desses vestígios é geralmente satisfatório, mas existem problemas, alguns dos quais graves, como a insalubridade das nascentes. Várias escavações foram iniciadas para explorar o potencial arqueológico de um rico subsolo. As condições de integridade visual do imóvel são frágeis, principalmente devido à presença de antenas de telecomunicações (atualmente em desmantelamento) e da pista de pouso, localizada na zona tampão, construída pelos portugueses no período entre guerras. A demolição da pista de aterragem, que atualmente é pouco utilizada, foi confirmada pelo Estado Parte, e um novo local para o aeroporto foi escolhido fora da cidade;
- **Autenticidade:** a autenticidade da propriedade advém do facto de que, desde a sua fundação, ela manteve continuamente sua função sagrada e simbólica. Os guardiões da tradição transmitem o prestígio em que os reis anteriores se basearam: o tribunal consuetudinário, que administra os conflitos, foi reintegrado após quatro décadas de guerra, como um elo cultural e político com uma tradição viva. A ocupação do espaço urbano é conhecida desde o século XVI, como se reflete nos relatos escritos por

viajantes portugueses. Um certo grau de continuidade foi mantido neste tecido urbano histórico, apesar do padrão ortogonal de ruas introduzido pelos europeus, embora a rua principal tenha mantido sua traça antiga. As inúmeras igrejas e conventos contribuíram para a estabilidade. (ICOMOS, 2017a, pp. 43-44).

Mbanza Kongo, por sua parte, antiga capital do Reino do Kongo, destaca-se ainda como um centro político, espiritual e cultural de grande importância na África Central desde o século XV. A cidade foi um dos primeiros pontos de contacto entre o mundo africano e europeu, nomeadamente com os portugueses, e desempenhou um papel crucial na difusão do cristianismo na região. Porém, a sua estrutura urbana, os vestígios arqueológicos e os elementos culturais ainda vivos testemunham a continuidade de uma tradição que se mantém até aos dias de hoje.

No que toca a autenticidade de Mbanza Kongo, é evidenciada pela preservação de práticas culturais, rituais e estruturas que remontam ao período pré-colonial, este é um dado inegável. A integridade da zona tampão foi garantida através de medidas de conservação e gestão que visam proteger os seus valores históricos e espirituais, em estreita colaboração com as comunidades locais. Contudo, Ziva Domingos já previa anos antes da candidatura que ao classificar Mbanza Kongo na lista da UNESCO o seu VUE seria de nível global “Uma das melhores formas de preservar e valorizar este rico património é de classificá-lo, não somente como património cultural e natural nacional, mas também como património da Humanidade de acordo com o seu *Valor Universal Excecional* a fim de ser partilhado pelos povos do mundo inteiro.” (Domingos, 2013, p. 264).

Portanto, a candidatura de Mbanza Kongo, vestígios da capital do antigo Reino do Kongo foi aprovada durante a 41ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, realizada em Cracóvia, Polónia, entre os dias 2 e 12 de julho de 2017, sob o número “1511” na lista geral (ICOMOS, 2017b). Este reconhecimento internacional consolidou o estatuto de Mbanza Kongo como Património Mundial, reforçando a importância da cidade na memória coletiva africana e mundial. A classificação pela UNESCO não só valoriza o legado histórico do Reino do Kongo, como também promove

o turismo cultural, incentiva a investigação académica e fortalece o sentimento de pertença das comunidades locais. É, portanto, um marco significativo na afirmação da cultura angolana e na preservação do património africano. De acordo com ICOMOS o VUE de Mbanza Kongo os bens culturais que foram levados em consideração resumem-se em cinco elementos:

- A cidade de Mbanza Kongo foi a capital de um dos maiores estados da África Austral, que era próspero desde o século XIV;
- A chegada dos portugueses no século XV transformou a cidade, à qual foram adicionados um traçado colonial ortogonal de ruas, fortificações e vários edifícios religiosos;
- Os europeus (portugueses, holandeses, franceses) transformaram o Reino do Kongo no maior reservatório de pessoas escravizadas já conhecido pela humanidade;
- Os escravos do Kongo transportados para o Caribe e para as Américas (principalmente a América do Sul) levaram consigo as suas expressões culturais e as suas crenças, que deixaram uma marca distinta nos países que os receberam;
- Mbanza Kongo continua sendo um local de memória para as populações da África tropical que compartilham a cultura Kongo. (ICOMOS, 2017b).

O comité indicou ainda um leque de recomendações que visam garantir e consolidar o VUE de Mbanza Kongo, como vestígios da capital do antigo Reino do Kongo. Conforme se adverte:

1. Concluir a desmontagem das antenas de telecomunicações conforme anunciado,
2. Assegurar que a pista do aeroporto seja removida após a construção e a entrada em funcionamento do novo aeroporto e, posteriormente, realizar escavações arqueológicas detalhadas para identificar a localização de sepulturas, antigas igrejas e outros vestígios ligados ao centro histórico;

3. Confirmar o funcionamento do sistema de gestão transversal, especificando os recursos humanos e materiais disponibilizados aos responsáveis pelo sistema;
 4. Fornecer detalhes das ações, responsáveis e financiamento do sistema de intervenção de conservação;
 5. Finalizar o regulamento de urbanismo (PREGU) conforme anunciado;
 6. Elaborar de uma estratégia de gestão do turismo;
 7. Elaboração de indicadores específicos de monitorização com base no Valor Universal Excecional;
- Solicitar ao Estado Parte que apresente ao Centro do Patrimônio Mundial até **1º de dezembro de 2020** um relatório sobre a implementação das recomendações acima mencionadas;
 - Também recomenda promover a colaboração com outros países em pesquisas sobre sítios no antigo Reino do Congo para explorar se outros lugares e dimensões deste Reino poderiam ter o potencial de serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, para refletir, por exemplo, o seu envolvimento no tráfico de escravos ou as suas extensas atividades comerciais (ICOMOS, 2017a, p. 44).

Todavia, a inscrição da Cidade Histórico-Arqueológica de Mbanza Kongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, formalizada em 2017, foi acompanhada por um conjunto de recomendações técnicas e estratégicas destinadas a assegurar a preservação, valorização e gestão sustentável do sítio. Estas medidas incluíam ações específicas nos domínios da conservação patrimonial, envolvimento comunitário, educação patrimonial e, de forma destacada, o desenvolvimento do setor turístico como vetor de dinamização económica e cultural.

Conquanto, passados cerca de oito anos desde a sua classificação, constata-se no terreno uma preocupante ausência de implementação das recomendações emitidas pelo Comité do Patrimônio Mundial. Em particular, o setor do turismo permanece subdesenvolvido, apesar da riqueza histórica e simbólica que Mbanza Kongo representa. Não foram concebidos nem executados projetos estruturantes que promovam a cidade

como destino turístico cultural, nem se verificam iniciativas que articulem a valorização do património com o desenvolvimento local e sustentável. (MEP, 2018; Sozinho, 2020; Vita, 2021).

Esta lacuna compromete não apenas o potencial económico da região, como também a eficácia da própria classificação UNESCO, que pressupõe uma gestão ativa e integrada do sítio. A ausência de políticas públicas consistentes, de investimentos adequados e de estratégias de promoção turística revela um desfasamento entre o reconhecimento internacional e a realidade prática, colocando em risco a preservação do Valor Universal Excecional que justificou a inscrição de Mbanza Kongo como Património Mundial. No entanto, a situação exige, por isso, uma reavaliação urgente das políticas de gestão patrimonial e uma mobilização interinstitucional que permita transformar o reconhecimento simbólico em benefícios concretos para comunidade local e para o próprio país.

**CAPÍTULO 4. TURISMO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL EM MBANZA KONGO**

4.1. Turismo na agenda política de Angola

Angola, situada na costa ocidental do continente africano e a sul do equador, destaca-se como uma Nação de grande relevância geopolítica e cultural. A sua capital, Luanda, não apenas representa o principal centro urbano do país, como também simboliza a sua vitalidade económica e social. Tem um vasto património linguístico, sendo o idioma oficial o português, evidenciando os laços históricos com Portugal, cujo domínio colonial teve início no século XVI até a proclamação da independência nacional em 1975.

Do ponto de vista geográfico, Angola apresenta um território notavelmente diversificado, abrangendo desde extensas regiões de planalto a florestas tropicais densas, savanas vastas e zonas de características semiáridas (Wheeler & Pélissier, 2011). O clima predominante é tropical, com duas estações distintas: uma quente e chuvosa e outra mais seca e de temperaturas amenas, o que constitui um diferencial turístico, tendo em conta que a temperatura é exótica durante quase todo o ano. (Fernando, 2015).

A economia angolana é amplamente sustentada pela exploração de recursos energéticos, particularmente petróleo e gás natural, que correspondem à maior parcela das suas exportações. Apesar dessa abundância de recursos naturais, o país enfrenta sérias dificuldades nos âmbitos social e infraestrutural, reflexo, em grande parte, das consequências de um prolongado conflito armado interno que se estendeu até o ano de 2002 (Fernando, 2015; PDN 2023-2027). Com uma população de 36. 170 961 milhões de habitantes, Angola apresenta um padrão crescente de urbanização (INE, 2025). A sua rica diversidade étnica e linguística constitui um traço identitário fundamental, refletido nas múltiplas tradições e expressões culturais que compõem o tecido social angolano.

O território que marca atual Angola foi no passado um território vasto e fragmentado, composto por vários reinos, impérios, microestados e clãs (Wheeler & Pélissier, 2011). Essa realidade da Angola pré-colonial consolida a perspetiva antropológica, segundo a qual o país foi constituído por um mosaico cultural, uma vez que neste território habitavam e habitam diferentes grupos etnolinguísticos. A respeito disso, Wheeler & Pélissier (2011) assinalam: “Angola é uma sociedade plural, composta

por vários grupos culturais, antes da chegada dos europeus, o grupo racial negroide invadiu e dominou os primeiros invasores do grupo bosquímano” (p. 32).

Angola não foi somente uma sociedade plural, também se apresentava como um território vasto e geograficamente complexo. Para o antropólogo angolano a delimitação e a classificação dos povos de Angola foram feitas por não profissionais, notadamente, missionários, comerciantes e administradores coloniais. Ademais, há um leque de documentos que ilustram as regiões da Angola pré-colonial, uma das mais conhecidas, de acordo com Wheeler e Pélissier (2011), é a de um geógrafo americano, o qual sugere seis províncias: Luanda, região do Kongo, Benguela, Namibe, Alta Zambézia e Deserto do Kalahari.

De volta aos povos que compõem o mosaico cultural de Angola, a proposta académica sistematizada foi apresentada por Redinha ([1962]1974). Trata-se da primeira e mais organizada classificação dos grupos étnicos de Angola, onde os autores posteriores se inspiraram. A ordem classificativa proposta por José Redinha é diacrónica, vem apresentando um quadro evolutivo de quatro grupos:

- Grupo Étnico Hotentote-Bosquímano (Não-negro e não-Bantu);
- Grupo Étnico Vátua ou pré-Bantu;
- Grupo Étnico Bantu;
- Grupo Étnico Europeu (Redinha, ([1962] 1974).

Importa salientar que é no grupo etnolinguístico bantu, o penúltimo a ser considerado na classificação que se concentra mais de 98% da população atual de Angola, incluindo os Bakongo, habitantes da cidade de Mbanza Kongo. Os bantu, juntamente com os bosquímanos-Khoi e San, constituem os principais grupos etnolinguísticos do país. Redinha propõe uma subdivisão dos bantu em nove categorias, cuja classificação foi objeto de atualização no presente trabalho.

Grupo etnolinguístico	Língua	Localização
Bakongo	Kikongu	Norte
Ambundu	Kimbundu	Norte
Ovimbundu	Umbundu	Sul
Lunda-Quioco	Côkwe	Leste
Nganguela	Ngangela	Sudeste do Planalto Central de Angola
Nhaneca-Humbe	Olunyaneka	Sudoeste e Leste
Owambo	Oshiwambo	Sul
Herero	Otjiherero	Sudoeste
Xindonga	Oshindonga	Extremo Sudoeste

Tabela 4 Subdivisão dos grupos etnolinguísticos de Angola

Fonte: Elaboração própria a partir de Redinha, ([1962] 1974).

Estes grupos encontram-se amplamente distribuídos pelo vasto território angolano, ocupando regiões com características geográficas, culturais e socioeconómicas distintas. A sua presença não se limita às fronteiras nacionais, sendo igualmente identificável em países vizinhos, resultado da proximidade geográfica e da fluidez das fronteiras coloniais que não respeitaram as delimitações étnicas e culturais pré-existentes. A norte e a leste, verifica-se a presença de comunidades bantu na República Democrática do Congo, na República do Congo e na Zâmbia, enquanto a sul, a sua extensão alcança a Namíbia. (Redinha, 1974). Essa realidade mereceu uma crítica do antropólogo angolano Virgílio Coelho:

Pudemos observar assim que os povos que habitam Angola foram ao longo dos tempos considerados «tribos», «etnias», «grupos étnicos», mas os levantamentos produzidos não testemunham corretamente a realidade, já que na sua grande maioria as informações reproduzidas na «Carta étnica de Angola» constituem uma autêntica ilusão. Encontramos «bosquímanos» ou «bochimanes», «hotentotes», grupos «não negro», grupos «não bantu», «grupo étnico vátua ou pré-bantu», enfim, uma série de designativos que não correspondem a realidade, por um lado porque não respeitarem as atribuições que são dadas pelos próprios povos

(isto é, a sua autoconsciência étnica), por outro porque estão registados na maior parte dos casos designativos que são dados por povos vizinhos, atribuições essas que são, na maior parte das vezes, indicativos de escárnio, desconhecimento, troça ou todo o tipo de menosprezo criados especificamente pelas entidades coloniais para designar tais povos. (Coelho, 2015, p. 8).

Entretanto, para um melhor enquadramento visual dos referidos grupos etnolinguísticos, apresenta-se na figura 8:

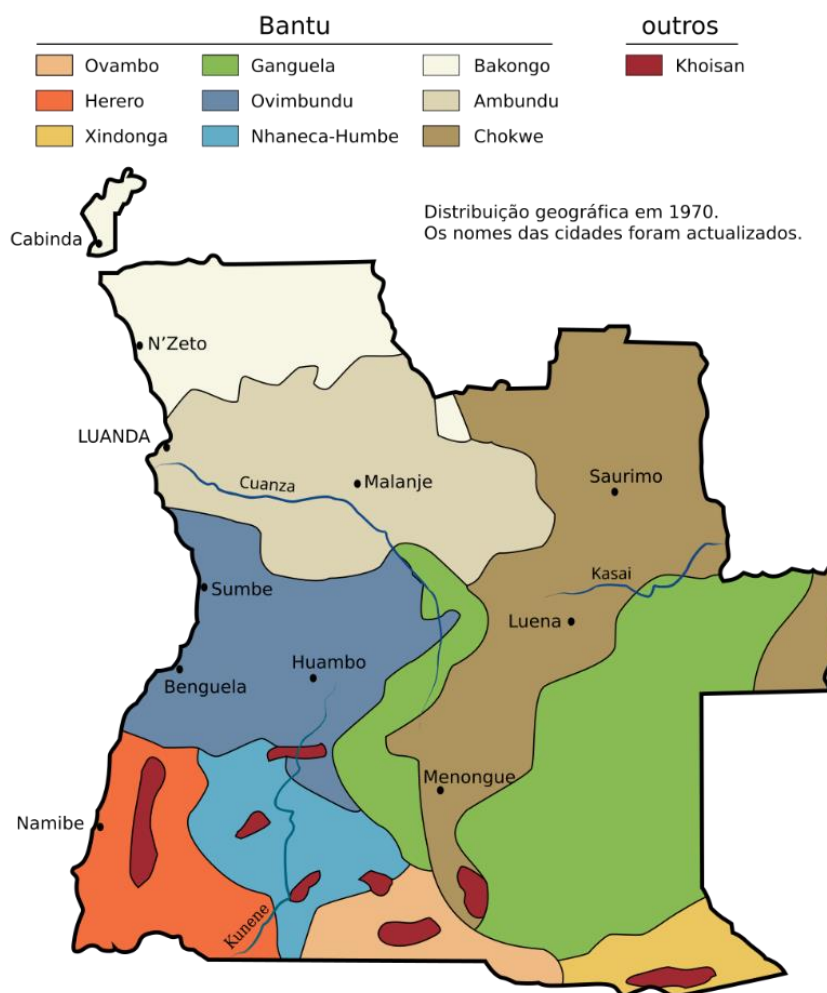


Figura 9 Grupos étnicos de Angola

Fonte: (Angola Ethnic Map 1970-Pt - Xindongas – Wikipédia, a Enciclopédia Livre, 2025).

O turismo em Angola é recente, assim como acontece com quase todos os países africanos. Angola é um grande manancial de recursos turísticos que há muito espera a transformação desses em produtos turísticos de cunho nacional. O país possui inspiração turística por quase toda a parte, mas carece de expiração, a que corrompe o seu processo vital de “inspirar e expirar”. O corpo aqui é visto como a sociedade angolana, ao passo que o pulmão representa o turismo. Ambos são inseparáveis e se reconhecem sempre que há inspiração, isso deve-se aos fatores internos responsáveis pela inspiração. Dessa forma, os recursos turísticos são inseparáveis do território angolano, o país é detentor de uma diversidade de recursos que não passam de matéria-prima para o turismo, ou seja, inspira (Fernando, 2015; Sozinho, 2020). Conquanto, o turismo em Angola ainda se encontra em estado embrionário, mas esse facto não inibe a existência da potencialidade de recursos. No clássico livro de leituras da 4.ª classe há um texto intitulado “Angola” que faz uma fotografia da sua riqueza, tal como se vê na imagem abaixo:

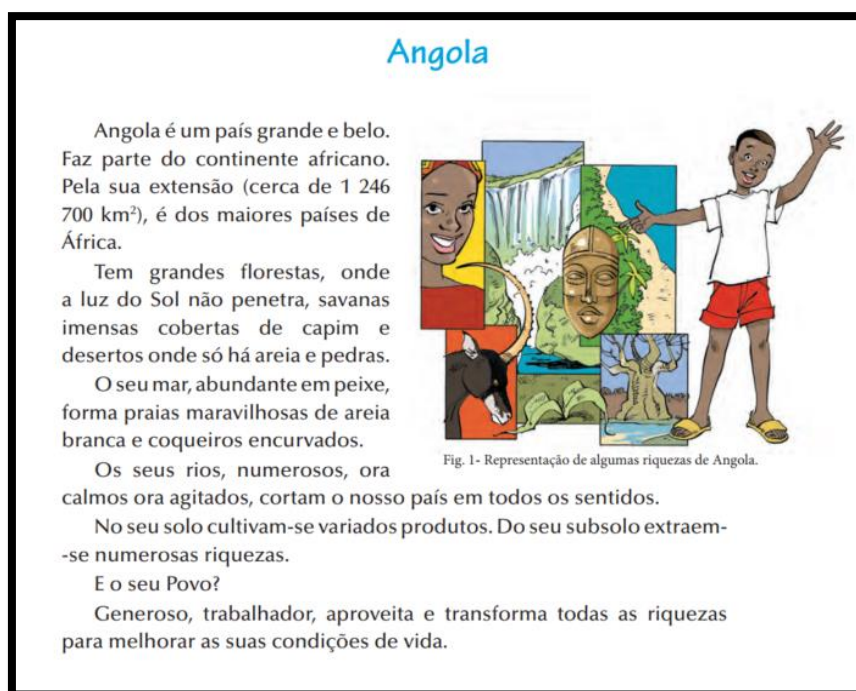


Figura 10. Representação dos recursos de Angola
Fonte: (MED, 2021, p. 9).

O turismo é suscetível de fatores internos “inspirar” e externos “expirar”, é neste último onde residem as políticas e a sua sistematização. No caso de Angola, o atraso de políticas para o turismo, deve-se muito ao contexto histórico que o país viveu: primeiro, um período longo de encontro colonial, iniciado em 1482, onde Angola passou a ser uma província ultramarina de Portugal, até 1975; segundo, a guerra civil que começou com a retirada dos portugueses, de 1975 a 2002. Nesse período o território estava dividido e bloqueadas as suas fronteiras nacionais, em tempos de guerra não houve ambiente saudável para planificar de forma holística o turismo, sendo um fenómeno que exige segurança e paz. Vita (2021) defende uma perspetiva parecida, “em termos práticos, o turismo em Angola nunca assumiu um papel relevante na economia nacional, atentando ao seu passado histórico recente, partindo do princípio de que o turismo é uma indústria de paz que não se desenvolve onde há instabilidade política, económica e social”. (p. 90).

Durante a independência em 1975, iniciou-se uma fase de tentativa na gestão do turismo com a criação do Ministério do Comércio Interno com uma Direção Nacional do Turismo e Hotelaria. Com este estímulo a partir de 1978, surgiram iniciativas para criar empresas hoteleiras provinciais, as chamadas Emprotéis, cujo número atingiu 19 em 1983. Destaca-se também a fundação da ANGHOTEL-U.E.E., em Luanda, posteriormente expandida para outras províncias. Passaram a surgir outros estímulos ao turismo, como o caso do Decreto Executivo n.º 42/81, que estabelece a criação de restaurantes e estabelecimentos similares, que passaram a ser concedidos à iniciativa privada (Fernando, 2015; Vita, 2021).

Foi somente a partir de 1988, com o lançamento do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, que começaram os primeiros contactos com a Organização Mundial do Turismo (OMT), marca-se o despertar estratégico do setor. Nesse mesmo ano, foi criada a ANGOTUR, LDA., primeira operadora turística nacional. Angola também iniciou negociações com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com vista a integrar iniciativas regionais do turismo na África Austral e Oriental. Em 1989, formalizou-se a adesão de Angola à OMT, durante a sua 8.ª Assembleia Geral em Paris, e realizaram-se as primeiras celebrações do Dia Mundial do Turismo no país.

O ano de 1990 marcou uma nova etapa com a realização da primeira conferência multisetorial dedicada ao turismo. As recomendações resultantes desse evento passaram a nortear ações futuras. A adesão à OMT produziu benefícios concretos, entre os quais a implementação do projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no Domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD e executado pela OMT. Dentre as medidas implementadas destacam-se:

- Reestruturação da Direção Nacional do Turismo (DINATUR);
- A criação de um sistema para recolha de dados, tratamento, análise e publicação de estatísticas de turismo;
- Elaboração de uma proposta sobre legislação turística e habilitação de quadros técnicos;
- Propostas legislativas e estímulos à formação de empresas e associações do setor, como a HORESIL, AAVOTA e ADHA. (Fernando, 2015; Vita, 2021).

Esse processo culmina, em julho de 1996, com a criação do Ministério da Hotelaria e Turismo (MINHOTUR), cuja política passou a concentrar-se na reabilitação das infraestruturas, ordenamento turístico, capacitação de quadros, preservação da identidade cultural, promoção da imagem internacional do país como destino turístico e incentivo ao desenvolvimento sustentável, com vista à melhoria da qualidade de vida da população angolana. Nesta conformidade, o Decreto – Lei n.º 5/96 estabeleceu a criação do MINHOTUR, um órgão totalmente autónomo com desafios promissores para o turismo em Angola, no Artigo 1.º propõe as seguintes atribuições:

- a) Fomentar e orientar o aproveitamento e a preservação dos recursos turísticos do país;
- b) Orientar, disciplinar, fiscalizar e apoiar a indústria hoteleira e similar, os meios complementares de alojamento turístico, os conjuntos turísticos e ainda os empreendimentos de animação, culturais e desportivos de interesse para o turismo;
- c) Dar parecer sobre todas as operações e projetos de loteamento urbano, desde que incluam qualquer empreendimento de natureza turística ou se situem em zonas ou regiões confinantes com empreendimento ou áreas de

interesse turístico, exceto quando tais operações se localizem em zonas já abrangidas por plano de urbanização;

- d) Dar parecer sobre os planos regionais de ordenamento do território sujeitos à retificação ou aprovação do Governo Central;
- e) Propor a definição de áreas de aproveitamento e desenvolvimento turístico. (Decreto – Lei N.º 5/96, 1996).

Um ano depois, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprova a *Deliberação n.º 9/97, de 27 de julho*, que, segundo Fernando (2015), reacende a intenção de definir o setor do turismo como forma de desenvolvimento económico e progresso social, e o autor apresenta uma síntese da referida deliberação:

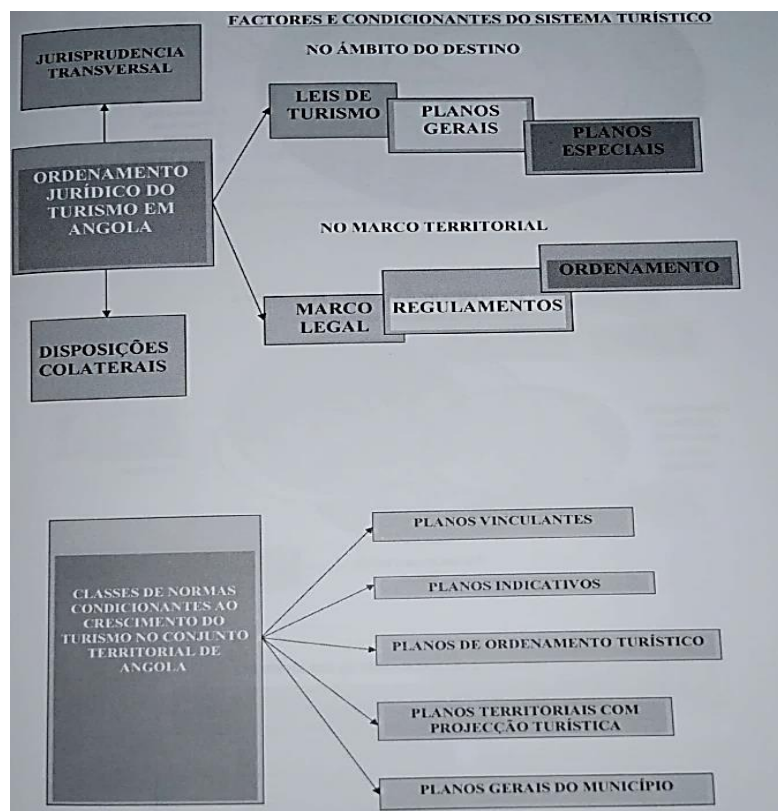


Figura 11. Fatores e condicionantes do sistema turístico 1997

Fonte: (Fernando, 2015, p. 359).

Na última década, o setor turístico tem enfrentado constantes reformas políticas com o objetivo de firmar e gerar fundos económicos. Fruto disso, são as constantes alterações que têm ocorrido no próprio Ministério do Turismo. O governo, desde 2018, tem ensaiado vários modelos de gestão do turismo, que viu a reformulação e o enquadramento em três ministérios diferentes nos últimos 4 anos. Em 2020 o Ministério da Cultura e Turismo foi extinto, possivelmente devido à perspetiva sustentável; foi então acrescentada a abordagem ambiental, passou a ser conhecido como Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente. Fato este que durou menos de dois anos, de 2020-2022, voltou a designação anterior “Ministério da Cultura e Turismo”, a partir de 2024 ocorreu a mais recente reforma, onde o setor do turismo se afirma de forma independente como “Ministério do Turismo”. Entretanto, o turismo como departamento, secretaria ou ministério não difere tanto na sua forma de atuação, prova disso acontece no Reino Unido, França e Portugal, onde o turismo não tem exclusividade ministerial, embora o turismo dentro de um ministério independente seja típico do modelo governamental africano, tal como Angola, aparecem também a África do Sul e a Namíbia.

O Plano Diretor do Turismo em Angola (PDTA 2011-2020) foi o primeiro documento estratégico do turismo em Angola de cunho legal, com propósito de orientar o desenvolvimento do turismo como um meio de diversificação da economia, conforme se lê no plano: “o turismo é o petróleo verde que Angola deverá definir como aposta estratégica para a diversificação da economia nacional” (PDTA 2011-2020, p. 21). Há décadas que o turismo interno ou internacional tem sido aberto um novo horizonte na diversificação das economias.

Em termos puramente económicos, se tivermos presente que a dimensão, as características, a natureza das necessidades e o poder de compra do mercado constituem os fatores essenciais da viabilidade de qualquer atividade produtiva, é óbvio que o turismo, seja ele internacional ou interno, proporciona aumentos e diversificações do mercado que terão de ser levados em conta na conceção, na dimensão, na política e na gestão das atividades económicas diretas ou indiretamente

relacionadas com a satisfação das recetivas necessidades.
(Baptista, 1990, p. 304).

Não obstante, a estratégia do PDTA no âmbito da estimativa do PIB e dos empregos gerados foi pouco ambiciosa, se compararmos com os outros países membros da SADC, em que de longe o turismo se tem apresentado como um elemento diversificador da economia. Importa ainda salientar que apesar do esforço as estimativas não foram atingidas em 2020. O plano faz menção à referida comparação no bloco da SADC:

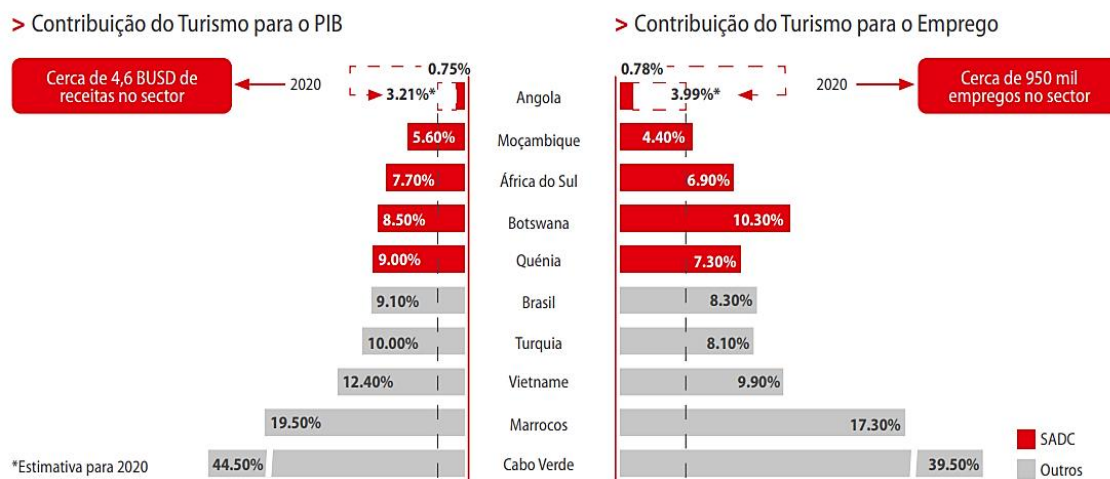


Figura 12 Contribuição do turismo para o PIB e emprego

Fonte: (PDTA 2011-2020, p. 38).

Atualmente, o turismo em Angola é pensado e gerido pelo Instituto de Fomento Turístico (INFOTUR). O desenvolvimento do setor turístico em Angola adquiriu um novo impulso com a formalização da estrutura orgânica do INFOTUR, consagrada pelo Decreto Presidencial n.º 74/21, de 18 de março de 2021. O INFOTUR é caracterizado como um instituto público dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, inserido agora na estrutura do Ministério do Turismo. Essa configuração jurídica garante maior eficiência na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção turística, valorização dos destinos nacionais e captação de investimentos.

Embora a criação formal da atual estrutura tenha ocorrido em 2021, o INFOTUR já operava anteriormente sob outras configurações administrativas. O referido decreto veio, portanto, reconfigurar e reforçar o estatuto orgânico da instituição, promovendo a sua adequação aos objetivos contemporâneos de desenvolvimento turístico sustentável, conforme estabelecido nas diretrizes nacionais. Entre as suas atribuições destacam-se o planeamento estratégico de marketing turístico, a gestão de produtos e destinos, a formação de quadros técnicos especializados e o apoio à profissionalização do setor. Entretanto, a transformação do INFOTUR em um organismo autónomo e funcional representa um avanço na consolidação do turismo na agenda política angolana, promovendo a sua articulação com o setor privado, com organismos internacionais e com outras políticas de desenvolvimento nacional. Tal estrutura contribui para o posicionamento de Angola como destino competitivo no mercado global, por meio da valorização dos seus recursos naturais, culturais e históricos.

No Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) em vigor, apesar de as estimativas não corresponderem aos objetivos o turismo tem merecido especial atenção do governo, é assim que o Ministério do Turismo por meio do INFOTUR tem uma presença notável nos eixos chave do PDN (2023-2027), onde se volta a enaltecer o papel do turismo na diversificação da economia angolana:

- i. uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano, com ênfase na educação e formação técnico-profissional, saúde e juventude;
- ii. uma infraestrutura moderna e competitiva, priorizando os setores da energia e águas, mobilidade (estradas, caminho de ferro, portos, aeroportos), habitação e telecomunicações;
- iii. uma economia diversificada e próspera, com ênfase nos setores da agricultura, pecuária, pescas, florestas, indústria transformadora, recursos minerais e turismo;
- iv. um ecossistema resiliente e sustentável, com foco no ambiente, gestão de recursos hídricos e florestas;

- v. uma nação justa e com igualdade de oportunidades, priorizando a justiça e direitos humanos, defesa nacional, proteção social, igualdade do género e inclusão social (PDN 2023-2027, p. 1).

O estímulo ao sector turístico no PDN (2023-2027) mereceu a devida atenção, particularmente do eixo ii ao v. Esse modelo visa não só diversificar a economia angolana, como torná-la mais competitiva no mercado internacional, é claro que teoricamente a intenção é satisfatória, mas vão faltar os números nos próximos anos para se ver a praticidade. A intenção geral do atual governo é deixar de depender ao máximo do petróleo, proporcionar maior destaque no PIB de receitas não petrolíferas que há muito suportam a fonte de riqueza com novo *modus operandi*.

Indicadores macroeconómicos	Unidade	2022	2027
PIB nominal	Mil milhões, Kz	53.377	113.132
PIB real	Mil milhões, Kz	53.377	61.961
Taxa de crescimento real do PIB	%	3,05%	3,07%
Taxa de crescimento real do PIB não-petrolífero	%	3,90%	5,02%
Taxa de crescimento real do PIB petrolífero	%	0,99%	-3,43%
População	Milhões	33	38
PIB per capita real	Milhares, Kz	1.613	1.616

Tabela 5 Macroeconómico 2023-2027
Fonte: (PDN 2023-2027, p. 19).

O crescimento do PIB de receitas não petrolífera subpõe maior investimento em outros sectores, nomeadamente, indústria, telecomunicações e turismo. Houve um ligeiro crescimento no setor do turismo em relação ao PDTA que tinha como estimativa um peso de 3,21% no PIB de 2020. A previsão do PDN já é um pouco mais ambiciosa nas receitas advindas do turismo para o ano de 2027, com um valor será de 7,5. Mesmo assim, ainda não é uma percentagem que faça frente aos restantes países da SADC, nem acompanha a escala de 10% do setor turístico no PIB mundial.

	2023-2027
PIB	3,03%
• PIB petrolífero	-2,15%
• PIB não-petrolífero	4,62%
– Agricultura, pecuária e florestas	8,29%
– Pescas	5,89%
– Energia	15,14%
– Minas e diamantes	7,56%
– Comércio	2,66%
– Comunicações e tecnologias de informação	9,23%
– Turismo	7,05%
– Construção	3,90%
– Transportes e armazenagem	5,43%
– Indústria	11,69%
– Outros	-1,06%

Tabela 6 Crescimento real do PIB por setor 2023-2027

Fonte: (PDN 2023-2027, p. 20).

4.2. Turismo cultural como vetor de desenvolvimento económico

O turismo tem vindo a consolidar-se, de forma crescente, como uma das atividades económicas de maior relevância à escala global. Esta realidade confere-lhe um estatuto incontestável enquanto condutor estratégico de desenvolvimento, dotado de um potencial dinâmico e expansivo, frequentemente valorizado nos planos e políticas governamentais. Neste enquadramento, o turismo assume-se como um elemento indispensável, amplamente integrado nas agendas atuais de crescimento económico e sustentabilidade territorial, “representa um elemento-chave para o desenvolvimento dos países mais e menos desenvolvidos” (Silva, 2013, p. 17).

O turismo visto através deste horizonte não escapa a ninguém, tanto países desenvolvidos como os que se encontram em via de desenvolvimento (Richards, 2007; Scótolo & Netto, 2015). Consequentemente, o turismo tem um feito transversal nas economias, além da contribuição direta para o PIB também é um setor que tem efeitos indiretos e expressivos, notadamente através de investimentos de várias naturezas, ao começar pela cadeia de fornecimento e geração de rendimentos associados (Baptista, 1990; Castells, 2001). Segundo Scótolo e Netto (2015), algumas instituições internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), afeto ao Banco Mundial, e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), passaram a recomendar o turismo como estímulo económico para países com défice de recursos financeiros, mas que são ricos em termos dos recursos naturais e culturais, dessa forma lê-se na recomendação da ONU:

Em 1963, as Nações Unidas recomendaram que fosse dada prioridade à assistência técnica no setor do turismo devido à sua importância como meio de reforçar a política de crescimento económico nos países em desenvolvimento, uma vez que o turismo estimula os investimentos, constitui um meio de aquisição de moeda estrangeira, é uma fonte de criação de emprego, estimula a mobilidade social e a requalificação de profissionais para as necessidades de serviços derivados do turismo (ROS, 1967. Citado por Scótolo e Netto, 2015, p. 38).

Em 2024, não obstante os constrangimentos acumulados durante os anos de pandemia provocados pela Covid-19, o contributo global do sector do turismo e das viagens revelou-se significativo, conforme evidenciado pelos anuários que monitorizam o desempenho da atividade a nível internacional, (World Economic Forum, 2025; WTTC, 2025) revelam que em termos globais, o sector do turismo registou, em 2024, um contributo recorde para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, ascendendo a 10,9%. As receitas provenientes das exportações associadas ao turismo atingiram valores sem precedentes, totalizando cerca de 1,9 biliões de dólares. Atualmente, estima-se que o turismo represente aproximadamente 10% da economia global. No contexto europeu, este impacto é ainda mais expressivo, traduzindo-se em 21,3% do PIB regional. Estes indicadores reafirmam o papel central do turismo na geração de riqueza sustentável, na promoção do emprego e na melhoria do bem-estar das populações, mesmo perante os desafios persistentes decorrentes de conflitos armados e situações de insegurança que afetam diversas regiões do mundo.

Não obstante, as organizações citadas apresentarem um Índice de Confiança na escala de 0 a 200, o turismo atingiu 130 pontos para o ano de 2025. Estima-se no mesmo ano que as chegadas internacionais possam aumentar 5%, porém estes números são ilusórios face à realidade do turismo interno ou doméstico, sendo aquele que mais tende a crescer nos próximos anos como se observa na figura 8:

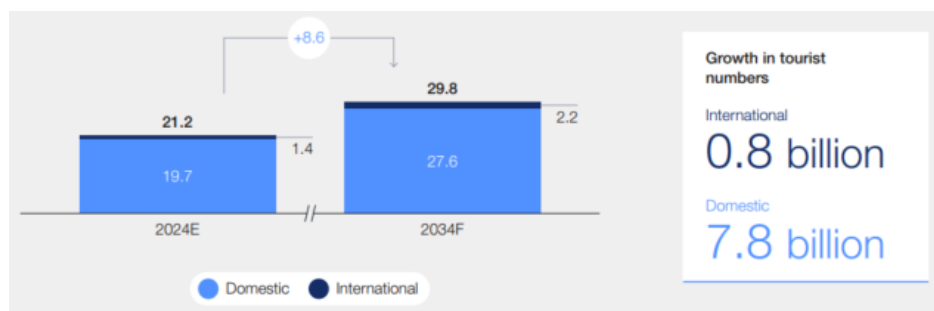


Figura 13 Turismo internacional versus turismo doméstico
Fonte: (World Economic Forum, 2025, p. 19)

No contexto africano, a realidade mais próxima do estudo em causa, o turismo constitui-se atualmente como um dos principais setores económicos mais promissores. Os impactos do turismo em África são promissores para a diversificação económica, empregos e desenvolvimento local, segundo a TTW (2024) em 2024, somente o turismo costeiro africano, que inclui as componentes económica, social e cultural em zonas marítimas e costeiras, foi responsável por uma receita de 100 mil milhões de dólares. Com uma projeção de criação de 28 milhões de postos de trabalho até 2030. Convém recordar que o turismo em África apresenta um grande monopólio de países como o Egito, Marrocos e África do Sul, embora o Egito seja agrupado na Região Médio do Oriente pela OMT. Não obstante, o anuário da OMT (2025) declara que no último biénio África se tem destacado como continente mais cresceu em termos percentuais no capítulo das visitas. Pode-se constatar a referida declaração na percentagem do destino turístico mundial 2023-2024, na figura 9.

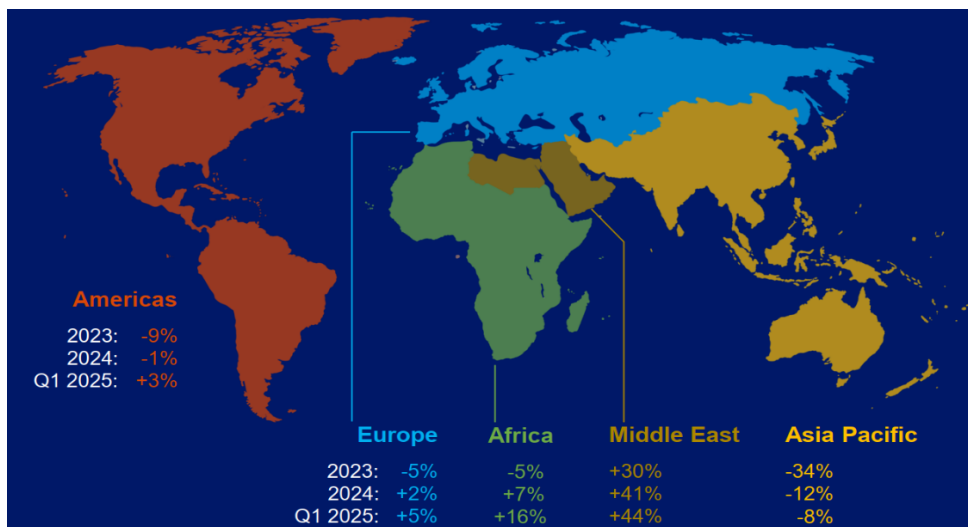


Figura 14 Destino turístico mundial 2023-2025

Fonte: (OMT, 2025, p. 10).

A mais recente atualização da Organização Mundial do Turismo (OMT) revela alterações significativas na lista dos dez principais destinos turísticos das regiões de África e do Médio Oriente. Países como a Gâmbia, Essuatíni e Etiópia surgem entre os lugares cimeiros, evidenciando dinâmicas de crescimento e valorização do sector turístico. Angola, por sua vez, permanece ausente deste ranking, o que indica que o país ainda não se posicionou de forma competitiva no panorama turístico continental, carecendo de estratégias mais eficazes para despertar o seu potencial e atrair fluxos turísticos relevantes.

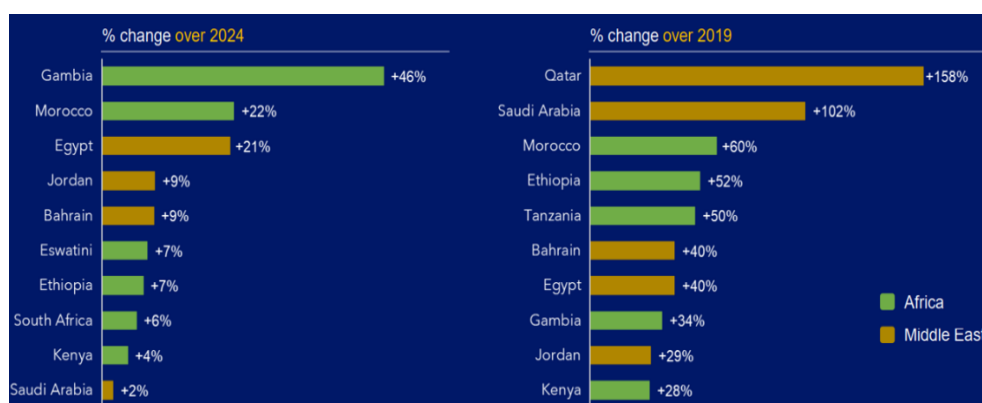


Figura 15 Top 10 melhores destinos em África e Médio Oriente.

Fonte: (OMT, 2025, p. 25).

A crescente procura pelo continente africano deve-se às características da biodiversidade pura, paisagem natural e o património cultural tradicional. Além do mais, a Agenda 2063, o plano de desenvolvimento em vigor do continente, faz previsão e recomenda a construção de infraestruturas e a aposta no digital para assegurar o investimento turístico:

Até 2063, as infraestruturas necessárias terão sido criadas para apoiar a integração e o crescimento acelerado, transformação tecnológica, comércio e desenvolvimento de África. Isto incluirá redes de caminhos de ferro de alta velocidade, estradas, linhas de navegação, transportes marítimos e aéreos, assim como TIC bem desenvolvidas e a economia digital... este será um fator catalisador para a produção, desenvolvimento de competências, tecnologia, investigação e desenvolvimento, integração e comércio intra-africano, investimentos turismo. (AGENDA 2063, 2015, p. 6).

Muitas das vezes torna-se difícil separar os dados económicos extraídos da exclusividade turística, tudo porque o turismo relaciona-se de forma direta e indireta com outras atividades com a oferta e o consumo, realidade típica da pós-modernidade, já advertia John Urry (2001): “se o consumismo contemporâneo envolve a busca do prazer imaginário, então o turismo constitui, com toda a certeza, um paradigma. O turismo envolve necessariamente devaneio... tais devaneios não são autónomos” (p. 30). Consequentemente, foi ao pensar na autonomia económica turística que a OMT desenvolveu a nível mundial o modelo das Contas Satélites do Turismo (CST). De acordo com Beni (2012), o CST⁴ visa defender a causa do turismo como barómetro macroeconómico e extrai das contas nacionais de cada país referente as informações

⁴ O levantamento de dados no CST tem uma metodologia recomendada pela OMT, composta por 10 quadros: 1.º ao 3.º Quadro: consumo turístico recetivo, interno e emissivo; 4.º Quadro: consumo turístico – componentes monetários e não monetários; 5.º Quadro: produção; 6.º Quadro: oferta e consumo; 7.º Quadro: emprego; 8.º Quadro: formação bruta de capital fixo (investimento); 9.º Quadro: consumo turístico coletivo (gestão, sistemas e regulamentações locais); 10.º Quadro: indicadores físicos (monetários). (Beni, 2012, p. 223).

detalhadas sobre a atividade do turismo de forma exclusiva. No CST destacam-se a medição e análise macroeconómica entre a oferta e a demanda:

- Agregados macroeconómicos, como valor agregado, associado à mensuração de processo produtivo, levando em consideração um conjunto de inputs de bens de capital, mão de obra, tecnologia para chegar a um *output*, produtos finais comparáveis com o total do BIP, por exemplo, destacam-se a importância e a relevância do setor turístico;
- Consumo turístico agregado para dimensionar o que é demanda interna e o que é importado;
- Produção de cada atividade do turismo, incluindo dados de emprego e formação de capital;
- Análise comparativa de dados municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- Análise de consistência com outros dados, como embarques, desembarques, ofertas de leitores e de quartos. (Beni, 2012, p. 221).

Assim, constata-se que o turismo tem um impacto holístico, não se reduz apenas como uma mera atividade de lazer, alcança dimensões transversais, assim prossegue Beni (2012) ao exemplificar que o total dos produtos impactados pelo turismo está dividido em dois: produtos específicos ao turismo e produtos não específicos ao turismo:

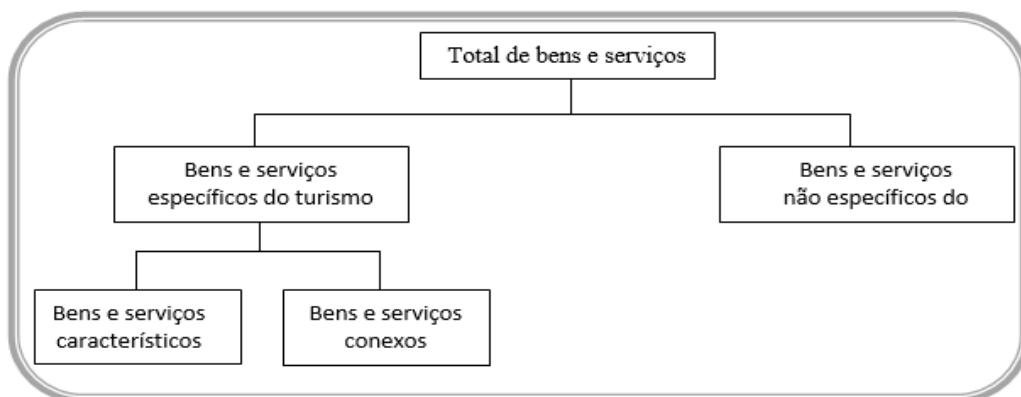


Figura 16 Modelo de oferta da CST.

Fonte: Própria do autor, adaptada de (Beni, 2012).

O turismo não se limita a ser uma atividade recreativa ou cultural: é um instrumento de reconfiguração económica que pode inverter realidades socioeconómicas desfavoráveis, sobretudo em contextos onde outras fontes de rendimento são escassas ou instáveis. A sua natureza transnacional e a circulação de capitais que lhe está associada tornam-no num vetor de desenvolvimento com efeitos multiplicadores sobre diversos setores da sociedade anfitriã. Porém, um dos grandes desafios do governo angolano atualmente reside na depreciação cambial que ocorre na moeda nacional “kwanza”, face às moedas internacionais, como o euro e o dólar norte americano. Assim na visão de Mário Beni (2012) o turismo visa também estabilizar os fenómenos de depreciação cambial.

Para além das consequências das variações de preços nos países de destino, é preciso considerar também o poder de compra dos turistas traduzidos pela situação atual e pelas perspetivas da relação entre a cotação da sua moeda nacional e as dos países de destino. Quando a moeda do país de origem tende a valorizar-se face à moeda do país de destino, este assume uma vantagem turística, acontecendo o inverso quando a moeda do país de origem tende a desvalorizar-se face à moeda do país de destino. (p. 87).

Neste sentido, o turismo constitui uma alavanca estratégica para economias menos robustas, não apenas pela sua capacidade de diversificar setores produtivos, mas também pelo seu potencial de transformação estrutural. Quando o país emissor dos fluxos turísticos possui maior robustez financeira, o impacto económico na zona anfitriã torna-se particularmente significativo (Cunha, 1997). A entrada de turistas oriundos de economias mais desenvolvidas implica, entre outros efeitos, a circulação de moeda estrangeira no destino turístico. Portanto, este fenómeno contribui diretamente para o equilíbrio cambial, ao reforçar as reservas monetárias locais e atenuar a pressão sobre a balança de pagamentos. A moeda deixada pelos visitantes não representa apenas consumo imediato, mas traduz-se num estímulo à economia local, promovendo o investimento, o emprego e a valorização de recursos endógenos.

4.3. Turismo e identidade local

Se o turismo é também encarado como produto da globalização conforme já frisado, logo a sua relação com a identidade local é antagónica, sendo que a perspetiva global se traduz num mundo transformado pela pluralidade com diferentes denominações, porém com o mesmo sinónimo: aldeia global, comunidade mundial, mundo sem fronteiras, Torre de Babel e outros (Ianni, 1996; Bauman, 1999; Giddens, 2000; Santos, 2001). Os autores mencionados relacionam o turismo no âmbito do fenómeno global, partilham quase todos a mesma perspetiva de encarar a globalização como um fenómeno que destruiu os muros das fronteiras nacionais, que pode levar para a uniformização cultural.

O turismo processa-se necessariamente pela deslocação do indivíduo a lugares diferentes da sua habitação (Silva, 2013), é a partir da procura por um produto diferenciado que estabelece a identidade dos diferentes produtos. Logo, a homogeneização tão aclamada pela globalização torna-se um perigo iminente ao destruir as singularidades dos destinos turísticos, por um lado, e, por outro lado, responsável por construir uniformização, como defendido por Filho e Sarmento (2004): “A tendência da homogeneização e padronização inerente à atividade turística de massas advinda da globalização põe em risco não somente a identidade e o simbolismo do património cultural, mas também regional e nacional, supondo-lhe concepções e valores de uma cultura mundial” (p. 37).

O que está em risco na pós-modernidade é a posição do local frente ao global devorador, agora há que começar a pensar numa possível convivência entre os dois “glocal” e onde se posiciona a identidade, tal como tentou Ianni (1996, p. 201): “O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e reterritorializam-se noutros espaços, com outros significados, o mundo torna-se mais complexo e mais simples”. Sendo a globalização sinónimo de modernidade e por sua vez inimigo declarado do tradicional, este último que preserva a identidade, agora o que está em jogo são as identidades nacionais frente ao processo da globalização, que consome não

apenas as identidades regionais, mas também as locais. Nesse decurso, Stuart Hall apresenta três principais consequências da identidade *versus* globalização:

1. As identidades nacionais estão a desintegrar-se, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”;
2. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização;
3. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades-híbridas estão a tomar o seu lugar. (Hall, 2006, p. 69).

As identidades são reconhecidas de acordo também com a localização geográfica, isso implica ao território. De acordo com Maria Santos (2001, p. 275) “na construção do território plasma-se o encontro da dimensão material (espaço), com a carga simbólica (dimensão ideal), que o lugar é conferido por pessoas ou grupos, assim o suporte do território é espaço geográfico, enquanto o grupo social que dele se apropria é o seu motor”. Logo, é no território onde os fundamentos se realizam com a presença do ser humano, o território na perspectiva de Santos (2001) refere-se à uma palavra que apresenta significados diferente e complexos, como o plano natural, plano político e plano da construção social, conforme destacados:

- Plano natural: é amais restrita tem a ver com a demarcação do espaço que muitas espécies animais apresentam em função de necessidade biológicas, designadamente o que diz respeito à procriação e segurança, sendo o território considerado essencial para sobrevivência do grupo;
- Plano político: alia a definição de território coma demarcação de fronteiras, de que os estados são exemplos mais evidentes, mas incluindo ainda outras infra e supera estaduais, originando uma verdadeira hierarquia territorial, com relações sucessivas de pertença, abarcando as dimensões económicas, ideológicas, administrativas, etc., de uma sociedade;
- Plano da construção social: este plano liga-se à natureza e ao mecanismo de poder, tem características mais determinantes a apropriação do espaço em termos de usos e representações coletivas que constituem o universo

simbólico do grupo social que o criou e perpetua, correspondendo à sua consciência sociocultural. (p. 274).

Torna-se necessário refletir criticamente sobre o território, enquanto espaço onde o ser humano estrutura os seus fundamentos existenciais, sociais e culturais. Assim, “o território configura-se como um conceito síntese, de natureza pluriescalar e pluridimensional, cujo dinamismo se manifesta através da sua transformação ao longo da evolução do pensamento filosófico e geográfico” (Santos, 2001, p. 278). Por sua vez, Milton Santos (1994) argumenta que o território contemporâneo apresenta novos contornos, ultrapassando a tradicional categoria de região. Trata-se de uma reconstrução espacial marcada por novas lógicas de funcionamento, que o autor designa como horizontalidade e verticalidade. A horizontalidade refere-se à continuidade espacial entre lugares vizinhos, articulados por vínculos territoriais, enquanto a verticalidade corresponde à conexão entre pontos geograficamente distantes, interligados por fluxos e processos sociais diversos. (p. 16).

O turismo e a identidade vistos deste angulo atravessam fronteiras e atingem uma dimensão cada vez mais interdisciplinar, como é o caso da antropologia do turismo, que tem como objeto de estudo a cultura e o turismo, dito de outra forma, a identidade e a viagem (Burns, 2002; Pereiro, 2009). Na perspetiva da antropologia, o turismo configura-se como um fenómeno sociocultural multifacetado, caracterizado pela intensa interação entre indivíduos de origens distintas. No contexto específico das comunidades locais, como as existentes em regiões identitárias marcantes, o turismo assume o papel de catalisador da vivência da alteridade, proporcionando aos visitantes e residentes oportunidades de partilha de mundos simbólicos, práticas culturais e narrativas históricas. (T. A. Santana, 2003).

A abordagem em volta do turismo e identidade não se resume apenas às viagens e culturas, lida também com o lugar ou espaço onde estes se relacionam. Para Santana (2003) numa definição científica do turismo deve existir quatro aspetos fundamentais, a) aspetos dinâmicos: mudança de lugar, deslocação e mobilidade; b) aspeto estático:

estadia no destino; c): aspeto teleológico: motivações dos turistas; d) aspeto consequencial: os impactos ou efeitos do turismo (p. 107).

O pano de fundo dos quatro aspetos fundamentais na matriz do turismo sugerida por Santana (2003) resume-se ao lugar. É o lugar o cartão-postal do destino turístico, de acordo com Urry (2001, p. 3) “o modo pelo qual todo o tipo de lugar se tornou o centro do espetáculo e da exibição e a nostálgica atração exercida pela tradição, podem ser vistos como elementos da pós-modernidade”. Porém, todo espetáculo requer uma preparação do lugar, sob pena de ser apenas um espaço sem significado, ou como Marc Augé (1994) denominou, não-lugar.

Lugar e não-lugar na visão de Augé (1994) diferenciam-se, o primeiro a quem o autor também chama de lugar antropológico, é aquele espaço simbólico construído que tem significado partilhado com a comunidade, outras palavras, diz ser um lugar de memória e história que marca a identidade. Conforme sintetiza o próprio autor, “mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une, o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido”. Augé (1994, p. 45). Contrariamente, não-lugares são espaços não antropológicos, sem identidade, onde o indivíduo tende a ser um usuário solitário, sem laços sociais significativos e sem um modelo de continuidade da memória coletiva. Contudo, o não-lugar é fruto da globalização que amplia os espaços e, visto desta forma, consome os lugares. Entretanto, ambos se relacionam no tempo e no espaço. “O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente”. (Augé, 1994, p. 74).

O espaço turístico transcende a mera troca comercial, constitui-se como lugar de encontros entre anfitriões e forasteiros, onde se entrelaçam os papéis de produtores e consumidores de bens turísticos. Este intercâmbio, frequentemente enraizado nos traços únicos da cultura local, gera não apenas experiências significativas, mas também processos de reinterpretação e reconstrução identitária. Entretanto, a identidade é produto do local, pois o lugar marca a sua construção e reprodução:

A produção e reprodução de identidades tem por base as questões patrimoniais associadas a um determinado contexto

espacial em que o local remete para o conjunto das relações interpessoais que se desenvolvem na vida cotidiana e que sobre uma base territorial constroem a sua identidade. Essa base territorial consiste no cenário de representações e de práticas que são desenvolvidas nesse lugar e que definem a singularidade de uma comunidade. (Carvalho, 2016, p. 12).

Além disso, o turismo manifesta-se como uma prática de hospitalidade, refletida na capacidade das comunidades locais de receber e acolher o outro, reafirmando os seus valores culturais e expressando, através de rituais e costumes, o ethos coletivo da região. Assim, o turismo, enquanto prática antropológica, contribui para a preservação e a dinamização das identidades locais, enquanto desafia os limites da convivência intercultural. Não obstante, percebe-se então que o consumo do lugar turístico implica sempre a identidade do lugar, a este propósito, Filho e Sarmiento (2004) equacionam uma tríade de análise revolucionária da identidade local na perspetiva do fenómeno da globalização, designadamente:

1. Tecnológica: resultado direto da famosa revolução digital, abre-se à comunicação na hora real, permitindo assim, aproximação dos lugares, grupos, populações. O objetivo é a superação de fronteiras do tempo e espaço, a velocidade amplia a relação entre as pessoas, através da variedade dos meios de transporte e dos custos reduzidos;
2. Económica: refere-se à uniformização ou integração dos mercados e financeiros, marcada por democratização e desregulamentação dos mercados de bens e serviços que aceleram a produção de bens e consumo, numa dimensão de marketing holístico: corpo, património sociocultural e natural;
3. Cultural: revela-se pela separação dos cidadãos rumo à simplificação cultural, à ideia única, à uniformização os valores, atitudes, comportamentos, produtos, estilos de vida das sociedades globais, onde o paradigma do cultural tende a ser o norte americano. (Filho & Sarmiento, 2004, p. 35-36).

Assim, a construção das identidades locais assenta, em grande medida, na valorização do património sociocultural e natural associado a um determinado lugar de convivência. O local passa assim a ser entendido como palco das relações interpessoais dos agentes sociais no quotidiano, torna-se o alicerce territorial onde se sedimenta o sentido de pertença que gera uma memória comum. Em face disso, o turismo cultural orientado pela identidade local emerge como uma estratégia de promoção dos recursos endógenos, reforçando o envolvimento ativo da comunidade na preservação e divulgação do seu património.

4.3.1. Valorização e promoção dos recursos endógenos

A valorização e a promoção dos recursos endógenos surgem como uma estratégia de suma importância no processo de desenvolvimento local sustentável dos territórios, especialmente para o contexto de Angola ou melhor Mbanza Kongo, a diversificar a sua economia a partir do turismo (PDTA 2011-2020; PDN 2023-2027). Ao optar pelo turismo, registam-se modificações consideráveis no território, através de produtos locais que são chamados a interagir para uma marca de cunho identitário local, a este propósito, destacam-se vários produtos, como é o caso da gastronomia, artesanatos, agricultura e património cultural (Kronenberg, 2011; Novelli, 2017; Carvalho, 2020).

As modificações ou transformações não se limitam apenas à natureza das relações sociais, alcançam também a paisagem, o planeamento territorial e as dinâmicas económicas locais. Ademais, a atividade turística estabelece autenticidade e experiências singulares, assim estimula a valorização dos recursos e produtos que transportam o legado histórico e tradição da comunidade (Burns & Novelli, 2006). Compreende-se que o sentido do desenvolvimento endógeno, aquele dependente dos stakeholders locais, torna-se protagonista da construção de um planeamento turístico de matriz territorial local.

O desenvolvimento local não se rege por um modelo único ou universal, sendo antes um processo dinâmico e contextual que resulta da interação entre múltiplos

factores exógenos e endógenos. As especificidades culturais, sociais, económicas e institucionais de cada território moldam profundamente as estratégias e os resultados obtidos, tornando inviável a aplicação direta de normas ou dinâmicas replicadas de outras realidades. Para Guerreiro (2006) “o sucesso do desenvolvimento das regiões depende de um conjunto alargado e diferenciado de factores, alguns deles de raiz e dinâmica exógena, outros relacionados com a cultura regional, razão pela qual se torna difícil estruturar um corpo normativo que permita, satisfatoriamente, explicar o desempenho recente das regiões” (p. 75). Neste sentido, a tentativa de transpor experiências de desenvolvimento bem-sucedidas noutros países para o contexto angolano, sem uma adaptação crítica e fundamentada, pode revelar-se ineficaz ou mesmo contraindicada. É essencial reconhecer a singularidade de cada território e promover abordagens participativas e flexíveis, capazes de integrar os saberes locais e responder às necessidades concretas das comunidades envolvidas. Assim, os factores que condicionam o desenvolvimento local são muitos e distintos:

Factores como a história, a capacidade empreendedora, o cosmopolitismo, a liderança, os saberes-fazer tradicionais, as proximidades ou até a religião têm condicionando o desenvolvimento das regiões, razão pela qual e no designado domínio da economia territorial, vários têm sido os modelos explicativos avançados. A diversidade de correntes e de escolas, resultante de uma realidade em profunda mutação e integração, torna ainda difícil delimitar com coerência um quadro normativo ajustado a essa mesma evolução. Trata-se de manipular um *puzzle*, partindo do princípio, ainda que teoricamente possa ser considerado absurdo, que esse mesmo *puzzle* admite várias soluções satisfatórias. (Guerreiro, 2006, p. 75).

A promoção dos recursos endógenos de um território não se situa apenas na esteira de marketing, tampouco de valorização económica, também corresponde ao movimento de afirmação cultural e de resistência à homogeneização imposta no novo mundo pela globalização. Ela reafirma e consolida a cultura local, tornando-se oposta ao clássico paradigma do desenvolvimento funcionalista, porém é um paradigma de desenvolvimento participativo dos distintos atores sociais da localidade, em consonância com Luís Mergulhão:

A perspectiva territorialista veio colmatar uma grande lacuna do paradigma anterior ao conferir aos atores locais o desempenho de um papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento, nomeadamente ao incentivar e motivar desde o seu início a participação das populações implicadas, quer através das propostas de ação, quer através da definição de objetivos a alcançar, tornando, dessa forma, as populações “cúmplices” das iniciativas levadas a efeito e aumentando em consequência as possibilidades de sucesso. (Mergulhão, 1997, pp. 148-149).

O turismo, visto por este ângulo “territorialista”, permite a participação da comunidade local no processo de valorização dos recursos endógenos, onde cada indivíduo tem responsabilidade de ser um agente promotor da oferta turística. “A participação dos cidadãos e restantes atores revela-se, assim, como condição para o sucesso das políticas definidas pelo novo paradigma” (Carvalho, 2020, p. 24). Afere-se que o turismo neste paradigma é uma atividade dinâmica de extrema consciencialização por parte da comunidade anfitriã. Carvalho (2020) destaca o papel participativo da comunidade, onde reside o desenvolvimento com base local: “recursos endógenos, e as características de cada comunidade são valorizadas e são as comunidades locais que vão constituir a base do processo de desenvolvimento” (p. 24).

Por seu turno, a valorização e promoção dos recursos endógenos não significa isolar uma determinada localidade economicamente, contrariamente permite a exibição do recurso endógeno com valor internacional, sem que este diminua a sua área de importação. Em conformidade com Covas e Covas (2008), “os produtos glocais são, em primeira instância, produtos que integram recursos endógenos com elevado valor acrescentado e que, por esse facto, são socialmente e comercialmente conhecidos e valorizados” (p. 6). Num mundo novo que caminha de forma acelerada pelo veículo “globalização”, que procura segmentar e homogeneizar a economia mundial no padrão das grandes potências, não basta apenas pensar ou isolar os recursos endógenos nas fronteiras locais, regionais ou nacionais, urge (re)pensar os recursos nos locais de baixa densidade populacional, no interior e rurais, tal como Mbanza Kongo. Nesta direção, Covas e Covas (2008, p. 5) recomendam nove princípios de resolução:

1. é necessário pensar global e agir local, ser glocal;
2. é necessário aumentar a diversidade para reduzir a desigualdade;
3. é necessário baixar a intensidade para melhorar a qualidade;
4. é necessário produzir mais e melhor com menos recursos;
5. é necessário reduzir, reciclar e reutilizar matérias-primas e recursos naturais;
6. é necessário regular o fluxo para não delapidar o stock de recursos;
7. é necessário reticular as iniciativas para aumentar a capilaridade do território;
8. é necessário valorizar a identidade sem cair na moda identitária;
9. é necessário valorizar as externalidades positivas e sancionar as negativas.

Apesar de a cidade de Mbanza Kongo ser das mais antigas de Angola, ainda não atingiu um certo desenvolvimento comparado ao ritmo das outras cidades do Sul, como é o caso de Benguela, Huambo, Lubango e Moçâmedes, o a capital, Luanda. A valorização dos recursos endógenos constitui um dos caminhos mais seguros para promover o desenvolvimento sustentável do próprio território, reforça a identidade local, dinamiza a economia e fortalece a coesão social. Assim sendo, o turismo coabita com às dimensões do desenvolvimento, económica, social e ambiental, sem antagonismo, em cooperação e não separadas. Assim, alude Fratucci (2014, p. 94),

“tendo como Metaponto de vista o fato de que o turismo pode e deve contribuir para processos de desenvolvimento sócio espacial duradouros, equilibrados e harmoniosos para os diversos setores da sociedade contemporânea, não podemos concordar com essa separação que tantos tentam impor.

Perante um mundo que se globaliza tão rapidamente, torna-se imprescindível aplicar uma abordagem glocal que visa pensar globalmente, mas agir com sensibilidade local, pautar pelo reconhecimento de que as soluções mais resilientes emergem necessariamente da articulação entre saberes universais e práticas territoriais, apesar disso existirá sempre uma grande tensão no processo da marca local que almeja a sua internacionalização. “O processo de glocalização é um campo muito tenso entre forças centrípetas e forças centrífugas e onde o conflito pode emergir a qualquer momento” (Covas & Covas, 2008, p. 3).

Promover a diversidade produtiva é um passo fundamental para combater desigualdades estruturais, permitindo que comunidades periféricas ou rurais tenham acesso a oportunidades económicas e culturais. Mbanza Kongo tem uma infinita gama de recursos materiais e imateriais a explorar na sua patrimonialização para um produto turístico diferenciado. A aposta em produtos locais, sejam eles agrícolas, artesanais ou culturais, contribui para baixar a intensidade dos processos produtivos, privilegiando a qualidade sobre a quantidade, e respeitar os ritmos económicos, ecológicos e socioculturais (Mergulhão & Rita, 1997; Scótolto & Netto, 2015; Covas, 2018; Carvalho, 2020).

Todavia, valorizar os produtos locais é também valorizar a identidade dos territórios. Porém, esta valorização deve evitar cair na moda identitária, que frequentemente transforma a cultura em exclusividade de mercadoria híbrida. Contrariamente, a valorização dos recursos endógenos tem como enfoque a cultura e o património que são promovidos como marca de matriz local, tal como secunda Seabra et al. (2021, p. 27) “De fato, ambos, cultura e património, compõem acervo acumulado, às vezes reelaborado e intransferível, das vivências de gerações, dos ensinamentos locais, costumes e fazeres. E tanto a cultura como o património representam duas bases

insubstituíveis e de grande importância para o turismo, na medida em que permitem usufruir o encontro das singularidades”.

Portanto, a produção endógena deve ser vivida e conservada como processo dinâmico, aberto ao diálogo e à reinvenção, sem por isso perder a sua identidade (Filho & Sarmiento, 2004; Carvalho, 2016). Os recursos endógenos dentro do desenvolvimento local devem ser vistos como meio de animação económica, “a economia territorial impõe que aos factores macroeconómicos tradicionais dever-se-ão acrescentar as características endógenas que condicionam e potenciam o desempenho e a inserção global da região” (Guerreiro, 2006, p. 76). Assim, a promoção dos produtos endógenos, quando orientada por estes princípios, torna-se não apenas uma estratégia económica turística, mas também uma política ou estratégia de desenvolvimento local que preserva de forma sustentável o seu legado patrimonial local, conforme se aborda no subcapítulo a seguir.

4.4. Preservação do património cultural como alicerce para o turismo sustentável

O património é uma palavra de domínio público, a sua conceção original segundo Choay (2011) refere-se a bens de herança descendente, seguindo leis de pais e mães para os seus filhos, inserida nas sociedades estáveis que conduz a estrutura familiar, económica e jurídica. A origem etimológica do património é latina “*patrimonium*”, que para os romanos significava tudo que pertencia ao pai “*pater ou pater família*” (Funari & Pelegrini, 2009; Choay, 2011). Sendo assim, trata-se de um conceito de âmbito privado do direito da classe aristocrática, que possuíam bens para deixar por herança.

O património na perspetiva de Choay (2011) teve a sua consagração no início do século XIX, quando passou a substituir o termo monumento, este último também do latim “*monumentum*”, do verbo “*monere*”, que corresponde a “advertir ou lembrar a memória”. O marco histórico de defesa do património é sem dúvidas a “Convenção sobre a Proteção do Património Mundial”, produzida pela UNESCO em Paris, em 1972, fruto da décima sétima sessão. A convenção alerta os Estados para a preservação dos

seus bens. “Constata-se que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes” (UNESCO, 1972).

Uma década depois, a Convenção teve os seus efeitos de consciencialização para a preservação, conservação e restauração do património, foi possível constatar ainda resultados posteriores que desencadearam no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1982, na cidade canadiana de Québec, cuja declaração sobre preservação do património define o património dentro da esfera natural e cultural, resumidamente, da seguinte forma:

“As criações e os produtos combinados da natureza e do homem, em sua totalidade, que compõem o ambiente em que vivemos no espaço e no tempo. O património é uma realidade, uma posse da comunidade e uma rica herança que pode ser transmitida e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação”. (ICOMOS, 1982).

Na definição sugerida pelo ICOMOS o património aparece como a soma dos recursos naturais com o engenho humano que conserva a memória de uma determinada comunidade, sujeita à herança transmitida de geração em geração. Ademais, o património no decurso da história passou a surgir com alguns qualitativos, natural, histórico e cultural, cada um destes alcançou dimensões diferentes do outro, ainda que mínimas. Segundo Polácek e Aroch (1984) citado por Baptista (1990, pp. 134-135), a classificação do património natural e cultural concebe-se em sete dimensões, ver detalhadamente na tabela 7:

Dimensão natural	Dimensão cultural
1. Instalações com significado para o turismo: a) Cidades, divididas em categorias para o turismo; b) Centros turísticos complexos; c) Centros turísticos; d) Termas destinadas a tratamento; e) Termas com fins e funções múltiplas (tratamento, vida cultural e diversão).	4. Monumentos históricos e culturais: a) Cidades reservadas; b) Locais de interesse histórico; c) Locais arqueológicos; d) Edifícios com particular interesse arquitetónico; e) Monumentos técnicos; f) Estabelecimentos culturais, como galerias, museus, teatros, etc.
2. Espaços abertos próprios para passeios, caça, pesca, montanhismo e descanso ou repouso.	5. Manifestações artísticas e culturais: a) Folclore e tradições; b) Artesanato e arte popular.
3. Fenómenos naturais, tais como particularidades geomorfológicas, grutas e reservas naturais.	6. Acontecimentos tradicionais com participação internacional: a) Acontecimentos sociais e culturais; b) Acontecimentos desportivos; c) Acontecimentos comerciais.
7. Outros aspetos (económicos, étnicos, de vizinhança, de visitantes).	

Tabela 7, 7 dimensões do património natural e cultural

Fonte: (Baptista, 1990, pp. 134-135) adaptado pelo autor.

A dimensão natural e cultural do património constitui o marco diferencial entre os territórios, uma vez que pressupõe identidade do lugar onde os seres humanos vivem e aperfeiçoam a sua cultura. “Quando falamos em património cultural, nos referimos ao legado histórico de um grupo humano. Esse legado é composto tanto por objetos materiais (tangíveis) quanto por conhecimentos e formas de organização (intangíveis) gerados ao longo de sua história e de sua interação com o meio ambiente, que lhe permitiram sobreviver e lhe conferir uma identidade como grupo social.” (Santana & Llorenç, 2011, p. 148). Contudo, apesar da singularidade, o património é também encarado como elo de unificação, sendo que permite o intercâmbio de diversificação de produtos entre os territórios, num tipo de colaboração em rede de trocas constantes de sinergias, conforme afere Carvalho (2020, p. 26):

Efetivamente, é a diversidade do património, natural e cultural, que diferencia os territórios e que pode ter efeitos positivos a dois níveis, desde que devidamente trabalhados: por um lado, o seu carácter diferenciador permite que os territórios se afirmem pela sua singularidade, fazendo face a mecanismos e processos de globalização uniformizadores, e, por outro lado, ao invés de serem “concorrentes” dos territórios vizinhos, potenciam sinergias com estes, também eles portadores de singularidade, alargando, assim, a base da oferta, com efeitos benéficos para todos, e elevando o desenvolvimento a uma escala regional.

Compreender o papel da preservação do património na perspetiva do turismo sustentável requer uma análise minuciosa ao conceito de desenvolvimento sustentável, logo convém descortinar a partir de uma recorrência histórica e epistemológica o surgimento destes na literatura académica. A primeira tentativa de definir o conceito de desenvolvimento sustentável por um órgão oficial do setor do turismo ocorreu pela própria Organização Mundial do Turismo, na Carta do Turismo Sustentável, OMT (1995), onde o desenvolvimento sustentável é definido como “aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige a integração do meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitos destinos turísticos, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis”. Observa-se os três postulados de sustentabilidade do turismo.

Por conseguinte, a OMT (1995), na referida carta, recomenda ainda o turismo sustentável como um “processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar a sua durabilidade, permitindo conservar o nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas”. Sendo o turismo um forte instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Muitos especialistas que abordam o turismo e a sustentabilidade são apologistas de que uma boa gestão do turismo exige garantir a

sustentabilidade dos recursos dos quais depende. (Baptista, 1997; Körössy, Swarbrooke, 2000; 2008; Lima, 2003; Cazalma, 2023). Logo, importa reconhecer que, em períodos recentes, o turismo representou também uma ameaça ao património cultural, sobretudo devido à sobrelotação de destinos turísticos emblemáticos (Choay, 2011; Kronenberg, 2011). Neste sentido, o ICOMOS, através da Carta Internacional do Turismo Cultural (1999), já alertava para os riscos que o turismo excessivo pode representar para a integridade e conservação do património.

O património natural e cultural, as diversidades e as culturas vivas são grandes atrações turísticas. O turismo excessivo ou o turismo mal gerido, bem como o desenvolvimento relacionado com o turismo podem ameaçar a sua natureza física, a sua integridade e as suas características significativas. A envolvente ecológica, a cultura e os estilos de vida das comunidades residentes também podem ficar degradadas, assim como a experiência que o visitante tem desse lugar.

(ICOMOS, 1999, p. 2).

Todavia, tal afirmação sublinha uma dimensão essencial do turismo cultural enquanto instrumento de valorização patrimonial. De facto, o turismo cultural não se limita à fruição estética ou ao consumo de bens culturais, ele pode desempenhar um papel ativo na recuperação e preservação do património, sobretudo quando articulado com estratégias educativas e políticas públicas eficazes. (OMT, 1995; Oliveira & Lima, 2006; Körössy, 2008). A sensibilização de residentes e visitantes para o valor histórico, simbólico e identitário dos bens patrimoniais é crucial para fomentar práticas de conservação e uso responsável, afinal ninguém protege melhor os bens patrimoniais que o próprio dono, que, além de proteger, o representa, ou seja, identifica o tipo de turismo da localidade.

Neste sentido, a integração do turismo cultural em planos de gestão local permite não apenas a reabilitação física dos lugares patrimoniais, mas também a revitalização social e económica das comunidades envolvidas, promovendo um

desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. (Baptista, 1997; Swarbrooke, 2000). Portanto, o turismo cultural é um turismo consciente, aquele que visa proteger e conservar os bens patrimoniais da comunidade. “O turismo cultural pode contribuir para a recuperação do património por meio da educação de moradores e visitantes e das diferentes políticas locais de planeamento e gestão”. (Antoni & Jaume, 2009, p. 23). Assim sendo, é sobre a gestão patrimonial que possui um valor universal excecional (VUE) que a UNESCO se tem ocupado em classificar como património de cunho mundial.

4.5. O contributo da UNESCO na classificação do património

O entendimento do património cultural até finais do século XX ainda estava reservado ao seu fundamento essencial “*pater família*” ou simplesmente aos bens suscetíveis da herança familiar. Essa perspetiva quase que interrompeu o desenvolvimento exponencial do conceito, tal como se conhece na atualidade. Desse modo, uma outra causa do tardio desenvolvimento do património em si deve-se ao entendimento de bens culturais da sociedade burguesa, tal realidade se assistiu ainda durante o século XX, na Convenção da Haia para a Proteção dos Bens Culturais, tutelada pela UNESCO, a 14 de maio de 1954. No seu Artigo 1.º, considera os bens culturais como “qualquer que seja a sua origem ou proprietário”, prossegue-se:

- a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
- b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja conservar ou expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes

bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

- c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais, que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados «centros monumentais» (UNESCO, 1954, p. 2).

A responsabilidade pela gestão de qualquer património mundial inscrito recai sempre sobre o Estado (UNESCO, 1972, 2012). A Convenção assume, desde o momento em que se propõe o bem patrimonial para inclusão na referida lista, a análise dos critérios estabelecidos. O processo de candidatura inclui uma secção específica dedicada à proteção e à gestão do bem, contemplando um plano de gestão que deve ser implementado de forma eficaz. Este plano é sujeito à monitorização periódica, através da submissão de Relatórios sobre o Estado de Conservação ao Centro do Património Mundial, com uma periodicidade estabelecida de seis anos (UNESCO, 2012), medida esta que o governo de Angola tem falhado, nos sites abertos da ICOMOS e UNESCO não existem relatórios atualizados desde 2017.

No que respeita à avaliação técnica, o ICOMOS desempenha um papel central na análise dos bens culturais propostos para inscrição na Lista do Património Mundial, bem como na avaliação do estado de conservação dos bens já inscritos. Para além da sua função avaliadora, o ICOMOS tem vindo a reforçar o seu compromisso com o apoio aos Estados Parte, através da colaboração com as Comissões Nacionais, promovendo uma abordagem mais integrada e cooperativa na salvaguarda do património mundial. Assim, urge compreender o património dentro das instituições de tutela que a regulamentam.

De acordo com a UNESCO (1972), na Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, distingue-se o património cultural do natural. Nesta conjuntura, no artigo 1.º recomenda-se que devem ser considerados património cultural:

- *Os monumentos* - Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- *Os conjuntos* - Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- *Os locais de interesse "sítios"* - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972).

Não obstante, diferente da perspetiva cultural, o património natural, ainda na referida convenção, no artigo 2º, considera:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972).

Não obstante, seguindo as recomendações da convenção, em 1976 foi criado o Comité do Património Mundial; alguns anos depois em 1979, passaram a ser feitas as primeiras inscrições na lista de classificação para património mundial. Não tardou, em 1992 houve mais uma ratificação na instituição responsável pelo património, a nova passou a se chamar Centro do Património Mundial, que se tornou um órgão autónomo da UNESCO. Porém, criadas as bases, foram delimitados os atributos culturais e naturais dos lugares que apresentam um valor universal excecional, conforme se segue:

- Forma e design ou conceção;
- Materiais e substância;
- Uso e função;
- Tradições, técnicas e sistemas de gestão;
- Localização e ambiente;
- Língua e outras formas de património imaterial; e
- Espírito e sensibilidade. (UNESCO, 2011, p. 33).

Tal como se observa, os atributos acima alistados fazem parte da categoria do património cultural, consequentemente também são apresentados alguns exemplos do património natural:

- Significância visual ou estética;
- Extensão das características físicas ou habitats naturais;
- Intacto dos processos físicos ou ecológicos originais;
- Naturalidade ou integridade dos sistemas naturais;
- Viabilidade de populações de espécies raras; e
- Raridade. (UNESCO, 2011, p. 33).

A UNESCO, através da Conferência de Paris, em 1972, na sua Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, deixa claro alguns objetivos, como: prever a conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e proteção do património mundial (UNESCO, 1972). Depois de quatro anos, consagrou-se o Comité do Património Mundial, com o objetivo de preservar e divulgar os sítios históricos mundiais. O sinal que a UNESCO deixa sobre o entendimento de património é apenas na perspetiva material, os museus e monumentos históricos, enquanto a perspetiva imaterial não era reconhecida.

No quadro histórico o património tem sido concebido pela UNESCO de forma processual, tendo em conta as influências externas e internas à sua volta. O ponto positivo da UNESCO tem a ver com o posicionamento aberto às reformas e mudanças que o património tem sofrido. A inscrição para património imaterial só recentemente foi

adotada pela UNESCO, em 2003 (Cravidão, 2006). Assim, a música, a dança e os eventos folclóricos passaram a ser reconhecidos como parte do património cultural. Contudo, um exemplo notório ocorreu no Plano de Ação sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, em 1998, na cidade de Estocolmo. O referido plano visa consagrar o património imaterial, também conhecido como intangível. Assim, no seu objetivo 3.º, apela-se à seguinte reforma: “Reestruturar as políticas e as práticas a fim de conservar e acentuar a importância do património tangível e intangível, móvel e imóvel e promover as indústrias culturais” (UNESCO, 1998, p. 17).

Por conseguinte, a partir do objetivo realçado, o plano faz algumas recomendações e orientações fundamentais:

1. Renovar e fortalecer o compromisso dos estados-membros com a implementação das convenções e recomendações da UNESCO sobre a conservação do património material e imaterial, a proteção da cultura tradicional e popular, o *status* do artista e outras questões relacionadas;
2. Renovar a definição tradicional de património, que hoje deve ser entendida como todos os elementos naturais e culturais, materiais e imateriais, herdados ou recentemente criados. Por meio desses elementos, os grupos sociais reconhecem a sua identidade e se comprometem a transmiti-la às gerações futuras de forma melhor e mais rica;
3. Reconhecer o surgimento de novas categorias no campo do património cultural, como paisagem cultural, património industrial e turismo cultural.

A UNESCO tem desempenhado um papel fundamental na valorização e divulgação de patrimónios locais que, até então, permaneciam relativamente desconhecidos no panorama internacional. Através da sua classificação institucional, estes bens culturais e naturais ganham visibilidade global, tornando-se destinos de interesse para o turismo internacional e, consequentemente, adquirindo um novo estatuto enquanto recursos estratégicos para o desenvolvimento local. (UNESCO, 2011). Com isso, cada região possui assim uma marca económica proveniente dos seus próprios recursos.

Importa sublinhar que o património cultural e natural não deve ser encarado como um conjunto de bens materiais e imateriais estagnados ou meramente preservados em função da sua antiguidade ou simbolismo. Pelo contrário, o património deve ser entendido como uma oportunidade dinâmica, capaz de gerar impactos positivos em múltiplas dimensões, nomeadamente na diversificação económica de territórios que dependem excessivamente de um único setor produtivo para a composição do seu Produto Interno Bruto (PIB). Ainda nessa perspetiva, Zomora Fernádes (2006) é apologista da estimulação dos bens patrimoniais que se caracteriza em políticas sociais para o desenvolvimento comunitário e de grande interesse também para geração de empregos na comunidade:

O património cultural passou, assim, a ser considerado um recurso de desenvolvimento, incorporado às políticas locais e regionais, e tornou-se objeto de programas comunitários com foco social e diversificação económica. Os bens culturais passaram a ser valorizados como um campo de oportunidades de todos os tipos, em um momento de mudanças económicas, em que era necessário encontrar novas maneiras de gerar emprego e riqueza. Assim, deixaram de ser considerados bens de grande interesse, mas que geravam gastos principalmente no setor público, para se tornarem geradores de empregos e renda. (p. 43).

Esta realidade é particularmente evidente em Angola, com destaque para a cidade histórica de Mbanza Kongo. A sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO não só reconheceu o valor cultural e económico da antiga capital do Reino do Kongo, como também abriu portas para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis assentes no turismo cultural, embora ainda exista muito para se fazer em prol de investimento turístico a nível público e privado na região. Num país cuja economia tem estado fortemente dependente da exploração petrolífera, a valorização do património representa uma alternativa viável para a promoção de atividades económicas complementares, como o artesanato, a hotelaria, a restauração e a educação

patrimonial em volta da atividade turística. (UNESCO, 1972; Fernádes, 2006; Santana & Llorenç, 2011). Contudo, Fernádes (2006) vê no património, turismo e identidade um triângulo-chave para uma economia culturalmente sustentável.

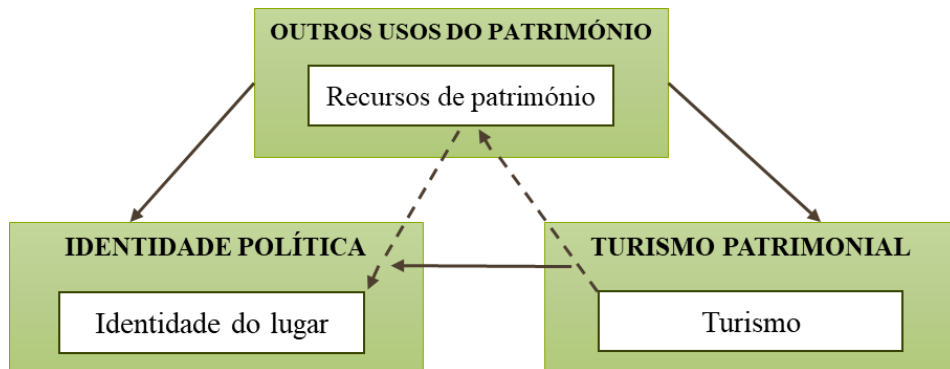


Figura 17 triângulo patrimonial.

Fonte: própria do autor, adaptado a partir de (Fernádes, 2006).

Por seu turno, através da premissa triangular em questão, que articula património, turismo e identidade, constata-se que o património desempenha um papel fundamental na construção da identidade política de um território. Simultaneamente, este património constitui um elemento estratégico para o desenvolvimento do turismo patrimonial e, particularmente do turismo em si. Logo, o turismo, ao apropriar-se desses recursos, transforma-os em produtos turísticos, contribuindo não apenas para a dinamização económica, mas também para a consolidação de um marco identitário do lugar. Assim, estabelece-se uma relação cíclica entre património, turismo e identidade, onde cada elemento reforça e legitima as bases de um desenvolvimento local sustentável.

De acordo com a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, a inscrição de um bem na Lista do Património Mundial exige a demonstração do seu Valor Universal Excecional (VUE) (UNESCO, 2011). Este valor constitui o fundamento da sua relevância global e, para que se mantenha ao longo do tempo, é imperativo preservar os atributos que justificaram a sua inscrição, nomeadamente a integridade e a autenticidade do bem. Todavia, na convenção de Paris, recorda-se que foram dados os primeiros passos para legitimação do património como um bem comum da humanidade.

Essa visão foi extraída na respetiva Convenção do Património Mundial Cultural e Natural, que visou a consolidação do objetivo de “proteger os bens patrimoniais dotados de um valor excecional” (UNESCO, 1972). Assim, o valor excecional repete-se constantemente no Artigo 1.º, que define o património cultural e natural. Para o ICOMOS são considerados um bem de valor universal excecional quando contêm os seguintes critérios:

1. representar uma obra-prima do génio criador humano;
2. ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou a criação de paisagens;
3. constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
4. representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
5. ser um exemplo eminente de implantação humana tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível;
6. estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);
7. representar fenómenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excecionais
8. ser exemplos eminentemente representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos

- geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geromórficos ou fisiográficos de grande significado;
9. ser exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
 10. conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação. (UNESCO, 2012, pp. 37-38).

Neste contexto, o património deixa de ser apenas um legado do passado para se transformar num instrumento de futuro, capaz de fomentar o envolvimento das comunidades locais, estimular a criação de emprego e reforçar a identidade cultural dos povos. A abordagem da UNESCO, ao reconhecer e promover estes bens, contribui não apenas para a sua preservação, mas também para a sua integração ativa nas políticas de desenvolvimento sustentável de uma determinada região. Logo, a aposta deve ser tangível nas regiões de grande responsabilidade turística, como é o caso de Mbanza Kongo, que é detentor de um vasto património, mas, mesmo com a classificação da UNESCO, ainda não atingiu a maturação turística de outras regiões vizinhas como acontece na África do Sul e na Namíbia (PDTA, 2011-2020).

4.6. Turismo cultural: um turismo participativo e promotor do DLS

A articulação entre turismo e cultura tem sido, ao longo do tempo, motivo de diversas controvérsias, muitas das quais derivam da própria complexidade inerente à definição de cultura. Sendo um conceito multifacetado e de difícil delimitação, como já anteriormente referido, esta ambiguidade estende-se também à junção dos termos “turismo” e “cultura”. (Boniface, 1995; Richards, 2007; du Cros & McKercher, 2015; Marujo, 2015). Com isso, reconhece-se esta dificuldade atribuindo-a à natureza multidisciplinar do turismo cultural, que se caracteriza simultaneamente como forma de

conhecimento e como vivência. Envolve a participação ativa do indivíduo e está impregnado de subjetividade, uma vez que as percepções culturais são mediadas pelas representações pessoais de quem as observa. Entretanto, o turismo cultural transcende a tão desejada experiência de cultura forasteira, revela-se também como seu consumo. “O turismo cultural não envolve apenas visitar lugares e monumentos, mas também consumir o modo de vida das áreas que se visita”. (Fernandes, 2006, p. 36). Dito isso, afere-se que o impacto do turismo na sociedade é transversal.

Com frequência, o turismo cultural, ou de forma geral o turismo, tem sido concebido como um vetor automático de desenvolvimento, uma associação que, embora recorrente, carece de fundamentação universal. A avaliação dos seus impactos tende a apoiar-se predominantemente em indicadores estatísticos, os quais, apesar da sua utilidade, são frequentemente utilizados sem a devida explicitação dos modelos interpretativos subjacentes. Esta limitação metodológica compromete a compreensão holística dos efeitos do turismo, conforme defende Pereiro (2009, p. 76): “Geralmente, pensa-se que o turismo é sempre sinónimo de desenvolvimento, o que não é totalmente certo, e quando se medem os impactos do turismo, as estatísticas costumam ser a única forma de os medir, realizando-se afirmações sem explicar o modelo interpretativo”.

A citação em análise problematiza a visão simplista que associa o turismo, de forma automática, ao desenvolvimento. Esta perspetiva ignora a complexidade dos impactos gerados pela atividade turística, frequentemente avaliados apenas por indicadores estatísticos, sem a devida explicitação dos modelos interpretativos que os sustentam. Tal abordagem pode conduzir a leituras enviesadas ou incompletas da realidade, desconsiderando dimensões sociais, culturais e ambientais que escapam à quantificação. Como sublinha Santana (1997), é essencial que qualquer análise de impacto turístico seja acompanhada por uma metodologia clara e por um enquadramento teórico coerente. Um modelo metodológico que visa examinar o impacto do desenvolvimento turístico segundo Santana (1997) e Pereiro (2009) foi proposto por Pearce (1986), que consiste em:

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade

- Estudar o contexto de desenvolvimento: meio ambiente, sociedade, cultura, economia;
- Testar quantitativa e qualitativamente o desenvolvimento do turismo;
- Realizar previsões futuras de desenvolvimento do turismo;
- Delimitar as diferenças entre o passado e o futuro. (Pereiro, 2009, p. 77).

Concomitantemente, Agustín Santana (1997) apresenta os níveis de análise de variáveis do tipo qualitativo que devem ser adotados na investigação para expor o impacto do turismo. Para o autor, devem sempre associados em três categorias:

1. **Impactos económicos:** Custos e benefícios que resultam do desenvolvimento e uso dos bens e dos serviços turísticos. Também tem em conta a riqueza indireta gerada, as oportunidades e as desigualdades que possam vir a ser consequentes;
2. **Impactos físicos e ambientais:** Alterações espaciais e do meio ambiente;
3. **Impactos socioculturais:** Mudanças na estrutura coletiva e na forma de vida dos residentes nas áreas de destino, mas também nas relações interpessoais e nos modos de viver dos visitantes. (Santana, 1997, p. 70).

Constata-se que o turismo, particularmente o turismo cultural, quando concebido como prática participativa e orientada para o desenvolvimento local sustentável, revela-se um instrumento multifacetado cujos impactos se associam às três categorias proposta, logo é oportuna uma análise minuciosa às referidas categorias. Do ponto de vista económico, o turismo atualmente consolidou-se como uma força económica de relevo global, posicionando-se ao lado dos setores mais estratégicos da economia mundial.

De acordo com os dados da OMT (2025) e WEF (2025), este setor ocupa atualmente o terceiro lugar nas exportações internacionais, superado apenas pelo petróleo e pelos serviços associados à tecnologia e à indústria. Esta ascensão reflete não apenas o crescimento exponencial da mobilidade humana, mas também a capacidade do turismo em gerar valor acrescentado, enquanto promove e dinamiza as cadeias produtivas locais. O seu impacto neste segmento torna-se vetor essencial para o

desenvolvimento económico heterogéneo dos países, não é homogéneo porque lida de forma direta ou indireta com outros setores de forma complementar.

Na ótica da estatística económica, o turismo não é um ramo económico independente. Pelo contrário, as diferentes unidades de produção que produzem bens e serviços turísticos repartem-se por um grande número de ramos diversos e não existe, na contabilidade nacional, qualquer rubrica que lhe respeite. É por isso que não é possível determinar diretamente, do lado da oferta, a contribuição do turismo, por exemplo, para o Produto Interno Bruto. (Cunha, 1997, p. 228).

O turismo, pode gerar benefícios diretos, como a criação de emprego e o estímulo ao empreendedorismo local, mas também riqueza indireta através da dinamização de cadeias produtivas associadas à cultura e ao património. Por sua vez, o TC tem responsabilidades acrescidas não apenas na recuperação das economias, mas na promoção do património, o que lhe torna um turismo económico e consciente. “A promoção do turismo cultural tem sido tomada como base das estratégias de recuperação económica, tanto para incentivar o emprego quanto para centros históricos, edifícios monumentais, regenerar certas áreas e preservar a arquitetura vernacular.” (Fernandes, 2006, p. 43).

O turismo cultural revela-se também como um catalisador para o fortalecimento dos laços sociais dentro das comunidades anfitriãs, promovendo a valorização das identidades locais e o envolvimento ativo dos residentes na preservação e dinamização do seu património. Ao participar diretamente na melhoria das suas condições de vida, os membros da comunidade mobilizam recursos próprios, materiais e imaterial, num esforço conjunto que é frequentemente potenciado pela colaboração com associações externas. Esta cooperação interinstitucional, orientada para o interesse comum, não só reforça a coesão social como também fomenta práticas sustentáveis e inclusivas, capazes de gerar benefícios duradouros para o território e para os seus habitantes.

Em países subdesenvolvidos, o turismo comunitário é mais eficaz em áreas rurais, onde o despovoamento ou a pobreza são mais prevalentes. Para desenvolver esse tipo de turismo e garantir que a comunidade local tenha a influência necessária para "explorar" e se beneficiar de seus recursos, é necessário que a própria população crie associações ou cooperativas (embora, em muitos casos, seja necessária a colaboração com outras partes interessadas, como o Estado ou organizações não governamentais). (Revuelta, 2017, p. 28).

No entanto, importa reconhecer que tais benefícios podem ser acompanhados por desigualdades, sobretudo quando a distribuição dos rendimentos turísticos não é equitativa ou quando os custos de manutenção e gestão patrimonial recaem desproporcionalmente sobre as comunidades locais, tal como se verificou na cidade de Mbanza Kongo, sendo uma cidade de grande legado tradicional, o TC é uma aposta oportuna, pois tem sido considerado um meio vital de suporte económico para atividades tradicionais e criatividade local (Richards, 2007).

No plano físico e ambiental, o turismo cultural pode induzir transformações significativas nos espaços de destino, desde a reabilitação de infraestruturas até à pressão sobre recursos naturais e urbanos. A gestão cuidadosa destes impactos é essencial para evitar fenómenos de degradação ambiental ou de sobrecarga turística, comprometendo a sustentabilidade dos territórios (Baptista, 1997; Swarbrooke, 2000). Logo, a crescente exigência de práticas sustentáveis no setor do turismo resulta, em grande medida, da ampliação do conhecimento científico e da consciencialização pública sobre os impactos ambientais, sociais e culturais da atividade turística. Esta evolução reflete uma mudança paradigmática, em que o turismo deixa de ser visto apenas como motor económico, passando a ser avaliado também pela sua pegada ecológica e pela sua capacidade de regenerar ou degradar os ecossistemas locais. (Saarinen, 2006; Körösy, 2008).

A emergência de conceitos como turismo responsável, conhecido por ecoturismo ou turismo regenerativo-consciente em muitas latitudes, evidencia uma

nova abordagem que privilegia a harmonia entre desenvolvimento económico e preservação ambiental. Neste contexto, a sustentabilidade não é apenas uma exigência ética, mas uma condição estratégica ou oportunidade para a longevidade e resiliência do setor. Neste horizonte, para Azevedo et al. (2005) a sustentabilidade no turismo visa garantir o equilíbrio harmonioso no uso dos bens e serviço entre o cultural, económico e ambiental. “No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala” (p. 3). Contudo, a sustentabilidade é muito mais do que uma teoria, é um apelo prático contra os impactos ambiental e sociocultural negativos, que promove uma economia responsável que garante o desenvolvimento local sustentável.

Promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza. Assim, para planeamento turístico, desenvolvimento e proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. (Azevedo et al., 2005, p. 4).

Por fim, os impactos socioculturais são talvez os mais sensíveis e complexos. O TC pode promover o reconhecimento e valorização das identidades locais, reforçando o capital simbólico das comunidades (Richards, 2007; du Cros & McKercher, 2015). Contudo, também pode provocar alterações nos modos de vida, nas relações interpessoais e na estrutura social, sobretudo quando há uma apropriação externa dos discursos culturais ou uma mercantilização excessiva das tradições. Assim, é fundamental que o turismo cultural seja desenvolvido com base em modelos interpretativos claros e metodologias inclusivas, garantindo que os benefícios sejam partilhados e que os territórios se mantenham culturalmente vivos e resilientes, o que

faz do turismo uma ciência de contatos sociais. Jafari (1989) citado por Pereiro (2009) defende que no turismo os contatos estão interligados através de três tipos de culturas: a cultura local, a cultura do turista e por último a cultura do contato entre os dois.

O “local” já não pode ser pensado como uma localidade limitada espacialmente, mas sim um espaço habitado por gente que tem um sentido particular do lugar, um modo de vida, um ethos e uma visão do mundo. É por causa do processo de globalização que se produzem interconexões do tipo global-local, fazendo com que se adapte a circunstâncias locais. Hoje, o local intensifica a sua interconexão com o global, a partir do marco do Mercado, do Estado, dos movimentos e das formas de vida, e daí que possamos falar em transnacionalismo. (Pereiro, 2009, p. 37).

Todavia, agora chega-se à conclusão de que os domínios conceptuais e operacionais do DLS estão intrinsecamente ligados aos seus propósitos essenciais, os quais serão expostos adiante e cuja concretização exige uma abordagem integrada e articulada. A tríade do desenvolvimento é inseparável e funciona mutuamente. Segundo Denise Kronenberg (2011), que também fez um estudo semelhante a este num contexto não tão diferente ao nosso numa periferia brasileira, apresenta cinco pontos do TC que visam contribuir para o DLS de uma localidade de forma conjunta, em resumo são os seguintes:

1. **Economia sustentável:** uma economia que respeite os limites dos ecossistemas e garanta que eles funcionem no futuro. Crescimento económico é um dos temas polémicos e complexos nessa economia;
2. **Conservação ambiental:** envolve diversas ações, como a limitação do uso dos recursos não renováveis, o respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas, a preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis;
3. **Equidade social:** refere-se à “igualdade de oportunidades de desenvolvimento humano da população, respeitada a diversidade

sociocultural, mas asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho”. Associa-se, portanto, à justiça social;

4. **Melhoria do convívio social:** associada ao fortalecimento do capital social;
5. **Melhoria da qualidade de vida:** “qualidade de vida” é um conceito multidimensional, pois abrange condições económicas (emprego e rendimento), educacionais, habitacionais, de saúde, de segurança (pública, alimentar e nutricional), de mobilidade, de lazer, de riqueza cultural e ambientais. (Kronenberg, 2011, pp. 23-24).

O DLS em Mbanza Kongo constitui uma estratégia desafiadora orientada para a valorização de uma cidade classificada pela UNESCO como Património Mundial, cuja relevância histórica e cultural exige uma abordagem integrada e multidimensional. A intervenção do DLS visa catalisar o progresso económico através da dinamização de atividades locais, fomentar a inclusão social e proteger o património ambiental, alinhando-se com os princípios estruturantes do desenvolvimento local sustentável. (Swarbrooke, 2000; Carvalho, 2020). Assim sendo, o uso do paradigma de DLS é indispensável nas agendas e planos de desenvolvimento internacional, nacional e, particularmente, local.

Portanto, embora este mantenha um desígnio global comum, a sua aplicação de DLS territorial parte de quatro dimensões fundamentais: a económica, centrada na geração de riqueza e emprego; a ambiental, dedicada à preservação dos ecossistemas e do património natural; a social, promotora da coesão e equidade; e a política/institucional, que assegura uma governação participativa e eficaz. Neste contexto, Mbanza Kongo pode emergir como um exemplo paradigmático com um desenvolvimento sustentável que aproveita com orgulho da classificação UNESCO como uma forma de estabelecer uma economia robusta através dos seus recursos endógenos, que exportada globalmente ganha valor de uma produção glocal. Portanto, nesta senda, o DLS deve ir além das três dimensões, requer uma governação, ou seja, uma dimensão política que possa assegurar o plano de turismo na região, o que aqui se denomina de “estímulo político”.

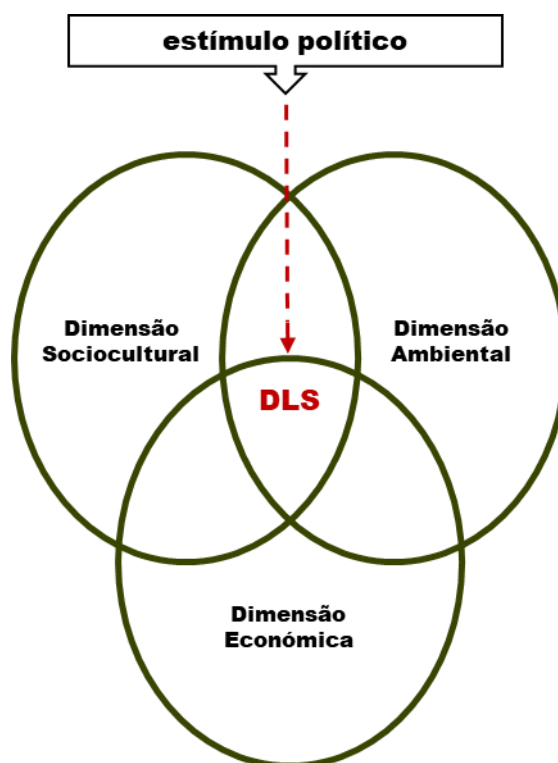


Figura 18 Dimensões do DLS
Fonte: Elaboração própria do autor.

CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação do inquérito por questionário aos cidadãos da cidade de Mbanza Kongo e entrevistas semiabertas aos atores institucionais, com o objetivo de avaliar as percepções sobre o impacto do turismo cultural nos diferentes domínios do desenvolvimento sustentável. A análise quantitativa desempenha um papel fundamental no presente estudo por permitir avaliar estatisticamente a percepção da população acerca dos impactos do turismo cultural em Mbanza Kongo. A utilização de dados quantitativos oferece maior objetividade e possibilidade de verificação empírica de hipóteses, contribuindo para a compreensão de padrões, correlações e diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados.

Considerando os objetivos específicos do estudo, que incluem examinar os efeitos percebidos do turismo cultural nos planos económico, social, ambiental e cultural, bem como a influência do reconhecimento da cidade pela UNESCO, a análise quantitativa foi delineada para testar relações entre variáveis, identificar tendências de resposta e avaliar a consistência dos dados recolhidos através da escala tipo Likert aplicada no inquérito.

5.1. Apresentação do perfil sociodemográfico dos inquiridos

A presente investigação teve como objetivo a codificação e análise de dados sociodemográficos da população adulta residente em Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, em Angola. A amostra foi estritamente dirigida a indivíduos maiores de idade, sendo organizada em quatro faixas etárias distintas. Os resultados obtidos revelam uma distribuição populacional marcadamente jovem. A faixa etária dos 18 aos 25 anos representa a maioria dos inquiridos, correspondendo a 54,4% da amostra. Segue-se o grupo dos 26 aos 35 anos, que constitui 30,3% dos participantes. Já os indivíduos entre os 36 e os 50 anos perfazem 12,4%, enquanto os maiores de 51 anos representam apenas 2,9% da população adulta inquirida.

Estes dados evidenciam uma estrutura etária significativamente jovem, não apenas em Mbanza Kongo, mas também como reflexo de uma tendência nacional em

Angola. Contudo, a apresentação sociodemográfica confirma que Mbanza Kongo é caracterizada por uma população adulta predominantemente jovem, o que deve ser considerado como um factor estratégico na definição de prioridades governamentais e comunitárias.

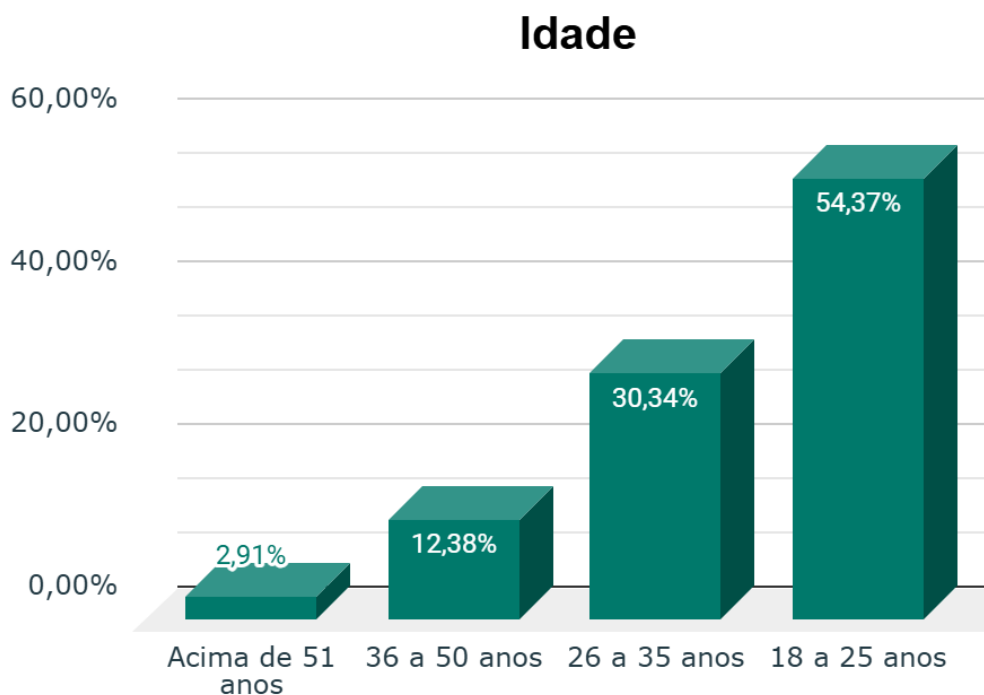


Gráfico 2 Idades

Os números sociodemográficos relativo ao género, com base na amostra de 412 indivíduos maiores de idade, revela uma predominância significativa do género masculino. Dos inquiridos, 70,1% são homens, enquanto apenas 29,9% são mulheres. Esta distribuição não se apresenta como um fenómeno isolado, mas antes como um reflexo das tendências demográficas gerais da região, onde os homens constituem a maior franja da população adulta, contrariando a realidade da distribuição do género da população angolana.

Importa salientar que grande parte da recolha de dados foi realizada em instituições de ensino, o que permite inferir padrões relevantes no que diz respeito à

frequência escolar. Os resultados sugerem que há uma menor presença de mulheres no sistema educativo em comparação com os homens, o que pode estar associado a fatores socioculturais, económicos ou estruturais que limitam o acesso das mulheres à educação formal.

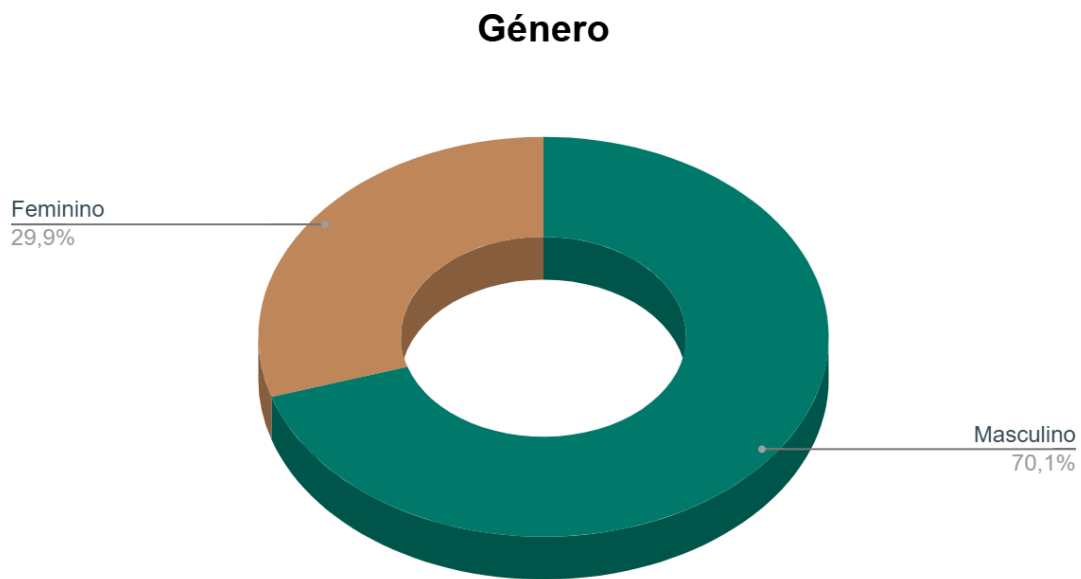


Gráfico 3 Género

A avaliação das habilitações literárias da população adulta de Mbanza Kongo, foi feita com base num modelo tradicional de classificação educacional, distribuído por três grandes categorias: ensino primário, ensino secundário e ensino superior. Os dados recolhidos permitem traçar um perfil claro do nível de instrução dos inquiridos. Os resultados revelam que 10% da amostra possui ensino primário, o que indica uma base educacional mínima e, possivelmente, limitações no acesso a oportunidades de formação contínua ou inserção qualificada no mercado de trabalho. Por outro lado, 39,8% dos participantes completaram o ensino secundário, representando uma camada significativa da população com competências intermédias, apta para desempenhar funções técnicas ou administrativas. Já a maior proporção de inquiridos, correspondente a 50,2%, corresponde ao ensino superior. Este dado é particularmente relevante, pois

demonstra uma tendência crescente de valorização da formação académica na região. Conforme revela o gráfico 4:



Gráfico 4 Habilitações literárias

A caracterização da ocupação profissional da população adulta de Mbanza Kongo foi realizada com base na realidade socioeconómica local, tendo por referência cinco categorias principais de atividade. Os dados recolhidos permitem uma leitura crítica sobre o panorama laboral da região, revelando tendências que apontam para desafios estruturais no mercado de trabalho.

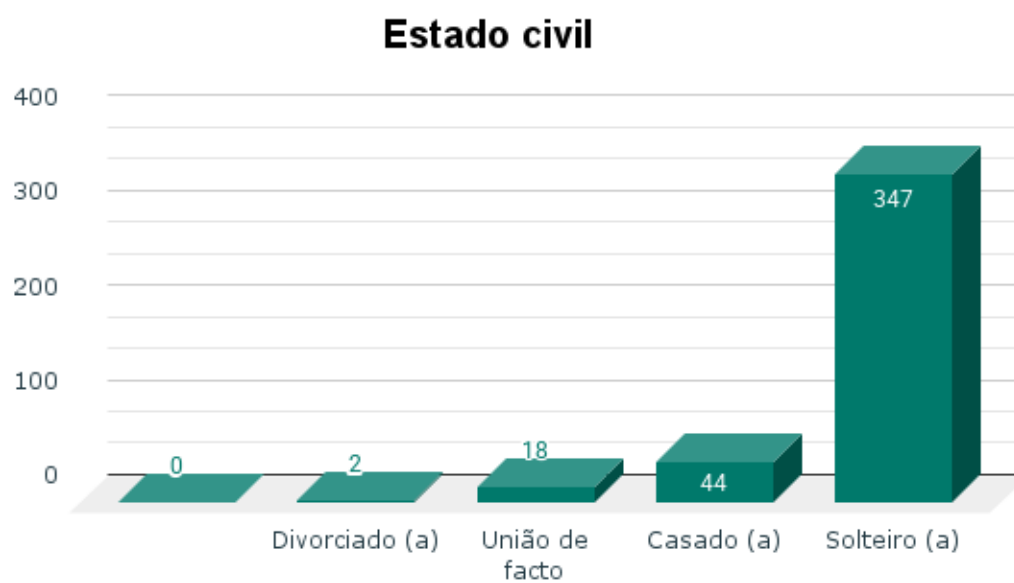
A categoria mais representativa é a dos estudantes, que perfazem 56,1% da amostra. Este dado, embora positivo no que diz respeito ao investimento na formação, pode também indicar uma transição prolongada entre a educação e a inserção efetiva no mercado de trabalho. Seguem-se os funcionários públicos, que representam 19,7% dos inquiridos, evidenciando uma forte dependência do sector estatal como principal empregador. As restantes categorias apresentam percentagens significativamente mais baixas: empresariado ou comerciantes (5,8%), prestadores de serviços independentes (6,8%) e agricultores ou pescadores (0,5%). A categoria “Outras”, que inclui ocupações

não especificadas ou informais, representa 11,2% da amostra. Como se segue no gráfico 5:



Gráfico 5 Ocupação profissional

O estado civil da população adulta de Mbanza Kongo foi realizado com base no padrão convencional de classificação, permite uma leitura estruturada das relações familiares e conjugais na região. Os dados recolhidos revelam uma predominância expressiva de indivíduos solteiros, o que se articula diretamente com a juventude demográfica observada nos estudos anteriores. De acordo com os resultados, 84,2% dos inquiridos identificam-se como solteiros, enquanto apenas 10,9% são casados. A união de facto representa 4,4% da amostra, o divórcio 0,5% e não se registaram casos de viuvez. Entretanto, esta distribuição evidencia uma população maioritariamente jovem, ainda em fase de transição para vínculos conjugais formais ou estáveis.



5.2. Análise e discursão dos resultados

A presente etapa do estudo visa analisar e interpretar os dados coletados a partir de uma abordagem mista, ou seja, integrando os procedimentos estatísticos e as técnicas qualitativas de análise de conteúdo. Essa escolha metodológica fundamenta-se no propósito de alcançar uma compreensão mais ampla, contextualizada e aprofundada do fenómeno investigado, o impacto do turismo cultural no desenvolvimento local sustentável (DLS) de Mbanza Kongo.

Segundo Alvarenga (2012), a combinação de dados estatísticos com a análise de discursos permite alcançar diferentes dimensões do fenómeno, articulando a generalização dos números com a riqueza interpretativa das narrativas sociais. Assim, enquanto os dados quantitativos permitem identificar tendências, frequências e correlações entre variáveis, os dados qualitativos contribuem para o reconhecimento dos significados atribuídos pelos sujeitos, oferecendo uma leitura sensível e situada da realidade.

Essa escolha metodológica também é sustentada por Marconi e Lakatos (1991) e Mira (2018), que destacam que a análise qualitativa é indispensável em estudos sociais voltados para a compreensão de fenómenos complexos e multifatoriais, como as políticas públicas, os impactos culturais e as dinâmicas de desenvolvimento territorial. A integração entre os dois tipos de dados conhecida como triangulação metodológica confere maior rigor aos resultados, contribui para a validação cruzada das hipóteses formuladas e para a construção de uma base empírica sólida, capaz de sustentar recomendações aplicáveis à realidade local. Neste capítulo, os dados serão apresentados em duas grandes seções:

Neste capítulo, os dados serão apresentados em duas grandes seções: análise quantitativa e análise qualitativa. Assim, a integração visa garantir uma leitura triangulada e coerente do caso de estudo. Essa estratégia metodológica permite que os resultados obtidos por meio dos questionários (dados numéricos) e das entrevistas com os diretores institucionais (dados descritivos) se complementem, ampliando a profundidade interpretativa da investigação e assegura com maior validade os resultados (Marconi & Lakatos, 1991).

5.2.1. Análise quantitativa

Para captar as percepções da população de Mbanza Kongo sobre o impacto do turismo cultural nas diferentes dimensões do desenvolvimento local sustentável, foi utilizada uma escala de avaliação ordinal do tipo Likert, originalmente proposta por Rensis Likert (1932). Esta escala foi estruturada com cinco pontos de resposta, variando de "Discordo totalmente" a "Concordo totalmente", permitindo aos inquiridos expressarem o grau de concordância com afirmações relativas aos blocos temáticos: económico, social, cultural, ambiental e institucional. Além de questões relativas ao perfil sociodemográfico dos participantes (sexo, idade, nível de escolaridade, tempo de residência, entre outros). Reconhecida como uma ferramenta psicométrica clássica em investigações sociais, a escala de Likert possibilita a quantificação de atitudes e percepções subjetivas, transformando-as em dados estatisticamente tratáveis. Assim, contribuiu para a construção de um retrato objetivo e comparável do modo como os diferentes setores da comunidade percebem o papel do turismo cultural no desenvolvimento local.

A base de dados de 412 inqueridos foi tratada no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 30, adotado como ferramenta estatística de referência para a análise e visualização dos dados (Pereira & Patrício, 2016). Os procedimentos estatísticos seguiram uma abordagem mista entre análises descritivas e inferenciais, visando responder às hipóteses delineadas e aprofundar a compreensão dos padrões observados.

Para a análise inferencial, adotou-se o uso de testes paramétricos, uma vez que os dados coletados apresentaram características compatíveis com os pressupostos dessa abordagem: distribuição aproximadamente normal, homogeneidade das variâncias (verificada pelo Teste de Levene) e escala intervalar composta por médias de itens oriundos da escala de Likert estruturada. Assim, optou-se por aplicar técnicas estatísticas como a Análise de Variância (ANOVA) para comparação de médias entre grupos, e a correlação de Pearson para verificar relações lineares entre as dimensões temáticas do instrumento. Esses testes permitiram avaliar com maior rigor as hipóteses formuladas, possibilitando inferências sobre a população estudada com base nos dados

da amostra. A combinação entre a análise descritiva (médias, frequências e desvios padrão) e a análise inferencial paramétrica sustentou a profundidade analítica necessária à validação empírica dos objetivos da investigação.

Esse conjunto de análises permitiu descrever de forma detalhada a amostra, testar as hipóteses da pesquisa e revelar evidências estatisticamente relevantes sobre a percepção da população local quanto ao papel do turismo cultural no desenvolvimento sustentável de Mbanza Kongo

5.2.2. Análise qualitativa

A abordagem qualitativa desta investigação foi conduzida através de entrevistas semiabertas realizadas com diversos responsáveis institucionais ligados ao sector turístico, cultural e ambiental de Mbanza Kongo. As respostas desse diversificado grupo focal foram organizadas por blocos temáticos, correspondentes às cinco dimensões de impacto turístico definidas no modelo analítico: económico, social, cultural, ambiental e institucional (UNESCO). Esta categorização permitiu sistematizar os conteúdos discursivos, facilitando a identificação de convergências, divergências e padrões de interpretação entre os diferentes domínios.

A análise temática revelou, por exemplo, uma valorização expressiva da dimensão cultural e institucional, contrastando com uma percepção mais crítica nas dimensões económica e social, onde se destacam limitações estruturais e ausência de políticas eficazes. Entretanto, a abordagem qualitativa revelou-se essencial para compreender os significados atribuídos ao turismo cultural pelos atores locais, permitindo validar e aprofundar as hipóteses da investigação e contribuindo para uma análise integrada e contextualizada do território de Mbanza Kongo.

Nº	Nome	Cargo	Tempo	Data
1	Abia Graça Fortune	Chefe de dpto provincial do turismo	7 anos	21/04/2025
2	Domingos da Silva	Chefe do Instituto Geográfico e Cadastral do Zaire	5 anos	21/04/2025
3	Anónimo	Um dos gabinetes ligado a dimensão Ambiental	5 anos	22/04/2025
4	Maurício da Costa	Chefe do dpto do Instituto de Desenvolvimento Local do Zaire (FAS)	7 anos	22/04/2025
5	António Mpeno	Chefe da secção do turismo municipal de Mbanza Kongo	5 anos	23/04/2025
6	Timóteo Dias	Diretor Provincial de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários	1 ano	30/04/2025
7	Kediamosiko Toko	Chefe do dpto de Educação e Animação Cultural	8 anos	30/04/2025

Tabela 8 perfil dos entrevistados

As respostas recolhidas junto dos sete gabinetes e secções institucionais ligados ao turismo em Mbanza Kongo são apresentadas de forma resumida, com o intuito de aprofundar a análise qualitativa da investigação. A organização das declarações seguiu uma categorização temática baseada nas cinco dimensões de impacto turístico previamente definidas: económica, social, cultural, ambiental e institucional (UNESCO). Esta estrutura permitiu sistematizar os conteúdos discursivos, identificar padrões interpretativos e reforçar a triangulação metodológica. As contribuições dos entrevistados revelam perceções estratégicas e operacionais sobre o turismo cultural, permite uma leitura complementar aos dados estatísticos e aprofunda a compreensão integrada do fenómeno em estudo.

DIMENSÃO ECONÓMICA

P1. As iniciativas de turismo cultural têm promovido o desenvolvimento local através da geração de receitas?

As respostas evidenciam que o turismo cultural em Mbanza Kongo, apesar do seu potencial reconhecido, ainda não se traduz em benefícios económicos tangíveis para o governo local. A maioria dos entrevistados é unânime ao afirmar que as receitas provenientes do turismo cultural são praticamente inexistentes. Esta realidade decorre, em grande medida, da ausência de regulamentação sobre o acesso pago aos bens patrimoniais, como museus, monumentos e sítios históricos, o que impossibilita a capitalização dos recursos culturais disponíveis. A gratuidade do acesso, embora possa ser vista como uma medida inclusiva, acaba por limitar a capacidade de gerar receitas que poderiam ser reinvestidas na conservação do património e no desenvolvimento de infraestruturas turísticas. Além disso, a inexistência de uma política fiscal específica para o sector turístico impede a criação de mecanismos de redistribuição dos benefícios económicos, perpetuando a dependência de fontes externas de financiamento e dificultando a sustentabilidade financeira das iniciativas locais.

P2. Como o turismo cultural tem contribuído para a criação de oportunidades de emprego em Mbanza Kongo?

No que concerne à criação de emprego, os entrevistados apontam para uma contribuição ainda incipiente do turismo cultural. Os postos de trabalho gerados são, na sua maioria, temporários e associados a eventos pontuais, como festividades religiosas, celebrações tradicionais ou visitas institucionais. Esta sazonalidade do emprego reflete a ausência de uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico, bem como a falta de políticas de incentivo ao sector privado. Os entrevistados sublinham que a criação de postos de trabalho estáveis é limitada pela escassez de investimento em infraestruturas e pela inexistência de programas de formação profissional orientados para o turismo. A precariedade das condições laborais e a informalidade do sector agravam a

vulnerabilidade dos trabalhadores, impedindo a consolidação de uma economia turística robusta e sustentável.

P3. O turismo cultural tem incentivado o empreendedorismo local?

Apesar do potencial turístico da região, o empreendedorismo local permanece pouco expressivo. Os altos custos de investimento, associados à ausência de linhas de financiamento específicas e à dificuldade de acesso ao crédito, constituem obstáculos significativos ao surgimento de iniciativas empreendedoras. Apenas alguns artesãos conseguem, de forma limitada, beneficiar do fluxo turístico para comercializar os seus produtos, nomeadamente peças de artesanato, recordações e gastronomia local. No entanto, estas iniciativas são pontuais e carecem de apoio institucional para se transformarem em negócios sustentáveis. A falta de formação em gestão, marketing e inovação limita a capacidade dos empreendedores locais para explorar as oportunidades oferecidas pelo turismo cultural, perpetuando uma lógica de subsistência em detrimento de uma abordagem orientada para o desenvolvimento económico.

DIMENSÃO SOCIAL

P1. O turismo cultural tem melhorado as condições sociais da população?

No plano social, os resultados das entrevistas revelam que o turismo cultural não tem, até ao momento, contribuído de forma significativa para a melhoria das condições de vida da população de Mbanza Kongo. Os entrevistados apontam a ausência de programas de formação e capacitação como um dos principais entraves à inclusão social e ao aproveitamento das oportunidades geradas pelo turismo. A escassez de turistas, aliada à falta de infraestruturas adequadas, limita os benefícios sociais esperados, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, à melhoria das condições habitacionais e à promoção do bem-estar comunitário. A inexistência de políticas públicas orientadas para a inclusão social através do turismo reforça a perceção de que o sector permanece distante das necessidades reais da população local.

P2. O turismo cultural tem sido utilizado como ferramenta para promover a inclusão social?

Apesar das limitações identificadas, há consenso entre os entrevistados de que o turismo cultural tem promovido a convivência multicultural e o fortalecimento da inclusão social, especialmente através de eventos comunitários e visitas a instituições religiosas e culturais. Estas iniciativas funcionam como espaços de diálogo e partilha entre diferentes segmentos da comunidade, promovendo a integração de grupos tradicionalmente marginalizados e valorizando a diversidade cultural existente em Mbanza Kongo. O turismo cultural, ao proporcionar o encontro entre residentes e visitantes, contribui para a construção de uma identidade coletiva mais inclusiva e plural, reforçando o sentido de pertença e a coesão social.

P3. A execução do turismo cultural tem fortalecido os laços comunitários?

A prática turística tem desempenhado um papel relevante no fortalecimento dos laços comunitários, incentivando a união da população em torno da preservação do património, da realização de festividades e da valorização da memória coletiva. A mobilização da comunidade para a organização de eventos culturais, campanhas de limpeza e ações de sensibilização revela um compromisso crescente com a defesa dos valores e tradições locais. Este envolvimento ativo contribui para a consolidação de redes de solidariedade e cooperação, essenciais para o desenvolvimento sustentável do território. A valorização da memória coletiva, através da transmissão de saberes e práticas ancestrais, reforça a identidade local e promove a continuidade das tradições culturais.

DIMENSÃO CULTURAL

P1. O turismo cultural tem contribuído para a preservação do património cultural?

A dimensão cultural surge como a mais valorizada pelos entrevistados, que reconhecem o papel central do turismo cultural na preservação do património material e imaterial de Mbanza Kongo. A população tem demonstrado um envolvimento ativo na conservação dos bens patrimoniais, participando em campanhas de limpeza, ações de sensibilização e práticas tradicionais que respeitam os locais históricos. A valorização do património é entendida não apenas como uma obrigação moral, mas também como uma oportunidade para afirmar a identidade local e promover o reconhecimento externo da riqueza cultural da região. O turismo cultural, ao atrair visitantes interessados na história e nas tradições do Reino do Kongo, contribui para a revitalização dos espaços patrimoniais e para a transmissão intergeracional dos saberes ancestrais.

P2. O turismo cultural tem promovido o respeito pela tradição local?

O turismo cultural tem desempenhado um papel fundamental no reforço do respeito pelas crenças e rituais tradicionais, como os que envolvem locais sagrados, tribunais ancestrais e práticas espirituais. Os entrevistados destacam a importância da valorização da sabedoria dos mais velhos, que são reconhecidos como guardiões da memória coletiva e transmissores dos valores culturais. A realização de cerimónias, festividades e rituais tradicionais, muitas vezes integrados nos roteiros turísticos, contribui para a legitimação e perpetuação das práticas culturais, promovendo o respeito mútuo entre residentes e visitantes. Esta valorização das tradições locais é vista como um fator de resistência à homogeneização cultural imposta pela globalização, permitindo a afirmação de uma identidade própria e diferenciada.

P3. O turismo cultural tem fortalecido a valorização da identidade local?

A juventude de Mbanza Kongo tem mostrado um interesse crescente pela história e pela língua kikongo, impulsionado pela realização de eventos culturais que consolidam a identidade bakongo. Os entrevistados referem que o turismo cultural tem contribuído para o despertar de um sentimento de orgulho e pertença, especialmente entre as gerações mais jovens, que passam a valorizar o seu património e a assumir um papel ativo na sua preservação. A promoção da língua, da música, da dança e da gastronomia tradicionais reforça a coesão identitária e contribui para a construção de uma marca territorial autêntica, capaz de atrair visitantes e de afirmar Mbanza Kongo no panorama nacional e internacional.

P4. Como os eventos culturais influenciam o consumo de produtos e serviços locais?

Os eventos culturais promovidos em Mbanza Kongo têm tido um impacto positivo no consumo de produtos endógenos, com destaque para a gastronomia tradicional, como o *lunkuila*, *kisaka*, *funge*, *kikuanga*, *catato*, *quitutes* e outros que caracterizam a marca cultural da região. A realização de festividades, feiras e mercados locais estimula a procura de bens e serviços produzidos na comunidade, dinamizando a economia local e promovendo a sustentabilidade das atividades produtivas. O turismo cultural, ao valorizar os produtos e saberes locais, contribui para a diversificação da oferta económica e para a criação de oportunidades de negócio, ainda que de forma limitada face aos desafios estruturais identificados.

DIMENSÃO AMBIENTAL

P1. Como a comunidade tem se envolvido na conservação ambiental ligada ao turismo cultural?

A comunidade de Mbanza Kongo tem demonstrado um envolvimento ativo na conservação ambiental associada ao turismo cultural. A participação em campanhas de limpeza, educação ambiental e preservação dos bens patrimoniais é transversal a várias

instituições, incluindo escolas, igrejas e associações comunitárias. Estas iniciativas refletem uma consciência crescente da importância da sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento do turismo e para a preservação dos recursos naturais que sustentam a identidade cultural da região. O envolvimento da comunidade na gestão dos espaços naturais e patrimoniais contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade ambiental, essencial para a promoção de um turismo sustentável.

P2. De que forma o turismo cultural tem contribuído para a preservação dos recursos naturais?

O turismo cultural tem desempenhado um papel relevante na consciencialização para o uso sustentável dos recursos naturais, nomeadamente das doze nascentes de água com valor histórico e religioso. Através de materiais educativos, visitas guiadas e práticas comunitárias, tem-se promovido a sensibilização para a importância da conservação dos recursos hídricos, da flora e da fauna locais. Os entrevistados referem que o turismo cultural, ao valorizar os elementos naturais associados ao património histórico, contribui para a integração das dimensões cultural e ambiental no planeamento do desenvolvimento local, promovendo uma abordagem holística e sustentável.

P3. As infraestruturas turísticas têm sido desenvolvidas com foco na preservação ambiental?

Embora as infraestruturas turísticas desenvolvidas até ao momento obedeçam, em parte, a princípios de sustentabilidade, a sua implementação permanece limitada e carece de uma estratégia mais abrangente e integrada. Os entrevistados destacam que as construções realizadas na Zona Tampão e em projetos como o novo aeroporto respeitam as normas ambientais, mas sublinham a necessidade de reforçar a fiscalização e de promover a adoção de práticas construtivas sustentáveis em todas as intervenções. A integração da dimensão ambiental no desenvolvimento das infraestruturas turísticas é vista como um requisito fundamental para garantir a sustentabilidade do sector e a preservação dos recursos naturais a longo prazo.

INSTITUCIONAL/RECONHECIMENTO UNESCO

P1. Há programas ou incentivos governamentais que apoiam financeiramente iniciativas ligadas à classificação UNESCO?

O reconhecimento de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO, em 2017, constituiu um marco importante para a valorização do território, mas os incentivos governamentais para apoiar financeiramente iniciativas ligadas a esta classificação têm sido insuficientes. Após um investimento inicial, observa-se uma diminuição dos apoios, o que compromete o desenvolvimento turístico sustentado e limita a capacidade de implementação de projetos de conservação e promoção do património. Os entrevistados referem a necessidade de reforçar o compromisso do Estado com a proteção do património classificado, através da criação de programas de financiamento específicos e do envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos.

P2. Como a comunidade tem participado na gestão do património UNESCO?

A participação da comunidade na gestão do património UNESCO é variável, oscilando entre o envolvimento ativo na divulgação e conservação dos bens patrimoniais e a limitação imposta pela falta de conhecimento e formação. Em alguns casos, a população assume um papel central na organização de eventos, campanhas de sensibilização e ações de preservação, enquanto noutros a gestão permanece centralizada nas autoridades governamentais, dificultando a apropriação comunitária dos processos de decisão. Os entrevistados sublinham a importância de promover a capacitação da comunidade e de criar mecanismos de participação efetiva na gestão do património, de modo a garantir a sustentabilidade das iniciativas e a valorização dos saberes locais.

P3. A classificação UNESCO tem estimulado o sentimento de pertença?

A classificação UNESCO tem tido um impacto positivo no reforço do sentimento de pertença e orgulho da população de Mbanza Kongo. Os entrevistados destacam que a distinção internacional conferida ao território contribuiu para a valorização da identidade local e para o reconhecimento da importância histórica e cultural da cidade.

Este sentimento de pertença traduz-se numa maior mobilização da comunidade para a defesa do património e na afirmação de uma identidade coletiva forte, capaz de resistir às pressões externas e de promover a coesão social.

P4. A classificação UNESO tem dado visibilidade internacional para Mbanza Kongo?

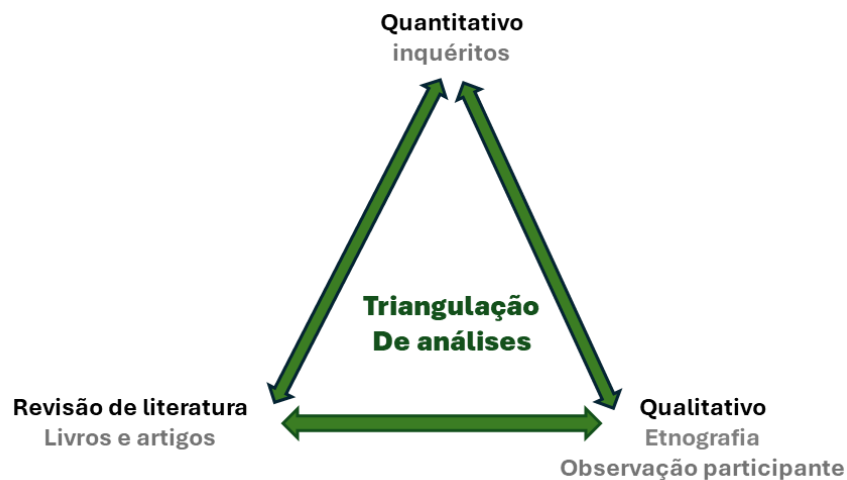
A visibilidade internacional de Mbanza Kongo aumentou após a classificação UNESCO, registando-se um crescimento do número de turistas internacionais, especialmente provenientes da América do Norte e da Europa. No entanto, os entrevistados referem que ainda falta uma estratégia eficaz de promoção global que consolide Mbanza Kongo como destino turístico de referência. A ausência de campanhas de marketing internacional, a limitação das infraestruturas de acolhimento e a falta de articulação entre os diferentes atores do sector impedem a plena afirmação da cidade no panorama turístico mundial. A consolidação de Mbanza Kongo como destino de excelência depende, assim, da implementação de políticas integradas de promoção, valorização e gestão do património, capazes de potenciar o reconhecimento internacional e de garantir benefícios duradouros para a comunidade local.

Portanto, a análise qualitativa das entrevistas demonstra que o turismo cultural em Mbanza Kongo tem um potencial notável para impulsionar o desenvolvimento local sustentável, mas a sua concretização exige a superação de desafios estruturais persistentes. Entre estes, destacam-se a necessidade de uma regulamentação clara que permita a geração de receitas a partir dos recursos patrimoniais, o reforço do financiamento público e privado para apoiar iniciativas locais, e o investimento em programas de capacitação que promovam competências técnicas e de gestão na comunidade. Além disso, a promoção integrada do território, articulando as dimensões económica, social, cultural e ambiental, revela-se fundamental para garantir que os benefícios do turismo cultural sejam amplamente distribuídos e sustentáveis a longo prazo. O envolvimento ativo da comunidade local, aliado à valorização do património material e imaterial, é essencial para consolidar Mbanza Kongo como referência do

turismo cultural em Angola e internacionalmente. Só através de uma abordagem participativa, inclusiva e estratégica será possível transformar o potencial identificado em resultados concretos, promovendo não apenas o crescimento económico, mas também a coesão social, a preservação cultural e a sustentabilidade ambiental.

5.3. Interpretação e triangulação dos dados

Nesta etapa, os resultados obtidos pelas análises quantitativas e qualitativas são interpretados de forma integrada, permite-se uma leitura mais abrangente e profunda do fenómeno investigado com a inserção da literatura, o que podemos chamar de “triangulação dos dados”. A triangulação metodológica adotada, já descrita anteriormente, possibilita contrastar os resultados estatísticos com as percepções dos atores institucionais entrevistados, reforçando a validade e o rigor interpretativo da investigação. Essa articulação entre diferentes fontes de dados permite identificar pontos de convergência, divergência ou complementaridade, contribui para a confirmação ou refutação das hipóteses formuladas e para a resposta às perguntas de investigação. Além disso, favorece a compreensão dos impactos do turismo cultural sob múltiplas perspetivas, tanto estruturais e mensuráveis quanto simbólicas e experienciadas.



A seguir, apresenta-se a interpretação conjunta dos resultados por eixo temático, alinhando-os aos objetivos específicos, às perguntas orientadoras e as hipóteses delineadas.

Objetivo específico 1: *Analisar o potencial do turismo cultural enquanto estratégia promotora de desenvolvimento local sustentável.*

Pergunta 1: *De que forma o turismo cultural pode ser concebido como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo?*

Hipótese H1: *A população de Mbanza Kongo percebe o turismo cultural como um fator alternativo de DLS.*

A percepção da população sobre o turismo cultural como fator de desenvolvimento local foi analisada a partir da questão geral de impacto e de outras afirmações relacionadas ao papel do turismo na melhoria das condições socioeconómicas de Mbanza Kongo.

Resultados principais:

No gráfico de frequência das respostas (ver Gráfico 1), observa-se que a maior parte dos respondentes assinalou os níveis 4 e 5 da escala de Likert, evidencia uma percepção fortemente positiva. A média geral da variável foi de aproximadamente 4.2, com desvio padrão moderado, indicando consistência nas percepções.

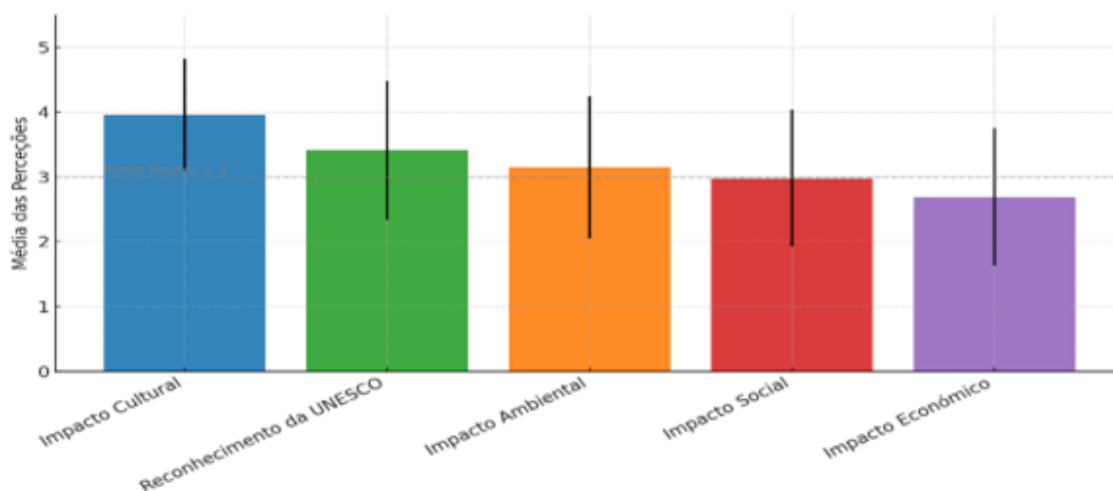


Gráfico 6 Frequência das respostas sobre o turismo cultural como estratégia de DLS

O gráfico gerado apresenta de forma clara a percepção média dos impactos do turismo em Mbanza Kongo, com base numa escala de Likert convertida em percentagens.

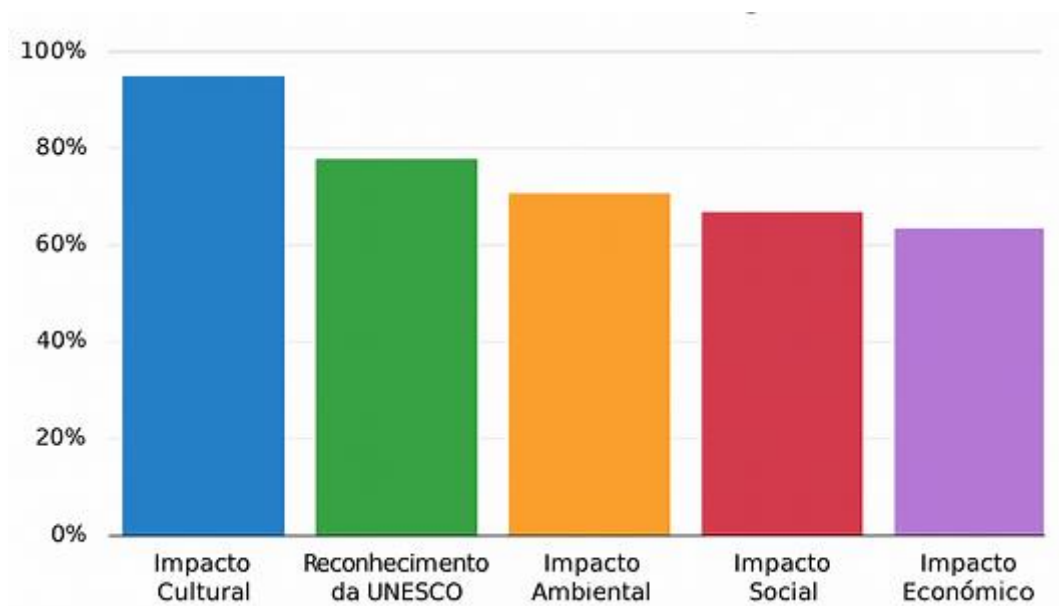


Gráfico 7 Frequência das respostas sobre o turismo cultural como estratégia de DLS 2

O impacto Cultural é o mais valorizado, com cerca de 90%, indicando que os inquiridos reconhecem fortemente o papel do turismo na preservação e promoção das tradições locais. Reconhecimento da UNESCO também se destaca com 78%, refletindo uma perceção positiva sobre o prestígio e visibilidade internacional que essa designação traz à região.

Impacto Ambiental e Impacto Social surgem com valores mais moderados (70% e 66%, respetivamente), sugerindo que há consciência dos efeitos do turismo, mas também possíveis preocupações com sustentabilidade e coesão comunitária. Por fim, o Impacto Económico, com 62%, é o menos valorizado, o que pode indicar que os benefícios financeiros do turismo não são tão evidentes ou distribuídos de forma equitativa entre a população.

Triangulação com dados qualitativos: As entrevistas realizadas com os diretores das instituições locais reforçam esta perceção positiva. Por exemplo, um dos entrevistados afirmou:

“O turismo cultural é, sem dúvida, a porta de entrada para o desenvolvimento local. É através dele que a nossa história ganha valor e que podemos atrair investimento.” (entrevistado nº 5).

Outro entrevistado destacou:

“A classificação de Mbanza Kongo como património mundial precisa ser mais explorada. O turismo é a via mais direta para melhorar a vida local” (entrevistado nº 1).

As falas analisadas revelam uma clara convergência entre os gestores locais e a população geral, destacando o turismo como instrumento estratégico de progresso socioeconómico, especialmente quando articulado com ações políticas e infraestruturais sustentáveis.

Os dados quantitativos e qualitativos analisados apontam de forma convergente para a **aceitação da hipótese H1**. A população de Mbanza Kongo percebe o turismo cultural como uma alternativa viável e desejável para o desenvolvimento local

sustentável. A forte adesão às opções mais altas da escala de Likert, aliada à argumentação qualitativa dos agentes institucionais, fortalece a tese de que o turismo cultural não apenas é valorizado, como é visto como um elemento-chave de desenvolvimento local.

Objetivo específico 2: *Investigar como o turismo cultural contribui para o desenvolvimento local sustentável, através da sua influência nas dimensões económica, social, cultural, ambiental e institucional.*

Pergunta 2: *De que forma o turismo cultural impacta os setores económico, social, cultural, ambiental e institucional no contexto do desenvolvimento local sustentável?*

Hipótese H2: *Os blocos temáticos (económico, social, cultural, ambiental e institucional/Reconhecimento UNESCO) apresentam correlações significativas e percepções interdependentes que podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável.*

Para responder esta pergunta, utilizou-se a escala de Likert aplicada à população local, cujas questões foram organizadas em **cinco 5 dimensões de impacto**:

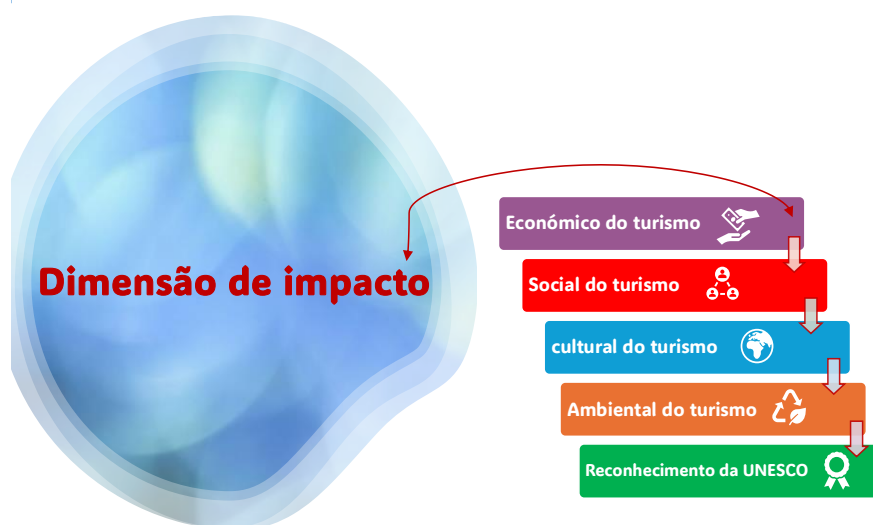


Figura 19 Dimensões de impacto turístico

Resultados principais:

A análise estatística descritiva demonstrou médias elevadas em quase todos os blocos, com destaque para o bloco cultural, que apresentou a maior média geral (≈ 4), seguido dos blocos Institucional/UNESCO (≈ 3), ambiental (≈ 3), social (≈ 3) e económico (≈ 2). Isso demonstra que a população reconhece impactos positivos do turismo cultural em diversas dimensões da vida local.

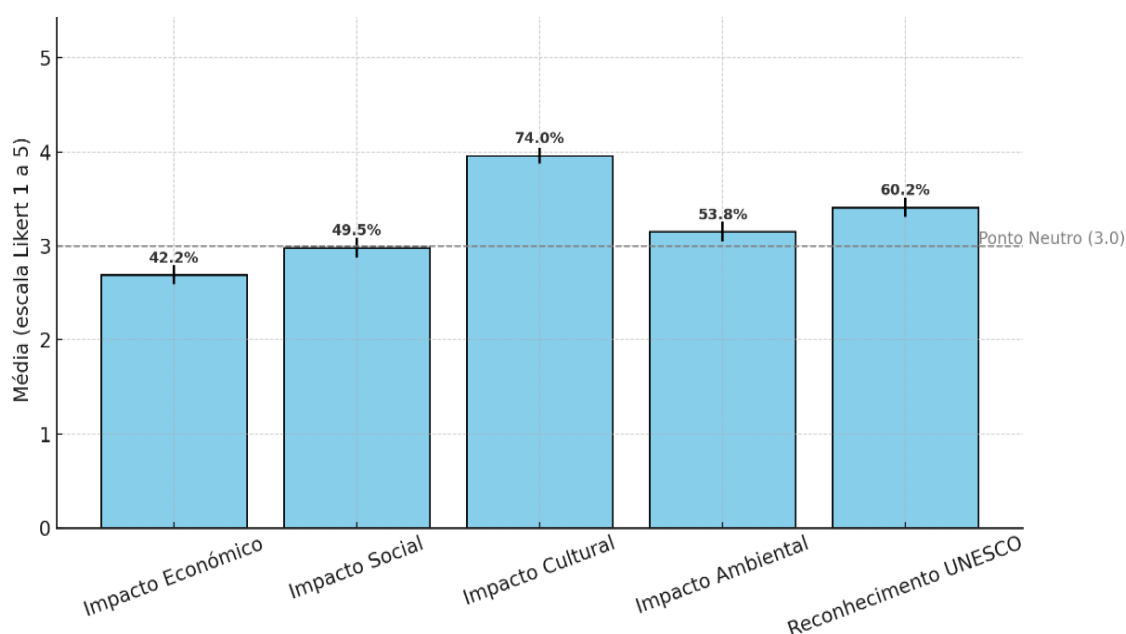


Gráfico 8 Médias por bloco temático

A seguir, foi aplicada uma análise de correlação de Pearson para verificar se as percepções em cada bloco estão relacionadas. O resultado evidenciou correlações estatisticamente significativas ($p < 0,01$) entre todos os blocos, com coeficientes que variam entre $r = 0,40$ e $r = 0,79$. Os valores com (**) na tabela 9 indicam significância estatística ao nível de 0.01, ou seja, são estatisticamente confiáveis, indicando interdependência entre os impactos percebidos.

1. **Reconhecimento da UNESCO e Desenvolvimento Local:** $r = .553$. Correlação forte e positiva: os inquiridos que valorizam o reconhecimento da UNESCO tendem também a perceber o turismo como promotor do desenvolvimento local.
2. **Reconhecimento da UNESCO e Impacto Económico:** $r = .512$. Correlação moderada: há uma associação relevante entre a valorização da UNESCO e a percepção de benefícios económicos do turismo.
3. **Reconhecimento da UNESCO e Impacto Social:** $r = .478$. Correlação moderada: os que reconhecem a importância da UNESCO também percebem efeitos sociais positivos do turismo.
4. **Reconhecimento da UNESCO e Impacto Cultural:** $r = .446$. Correlação moderada: o reconhecimento patrimonial está associado à valorização dos efeitos culturais do turismo.
5. **Reconhecimento da UNESCO e Impacto Ambiental:** $r = .389$. Correlação mais fraca, mas ainda positiva: sugere que a percepção ambiental está menos associada ao reconhecimento da UNESCO, podendo indicar preocupações ou menor visibilidade dessa dimensão.

Correlações						
		Média das percepções sobre o reconhecimento da UNESCO em Mbanza Kongo	Média das percepções sobre o impacto ambiental do turismo	Média das percepções sobre o impacto cultural do turismo	Média das percepções sobre o impacto social do turismo	Média das percepções sobre o impacto económico do turismo
Média das percepções sobre o reconhecimento da UNESCO em Mbanza Kongo	Correlação de Pearson	1	,633**	,537**	,728**	,553**
	Sig. (2 extremidades)		<.001	<.001	<.001	<.001
	N	412	412	412	412	412
Média das percepções sobre o impacto ambiental do turismo	Correlação de Pearson	,633**	1	,545**	,797**	,668**
	Sig. (2 extremidades)	<.001		<.001	<.001	<.001
	N	412	412	412	412	412
Média das percepções sobre o impacto cultural do turismo	Correlação de Pearson	,537**	,545**	1	,524**	,398**
	Sig. (2 extremidades)	<.001	<.001		<.001	<.001
	N	412	412	412	412	412
Média das percepções sobre o impacto social do turismo	Correlação de Pearson	,728**	,797**	,524**	1	,741**
	Sig. (2 extremidades)	<.001	<.001	<.001		<.001
	N	412	412	412	412	412
Média das percepções sobre o impacto económico do turismo	Correlação de Pearson	,553**	,668**	,398**	,741**	1
	Sig. (2 extremidades)	<.001	<.001	<.001	<.001	
	N	412	412	412	412	412

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Tabela 9 Matriz de Correlação de Pearson entre os blocos

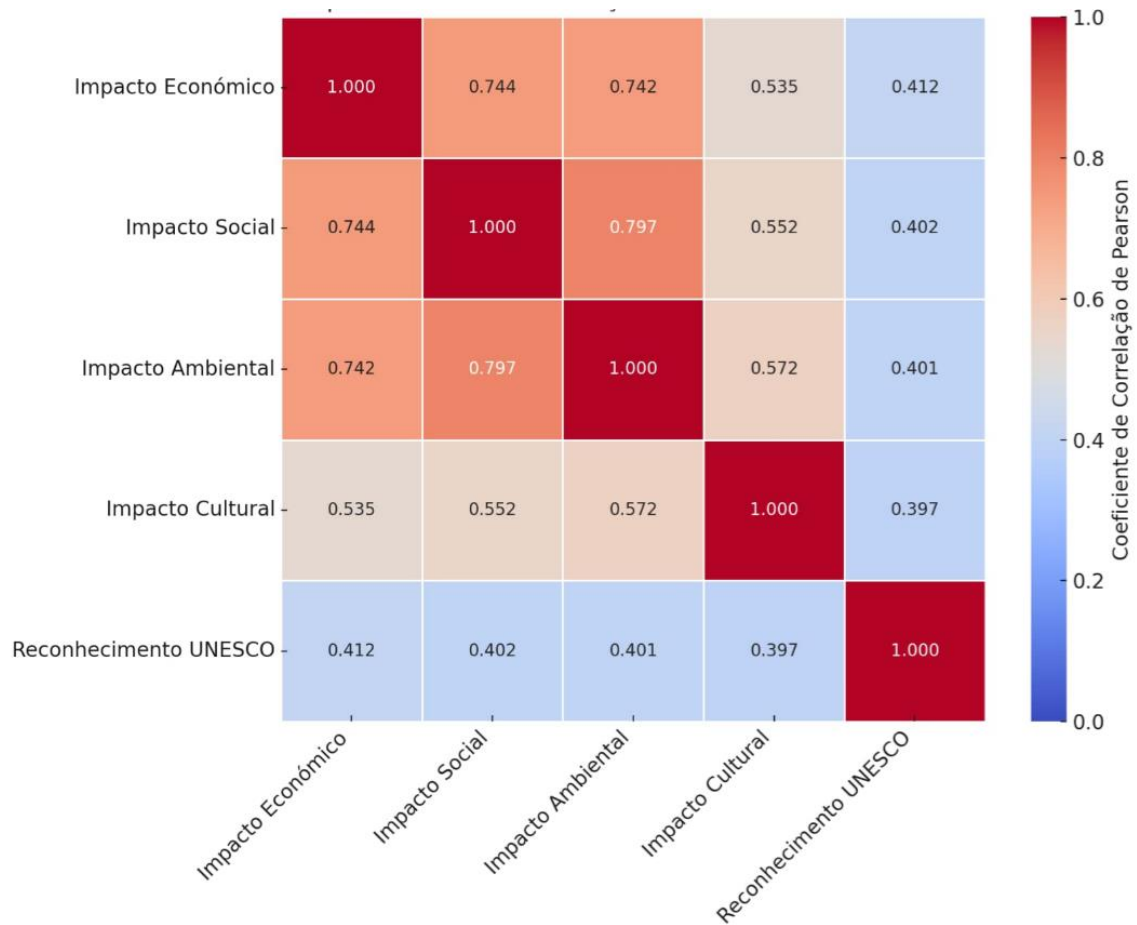


Tabela 10 Mapa de calor das correlações entre os blocos temáticos

O mapa de calor das correlações entre os blocos temáticos: económico, social, cultural, ambiental e reconhecimento UNESCO revela uma estrutura relacional coesa, evidencia-se que as 5 dimensões estão interligadas de forma significativa. Segundo a classificação proposta por Dancey e Reidy (2006), observa-se que os coeficientes de correlação de Pearson entre os blocos variam entre níveis moderados ($r = 0.30-0.50$), fortes ($r = 0.50-0.70$) e muito fortes ($r = 0.70-0.90$), o que permite inferir uma articulação substancial entre os diferentes domínios de impacto.

Valor de r	Força da correlação
0.00 – 0.10	Nula ou desprezível
0.10 – 0.30	Fraca
0.30 – 0.50	Moderada
0.50 – 0.70	Forte
0.70 – 0.90	Muito forte
0.90 – 1.00	Altíssima ou quase perfeita

Essa correlação sugere que existe relação significativa entre as cinco dimensões, umas mais fortes do que as outras, o que valida a **hipótese H2** e indica uma compreensão integrada dos efeitos do turismo cultural.

Triangulação com dados qualitativos: A análise de conteúdo das entrevistas reforça a visão integrada do impacto do turismo nas diferentes dimensões. Os diretores e chefes de gabinetes foram unânimes em destacar que o turismo cultural não atua isoladamente, mas impacta diversas áreas estruturais da vida local.

Impacto Económico

“A presença de turistas aumenta a procura por produtos locais e ajuda a dinamizar o pequeno comércio. Isso já é visível em épocas de maior afluência, como no mês de julho no festival Festikongo”. (Entrevistado nº 7).

Impacto Social

“O turismo gera orgulho comunitário. As pessoas sentem que fazem parte de algo valorizado, especialmente os mais jovens, que preservam e divulgam a língua local kikongo”. (Entrevistado nº 5).

Impacto Cultural

“O turismo tem incentivado a preservação de práticas tradicionais, como danças e gastronomia. A comunidade está a redescobrir a sua própria cultura”. (Entrevistado nº 1).

Impacto Ambiental

“Embora haja ainda muitos desafios, o turismo tem criado uma nova consciência sobre o valor dos nossos espaços naturais e históricos.” (Entrevistado nº 6).

Impacto Institucional/reconhecimento UNESCO

“A classificação UNESCO obrigou o governo local a organizar melhor as suas políticas de gestão. Isso trouxe maior responsabilização dos órgãos provinciais e municipais”. (Entrevistado nº 4).

Os testemunhos revelam que os diretores veem o turismo cultural como catalisador de sinergias entre setores, o que dialoga diretamente com os resultados quantitativos da correlação entre os blocos.

A análise integrada dos dados confirma a **hipótese H2**. Os blocos temáticos económico, social, cultural, ambiental e institucional/UNESCO, não apenas apresentam altos níveis de percepção de impacto, como também estão interligados de forma estatisticamente significativa. A dimensão qualitativa corrobora essa inter-relação, demonstrando que os gestores locais reconhecem o turismo cultural como motor transversal do desenvolvimento local sustentável. Isso valida a estratégia adotada e fortalece a relevância da abordagem multissetorial da política turística em Mbanza Kongo.

Objetivo específico 3: *Analisar as variações na percepção dos impactos do turismo cultural nas diferentes dimensões, segundo o nível de escolaridade.*

Pergunta 3: *Em que medida o nível de escolaridade condiciona a percepção da população relativamente aos impactos do turismo cultural no desenvolvimento local?*

Hipótese H3: *O nível de escolaridade dos respondentes influencia significativamente a percepção do impacto do turismo cultural nas diferentes dimensões temáticas.*

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade

Para responder a essa pergunta, foi realizado o teste estatístico ANOVA de um fator, baseando-se no nível de escolaridade como fator de agrupamento e os cinco blocos temáticos (económico, social, cultural, ambiental, institucional) como variáveis dependentes.

Resultados principais:

- O teste de Levene (homogeneidade das variâncias) foi não significativo ($p > 0,05$), confirmando a validade do ANOVA para os blocos testados.
- A ANOVA revelou diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) nas percepções em relação a pelo menos três dos blocos temáticos, especialmente o económico e o institucional.

		Descritivas								
		N	Média	Desvio padrão	Erro Padrão	95% de Intervalo de Confiança para Média		Mínimo	Máximo	Variância entre componentes
Média das percepções sobre o impacto económico do turismo	1	41	2,99	1,131	,177	2,64	3,35	1	5	
	2	164	2,66	1,034	,081	2,50	2,81	1	5	
	3	207	2,66	1,067	,074	2,52	2,81	1	5	
	Total	412	2,69	1,063	,052	2,59	2,80	1	5	
	Modelo			1,061	,052	2,59	2,80			
	Efeitos aleatórios				,078	2,36	3,03			,008
Média das percepções sobre o impacto social do turismo	1	41	3,16	1,096	,171	2,82	3,51	1	5	
	2	164	3,03	1,018	,080	2,87	3,18	1	5	
	3	207	2,92	1,072	,075	2,77	3,06	1	5	
	Total	412	2,98	1,054	,052	2,88	3,09	1	5	
	Modelo			1,054	,052	2,88	3,09			
	Efeitos aleatórios				,058	2,73	3,24			,002
Média das percepções sobre o impacto cultural do turismo	1	41	4,01	,849	,133	3,74	4,27	2	5	
	2	164	3,91	,879	,069	3,78	4,05	1	5	
	3	207	3,99	,848	,059	3,87	4,10	1	5	
	Total	412	3,96	,860	,042	3,88	4,04	1	5	
	Modelo			,861	,042	3,88	4,04			
	Efeitos aleatórios				,042 ^a	3,78 ^a	4,14 ^a			-,004
Média das percepções sobre o impacto ambiental do turismo	1	41	3,52	,958	,150	3,22	3,82	1	5	
	2	164	3,14	1,093	,085	2,98	3,31	1	5	
	3	207	3,08	1,114	,077	2,92	3,23	1	5	
	Total	412	3,15	1,096	,054	3,04	3,25	1	5	
	Modelo			1,091	,054	3,04	3,25			
	Efeitos aleatórios				,103	2,70	3,59			,018
Média das percepções sobre o reconhecimento da UNESCO em Mbanza Kongo	1	41	3,41	1,154	,180	3,04	3,77	1	5	
	2	164	3,46	1,058	,083	3,30	3,62	1	5	
	3	207	3,36	1,070	,074	3,22	3,51	1	5	
	Total	412	3,41	1,072	,053	3,30	3,51	1	5	
	Modelo			1,074	,053	3,30	3,51			
	Efeitos aleatórios				,053 ^a	3,18 ^a	3,63 ^a			-,006

a. Aviso: A variância entre componentes é negativa. Ela foi substituída por 0,0 no cálculo dessa medida de efeitos aleatórios.

Tabela 11 Estatísticas descritivas por nível de escolaridade

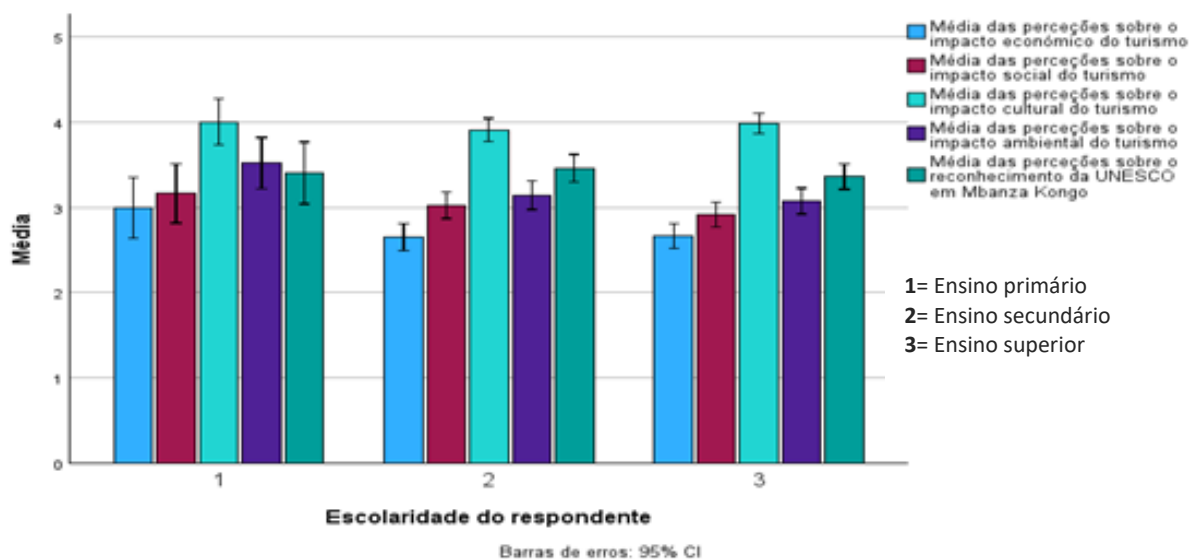


Gráfico 9 Médias comparativas por bloco e escolaridade

Os respondentes com ensino superior apresentaram médias mais baixas nas percepções de impacto do turismo cultural, enquanto os participantes com ensino médio ou fundamental tenderam a avaliar de forma mais positiva os efeitos do turismo nas várias dimensões.

Essa tendência pode estar relacionada ao nível crítico de análise, que tende a ser maior em respondentes com maior formação, sobretudo ao julgarem a eficácia das políticas públicas locais.

Triangulação com dados qualitativos: os diretores também manifestaram, de forma indireta, percepções diferenciadas que podem ser associadas à compreensão do público sobre os impactos do turismo. Muitos afirmaram que a população mais instruída tem uma visão mais crítica, o que reforça a conclusão quantitativa.

“Alguns sectores da comunidade ainda têm expectativas idealizadas, mas aqueles com maior instrução tendem a exigir mais das políticas públicas”. (Entrevistado nº 4).

“A juventude escolarizada está mais atenta aos benefícios indiretos e aos problemas estruturais que o turismo ainda não resolve”. (Entrevistado nº 5).

“As pessoas com menos instrução valorizam mais a movimentação e os empregos pontuais. Já os professores, por exemplo, falam mais sobre planejamento e legado.” (Diretor 5)

Os relatos sugerem que há diferenças perceptivas alinhadas ao grau de instrução, especialmente no modo como os impactos são interpretados: entre pragmatismo e criticidade.

A hipótese H3 é confirmada estatisticamente e reforçada qualitativamente: o nível de escolaridade influencia significativamente as percepções da população sobre o impacto do turismo cultural.

As diferenças apontadas pela ANOVA refletem um padrão interpretativo coerente com os relatos das entrevistas: quanto maior a escolaridade, mais exigente e analítica é a percepção dos impactos. Essa constatação é relevante para o desenho de políticas de sensibilização e comunicação social, pois revela a importância de adaptar estratégias de engajamento conforme o perfil educacional da população.

Objetivo específico 4: *Examinar o impacto do reconhecimento de Mbanza Kongo como Património Mundial pela UNESCO no desenvolvimento local sustentável.*

Pergunta 4: *Como o reconhecimento UNESCO pode promover a procura do turismo cultural em Mbanza Kongo?*

Hipótese H4: *O reconhecimento UNESCO aumenta a valorização cultural e reforça a percepção positiva do turismo em Mbanza Kongo.*

No questionário aplicado à população, foram incluídas afirmações específicas relacionadas ao impacto do reconhecimento da UNESCO sobre o desenvolvimento da cidade. Essas afirmações integraram o bloco temático institucional/UNESCO e foram avaliadas com base na escala de Likert de 5 pontos.

Resultados principais:

- Os itens relacionados ao reconhecimento UNESCO apresentaram médias elevadas, superiores a 3.0 no mapa de calor de correlações, o que indica alta concordância dos participantes com a ideia de que o reconhecimento UNESCO traz benefícios concretos para Mbanza Kongo.
- O bloco institucional/UNESCO foi um dos que teve maior média de percepção positiva, conforme visto na análise descritiva (ver Quadro das Médias e Gráfico de Comparação entre Blocos).

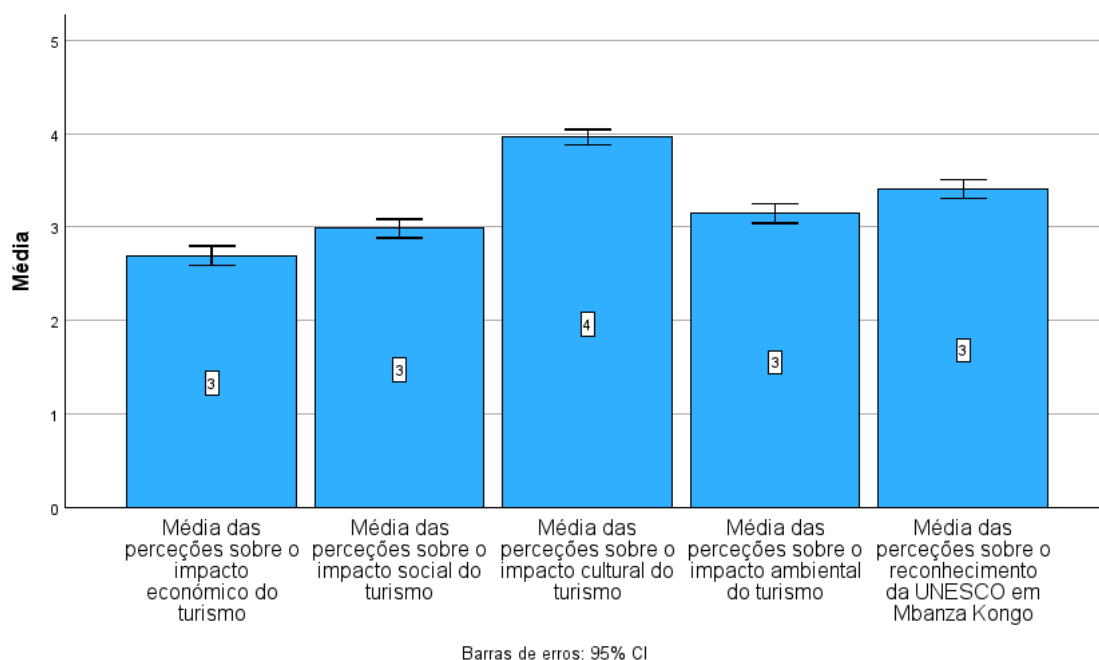


Gráfico 10 Comparação da média do Bloco Institucional

Essa percepção quantitativa **valida a hipótese H4**, mostrando que, para a população, o reconhecimento internacional pela UNESCO reforça o prestígio e o potencial turístico da cidade.

Triangulação com dados qualitativos: As entrevistas com os diretores forneceram reflexões ricas e diversas sobre o efeito do título da UNESCO em Mbanza Kongo. Em geral, os diretores e chefes de gabinetes reconhecem o prestígio do

reconhecimento, mas alertam para descompassos entre o título e sua materialização em políticas efetivas.

“O reconhecimento UNESCO trouxe visibilidade, mas as infraestruturas de Mbanza Kongo ainda não estão à altura do que se espera de um Património Mundial”. (Entrevistado nº 5).

“É preciso mais investimento. Há potencial, mas o reconhecimento ainda não foi traduzido em melhorias estruturais visíveis”. (Entrevistado nº 2).

“Há um abismo entre o que se diz em Luanda e o que se vive aqui”. (Entrevistado nº 3).

Por outro lado, alguns reconhecem avanços simbólicos e oportunidades:

“Com o reconhecimento, houve maior atenção do governo central e surgiram projetos de sensibilização para o turismo e para os bens patrimoniais.” (Diretor 2)

“Pelo menos em termos de identidade, autoestima e abertura ao turismo, o título tem gerado mobilização.” (Diretor 5).

A análise temática aponta que o impacto simbólico e a valorização da identidade local foram os efeitos mais reconhecidos. No entanto, os diretores e chefes de gabinetes manifestam uma preocupação crítica quanto a morosidade das ações estruturantes, o que indica uma dissonância entre a expectativa e a realidade prática da implementação das estratégias de desenvolvimento associadas ao reconhecimento.

A **hipótese H4** é parcialmente confirmada: os dados da população indicam forte percepção positiva do impacto do título da UNESCO, enquanto os dados qualitativos dos diretores apontam algumas limitações na efetivação prática dessas expectativas.

Essa diferença revela a importância de alinhar as políticas públicas com a legitimidade simbólica internacional, para que a credibilidade do título se converta em desenvolvimento local sustentável real e percebido por todos os níveis da população.

5.4. Análise e discurso dos resultados mistos

Nesta parte apresenta-se uma discussão crítica dos principais resultados da investigação, integram-se os resultados estatísticos (quantitativos) e as interpretações qualitativas com os referenciais teóricos que sustentam o estudo. A discussão segue a lógica da inferência científica, orientada pelos objetivos, questões de investigação e hipóteses formuladas, e evidencia a validade dos instrumentos aplicados e a coerência metodológica da abordagem mista adotada.

A lógica do processo inferencial permitiu estabelecer conexões entre os diferentes blocos temáticos (económico, social, cultural, ambiental e institucional), a percepção da população de Mbanza Kongo sobre o turismo cultural, e os discursos institucionais recolhidos junto a diretores e responsáveis pelo setor cultural e patrimonial da cidade. Ao longo deste capítulo, os dados são confrontados com os autores da literatura especializada, validando ou problematizando o alcance do turismo cultural como fator de desenvolvimento sustentável local.

Discussão da Hipótese 1: A população percebe o turismo cultural como alternativa de desenvolvimento sustentável local (DLS)

A análise descritiva revelou que a média geral das percepções dos participantes foi superior a 3,5 em praticamente todas as afirmações da escala de Likert, indicando uma **tendência positiva** para a aceitação do turismo cultural como vetor estratégico de desenvolvimento local. Tal resultado corrobora a hipótese H1 e é consistente com os estudos de Richards (2007) e Boniface (1995), que reconhecem o papel do turismo cultural como ferramenta de dinamização económica, promoção da identidade local e valorização do património (Santana, 2003; Du Cros & McKercher, 2015; Nuria et al., 2016; Smith, 2009; Timothy, 2023).

Do ponto de vista estatístico, as análises de frequência e média evidenciaram que mais de 60% dos participantes concordaram plenamente que o turismo cultural gera emprego, promove o empreendedorismo, dinamiza a economia local e fortalece a imagem da cidade. Isso demonstra um **forte reconhecimento social da relevância do setor**.

Portanto, os dados sustentam a aceitação da hipótese alternativa, e a **hipótese nula (H_0)** é rejeitada neste caso. A percepção geral da população evidencia a potência do turismo cultural como instrumento de DLS.

Discussão da Hipótese 2: Os blocos temáticos apresentam correlações significativas e percepções interdependentes

A correlação de Pearson entre os cinco blocos temáticos resultou em valores superiores a $r = 0,65$, com significância estatística ($p < 0,01$), evidenciando forte associação entre as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e institucional. Esses achados sustentam a hipótese H2 e são consistentes com a abordagem sistêmica do desenvolvimento sustentável, conforme defendida por Sachs (2014), que destaca a interdependência das dimensões estruturantes para alcançar mudanças sustentáveis de longo prazo.

A convergência entre as percepções sobre os blocos sugere que quanto maior a valorização de uma dimensão, maior a valorização das demais, reforçando a ideia de que o turismo cultural é percebido de forma integrada. Este resultado legitima o uso da estrutura por blocos temáticos, indicando que o modelo analítico da pesquisa é estatisticamente sustentável e metodologicamente justificado. Literatura de base (Baptista, 1997; ICOMOS, 1999; OMT, 1999; Lickorish & Jenkins, 2000; Barretto, 2003; Netto, 2011; T. Silva, 2018).

Discussão da Hipótese 3: O nível de escolaridade influencia a percepção dos impactos do turismo cultural

A análise ANOVA de um fator demonstrou diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) nas médias dos blocos temáticos quando comparadas às categorias de escolaridade dos respondentes. De forma geral, quanto maior o nível de escolaridade, mais crítica ou moderada é a percepção sobre o impacto do turismo cultural.

Este resultado está alinhado com estudos sobre formação crítica e literacia social (Kant, 1985 [1784]; Freire, 1967), revela que os indivíduos com maior formação acadêmica tendem a avaliar o turismo de forma mais reflexiva, considerando também

falhas nas políticas públicas, desigualdades de acesso ou gestão ineficaz dos recursos culturais.

Neste caso, a hipótese nula é rejeitada: o nível de escolaridade influencia diretamente as perceções sobre o turismo, sendo uma variável relevante para o planeamento de políticas segmentadas.

Discussão da Hipótese 4: O reconhecimento UNESCO influencia positivamente a promoção do DLS

A triangulação dos dados quantitativos e qualitativos revelou uma perceção maioritariamente favorável sobre o impacto institucional da classificação de Mbanza Kongo como Património Mundial da Humanidade da UNESCO. Os resultados estatísticos demonstraram média considerada no bloco institucional (3, 41), assim, indica consenso entre os entrevistados quanto ao papel da classificação como catalisador do desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo.

As entrevistas com os responsáveis institucionais reforçaram essa tendência. Expressões como: “há uma nova consciência patrimonial entre a juventude” e “as pessoas passaram a valorizar mais os sítios históricos” refletem um aumento da valorização simbólica do território, especialmente entre os mais jovens, que passaram a reconhecer o peso cultural e histórico de Mbanza Kongo no panorama internacional.

Esse tipo de discurso confirma a hipótese H4, validando a ideia de que o estatuto de Património Mundial atribuído pela UNESCO atua como promotor de prestígio simbólico, visibilidade internacional e requalificação institucional. Essa influência é percebida tanto no fortalecimento da identidade local quanto na atração de turistas e investimentos.

Segundo Domingos (2013) o reconhecimento da UNESCO como Património Mundial tem efeitos estruturais e simbólicos sobre o destino: Assim a marca da UNESCO gera legitimidade internacional, atrai atenção mediática e funciona como selo de

autenticidade cultural, promovendo a conservação do património e o envolvimento comunitário.

Portanto, os dados do estudo confirmam a **H4**, sustentando que o reconhecimento institucional pela UNESCO fortalece o valor de Mbanza Kongo e pode ser interpretado como um ativo estratégico para a promoção do desenvolvimento local sustentável, na medida em que eleva o sentido de pertença, impulsiona o turismo e reforça políticas públicas de valorização patrimonial.

Hipóteses	Status	Análise Aplicada	Decisão sobre H ₀
H1	Confirmada	Frequência e média e triangulação qualitativa	H ₀ rejeitada
H2	Confirmada	Correlação de Pearson e triangulação qualitativa	H ₀ rejeitada
H3	Confirmada	ANOVA mais Levene e triangulação qualitativa	H ₀ rejeitada
H4	Confirmada	Análise qualitativa mais média do bloco	H ₀ rejeitada

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A presente investigação teve como objetivo compreender a importância do turismo cultural para o desenvolvimento local sustentável de Mbanza Kongo, cidade angolana de elevado valor histórico e simbólico, classificada como Património Mundial pela UNESCO em 2017. A investigação partiu da premissa de que o turismo cultural, quando devidamente estruturado e articulado com as comunidades locais, pode constituir um instrumento estratégico de valorização territorial, preservação patrimonial e dinamização socioeconómica. Para responder ao objetivo geral, foram formuladas quatro perguntas de investigação que orientaram a análise.

A metodologia adotada foi de natureza mista, combinando uma abordagem quantitativa, operacionalizada através de um inquérito aplicado a 412 participantes e analisado com recurso ao software SPSS, e uma abordagem qualitativa, desenvolvida no campo, com base no método etnográfico e entrevistas semiabertas a atores institucionais e comunitários. Esta triangulação metodológica permitiu uma leitura mais holística e profunda das perceções e práticas associadas ao turismo cultural na região.

A análise dos dados estruturada em torno de cinco dimensões de impacto turístico: económica, social, cultural, ambiental e institucional/UNESCO, os resultados obtidos revelam um cenário complexo, marcado por potencialidades evidentes, mas também por constrangimentos estruturais que limitam a eficácia do turismo cultural como motor de desenvolvimento local sustentável na região.

Através da triangulação metodológica que integrou dados quantitativos, qualitativos e referenciais teóricos foi possível validar as hipóteses formuladas e sustentar, com rigor académico, a pertinência do turismo cultural como instrumento de transformação social e económica.

A confirmação da hipótese H1 revela que a população de Mbanza Kongo reconhece o turismo cultural como uma alternativa viável e desejável para o desenvolvimento local. A análise descritiva dos dados demonstrou médias superiores a 3,5 na maioria das afirmações da escala de Likert, o que indica uma tendência positiva e consistente na aceitação do turismo como motor de progresso. Este resultado está em

consonância com estudos que destacam o papel do turismo cultural na geração de emprego, na promoção do empreendedorismo e no fortalecimento da imagem das localidades. A perceção generalizada da população evidencia, portanto, uma consciência coletiva sobre o potencial transformador do setor, embora enumeram que existe ainda falta de estímulo político na região para alavancar mais ainda o turismo.

A hipótese H2, que propõe a existência de correlações significativas entre os blocos temáticos: económico, social, ambiental, cultural e institucional foi igualmente confirmada. A análise estatística, com valores de correlação de Pearson superiores a $r = 0,65$ e significância $p < 0,01$, demonstra uma forte associação entre estas dimensões, validando a abordagem sistémica do desenvolvimento sustentável. A interdependência entre os blocos sugere que a valorização de uma dimensão tende a potenciar a valorização das demais, o que reforça a ideia de que o turismo cultural é percebido de forma integrada pela população. Este resultado legitima o modelo analítico adotado na pesquisa, sustentando a sua validade estatística e a sua coerência metodológica. Conquanto, a literatura defende que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem multissetorial e articulada.

A confirmação da hipótese H3, relativa à influência do nível de escolaridade nas perceções sobre o turismo cultural, acrescenta uma camada interpretativa relevante à análise. A aplicação da ANOVA de um fator revelou diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos blocos temáticos, quando comparadas às categorias de escolaridade dos respondentes. De forma geral, os indivíduos com maior formação académica apresentaram uma perceção mais crítica e moderada sobre os impactos do turismo, evidenciando uma maior capacidade de análise e reflexão. Este resultado está alinhado com os estudos sobre literacia social e formação crítica, que apontam para uma relação direta entre o nível de escolaridade e a qualidade da participação cidadã. Confirmar-se que a escolaridade é uma variável explicativa relevante, devendo ser considerada no planeamento de políticas públicas segmentadas e na definição de estratégias de comunicação e sensibilização para o turismo cultural.

A hipótese H4, que aborda o impacto do reconhecimento de Mbanza Kongo como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, foi igualmente validada. A triangulação dos dados revelou uma percepção maioritariamente favorável sobre o papel da classificação como catalisador do desenvolvimento local sustentável. Os resultados estatísticos demonstraram médias elevadas no bloco institucional/UNESCO, indicando consenso entre os participantes quanto à importância simbólica e estrutural deste reconhecimento. As entrevistas realizadas com os responsáveis institucionais reforçaram esta tendência, revelando uma nova consciência patrimonial, especialmente entre os jovens, que passaram a valorizar mais os sítios históricos e a reconhecer o peso cultural de Mbanza Kongo no contexto internacional.

Este tipo de valorização simbólica é fundamental para o fortalecimento da identidade local e para a mobilização comunitária em torno da conservação do património. A marca UNESCO funciona como um selo de autenticidade cultural, conferindo legitimidade internacional ao destino, atraindo atenção mediática e promovendo o envolvimento das populações locais. Os efeitos estruturais desta classificação incluem a requalificação institucional, a captação de investimentos e o incremento da atividade turística, o que contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável da região. Assim, os dados do estudo confirmam que o reconhecimento institucional pela UNESCO é um ativo estratégico para Mbanza Kongo, elevando o sentido de pertença, impulsionando o turismo e reforçando as políticas públicas de valorização patrimonial.

Portanto, os resultados da investigação confirmam todas as hipóteses formuladas, evidenciando que o turismo cultural em Mbanza Kongo é percebido como um instrumento eficaz de desenvolvimento local sustentável. A aceitação social do setor, a interdependência entre as dimensões temáticas, a influência da escolaridade nas percepções e o impacto positivo do reconhecimento pela UNESCO constituem pilares fundamentais para a construção de uma política turística integrada, inclusiva e orientada para a sustentabilidade. Estes achados oferecem subsídios relevantes para os decisores políticos, os gestores culturais e os investigadores, contribuindo para o

fortalecimento das estratégias de desenvolvimento territorial e para a valorização do património como recurso estratégico.

Mbanza Kongo, enquanto território histórico e culturalmente rico, revela-se um espaço de oportunidades, cuja valorização exige inovação, participação comunitária e compromisso institucional. O turismo cultural, quando planeado de forma responsável e articulada, pode transformar-se num motor de desenvolvimento, capaz de gerar benefícios económicos, sociais e simbólicos duradouros. A presente investigação, ao validar esta premissa, reforça a importância de se investir em políticas públicas que reconheçam o valor do património, promovam a educação patrimonial e incentivem a participação ativa das comunidades locais na construção de um futuro sustentável.

RECOMENDAÇÕES

Após o levantamento dos dados, bem como a sua interpretação e subsequente análise conclusiva, considera-se pertinente avançar com propostas concretas que visem o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento local sustentável em Mbanza Kongo. Neste âmbito, destaca-se o papel central do turismo como vetor dinamizador, sustentado na valorização dos bens patrimoniais culturais da região. A promoção de práticas turísticas responsáveis, aliada à preservação e divulgação do património cultural, poderá contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade local, a geração de receitas comunitária e o estímulo à participação da população nos processos de desenvolvimento territorial. Assim, seguem-se as recomendações:

1. Consolidação de uma Estratégia Integrada de Gestão Turística:

Desenvolver uma estratégia de gestão do turismo cultural que articule as dimensões económica, social, ambiental, cultural e institucional, promovendo uma abordagem multissetorial e participativa, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.

2. Reforço da Educação Patrimonial nas Comunidades Locais:

Promover programas educativos e campanhas de sensibilização sobre o valor histórico e simbólico de Mbanza Kongo, com especial enfoque na juventude, fomentando o sentido de pertença e a valorização do património como recurso identitário e económico.

3. Segmentação de Políticas Públicas com Base na Escolaridade:

Desenvolver políticas de comunicação e envolvimento comunitário adaptadas aos diferentes níveis de escolaridade, reconhecendo que a literacia cultural influencia significativamente a perceção e o envolvimento da população com o turismo.

4. Fortalecimento Institucional e Capacitação Técnica:

Confirmar e operacionalizar o sistema de gestão transversal, assegurando recursos humanos qualificados e meios materiais adequados para a conservação, promoção e monitorização do património cultural, conforme recomendado pela UNESCO.

5. Implementação de Indicadores de Monitorização Baseados no Valor Universal Excecional:

Criar e aplicar indicadores específicos que permitam avaliar o impacto das ações turísticas e patrimoniais, garantindo a preservação dos valores que justificaram a inscrição de Mbanza Kongo na Lista do Património Mundial.

6. Requalificação Urbana e salvaguarda Arqueológica:

Finalizar o regulamento de urbanismo (PREGU) e assegurar que intervenções como a remoção da pista do antigo aeroporto sejam acompanhadas por escavações arqueológicas rigorosas, visando a identificação e proteção de vestígios históricos relevantes.

7. Desenvolvimento de Produtos Turísticos Culturais Inovadores:

Estimular a criação de roteiros temáticos, experiências imersivas e produtos turísticos que valorizem a história do Reino do Congo, integrando narrativas locais e tecnologias digitais para atrair públicos diversificados.

8. Promoção da Cooperação Internacional em Investigação Patrimonial:

Incentivar parcerias académicas e institucionais com outros países para investigar sítios relacionados com o antigo Reino do Congo, explorando dimensões como o comércio, a espiritualidade e o tráfico de escravos, com vista à eventual ampliação da Lista do Património Mundial. Particularmente, com os países que estiveram presentes no período colonial: Portugal, França, Bélgica e Holanda.

9. Estímulo ao Empreendedorismo Cultural e Criativo:

Apoiar iniciativas empreendedoras locais que promovam o artesanato, a gastronomia, a música e outras expressões culturais, como forma de gerar emprego, dinamizar a economia e reforçar a autenticidade da experiência turística.

10. Desmontagem de Infraestruturas Incompatíveis com a Salvaguarda Patrimonial:

Concluir a desmontagem das antenas de telecomunicações e outras estruturas que comprometam a integridade visual e simbólica do centro histórico, respeitando os compromissos assumidos perante a UNESCO e promovendo a harmonização paisagística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 2063, CUA 1 (2015).

Alvarenga, T. (2012). *Metodologia de Investigação Quantitativa e Qualitativa* (Vol. 2). CEDOC.

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento-um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*.

Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... NOFLAY. *Cadernos de Estudos Africanos*, 75–111.

Angola Ethnic map 1970-pt - Xindongas – Wikipédia, a enciclopédia livre. (2025, maio 23).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Xindongas#/media/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

Angrosino, M. (2009). *Etnografia e Observação Participante*. Artmed.

Antoni, M., & Jaume, S. (2009). *El turisme cultural*. UOC.

Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais de Globalização*. Teorema.

Augé, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papyrus.

Azevedo, I., Marta, I., & Melo, G. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 5.

Bâ, H. (2010). A tradição Viva. Em *História Geral de África* (pp. 167–212). UNESCO.

Baptista, M. (1990). *O turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Instituto Nacional de Formação Turística.

Baptista, M. (1997). *Turismo: competitividade sustentável*. Verbo.

Barretto, M. (2003). O turismo na história. Em *Manual de iniciação ao estudo do turismo* (pp. 43–57). Papyrus.

Batsikama, P. (2010). *As Origens do Reino do Kongo*. Mayamba.

Batsikama, R. (2011). *Estruturas e Instituições do Kôngo*. 1–41.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Zahar.

Beck, U. (2000). *What is Globalization?* Polity.

- Beni, M. (2012). *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters* (M. C. Beni, Ed.; Número 1). Manole.
- Bernardi, B. (1992). *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Edições 70.
- Bervian, P. (1983). *Metodologia científica para Estudantes universitários*. McGraw-Hill.
- Binja, E. (2010). *Multiculturalismo: Identidade do Sujeito nas Tensões Sociais Contemporâneas em Charles Taylor*. Mankenzie.
- Boas, F. (2004). *Antropologia Cultural*. Zahar.
- Boniface, P. (1995). *Managing Quality Cultural Tourism*. Routledge.
- Brundtland, G. H., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S. A., Chidzero, B., Fadika, L. M., Hauff, V., Lang, I., Ma, S., Botero, M. M., Singh, N., & Nogueira Neto, P. (1987). *Our common future; by world commission on environment and development*. Oxford University Press.
- Burns, P. (2002). *Turismo e antropologia: uma introdução*. Chronos.
- Burns, P., & Novelli, M. (2006). Tourism and social identities. *Tourism and Social Identities*, 1–204. <https://doi.org/10.4324/9780080463001>
- Carta Internacional do Turismo Cultural, Pub. L. No. 12, 1 (1999).
- Carvalho, N. (2016). Património natural e construção de identidades locais: o mosaico identitário português e o desenvolvimento local. *Ambiente natural | Natureza*, 10–17.
- Carvalho, N. (2018). Desenvolvimento Local Sustentável nas áreas Protegidas. Em *Educação, ambiente e desenvolvimento* (pp. 305–318). Oikos.
- Carvalho, N. (2020). Turismo e recursos endógenos como catalizadores do desenvolvimento local sustentável nos territórios de baixa Densidade populacional. Em *Turismo, Sociedade e ambiente* (pp. 23–29). Atenas.
- Carvalho, N. (2021). Natureza e cultura: do Australopithecus ao Homo Sapiens Sapiens e ao “Homo Cretinensis”. *A Interlocução de Saberes na Antropologia* 3, 124–138. <https://doi.org/10.22533/AT.ED.09321130110>
- Carvalho, N., & Borges, M. (2017). Institucionalização do Desenvolvimento sustentável em Portugal: estudo exploratório do contexto setorial do turismo. *EXEDRA Número Temático de 2017 Turismo*, 5–28.

- Castells, M. (2001). *La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura. Vol. 2. El Poder de la Identidad: Vol. 2.* Siglo veintiuno.
- Castells, M. (2004). *The Network Society: a cross-cultural perspective.* Edward Elgar.
- Cazalma, A. (2023). *O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para a inclusão das comunidades e para a manutenção da paz: área transfronteiriça de conservação do Okavango Zambeze componente Angola.* Lisbon.
- Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration), 1 (1982).
- Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration) (1982).
- Choay, F. (2011). *A questão do património.* Edições 70.
- Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola. *Mulemba*, 1–14.
- Contribution to the Drafting of a Charter for Cultural Tourism, Llangollen (1989).
- Convenção da Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, 1 (1954).
- Correia, P. (2019). *Da Descolonização: do Proto Nacionalismo ao Pós-colonialismo.* Mayamba.
- Covas, A. (2018). Os Territórios Nao são Pobres estão pobres. *Observador*, 45–48.
- Covas, A., & Covas, M. (2008). A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural. *Coloquio Ibérico: Cultura, Inovação e Território*, 1–10.
- Cravidão, F. (2006). Turismo e Cultura: dos Itinerários ao lugar dos lugares. Em M. Fonseca (Ed.), *Desenvolvimento e território, espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* (pp. 269–296). Centro de Estudos Geográficos.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo.* McGraw-Hill.
- Cunha, L., & Abrantes, A. (2019). *Introdução ao Turismo* (6a). Lidel.
- Dancey, C., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia.* Artmed.
- Decreto – Lei no. 5/96: criação do Ministério da Hotelaria e Turismo, 1 (1996).
- Demo, P. (1995). *Metodologia Científica em Ciências Sociais.* Atlas.
- Domingos, Z. (2013). Preservação e valorização do património arqueológico angolano no contexto nacional e mundial: caso do sítio de Mbanza Kongo. *Preservação e valorização do património arqueológico angolano no contexto nacional e mundial: caso do sítio de Mbanza Kongo*, 1-14.

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/tecnoambiente/article/view/1334/1284>

Du Cros, H., & McKercher, B. (2015). *Cultural Tourism*. Routledge.

Fernández, Z. A. (2006). *Turismo y patrimonio cultural*. Universidade de Jaén.

Fernando, M. (2015). *O turismo em Angola: o caso específico da planificação do Mussulo*. Mayamba.

Filho, R., & Sarmento, M. (2004). Turismo, lugar e identidade. *Licere*, 35–46.

Florêncio, F. (2020). A Religião Tradicional do Kongo: entre fetichismo e resistência. Em *Visto de Coimbra: O Colégio de Jesus entre Portugal e o Mundo* (pp. 251–285). Coimbra.

Fragelli, C., Lima, M. A. G. de, Ferreira, G. F., Oliveira, E. De, & Souza, N. N. de. (2021). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Turismo: Inspirações para a Cocriação de Projetos de Educação para o Empreendedorismo na Década da Ação. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, 15(3), 123–160. <https://doi.org/10.17648/RAOIT.V15N3.7176>

Fratucci, A. C. (2000). Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico. *GEOgraphia*, 2(4), 121–133. <https://doi.org/10.22409/GEOGRAPHIA2000.V2I4.A13390>

Fratucci, A. C. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(3), 87–96. <https://doi.org/10.14210/RTVA.V25N3.P461-481>

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e terra.

Funari, P. P., & Pelegrini, S. de C. A. (2009). *Patrimônio histórico e cultura*. <https://dokumen.pub/patrimonio-historico-e-cultural-2nbsped-9788571109278.html>

Geertz, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. 13 Reimpr.

Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade* (5.a ed.). UNESP.

Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (4.a ed.). Presença.

Gonçalves, A. (1983). Reestruturação do poder político e inovação social na sociedade Kongo. *Economia e sociologia*, 1–96.

Gonçalves, C. A. (2005). *A História Revisitada do Kongo e de Angola*. Estampa.

Governo de Angola. (2025). *Nova divisão político-administrativo da República de Angola*.

- Greffe, X. (2003). Es el Patrimonio un incentivo para el desarrollo? *revista PH*, 43–50.
<https://doi.org/10.33349/2003.42.1477>
- Guerreiro, J. (2006). As Economias regionais e a disseminação do conhecimento. Em *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* (pp. 75–84). Centro de Estudos Geográficos UL.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11.a ed.). DP&A.
- Hans, G. (2009). Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. *Vitrine da Conjuntura*, 1–12.
- Hilton, A. (1985). *The Kingdom of Kongo*. Oxford.
- Ianni, O. (1996). *Teorias da globalização*. Civilização.
- ICOMOS. (2017a). *2024 Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties ICOMOS report for the World Heritage Committee*. 1–492.
- ICOMOS. (2017b). *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage: world heritage committee. 2017*, 1–290.
- Imbamba, M. (2010). *Uma Nova Cultura Para Mulheres e Homens novos: um projecto filosófico para Angola no 3o milénio à luz da filosofia de Baptista Modim*. Paulinas.
- INE. (2016). *Projecção da população província do Zaire 2014-2050*.
https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637586890172141056.pdf
- INE. (2025). *INE-Instituto Nacional de Estatísticas*.
https://www.ine.gov.ao/Diretorios/Ver?caminho=CfDJ8MY5JgBsYxJCoFIFKJIJAL0iU8SOFX1qFUzCuK8krhZz3I5IWrvGy_lylU7x8bcPnB-iQbw0BHTnzZrO6Yv0_xXvvSK27WL0jlgHPzdy7UUFfv3LMwgKaRhM2Q9-YlZLZ1KPDTV-kDPKiyDabG5EwL2r5IXqTPnwTJlzdLBme-zU
- José, D. (2012). *Turismo cultural: entre la experiencia y el ritual* (2.a ed.). Vitel.la.
- Kant, I. (1985). *Que é o Esclarecimento*. Vozes.
- Kebanguilako, D. (2016). *A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república (1975-1992)*. <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/5027662>
- Ki-zerbo. (2010). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. UNESCO.

- Körössy, N. (2008). Do «turismo predatório» ao «turismo sustentável»: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística *Caderno Virtual de Turismo. Caderno virtual do turismo*, 8, 56–68.
- Kroeber, A. (1993). *A Natureza da Cultura*. Edições 70.
- Kronenberg, D. (2011). *Desenvolvimento local sustentável: Uma abordagem prática*. SENAC.
- Lickorish, L., & Jenkins, C. (2000). *Introdução ao Turismo*. Elsevier-campus.
- Lima, S. (2003). *A gestão ambiental no sector hoteleiro: desempenho ambiental e adaptação institucional* [Tese]. Universidade de Aveiro.
- Linda, S., Robert, E., & Rachel, F. (2011). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago.
- Lopes, R., & Rego, C. (2017). Gestão Turística e Cultural: diversidade cultural e criativa em territórios turísticos. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 39–58.
- Macagno, F., & Rapanta, C. (2021). *Escrita Académica: argumentação, lógica da escrita, ideias e estilo de artigos e papers*. Pactor.
- Marconi, & Lakatos. (1991). *Metodologia Científica*. Atlas.
- Martinez, F. (2014). *Antropologia Cultural*. Paulinas.
- Marujo, N. (2015, junho). O Estudo académico do turismo cultural. *No18*, 8, 1–18.
- Matias, Á. (2007). *Economia do turismo: teoria e prática*. Piaget.
- Máximo, B. (2016). *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*. USP.
- MED. (2021). *Língua portuguesa: manual da 4ª classe*. Progresso.
- Mello, L. (2004). *Antropologia Cultural*. Vozes.
- MEP. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*.
- Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento e ruralidade: alguns aspectos sociológicos. *Évora: Economia e Sociologia*, 143–156.
- Mergulhão, L., & Rita, J. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Sociologia e Economia. Universidade de Évora*, 31–42.
- Ministério da Cultura. (2016). *Proposition d'inscription sur la liste du patrimoine mondial*.

- Mira, M. (2018). *Dimensões e fatores de internacionalização de destinos turísticos: um modelo sistémico*. Universidade de Aveiro.
- Moniz, A. (2006). *SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM ILHAS DE PEQUENA DIMENSÃO: O CASO DOS AÇORES*. Universidade dos Açores.
- Moscardo, G., & Murphy, L. (2014). There Is No Such Thing as Sustainable Tourism: Re-Conceptualizing Tourism as a Tool for Sustainability. *Sustainability*, 6(5), 2538–2561. <https://doi.org/10.3390/su6052538>
- Netto, P. (2011). *Filosofia do turismo. Teoria e epistemologia*. Aleph.
- Netto, P., Noguero, F., & Jäger, M. (2011). Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. *Fundamentos científicos das teorias em turismo: uma análise histórica*, 539–560.
- Novelli, M. (2017). *Tourism and development in Sub-Saharan Africa Current issues and local realities*. Routledge.
- Nuria, V., Francis, L., & Jesús, M. (2016). *Marketing del turismo cultural*. ESIC.
- Oliveira, G., & Lima, J. (2006). *O Desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. Annablume.
- OMT. (1995). *CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL*.
- OMT. (1999). *Código Mundial de Ética do Turismo*.
- OMT. (2025). World Tourism Barometer. *Market Intelligence, Policies and Competitiveness Department*, 23(2), 1–38.
- ONU-WEB. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Pascoal, H. (2017). *Cristianismo e Cultura Bakongo em Luanda, suas Implicações no Processo de Evangelização: estudo do kimbanguismo* [Dissertação]. Universidade Metodista de Angola.
- Paxe, I. P. V., & Oliveira, R. P. de. (2014). *Políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação*. <https://repositorio.usp.br/item/002512907>
- PDTA- Plano Diretor do Turismo em Angola 2011-2020, 1 (2011).
- Pereira, A., & Patrício, T. (2016). *Guia prático de utilização do SPSS: análise de dados para ciência sociais e psicologia*. Sílabo.
- Pereira, V. (2009). Turismo Cultural e Religioso e Animação Turística. Em A. Peres & M. Lopes (Eds.), *Animação Turística* (pp. 245–258). APAP.

- Pereira, V., & Peres, A. (2010). Turismo Cultural e Religioso em Braga e Santiago de Compostela: Proposta de criação de um produto conjunto. *Turismo e Desenvolvimento*, 677–686.
- Pereiro, X. (2009). *Turismo Cultural: Uma visão antropológica*. Passos.
- Pereiro, X., & Fernandes, F. (2018). *Antropologia e Turismo: teorias, métodos e praxis*. www.pasosonline.org
- Perez, A. (2001). *Apuntes de Metodologia de la Investigacion en Turismo*. World Tourism Organization.
- Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027), Angola 1 (2023).
- Ramos, F. (2007). Globalização e Identidades. *Sustentar*, 1–22.
- Redinha, J. (1974). *Etnias e culturas de Angola*. Instituto de investigação científica de Angola.
- Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação-2014 (2014). https://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%202032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf
- Revuelta, D. (2017). *Turismo y desarrollo en Africa*. Amazon.
- Richards, G. (2001). *Cultural attractions and European tourism*. CAB International.
- Richards, G. (2007). *Cultural Tourism: Global and local perspectives*. Haworth.
- Rivière, C. (2011). *Introdução a Antropologia*. Edições 70.
- Saarinén, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121–1140. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.06.007>
- Sachs, I. (2014). *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentável e sustentado*. Garamond.
- Santana, A., & Llorenç, P. (2011). Turismo, identidad y patrimonio, las reglas del juego. *Turismo y Patrimonio*. https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=GhWmltcAAAAJ&citation_for_view=GhWmltcAAAAJ:mvPsJ3kp5DgC
- Santana, T. A. (1997). Antropología y turismo: nuevas hordas, viejas culturas? Em J. L. Bestard & A. Martínez (Eds.), *Ensayos de antropología cultural: Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat, 1996, ISBN 84-344-2204-2, págs. 286-293*. Ariel España.

- Santana, T. A. (2003a). Mirando culturas: la antropología del turismo. *Sociología del turismo*, 2003, ISBN 84-344-3635-3, págs. 103-126, 103–126. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=636478>
- Santana, T. A. (2003b). Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 31–57. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200003>.¹REPLACE («CURRENTDATE»),
- Santos, B. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia? Afrontamento*.
- Santos, E., Braga, V., Santos, R., & Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate*, 1–18.
- Santos, M. (1994). O retorno do território. Em *Território, globalização e fragmentação* (4.a ed., Vol. 2, pp. 15–20). HUCITEC.
- Santos, M. (2001). Nas margens de um território religiosos: contradições espaciais de Fátima. Em *Território, inovação e trajectórias de desenvolvimento* (pp. 273–294). Centro de Estudos Geográficos da FLUC.
- Scótolto, D., & Netto, A. P. (2015). Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, ISSN-e 1982-5838, Ano 9, No. 1, 2015, págs. 36-59, 9(1), 36–59. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5313063&info=resumen&idioma=POR>
- Seabra, G., Barbosa, J., Neu, C., & Mendonça, I. (2021). *X ENCONTRO TURISMO COM BASE LOCAL 2007 Tomo II*.
- SFCG. (2005). *Perfil Sócio Económico: Municípios de M'Banza Congo e Cuimba*.
- Silva, S. (2013). *Turismo Interno: uma visão integrada* (Lidel).
- Silva, T. (2018). Turismo Acessível: inclusão social, acessibilidade e cidadania. *Turydes*, 11. <https://www.eumed.net/rev/turydes/25/acessibilidade.html>
- Smith, M. (2009). *Issues in Cultural Tourism Studies*. Routledge.
- Soares, L. A. S. (2007). Turismo e globalização: algumas perspectivas. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 6(1), 63–70. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331227109007>
- Sozinho, N. (2020). *Desenvolvimento económico local e Estratégias da sua implementação no município de Mbanza Kongo*. Lisbon.
- Swarbrooke, J. (1998). *Sustainable tourism management*. CABI.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética*. Aleph.

- Teye, V., Turk, E., & Sönmez, S. (2011). Heritage tourism in Africa: Residents' Perceptions Of African-American and white tourists", "2011". *Recreation, Tourism, and Hospitality Management, University of North Carolina*, 1–32.
- Thornton, J. (2004). *África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*. Elsevier.
- Timothy, D. (2023). *Cultural heritage and tourism in Africa*. Routledge.
- Torres-Delgado, A., & López Palomeque, F. (2012). The growth and spread of the concept of sustainable tourism: The contribution of institutional initiatives to tourism policy. *Tourism Management Perspectives*, 4, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.05.001>
- TTW. (2024). *O turismo costeiro da África deve disparar com um crescimento de US\$ 100 bilhões: até 2030 - Travel And Tour World*. <https://www.travelandtourworld.com.br/not%C3%ADcias/artigo/O-turismo-costeiro-africano-deve-disparar-com-um-crescimento-de-100-bilh%C3%B5es%2C-cria%C3%A7%C3%A3o-massiva-de-empregos-e-transforma%C3%A7%C3%A3o-econ%C3%B4mica-incompar%C3%A1vel-at%C3%A9-2030/>
- Tulik, O. (1994). Efeitos da globalização do turismo. *Revista Turismo em Análise*, 5(2), 7–15. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v5i2p7-15>
- Tylor, E. (1903). *Primitive Culture*. John Murray.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO. (1998). *Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo*.
- UNESCO. (2006). *Rota do Escravo*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146546_por
- UNESCO. (2011). *Directrices Prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial*. 1–150.
- UNESCO. (2012). *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*.– 170. <https://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>
- Urry, J. (2001). *O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas* (1.a ed.). SESC.
- Vansina, J. (1967). *La Tradicion oral*. Labor.

Veiga, J. (2005). *Território e desenvolvimento local*. Celta.

Vita, A. (2021). *O desenvolvimento do turismo cultural e de memória em Angola: A rota de escravos*. Universidade de Coimbra.

Wheeler, D., & Pélissier, R. (2011). *História de Angola* (2.a ed.). Tinta da China.

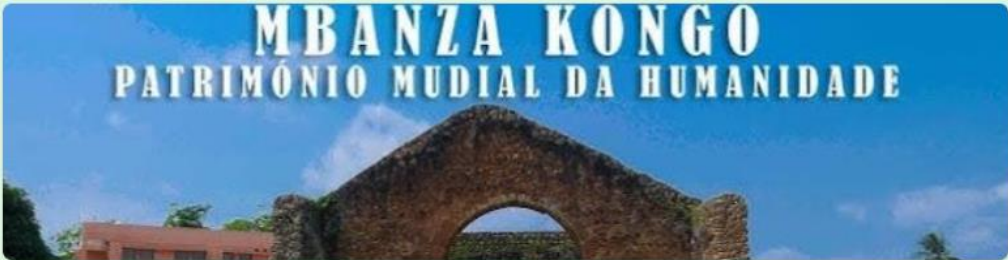
World Economic Forum. (2025). *Travel and Tourism at a Turning Point: Principles for Transformative Growth*.
https://reports.weforum.org/docs/WEF_Travel_and_Tourism_at_a_Turning_Point_2025.pdf

WTTC. (2025). *Travel & Tourism Economic Impact 2025*.
<https://researchhub.wttc.org/product/canada-economic-impact-report>

Zaire. (2025). *Província - Zaire*. <https://governo.gov.ao/provincia/zaire>

ANEXOS

Anexo 1 – Inquérito por questionário



Secção 1 de 2

Impacto do turismo cultural no desenvolvimento sustentável de Mbanza Kongo

B *I* U  

Turismo cultural: *é uma forma de turismo que depende dos bens do património material e imaterial que são transformados em produtos turísticos com o objetivo de serem consumidos pelos turistas.*

Para cada uma das afirmações abaixo, avalie o grau de concordância utilizando a escala: **1** (Discordo totalmente), **2** (Discordo), **3** (Não concordo nem discordo), **4** (Concordo), **5** (Concordo totalmente).

Descrição (opcional)

1. As iniciativas de turismo cultural têm promovido o desenvolvimento local através da geração de empregos. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

2. Mbanza Kongo possui atrativos patrimoniais que podem ser explorados para o desenvolvimento sustentável da comunidade. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

3. Os investimentos no turismo cultural têm gerado benefícios económicos significativos para a população de Mbanza Kongo. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

4. O turismo cultural tem promovido a conservação dos recursos naturais da região. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

5. O turismo cultural tem sido um meio alternativo a outras receitas menos sustentáveis, tal como o setor petrolífero. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

6. Mbanza Kongo tem potencial para exploração dos recursos turísticos endógenos de uma marca glocal. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade

7. O turismo cultural tem tido um impacto económico positivo na melhoria da qualidade de vida da comunidade local. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

8. O turismo cultural tem tido um impacto social positivo na melhoria da qualidade de vida da comunidade local. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

9. O turismo cultural tem tido um impacto ambiental positivo na melhoria da qualidade de vida da comunidade local. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

10. O reconhecimento da UNESCO tem aumentado a visibilidade global de Mbanza Kongo como destino turístico cultural. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

11. A designação da UNESCO tem atraído turistas interessados no património cultural e histórico de Mbanza Kongo. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

12. O reconhecimento da UNESCO tem motivado investimentos em infraestrutura e serviços turísticos em Mbanza Kongo. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

13. A inclusão de Mbanza Kongo como património mundial tem estimulado o envolvimento da comunidade local no turismo cultural. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

14. O turismo cultural tem promovido a interação cultural entre turistas e residentes. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

15. O turismo cultural é essencial para a preservação do legado patrimonial de Mbanza Kongo. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

16. O turismo cultural tem incentivado a valorização das tradições e costumes locais pela população. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

17. O turismo cultural desempenha um papel importante na educação e na sensibilização para o desenvolvimento sustentável. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

18. O envolvimento da comunidade local no turismo cultural tem contribuído diretamente para o desenvolvimento económico de Mbanza Kongo. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade

...

19. O envolvimento da comunidade local no turismo cultural tem contribuído diretamente para *
o desenvolvimento social de Mbanza Kongo.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

20. O envolvimento da comunidade local no turismo cultural tem contribuído diretamente para *
o desenvolvimento ambiental de Mbanza Kongo.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Concordo totalmente

Secção 2 de 2

Dados sociodemográficos ⌵ ⋮

Informações sobre o inquirido

Idade *

☐ 18 a 25 anos

☐ 26 a 35 anos

☐ 36 a 50 anos

☐ Acima de 51 anos

Género *

☐ Masculino

☐ Feminino

Habilitações literárias *

- ☐ Ensino primário
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Ensino superior

Ocupação profissional *

- ☐ Funcionário público
- ☐ Estudantes
- ☐ Empresariado ou comerciantes
- ☐ Agricultor ou pescador
- ☐ Prestador de serviços independente
- ☐ Outras

Estado civil *

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)
- ☐ União de facto
- ☐ Divorciado (a)
- ☐ Viúvo (a)

Anexo 2 – Guião de entrevista

Dimensão temática	Objetivos	Questões
Dimensão económica	Avaliar o impacto do turismo cultural como um motor de desenvolvimento socioeconómico sustentável em Mbanza Kongo.	P.1. As iniciativas de turismo cultural têm promovido o desenvolvimento local através geração de receitas? P.2. Como o turismo cultural tem contribuído para a criação de oportunidades de emprego? P.3. O turismo cultural em Mbanza Kongo tem incentivado o empreendedorismo local? Se sim, de que forma?
Dimensão social	Compreender como o turismo cultural é um catalisador para a melhoria social, inclusão e fortalecimento	P.1. O turismo cultural tem melhorado as condições sociais da população? P.2. turismo cultural tem sido ser usado como ferramenta para promover a inclusão social. P.3. A execução do turismo

	comunitário.	cultural tem fortalecido os laços comunitários.
Dimensão cultural	Entender a opinião sobre a potencialidade do turismo cultural como uma ferramenta de preservação, valorização e desenvolvimento das tradições e da economia local.	P.1. O turismo cultural tem contribuído para preservação do património cultural? P.2. O turismo cultural tem promovido o respeito pela tradição local? P.3. O turismo cultural tem contribuído para fortalecer a valorização da identidade local? P.4. Como os eventos culturais locais, promovidos pelo turismo, influenciam o consumo de produtos e serviços da região?
Dimensão ambiental	Saber sobre a promoção do turismo cultural em Mbanza Kongo como uma ferramenta para a conservação ambiental.	P.1. Como a comunidade local tem estado envolvida na conservação ambiental ligada ao turismo cultural? P.2. De que forma o turismo cultural tem contribuído para a preservação dos recursos naturais em

		Mbanza Kongo? P.3. As infraestruturas turísticas de Mbanza Kongo têm sido desenvolvidas com foco na preservação ambiental?
Institucional/ UNESCO	Compreender o impacto do reconhecimento UNESCO na promoção do turismo cultural que valoriza o desenvolvimento local sustentável.	P.1. Há programas ou incentivos governamentais que apoiam financeiramente iniciativas que visam a prover o reconhecimento UNESCO da região? P.2. Como é que a comunidades local tem participado na gestão do seu património UNESCO? P.3. A inclusão de Mbanza Kongo como património UNESCO tem estimulado o sentimento de pertença?
Pergunta aberta: existe algum assunto que gostasse de abordar e que não tenha sido referido?		



Figura 20 Placa UNESCO
Fonte: Própria do autor.



Vestígios da Capital do Antigo Reino do Kongo
PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

Fonte:(Zaire, 2025).



Figura 21 Corte Real do Reino do Kongo
Fonte: (Ministério da Cultura, 2016, p. 1).



Figura 22 Kangi Kidito: crucifixo Kongo
Fonte: Própria do autor.

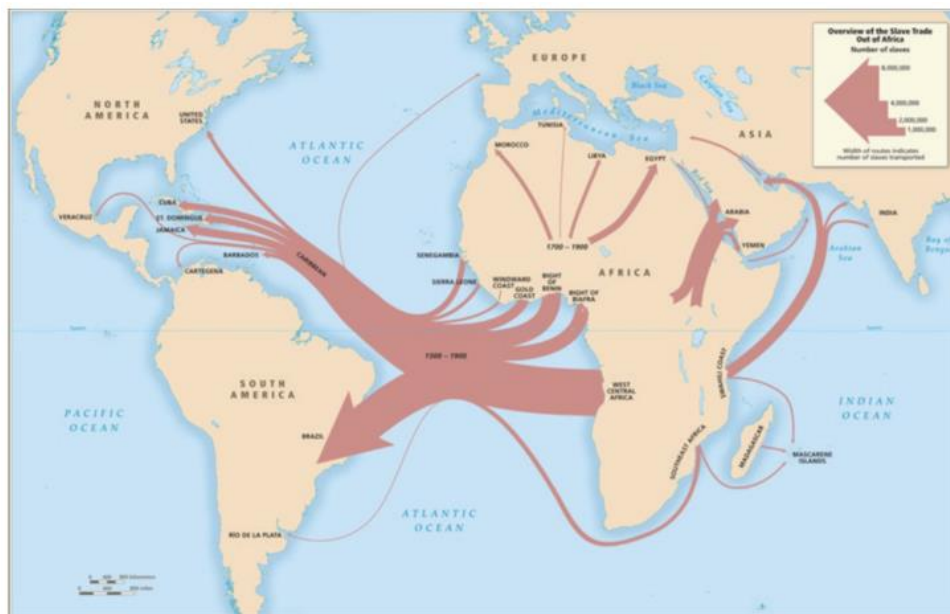


Figura 23 Tráfico de Escravo internacional
Fonte: (Ministério da Cultura 2016, p. 64).

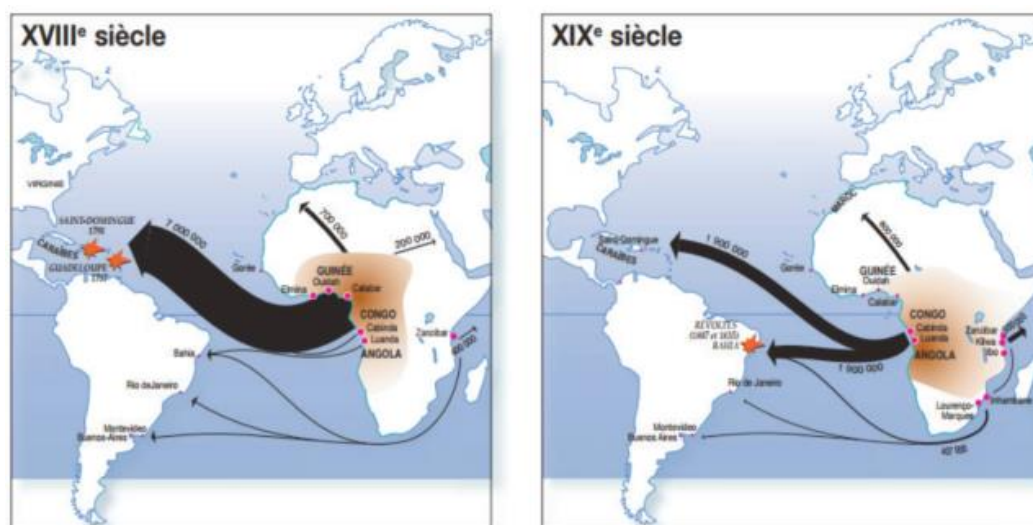


Figura 24 Tráfico de Escravo no século XVIII e XIX
Fonte: (Ministério da Cultura 2016, p. 58).

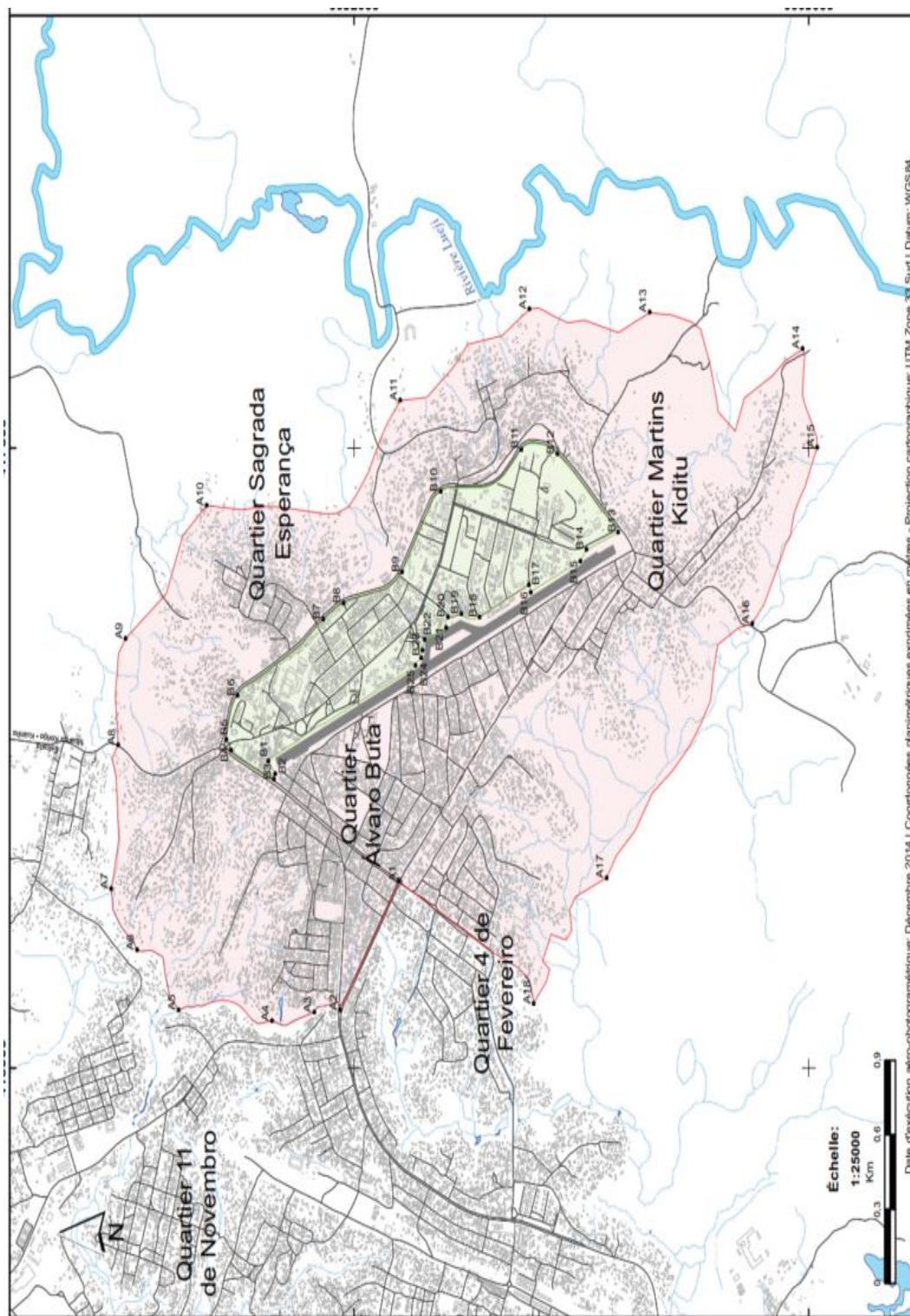


Figura 25 Zona Tampão UNESCO 1
(Ministério da Cultura 2016, p. 12).

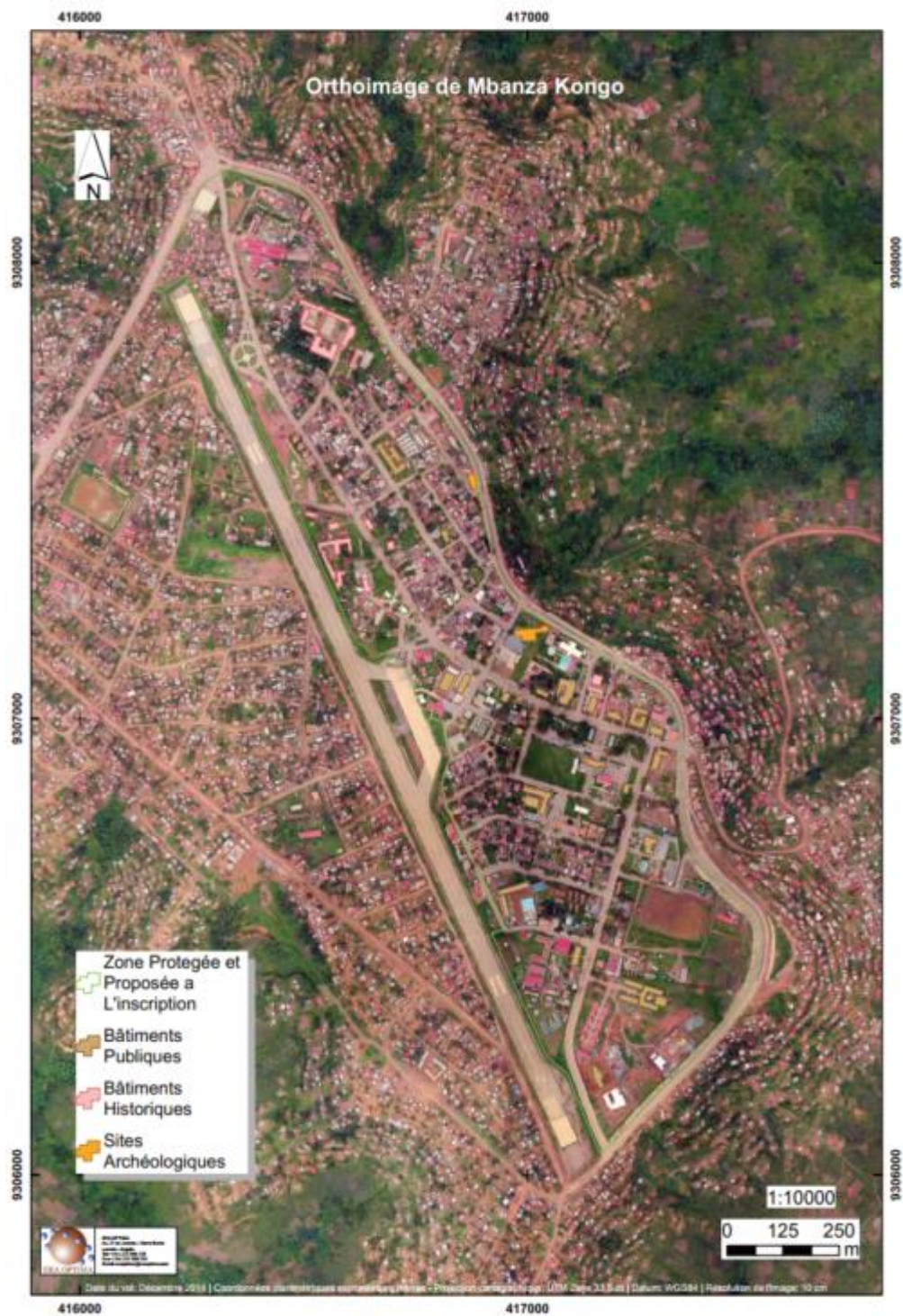


Figura 26 Zona Tampão UNESCO 2
(Ministério da Cultura 2016, p. 14).



Figura 27 Símbolo da união do Reino do Kongo Ngwizako

Fonte: (Máximo 2016, p. 187)



Figura 28 visita ao Kulumbimbi do Presidente Américo Tomás em 1963

Fonte: (Máximo 2016, p. 108)



Figura 29 Visita do Papa João Paulo II à Mbanza Kongo em 1992
Fonte:(Máximo 2016, p. 221)

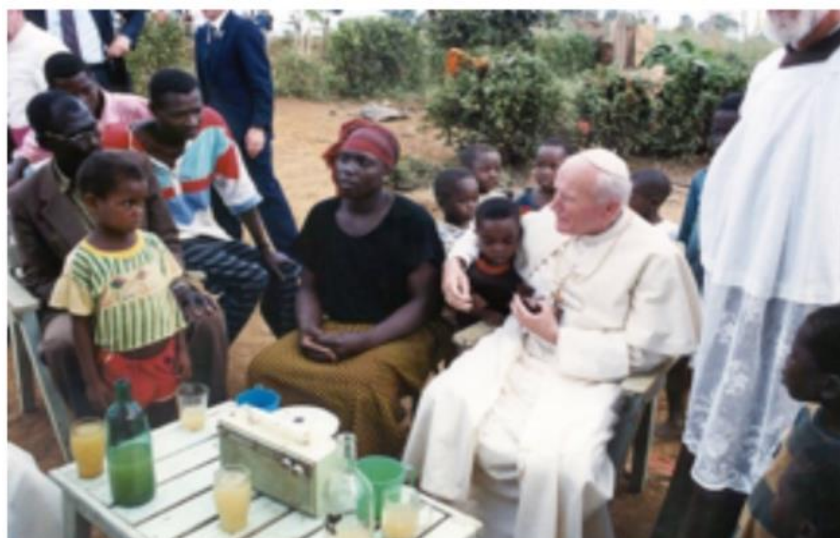


Figura 30 Papa João Paulo II interage com a população local de Mbanza Kongo

Fonte:(Máximo 2016, p. 221)



Figura 31 Catedral Nossa Senhora da Conceição e Igreja Evangélica Baptista
Fonte: (Ministério da Cultura 2016, p. 23).



Figura 32 Igreja Kimbanguista Central Mbanza Kongo
Fonte: Própria do autor.



Figura 33 Catedral Kulumbimbi
Fonte: (Zaire, 2025).

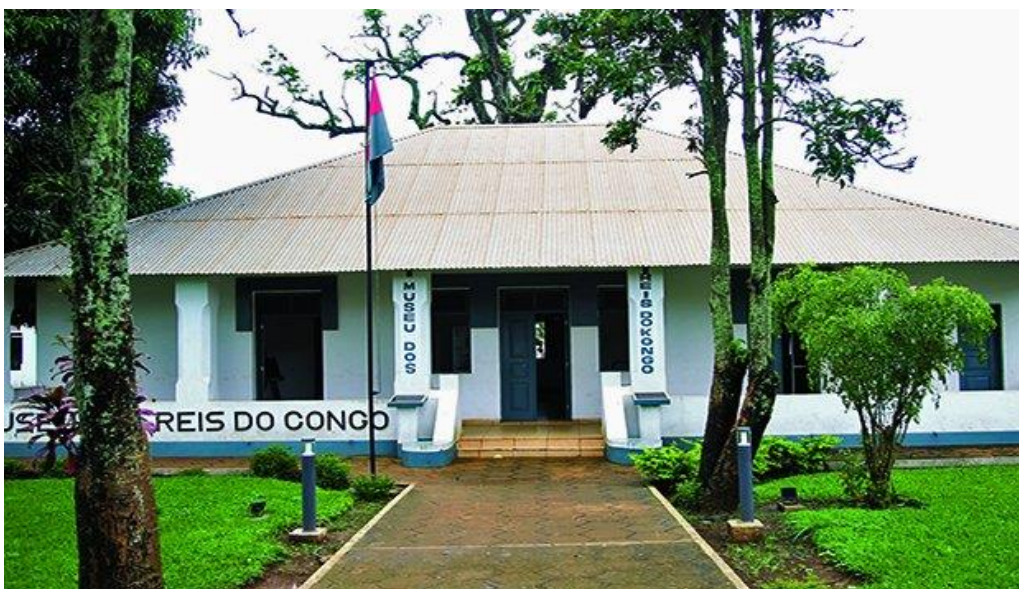


Figura 34 Museu dos Reis do Congo
Fonte: (Zaire, 2025).



Figura 35 Cemitério dos Reis do Kongo
Fonte: (Zaire, 2025).



Figura 36 Túmulo dos Reis
Fonte: (Zaire, 2025).



Figura 37 árvore mística Yala Nkuwu

Fonte: Própria do autor.



Figura 38 António M. Ne Vunda: Pioneiro da Diplomacia Africana na Santa Sé

Fonte: (Ministério da Cultura, 2016, p. 63)



Figura 39 Largo Dr. Agostinho Neto.
Fonte: Própria do autor.



Figura 40 Fonte de água do Largo Dr. Agostinho Neto.
Fonte: Própria do autor



Figura 41 Rua do Kasuta
Fonte: Própria do autor.



Figura 42 Coro da Igreja Evangélica Baptista

Fonte: Própria do autor.



Figura 43 Comunidade periférica

Fonte: (Ministério da Cultura, 2016, p. 88).



Credencial

Na qualidade de Professor Coordenador na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, para os devidos efeitos, declaro que Hélder Correia Domingos Pascoal, se encontra matriculado na ESEC no Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, estando neste momento a desenvolver a sua dissertação final, subordinada ao tema: **Contributo do Turismo Cultural para o Desenvolvimento Local Sustentável: O caso de Mbanza Congo**, da qual sou o orientador.

No âmbito da investigação para a referida dissertação Hélder Pascoal irá desenvolver trabalho de campo na cidade de Mbanza Congo, particularmente através da realização de um inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas a atores relevantes, bem como recolha de informação documental em instituições relacionadas com a temática da investigação.

Assim, solicitamos e agradecemos a melhor colaboração para a realização deste estudo que entendemos ser de grande relevância para o investigador Hélder Pascoal, para a nossa instituição e, sobretudo, para o Município e Cidade de Mbanza Congo.

Coimbra, 15 de abril de 2025

Assinado por: **NUNO MANUEL DOS SANTOS
CARVALHO**

Num. de Identificação: 07893290

Data: 2025.04.15 12:37:50+01'00'

Nuno Carvalho

Doutor em Sociologia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Professor Coordenador - Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra

Investigador Integrado - CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – FCSH-UNL

Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a sustentabilidade